

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Volume 42 2010

Anais do Museu Histórico Nacional

MINISTÉRIO DA CULTURA

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Vera Lúcia Bottrel Tostes – Ibram/MHN

MEMBROS

Afonso Carlos Marques dos Santos – UFRJ (in memoriam)

Carlos Ziller Camenietzki – UFRJ

Denise Portugal Lasmar – Museu do Índio

Guilherme Paulo Pereira das Neves – UFF

Lorelay Brilhante Kury – UERJ/IOC Fiocruz

Manoel Luiz Salgado Lima Guimarães – UFRJ/UERJ (in memoriam)

Margarida de Souza Neves – PUC-RJ

Maria Beatriz Borba Florenzano – USP

Maria de Lourdes Parreiras Horta

Roberto Conduru – UERJ

Ulpiano T. B. de Meneses – USP

PARECERISTAS

Angela Cunha da Mota Telles

Angela Guedes

Cêça Guimaraens

Ivan Sá

José Neves Bittencourt

Maraliz Christo

Marcus Granato

Paulo Knauss

Rejane Maria Lobo

Vera Dodebei

ANAIIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Edição alusiva aos 70 anos de publicação do
1º volume dos Anais do Museu Histórico Nacional
(1940-2010)

Rio de Janeiro, v. 42, p. 1-258, 2010

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva
MINISTÉRIO DA CULTURA
Ministro Juca Ferreira
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
Presidente José do Nascimento Junior
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
Diretora Vera Lúcia Bottrel Tostes

EDITORES

Aline Montenegro Magalhães – Ibram/MHN

Rafael Zamorano Bezerra – Ibram/MHN

COMISSÃO EXECUTIVA

Claus A. Corbett (abstracts)

Francisco Marques (revisão)

Marcia Mattos (projeto gráfico)

Chá Com Nozes Propaganda / Juliana Carnielli (diagramação)

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.

É permitida sua reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

CAPA: CAMPOS GERAIS / WASHINGTON DIAS LESSA

Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu Histórico Nacional

Museu Histórico Nacional (Brasil)

M985

Anais do Museu Histórico Nacional – Vol. 1 (1940) –

Rio de Janeiro: O Museu, 1940 – –

v.:il.; 23 cm

Anual.

Suspensa a partir do volume 26 (1975). Reiniciado em 1995 com o volume 27.

ISSN 1413-1803

1. Brasil-História. 2. Museu Histórico Nacional. 3. Acervo Museológico. 4. Museus e Turismo. 5. Anais do Museu Histórico Nacional (1940-1985). 6. I. Título.

CDD 069.0981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Vera Lúcia Bottrel Tostes 6

UMA PROPOSTA (TALVEZ NEM TÃO...) MIRABOLANTE.

PELA MUSEALIZAÇÃO DOS ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

José Neves Bittencourt 11

1º DOSSIÊ – MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O CONVENTO DE SANTA TERESA: UMA HISTÓRIA SILENCIADA PELO TEMPO

Lúcia Garcia 27

AOS ESQUECIDOS, UMA REPARAÇÃO. ESTUDO SOBRE UM OPERÁRIO DO ARSENAL DE GUERRA NA GUERRA DO PARAGUAI

Adler Homero Fonseca de Castro 49

GUERRA CONTRA A MEMÓRIA: A DEVOLUÇÃO DE PEÇAS DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL AO PARAGUAI

Lia Silvia Peres Fernandes 77

IMAGEM E REFLEXÃO: O RETRATO DE D. LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA

Ana Maria Rego de Almeida / Vera Lima 99

A FORMAÇÃO DA COLEÇÃO DE BRINQUEDOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – MEMÓRIAS AFETIVAS, HISTÓRIA E HISTÓRIAS

Angela Cardoso Guedes 111

OS ESPÍRITAS DO IMPÉRIO. UM OLHAR SOBRE A COLEÇÃO MANOEL JOSÉ DE ARAÚJO PORTO-ALEGRE NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Raphael de Assis Carvalho Pinto 129

PRESERVANDO A MEMÓRIA NACIONAL. COMBATE NAVAL DO RIACHUELO: A SAGA DE UMA RESTAURAÇÃO

Vera Lúcia Bottrel Tostes 145

VALOR HISTÓRICO, EXPOSIÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBJETOS DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Rafael Zamorano Bezerra 159

2º DOSSIÊ – MUSEUS E TURISMO

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS AGENTES SOCIAIS E AS REDES REGIONAIS DE TURISMO

Aguinaldo Cesar Fratucci 183

TURISTIFICAÇÃO DOS MUSEUS NO BRASIL: PARA ALÉM DA CONSTRUÇÃO DE UM PRODUTO CULTURAL

Karla Godoy 201

DA CAPITAL NACIONAL DA VIOLÊNCIA À NOVA BAIXADA: A EMERGÊNCIA DO TURISMO NA BAIXADA FLUMINENSE (RJ)

Valéria Lima Guimarães 215

RESERVA TÉCNICA DOS ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

CARRUAGENS: RELÍQUIAS DE CULTO À MONARQUIA BRASILEIRA

Aline Montenegro Magalhães 235


AS CARRUAGENS IMPERIAIS DO BRASIL

Alfredo Teodoro Rusins 245

Apresentação

Vera Lúcia Bottrel Tostes*

* Museóloga e diretora do Museu Histórico Nacional.



Os *Anais do Museu Histórico Nacional* comemoram os 70 anos do lançamento de seu primeiro volume com um grande motivo para celebrar: é um dos poucos periódicos de museus, não ligados a uma universidade, com reconhecimento comprovado de seu caráter técnico e científico. Embora ao longo desse tempo tenha se mantido como principal meio de divulgação das atividades e dos acervos do Museu Histórico Nacional, a forma de cumprir esse papel vem se transformando. A primeira mudança, considerada também a mais radical, foi seu formato editorial, inaugurado com o volume 27, em 1995, após vinte anos sem serem publicados. Depois vieram a organização dos artigos por dossiês temáticos e, por último, a colaboração de um corpo de pareceristas que garantem a qualidade dos trabalhos impressos nestas páginas, a quem agradecemos a generosidade da contribuição.

Os primeiros volumes dos *Anais* – editados entre 1940 e 1975 – voltaram-se, exceto com raríssimas exceções, para a divulgação das atividades dos conservadores¹ do Museu Histórico Nacional, que escreviam sobre a história do Brasil com base no acervo museológico, lançando mão de uma série de saberes que os auxiliavam na interpretação do universo material com o qual lidavam. Hoje constituem objeto de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, por serem dotados de informações preciosas sobre as práticas museológicas que se tornaram referência e foram difundidas por todo o País. Devido à sua importância como fonte documental, em artigo alusivo que abre o presente volume, José Neves Bittencourt sugere que os *Anais* sejam musealizados. Um passo importante nessa direção foi dado em 2006, com o lançamento de uma seção fixa no periódico, denominada *Reserva Técnica dos Anais do Museu Histórico Nacional*. Trata-se de um espaço dedicado à republicação de um artigo da primeira série da revista, acompanhada de um

comentário feito por um autor contemporâneo. Este ano o artigo que volta à cena é de Alfredo Teodoro Rusins, “As carruagens imperiais do Brasil”.

Apesar da abertura de espaço para profissionais de outras instituições, os técnicos do Museu Histórico Nacional continuaram a colaborar com seus artigos ao longo da nova série dos *Anais*, que já conta 15 anos de publicação sistemática e ininterrupta. Mas, para lembrar o início de uma história de sucesso, os leitores serão brindados com um dossiê inteiramente dedicado aos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais do Museu Histórico Nacional. Tanto daqueles que estiveram conosco por algum tempo e hoje atuam em outras instituições de cultura ou educação, quanto daqueles que ainda integram nosso corpo de funcionários. Seus artigos apontam as possibilidades e potencialidades da construção do conhecimento em lugares de memória, além de divulgarem parte do valioso acervo preservado no Museu.

Complementando o conjunto de artigos, o volume 42 traz, ainda, os registros do Seminário Permanente *Museus e turismo*, realizado ao longo do ano de 2009, em parceria com a Faculdade de Turismo da Universidade Federal Fluminense. São trabalhos que abordam a importância do turismo para o desenvolvimento dos museus e, conseqüentemente, das regiões em que estão localizados. Diagnosticam o estado da arte das atividades turísticas nos museus, apontam perspectivas para o futuro e relatam experiências bem sucedidas nessa área.

Constitui, portanto, motivo de especial significado a atual edição dos *Anais* e nada poderia ser mais adequado para comemorar a data do que a reunião dos artigos apresentados. Passado e presente projetam luz às realizações da competência e da dedicação dos técnicos deste museu ao longo de sua trajetória.

Aos funcionários, autores e leitores, um brinde pelo septuagésimo aniversário dos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

Nota

1. Segundo Gustavo Barroso, a designação de Conservador para os técnicos do Museu era uma nomenclatura de prestígio, pois traduzia o *Conservateur*, dos museus franceses, e o *Curator*, dos museus ingleses. Cf.: BARROSO, Gustavo. A carreira de Conservador. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 8, 1947, p. 229-234. Essa denominação foi utilizada até meados da década de 1970, quando o profissional de museus passou a designar-se Museólogo.

**Uma proposta (talvez nem
tão...) mirabolante.
Pela musealização dos Anais
do Museu Histórico Nacional**

José Neves Bittencourt*

RESUMO

A partir de curto relato da experiência profissional do autor no Museu Histórico Nacional, tendo como marcos sua participação em dois momentos marcantes na trajetória institucional, o autor propõe uma ação que denomina “musealização dos Anais do Museu Histórico Nacional”. Considera fundamental que se tome os artigos da primeira fase deste periódico – publicados nos primeiros 26 volumes, entre 1940 e 1975 – como objeto do acervo do próprio Museu. Essa experiência poderá vir a ser ponto de partida para a abordagem da própria instituição como parte de suas coleções.

PALAVRAS-CHAVE

Museu Histórico Nacional e Anais do Museu Histórico Nacional

ABSTRACT

A (perhaps not so...) bright proposition. For musealization of the National Historic Museum's Annals

From a short report on the author's professional experience in the National Historic Museum, having as marks his participation in two important moments in the institution's trajectory, the author proposes an action that he calls "musealization of the National Historic Museum Annals". He considers fundamental that the articles from the first phase of this periodic – published in the first 26 volumes, between 1940 and 1975 – as object of the Museum's collection itself. This experience will come to be a starting point for a new approach of the institution itself as part of its collections.

KEYWORDS

National Historic Museum; National Historic Museum Annals

Quinze anos atrás, mais exatamente em 1995, tive o prazer de participar de um evento, em todos os sentidos, raro: a ressurreição de um morto. Não, certamente não de um ser humano morto – esse milagre, comparado àquele de que participei, teria sido, até certo ponto, sem graça. O milagre de que participei reviveu centenas, talvez milhares, de homens e mulheres, crianças, jovens e até mesmo animais, mortos. Antes que o leitor comece a achar que este pesquisador finalmente alcançou o almejado (pela liberdade criativa que implica) patamar de “cientista louco”, deixe-me esclarecer a questão.

A ressurreição a que me refiro é a deste periódico, os “Anais do Museu Histórico Nacional”. Em 1995 fazia então duas décadas que os “Anais” tinham se tornado uma das muitas almas penadas que assombravam o museu e seu corpo técnico. O desaparecimento da publicação tinha sido um dos sinais da crise que viria a se abater, fortemente, sobre a instituição, no final da década de 1970. É certo que a penúria de recursos foi um dos principais motivos da morte dos “Anais”, mas não foi o único. O último volume, de número 26, fechou o que pode ser considerado a “primeira série” da publicação, iniciada em 1940, com o volume 1. Morte melancólica depois de longa agonia, que acompanhou a decadência institucional, marcada pela esclerose que tomou conta do Museu, quando o país vivia sob um regime de exceção.¹ Voltaremos ao assunto, mas antes terei de falar da outra ressurreição de que participei.

*Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em 1995 não fazia muito tempo que o próprio Museu Histórico Nacional tinha revivido. Essa outra ressurreição aconteceu uma década antes, por obra do processo que reestruturou a instituição e foi denominado, muito sintomaticamente, “Revitalização”.² Esse processo abordou o Museu como instituição pública, alcançando não apenas as exposições, mas principalmente a estrutura e os processos administrativos, bem como os processos científicos lá praticados. Desnecessário dizer que a reestruturação teve como resultado mais visível uma exposição de longa duração (naquela época chamada de “permanente”) totalmente nova e inovadora. Por outro lado, é possível dizer hoje, passados mais de vinte anos desde a inauguração, que esse não foi o principal resultado do processo.

Dentre os resultados que reputo como “mais importantes” esteve o levantamento de questões que, até então, eram consideradas pouco importantes ou, simplesmente, não eram consideradas. Por exemplo, a norma de aquisição de objetos. Essa questão, que afeta diretamente a possibilidade de reprodução e expansão dos museus, estava na base de muitos dos “...problemas enfrentados no Museu Histórico Nacional... Não eram [esses problemas] decorrentes, como chegou a se pensar, da ‘falta de uma política de aquisição’ mas, ao contrário, da sedimentação de uma norma obsolescente.”³ Ao ser constatada tal questão, por determinação da direção da instituição começaram a acontecer, a princípio de maneira não-formal e bem pouco sistemática, reuniões que visavam construir uma resposta.

Esse trabalho aclarou muita coisa: o acervo era incompleto e dava conta mais do Estado nacional e de suas classes dominantes do que propriamente da Nação, o que implicaria em abordar as classes subalternas e o processo que as tinha colocado nessa posição. Por sinal, certas dificuldades que a equipe tinha tido em transliterar o discurso de viés acadêmico em discurso de museu devia-se exatamente a esses vazios abertos no acervo. O que ficou claro, então, era a necessidade de se conhecer como tinha se constituído o acervo reunido pela instituição ao longo de sua existência, que lógica tinha orientado o processo. Essa foi uma das linhas de trabalho estabelecidas pelos técnicos do Museu (também de maneira um tanto informal), e que, em pouco tempo, se desdobrou em diversas outras. Mas, antes de qualquer voo mais alto, era necessário o estabelecimento de bases para o trabalho, e uma das primeiras ações nessa direção (e que também nunca chegou a ser formulada em termos

de projeto) foi a identificação de documentação que permitisse uma visão geral do problema. Documentação, numa instituição que, na época, já caminhava para os setenta anos de existência contínua, é o que não faltava.

O fato é que, hoje em dia, o museu tem uma norma de aquisição bem estabelecida, que permitiu não apenas a revisão do acervo, como também o estabelecimento de novas coleções, bem como a revisão de muitas das já existentes.⁴ Por outro lado, é interessante observar que boa parte do trabalho que foi feito na época apontou para documentação que ninguém pensava ser, para a proposta em gestação, de alguma utilidade. Um desses acervos documentais era realmente inusitado – a primeira série dos “Anais do Museu Histórico Nacional”.

Nessa época, a revista era, de fato, uma alma penada. Havia um socavão, situado, se não me falha a memória, debaixo da escada que dá acesso à Biblioteca (então em reforma), onde ainda se encontravam guardados centenas de exemplares de edições próximas daquela final. Foi a descoberta desse material, indicado pela então bibliotecária-chefe, que me chamou a atenção para a publicação.

Desde então, os Anais foram objeto da atenção de não poucos pesquisadores, da equipe do Museu e de pesquisadores acadêmicos, que os usaram como fonte para diversas abordagens de temas. Por exemplo, o brasilianista Daryle Williams, no decorrer de uma consistente pesquisa sobre a cultura no primeiro regime Vargas, observa:

As pesquisas produzidas pela equipe curatorial do museu, publicadas nos Anais, poderiam ser bastante nuançadas em suas análises dos complexos e interconectados processos sociais e culturais a partir dos quais os objetos eram produzidos, usados e, finalmente, museificados. Mas essa informação não estaria disponível para o visitante não-iniciado.⁵

Esse pequeno trecho nos permite olhar os *Anais* com outros olhos – embora não os olhos que os pesquisadores costumam lançar sobre a publicação.

É este o ponto central que quero alcançar, e usarei uma comparação que certamente parecerá um tanto estapafúrdia: o prédio onde, desde 1922, está instalado o Museu Histórico Nacional. Todos que tenham escrito algumas linhas sobre o MHN, desde sua fundação, dizem sobre aquele sítio, mais ou menos a mesma coisa. Trata-se de um prédio histórico, de ligações estreitas com a história brasileira, desde sua construção (provavelmente por volta de

1762). Inúmeras abordagens, sejam meramente descritivas ou de viés analítico, partem daí para o exame do prédio (ou “conjunto arquitetônico”, como se usa dizer hoje em dia...) em seus aspectos construtivos e patrimoniais. Como prédio de museu, geralmente as pesquisas concluem que:

[...] o Museu ocupou duas salas do conjunto arquitetônico que do século XVII até os primeiros anos do XX voltara-se para funções militares. As salas denominavam-se [...]. Na ocasião, o denominado Complexo da Ponta do Calabouço, já destituído de suas funções militares, acabara de ser reformado pelos arquitetos Archimedes Memória e Francisque Cuchet, assumindo feições neocoloniais, para abrigar o Pavilhão das Grandes Indústrias. Foi formado por três edificações ligadas entre si: Forte de Santiago – construído em 1603 [...]; Casa do Trem – criada pelo Conde de Bobadela, em 1762 [...] e pelo Edifício do Arsenal de Guerra – uma oficina de armamentos, fundada em 1764 [...]. A antiguidade dos edifícios favorecia um “retorno” dos visitantes ao passado que ganhava materialidade tanto nas construções quanto nos objetos que foram recolhidos e expostos.⁶

Essa breve análise foi feita por uma especialista em Museu Histórico Nacional, que logo a seguir passa às questões políticas e de constituição do acervo. Outros autores, inclusive eu mesmo, não fizeram diferente em textos sobre o mesmo assunto.

O problema é que qualquer especialista, caso consultado, dirá que está de bom tamanho. Muito pouco tempo atrás, eu certamente diria a mesma coisa. Neste momento, não acho que tais abordagens sejam suficientes. Mas o que o prédio pode ter em comum com a revista?

É comum, atualmente, que alguns museus tratem os prédios onde estão instalados como “objetos do acervo”. O próprio Museu Histórico Nacional já passou a fazer isso; o Museu Imperial, em Petrópolis, também o faz, visto que certos projetos buscam potencializar o valor museal da edificação.⁷ O Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte, vai mais além: o prédio está registrado como “peça nº 1 do acervo”.⁸ Entretanto, o que resta saber é como é feito tal tratamento e no quê ele resulta. Vale dizer: não basta reconhecer e assumir o partido de que a edificação onde o museu se encontra instalado é um artefato, embora esse ponto de partida seja necessário. É preciso fazer

com que esse passo necessário faça avançar o conhecimento sobre o museu. E isso depende de desdobramentos conceituais.

Anos atrás, em um texto que mais tinha de afetivo do que de científico (sejam justos – possivelmente nada tinha de científico...), chamei o Museu Histórico Nacional de “artefato-documento”.⁹ Aquele texto não era espaço para reflexão sobre o que poderia significar a expressão, mas esta continha boa parte das linhas que já tentávamos trabalhar nas atividades de pesquisa aplicada do Museu Histórico Nacional. Essas linhas tinham em sua base a ideia – fascinante, não deixemos de apontar – de “musealidade”.

Não era então conceito novo, e nem de conhecimento recente, em nosso país. Teóricos como Zbynek Stránský, Ivo Maroevic e Peter van Mensch o formularam e, desde 1965, o têm, juntamente com inúmeros outros teóricos – muitos deles brasileiros –, aperfeiçoado. Através desse conceito, podemos colocar os acervos de museus no circuito da preservação e difusão de informação. Ou, dizendo de outra forma: o artefato, posto como “objeto de museu”, nessa concepção é suporte de informações. O conceito foi criado por Stránský e diz respeito à transferência de um objeto para um contexto museológico, que constituiria uma segunda realidade, na qual o tal objeto passaria a documentar a realidade originária da qual é proveniente. Essa nova relação, característica do contexto museológico, é denominada pelo teórico de “musealidade”.¹⁰ Van Mensch, seguindo na esteira de Stránský, aponta para a necessidade de que o “objeto de museu” seja separado de seu contexto original (que ele chama de “primário”, e que poderíamos entender por “de uso”) para que se dê uma plena passagem para um novo contexto, “uma nova realidade”. Essa nova realidade é a função de “documentar a realidade da qual foi separado”. Um “objeto de museu”, ressaltava Mensch, “não é só um objeto em um museu. Ele é um objeto coletado (selecionado), classificado, conservado e documentado, tornando-se fonte de pesquisa ou de exposição.”¹¹

Segundo essa perspectiva, o prédio não pode ser abordado estritamente como prédio, mas tem de ser colocado em uma trajetória na qual contará o ponto de chegada – “prédio de museu”. E, para além, esse contexto o torna objeto do próprio museu, portador de informações que permitem construir conhecimento sobre a instituição. Vale dizer: mesmo sem um mergulho aprofundado na trajetória do Arsenal do Trem, do Paço de Petrópolis ou da Sede da Fazenda do Leitão, é possível ter certeza de que esses artefatos

foram retirados de seus contextos primários, e tornados, além de suportes de uma outra instituição, fontes de pesquisa ou exposição.

Ou seja – é urgente musealizar prédios de museus isto é, torná-los “objetos de museu” e colocá-los no tal “contexto secundário”. Mas o que isto tem com os *Anais*? Acho que, a esta altura, já dá para desconfiar – é preciso pensar em musealizar os *Anais*. É claro que não sei como fazê-lo, pelo menos não neste momento e num espaço que, em princípio, tem como objetivo comemorar as sete décadas. Mas, pensando bem, talvez seja esta a mais nobre forma de homenagear a publicação institucional do Museu Histórico Nacional: colocá-la na trajetória da instituição. Mas ninguém ainda fez isto? Não estarei cometendo (mais uma) afirmação antes de tudo injusta?

O lugar dos *Anais* na trajetória do Museu é apontado pela maioria dos pesquisadores que tomam a instituição como tema. Por exemplo, a reconhecida especialista Myrian Sepúlveda dos Santos. Pesquisadora e produtora de conhecimento sobre o campo museal brasileiro, hoje em dia tida (com razão) como referencial, o seu primeiro trabalho sobre o tema, uma dissertação de mestrado, abordava o Museu Histórico Nacional. Datado de 1984, esse trabalho “analisa as narrativas históricas sobre dois museus brasileiros, o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial”, segundo nos informa a própria autora.¹² Visto que o discurso do MHN deve ocupar (e de fato, ocupa) boa parte da obra, é de se supor que a pesquisadora tenha se remetido aos *Anais* com grande frequência. É? Não dá para saber, mas a impressão que nos deixam as páginas da publicação é contrária:

A análise do conteúdo dos Anais do Museu Histórico Nacional, publicados a partir de 1942, [...] indica que os artigos, em sua maior parte, dizem respeito ao estudo das peças pertencentes ao acervo do Museu. Seus autores são, a um só tempo, funcionários do Museu e professores do curso que lá funcionava. Moedas comemorativas, mobiliário luso-brasileiro, força de Tiradentes, heráldica, louça imperial, enfim, tudo é motivo de especulação. A ênfase no estudo de objetos vai pouco a pouco perder espaço para ensaios sobre fatos históricos, estudos genealógicos e comentários não obrigatoriamente ligados de forma direta ao acervo. Nos primeiros 15 anuários, no entanto, a predominância do que chamamos estudo de peças é flagrante.¹³

É justo considerar que todos os autores que abordaram o Museu e passaram pelos *Anais* não fizeram coisa muito diferente. A revista institucional é considerada como um apêndice da instituição, com a função de divulgar sua produção científica. Eu mesmo, escrevendo, anos atrás, sobre a publicação, dizia:

As publicações eram, aparentemente, uma forma de divulgar o comprometimento do Estado com a racionalidade administrativa e, pelo lado das instituições, uma forma delas participarem da legitimação da ditadura varguista. Impulsionadas pelo apoio do Estado, museus e outras instituições culturais se autorrepresentavam como predominantemente civis, cientificamente administradas e cumprindo funções de educação da população para o civismo.¹⁴

Ora, então, em meu próprio juízo, as publicações eram uma forma de divulgar o comprometimento do Estado com a racionalidade administrativa... Claro que faz sentido, mas não era só isso que as instituições queriam de suas publicações. Que relação dialética articula o Museu e seus *Anais*? E, principalmente, como o Museu aparece nas páginas de seus *Anais*?

Magalhães e Sepúlveda podem ser absolvidas pelo fato de que suas pesquisas não tinham por objetivo os *Anais*, mas o Museu. A publicação institucional aparece de maneira tangencial, como forma de indicar o tratamento que os objetos mereciam da instituição. De fato, ambas as pesquisadoras buscam nas páginas da revista informações que serão combinadas com outras informações, de outras fontes, e o fazem com pleno sucesso. Eu mesmo talvez não mereça a mesma condescendência, visto que meu objeto *eram* os *Anais*. O que eu teria de ter percebido, então, é o fato de que lidava com um objeto a ser musealizado.

Voltemos aqui à história da ressurreição do morto, em 1995. Vale apontar que, ao longo do processo de revitalização do Museu Histórico Nacional, nunca esteve em pauta a volta dos *Anais*. É provável que a estratégia da época, bem definida, voltada para a “revitalização”, tornasse secundária, naquele momento, uma publicação. Entretanto, uma observação de Raquel Pret, em seu recentíssimo relatório de pesquisa, não deixa de apontar algumas questões. Diz a pesquisadora:

O novos agentes foram fundamentais para a transformação que ocorreu no Museu Histórico Nacional. No entanto, se não fosse o estágio de figuração no qual o próprio museu e esses agentes estavam inseridos

– processo de redemocratização, reestruturação do Iphan, criação do Programa Nacional de Museus, Nova Museologia, aposentadorias dos antigos técnicos, entre outros – o processo de revitalização não teria ocorrido.¹⁵

Ou seja: não deixa de ser curioso que não tenha ocorrido aos planejadores da época que uma publicação talvez viesse a ampliar o alcance dos objetivos do processo. Talvez as limitações de orçamento daquele momento, bem como as dificuldades técnicas em fazer uma publicação, tivessem pesado. Mas também existe outro fator.

Esse fator é a mudança de caráter da própria instituição, no espaço de tempo em que a revista esteve “morta”. O Museu Histórico Nacional de 1940 era outra instituição, dedicada a conservar uma história nacionalista, baseada no resgate de um passado heroico e tradicional. A equipe curatorial da época destacava-se pelo conhecimento acumulado sobre os objetos que constituíam o acervo. Esse conhecimento, além de erudito, também significava, em grande medida, expressar a adesão teórica, conceitual e política da instituição. O processo de revitalização do Museu, situado exatamente no meio (a década de 1980) do período em que a revista não circulou, criou outra instituição museal. A instituição criada em 1922, reestruturada em 1930, 1945 e 1969, deixou de existir, substituída por outra, cuja estrutura, processos técnicos e, principalmente, abordagem do acervo, eram totalmente diversos dos que vigoravam entre 1922 e 1975. Os *Anais* desse período também eram outros. Irreconciliáveis com os processos atuais. O morto que, em 1995, a equipe trouxe de volta à vida, bem que tentou continuar sendo o que era. Mas...

O ano de 1995 e a nova série da publicação encontraram no Museu uma nova geração de profissionais, bastante diversificada em termos de formação, altamente profissionalizada e sem capacidade para escrever textos que esgotassem um único objeto, ou um grupo deles. A nova forma de tratar os objetos, adotada na instituição a partir do processo de revitalização, os abordava como ‘suportes de informações’, colocando o aspecto [...] de ‘reliquia’ e ‘monumento’ em discreto segundo plano.¹⁶

Mais do que isso: a mudança de processos trouxe uma abordagem crítica que tornou esses conceitos totalmente incompatíveis com a nova instituição. A publicação teria de mudar, ou é muito provável que desaparecesse

de novo. Mudou, por descobrir quais os laços de articulação que a ligavam à nova instituição museal da qual tinha, com a ressurreição, se tornado parte.

Digamos assim: o “processo de revitalização” abriu caminho para a musealização do próprio Museu Histórico Nacional. Isso é possível? Pelas indicações do trio teórico Stránský-Maroevic-van Mensch, parece-me que sim. Maroevic, apresentado por van Mensch, postula por uma ampliação do escopo dos museus, que inclua mais setores da herança natural e cultural da humanidade. Na interpretação de van Mensch...

Um passo adiante é abandonar o conceito de uma instituição ‘museu’ específica. Nessa visão [de Maroevic] a museologia deveria incluir todo o campo da herança cultural e natural... e nessa conexão é que seria introduzido o termo *objeto museológico*.¹⁷

Musealizar os *Anais* significa, então, apenas uma parte do processo de musealização do Museu Histórico Nacional. Significa, reconheço, uma proposta radical – lançar a instituição, pela via da pesquisa científica, no caminho de si mesma. Não pretendo avançar mais, mas tal processo talvez possa seguir as indicações de Ulpiano Meneses. Em artigo já não tão recente, e não tão conhecido, resenha de uma outra obra, Meneses sugere um estudo integral do livro, pela via de que é, talvez, o maior representante, em nosso país: os estudos de cultura material. Na visão de Meneses, a cultura material, longe de ser dimensão restritiva, abarca a corporalidade do humano. Diz Meneses, logo ao início do texto:

A perspectiva da cultura material, assim, permite, na história, identificar, definir e compreender tal dimensão na organização e dinâmica da vida social – sem se perder em reducionismos nem em explicações causais. [...] desde a segunda metade do século XIX ela [a cultura material] vem sendo objeto de reflexão e práticas, principalmente na antropologia, na arqueologia... E na sociologia. Já a história, ela própria, tem sido renitente, sobretudo por causa do viés marcadamente logocêntrico da formação do historiador, embora já não haja dúvidas, hoje em dia, sobre a legitimidade das fontes materiais. Muitas vezes, porém, ainda se pensa numa história da cultura material, mais uma entre as fatias em que se atomiza a disciplina, aqui com seu horizonte restrito ao estudo de artefatos e seus contextos, em vez de se preocupar com a dimensão sensorial que pode iluminar *qualquer* domínio

da história: história social, econômica, política, institucional, cultural, do gênero, das minorias e dos excluídos, das ideologias e assim por diante.¹⁸

A proposta de Meneses talvez aponte uma porta de entrada, bem visível e bem sinalizada, que colocaria, na prática, as indicações dos inúmeros teóricos que citei antes. As estimulantes ideias de objeto museológico/musealidade, do trio Stránský-Maroevic-van Mensch, ganham nova dimensão, se as juntarmos com os estudos de cultura material que, levando-se em conta as proposições de Meneses, são muito mais amplos que o museu. Claro que essa proposição envolve um projeto de pesquisa de não pequeno alcance. Mas essa é discussão muito mais ampla e complexa do que cabe neste espaço. Mas que é estimulante, lá isso é. E apresenta possibilidades que, de tão amplas, se tornam quase tão mirabolantes quanto a possibilidade de ressuscitar um morto.

Notas

1. Para uma análise dos Anais do Museu Histórico cf. BITTENCOURT, José Neves. Um museu em tinta e papel. O Anais do MHN, 1940-1995. Anais do Museu Histórico Nacional (Vol. 36-2004). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. (181-202).
2. O processo de Revitalização do Museu Histórico Nacional iniciou-se por volta de 1982, dentro do então recém-criado Programa Nacional de Museus, e prosseguiu após a descontinuação dessa ação, em 1986, tendo sido dado por completo em 1987. Existe farta documentação sobre o processo no arquivo administrativo da Instituição, e já começam a surgir algumas pesquisas acadêmicas sobre o tema. O interessado poderá consultar COELHO, Raquel Luise. *Ver é conhecer: Memória e identidade no processo de Revitalização do Museu Histórico Nacional (1982-1989)*. Rio de Janeiro: Programa Pós-Graduação em Memória Social e Documento/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010 (Dissertação de Mestrado); COELHO, Raquel Luise. *Expondo a novidade: Análise da proposta conceitual de 1985 para o circuito permanente do Museu Histórico Nacional*. Anais do Museu Histórico Nacional (Vol. 37-2005). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005 (19-36); BITTENCOURT, José Neves. *Desconstruindo e reconstruindo acervos no Museu Histórico Nacional*. In: Seminário de capacitação museológica. Anais. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004. (133-143).
3. BITTENCOURT, José Neves. *Desconstruindo e reconstruindo acervos... Op. cit.* p. 134.
4. Sobre o assunto, cf. GUEDES, Angela Cardoso. *Acervos de brinquedos em museus brasileiros e sua potencialidade documental*. Anais do Museu Histórico Nacional (Vol. 37-2005). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005 (69-97); DURANS, Muna Raquel *et al.* *Miss Brasil 1929 – Um "quase" incidente diplomático*. Anais do Museu Histórico Nacional (Vol. 37-2005). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005 (289-311); COSTA, Ana Lourdes de Aguiar. *Um olhar para cima. Conhecendo uma obra alegórica no Museu Histórico Nacional*. Anais do Museu Histórico Nacional (Vol. 37-2005). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005 (313-333).
5. WILLIAMS, Daryle. *Cultural wars in Brazil: The first Vargas regime, 1930-1945*. Durham (EUA): Duke University Press, 2001. p. 149 (Tradução de José Neves Bittencourt).

6. MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006. p. 26.
7. Trata-se do projeto "Espetáculo Som & Luz", iniciativa que utiliza a edificação como uma espécie de pano de fundo para "uma versão que explora recursos tecnológicos ainda mais avançados do que os utilizados nas edições que são apresentadas em locais como o Palácio de Versailles, em Paris, e as pirâmides do Egito". Para maiores informações, cf. "Som & Luz". Disponível em <<http://www.museuimperial.gov.br/portal/som-e-luz.html>> Acesso em: 9 ago. 2010.
8. Cf. PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo *et al.* *A teoria, na prática, funciona*. Gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto. Revista CPC (N.3, nov. 2006/abr. 2007). São Paulo: USP/Centro de Patrimônio Cultural, 2007 (91-109).
9. Cf. BITTENCOURT, José Neves. *As políticas passam, os acervos ficam*. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da Saudade na Casa do Brasil... Op. cit.* p. 136 (Posfácio). Esse texto tem uma característica que até a mim, o autor, surpreendeu: as notas ao texto contribuem mais à construção de um conhecimento sobre o Museu Histórico Nacional do que o próprio texto.
10. Zbynek Stránský, *apud* MENSCH, Peter van. *Methodological Museology; or, Towards a theory of museum practice*. In: PEARCE, Susan (ed.). *Objects of Knowledge*. London: Athlone Press/, 1990. p. 145.
11. MENSCH, Peter van. *Methodological Museology... Op. cit.* p. 144.
12. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, Ministério da Cultura, IPHAN, 2006. p. 9.
13. *Idem.* p. 50.
14. BITTENCOURT, José Neves. *Um museu em tinta e papel*. Os Anais do Museu Histórico Nacional, 1940-1995. Anais do Museu Histórico Nacional (Vol. 36-2004). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004 (181-202). p. 185.
15. COELHO, Raquel Luise Pret. *Ver é conhecer*. Memória e identidade no processo de Revitalização... *Op. cit.* p. 24.
16. BITTENCOURT, José Neves. *Em busca da identidade*. Os Anais do Museu Histórico Nacional, 1995-2005. Anais do Museu Histórico Nacional (Vol. 37-2005). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005 (10-18). p. 15.
17. MENSCH, Peter van. *Methodological Museology... Op. cit.* p. 144.
18. Cf. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O livro, a matéria e o espírito*. Estudos Avançados (21/61, 2007). São Paulo: USP, 2007 (297-301). p. 301.

1º DOSSIÊ

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O convento de Santa Teresa: uma história silenciada pelo tempo

Aos esquecidos, uma reparação. Estudo sobre um operário do Arsenal de Guerra na Guerra do Paraguai

Guerra Contra a Memória: a devolução de peças do acervo do Museu Histórico Nacional ao Paraguai

Imagem e reflexão: o retrato de d. Luís de Vasconcelos e Sousa

A formação da coleção de brinquedos do Museu Histórico Nacional – memórias afetivas, história e histórias

Os espíritas do Império. Um olhar sobre a coleção Manoel José de Araújo Porto-Alegre no Museu Histórico Nacional

Preservando a memória nacional. Combate Naval do Riachuelo: a saga de uma restauração

Valor histórico, exposição e restauração de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional

O convento de Santa Teresa: uma história silenciada pelo tempo

Lúcia Garcia*

RESUMO

Artigo traça um panorama histórico do Convento de Santa Teresa a partir de documentos primários e fontes bibliográficas. São memórias de viajantes e de pessoas envolvidas com a construção do convento, que permitem recompor a história de um dos principais monumentos históricos da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE

Convento de Santa Teresa, arquitetura colonial, patrimônio, Rio de Janeiro, Santa Teresa.

ABSTRACT


Santa Teresa's Convent: a history silenced by time

This paper builds a historical perspective of Santa Teresa's Convent from primary documents and bibliographical sources. These are memories of travelers and people involved in the construction of the convent, allowing reconstruction of the history of one of Rio de Janeiro city's main historical monuments.

KEYWORDS

Santa Teresa's Convent, colonial architecture, patrimony, Rio de Janeiro, Santa Teresa.

Ponta do Calabouço ao morro do Desterro. O Rio de Janeiro português

 O presente artigo é resultado de nossa participação no projeto “Ponta do Calabouço e adjacências: jazimentos de memória”, desenvolvido no período de 2000 a 2002 pelo Centro de Referência Luso Brasileira (Cerlub) do Museu Histórico Nacional (MHN). O projeto, que também contou com a participação do dr. Carlos Kessel, dedicou-se à recuperação da memória histórica do espaço urbano situado nas cercanias do Museu Histórico Nacional, antigo Arsenal de Guerra.

O esforço de identificar as similitudes arquitetônicas e urbanísticas entre o Rio e Lisboa, um dos propósitos do projeto, permitiu, do ponto de vista carioca, relacionar a cidade herdada e o seu passado de origem portuguesa.

É fato que, mesmo nos dias atuais, o Rio de Janeiro permanece português em termos arquitetônicos por se tratar de uma cidade que é fiel depositária da herança colonial, ocupando uma posição privilegiada no quadro das cidades brasileiras de origem lusitana.

Recuperar os vestígios coloniais presentes no Rio de hoje permite identificar uma paisagem urbana constituída por múltiplos períodos, estilos e influências, onde o signo lusitano se destaca, quase prevalecendo, como prova de que não se deixa soterrar pelas reformas modernizadoras realizadas.

*Mestra e doutoranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi consultora da comissão para as comemorações do bicentenário da chegada de d. João ao Rio de Janeiro. Entre outros livros publicou: *Euclides da Cunha: escritor por acidente e repórter do sertão*. São Paulo: Companhia das Letras/Selo Claro Enigma, 2009. *Rio e Lisboa: construções de um Império*. Catálogo de exposição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2007.

A cidade do Rio de Janeiro nasce portuguesa e mantém vivas as “zonas de resistência” que comprovam, pela via da memória e dos seus lugares, a sua origem e o seu elo com o passado lusitano que, nesta oportunidade, se pretende reafirmar.

O bairro de Santa Teresa, por exemplo, traz a História do Rio de Janeiro nas veias e preserva ainda hoje muitos vestígios do Rio de outrora.

No coração da Lapa repousa em sono secular, no alto do Morro do Desterro, a sóbria construção do século XVIII formada pelo singelo conjunto da torre sineira, entre o corpo da Igreja e o do Convento de Santa Teresa. A seu lado, outro monumento do mesmo século, o Aqueduto da Carioca, é um importante exemplo da arquitetura civil colonial.

O conjunto formado por Igreja, Convento e Aqueduto, este último também conhecido como os Arcos da Lapa, remete ao governo de Gomes Freire de Andrade – conde de Bobadela –, a sua construção relacionando-se diretamente ao brigadeiro Alpoim.

A origem do Convento confunde-se com a própria formação do bairro de Santa Teresa. Nos arredores da Igreja e do Convento do Morro do Desterro surge o charmoso bairro carioca que até hoje preserva aspectos do Rio Antigo e, portanto, guarda profundas semelhanças com a cidade de Lisboa. Santa Teresa remete ao urbanismo lusitano colonial e um passeio por suas ruas traz à lembrança cenas da paisagem portuguesa, mais especificamente, as ladeiras e a boemia do Bairro Alto lisboeta.

Dando voz ao passado da nossa cidade

Santa Teresa, já cantado em verso e prosa, famoso pelo bondinho que até hoje circula pelas ruas do bairro e considerado um importante centro de produção artística e cultural – haja vista os saraus e rodas de poesia organizados pelos grandes agitadores culturais que o bairro teve, a exemplo de Paschoal Carlos Magno e Laurinda Santos Lobo – tem um rico passado que permite aos interessados em sua História inúmeras possibilidades de abordagem.

O bairro de Santa Teresa preserva ainda hoje grandes marcas do nosso Rio de outrora, tem na vocação e nas aspirações religiosas da carioca Jacinta Rodrigues Aires, sua origem. A história do marco fundador do bairro de Santa Teresa, qual seja, a Ermida do Desterro, relaciona-se profundamente à trajetória religiosa de madre Jacinta, descortinada agora graças às lembranças deixadas por uma francesa – Adèle Toussaint-Samson – que esteve no Rio de Janeiro nos

anos 1850 e que deixou em livro suas impressões de viagem, incluindo aí uma breve passagem pelo alto do Morro do Desterro, cuja descrição sensível motivou uma investigação histórica, cujos resultados apresentamos nesta oportunidade.

Esperamos, com essa contribuição sobre a história do Convento de Santa Teresa, dar voz a episódios de nossa história colonial por tanto tempo silenciados, despertando novas e mais aprofundadas investigações sobre este que é, sem dúvida, um dos mais importantes símbolos da arquitetura religiosa da cidade.

Um passeio pelo Rio de Janeiro de outrora na companhia de Adèle Toussaint-Samson

Os habitantes do Rio de Janeiro têm o costume de dizer também, dos seus compatriotas que moram no Rio: é um carioca.¹

Adèle Toussaint-Samson (1826-1911) veio de Paris para o Rio de Janeiro na metade do século XIX. Nessa época algumas centenas de franceses habitavam a cidade tentando a sorte como artistas, comerciantes, modistas e professores que ensinavam as mais diferentes matérias, desde a matemática até o piano e a dança, estes, símbolos do refinamento francês que se tentava traduzir no país recém independente, carente desses símbolos de civilidade.

Em seu círculo familiar, Adèle havia aprendido a ver o mundo com liberalidade, convivendo com gente do teatro, das letras e do mundo artístico em geral. Casou-se com um dançarino de teatro, Jules Toussaint, por volta dos vinte anos de idade. O casal desembarcou no Rio de Janeiro e encontrou na capital do Império uma população composta por aproximadamente 150 mil habitantes, sendo um terço dela de escravos. O centro do Rio de Janeiro, nessa época, se modernizava e as ruas da cidade – um dia já iluminadas a azeite – reluziam à luz do lampião a querosene e, em 1854, seriam iluminadas a gás. O progresso urbano, porém, convivia com uma séria epidemia de febre amarela que vitimou muitos estrangeiros. No ano de 1850, há registro de 3.827 óbitos causados pela doença, na cidade do Rio de Janeiro.²

Este foi, em curtas linhas, o Rio de Janeiro que acolheu por doze anos Adèle e Jules. Neste período, Jules trabalhou como professor de dança da família imperial, nomeado por decreto do imperador d. Pedro II, e Adèle foi professora de francês e italiano. Conforme anunciado no *Almanaque Laem-*

mert, o casal proferia suas lições na antiga Travessa das Belas Artes, onde estava sediada a Academia Imperial de Belas Artes.

No Rio de Janeiro Imperial, onde as mulheres jamais saíam sozinhas às ruas, é de se imaginar o preconceito sofrido por Adèle, professora francesa que ensinava fora de sua casa.

O casal Toussaint volta a residir em Paris em 1870, alguns anos após Jules deixar o “exercício efetivo” da função de mestre de dança da família imperial. Adèle decide reunir em livro as memórias de sua permanência em terras tropicais e, em 1883, lança na França “Une parisienne au Brésil”, traduzido para o português e impresso no Brasil nesse mesmo ano pela tipografia de Jules Villeneuve e reeditado no Rio de Janeiro em 2003, com prefácio alentado de Maria Inês Turazzi. Entre os relatos de viagem feitos por estrangeiros que visitaram o Brasil no século XIX, raros foram escritos por mulheres e, entre esses, são conhecidos o da inglesa Maria Graham, que esteve no Brasil entre 1821 e 1823, e o da alemã Ina von Binzer, que aqui esteve em 1880. O relato de Adèle Toussaint-Samson é, assim, um valioso retrato da realidade brasileira nos tempos do Segundo Reinado e, mais precisamente, um registro cuidadoso da sociedade e do cotidiano do Rio de Janeiro, então capital do Império, na segunda metade do século XIX.

“Uma parisiense no Brasil” traz, portanto, as memórias de Adèle, registradas em um texto impregnado da sensibilidade feminina. O cotidiano da cidade foi retratado com tons vibrantes pela pena dessa escritora francesa: os horrores da escravidão, os perigos das doenças tropicais, a imundície das ruas, mas também a paisagem exuberante, os teatros e espetáculos de sucesso e as cerimônias imperiais.

A escritora francesa descreve também, com riqueza de detalhes, a religiosidade marcante desses tempos, traduzidas nas muitas procissões realizadas no período, acrescentando que essas cerimônias estavam entre as coisas que mais lhe causaram *estranheza*. De igual modo, Adèle menciona os ritos fúnebres, as festas palacianas, a Literatura, a Língua e a situação das artes no Brasil.

Sobre artes e letras, cabe aqui registrar uma peculiaridade do texto: Adèle termina sua obra com *Canção do Exílio* de Gonçalves Dias, o que prova a identificação da autora com o clássico do Romantismo literário brasileiro de meados do século XIX e sua afinidade com o conteúdo dos versos que exclamavam ter o céu brasileiro mais estrelas e nossos bosques, mais vida. Embora tivesse

afirmado não ser sua intenção escrever uma nomenclatura do Rio de Janeiro e de seus monumentos, na prática, o que o leitor pode perceber é que a parisiense não resiste em descrever a cidade e sua diversidade natural e humana. Sobre a rua Direita, por exemplo, Adèle afirma ser esta uma das ruas mais belas da cidade do Rio de Janeiro; “bastante larga e ornada, de cada lado, de casas de dois andares, pintadas de diversas cores”.³ Em seguida, registra sua visita ao Corcovado, narrando o percurso e sua impressão do passeio:

Começa-se a subida pela montanha de Santa Teresa; à meia encosta encontra-se o convento feminino que tem esse nome, e que abriga apenas 21 religiosas. Volte-se então, e admire! A seus pés, estende-se a magnífica baía do Rio de Janeiro, com suas embarcações de todos os países, suas montanhas tão pitorescamente recortadas, suas ilhotas verdes, que parecem bosquezinhos desabrochados das ondas. Vê-se, de um lado, a cidade toda multicolorida, depois, bem ao longe, vê-se o mar. Muitas vezes disse a mim mesma, que, se algum dia tivesse a ideia de tornar-me religiosa, seria apenas no Convento de Santa Teresa que teria ido pedir repouso e meditação. Diante de uma natureza tão grande, nossas sociedades, ditas civilizadas, parecem bem pouca coisa. Ali, toda coisa humana desaparece, e não devemos lembrar mais que de Deus.⁴

A sensível descrição de Adèle durante seu passeio ao Corcovado chamou atenção para a necessidade de revisitar a história do Convento de Santa Teresa, tão claramente visível sob certos ângulos da cidade, mas ainda tão desconhecida dos cariocas quanto a seus aspectos históricos. É sobre este monumento da arquitetura religiosa da cidade que nos debruçaremos a seguir, não antes, porém, de tecer algumas considerações finais sobre a obra “Uma parisiense no Brasil”. Com texto sedutor, Adèle Toussaint-Samson revelou aspectos da vida do Rio de Janeiro imperial de modo pouco vulgar. Tendo ao fundo o cenário tropical, a parisiense registrou em suas memórias o que de mais árido havia no cotidiano da cidade – a escravidão, a insalubridade, as epidemias – mas cravando também seu olhar feminino no que o Brasil e os brasileiros têm como excelência – a hospitalidade, a exuberância, a irreverência.

Não resta dúvida de que Adèle escreveu suas memórias com pena amiga, mas também com um quê de saudade dos tempos no Brasil. A francesa diz ter adquirido a convicção de que “quando se viveu em um país banhado de

sol, não se pode mais viver em outra parte [...].⁵ É isso que faz que eu sempre tenha saudade, como dizem os brasileiros, da América do Sul e que desejasse revê-la mais uma vez antes de morrer.”

A Morada dos Anjos carioca: apontamentos históricos sobre o Convento de Santa Teresa

Morada dos Anjos, no dizer de Luis Gonçalves dos Santos,⁶ o Convento de Santa Teresa encantou viajantes estrangeiros através dos tempos, admirados pela construção branca que vigiava a cidade do alto do Desterro. O testemunho deixado por viajantes, a exemplo das palavras de Adèle Toussaint-Samson, nos revela a impressão causada pela atmosfera serena presente na pequena comunidade religiosa, criada a partir dos sonhos de uma menina de nome Jacinta Rodrigues Aires, nascida no Rio de Janeiro no ano de 1715.

O Convento de Santa Teresa representa na paisagem da cidade um de seus símbolos mais significativos e os sinais do tempo apenas reforçam sua integridade. Ao caminhar por sobre as pedras do pátio, cercadas de vegetação, tem-se a sensação nítida de que, naquele ponto, o tempo parece estar suspenso. Trata-se de um dos maiores exemplos da riqueza arquitetônica religiosa colonial da cidade do Rio de Janeiro, símbolo do patrimônio artístico e cultural da cidade, cuja história merece ser resgatada.

A história do Convento é emblemática, entre outras razões, por nos remeter à própria formação do bairro de Santa Teresa, tendo em vista que, justamente nos arredores da Igreja e do Convento do Morro do Desterro, tem origem a história do charmoso bairro carioca, que até hoje preserva tantos aspectos do Rio Antigo.

Assim, no coração da Lapa, repousa em sono secular, no alto do Morro do Desterro, a sóbria construção do século XVIII, formada pelo singelo conjunto de torre sineira entre o corpo da igreja e do convento. A seu lado, encontra-se outro monumento do mesmo século e de grande importância histórica, o Aqueduto da Carioca que, no dizer de Adèle Toussaint-Samson, deu origem ao provérbio “Quem bebeu a água da Carioca não pode mais beber outra água”, ou ainda, “Bebestes a água da Carioca: já não podeis viver senão aqui”.

Como tudo começou: notícia histórica da Ermida do Desterro (atual Igreja do Convento de Santa Teresa)

[...] Santa Teresa está encravada no seio da cidade, como uma esmeralda em um enorme diadema [...] Esperai um pouco; não nos aproximemos ainda do Convento; sentemo-nos em frente dele nestas pedras e, antes de encetar a sua história, comecemos pela recordação de uma ermida que o precedeu.⁷

Entre 1620 e 1624, Antônio Gomes do Desterro, com o intuito de honrar o *Mistério da Fuga (ou desterro) da Sagrada Família* para o Egito, edificou uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro, em um aprazível monte do Rio de Janeiro. Sobre Antônio Gomes sabe-se apenas que era homem de posses, proprietário de engenho de açúcar, gado e escravos nos campos do Irajá.

Conta-se que a imagem de Nossa Senhora do interior da capela era milagrosa. Há registros de que, em 1650, um padre jesuíta de nome Simão de Vasconcelos encontrava-se muito doente. Para aliviar o sofrimento do padre enfermo, outro discípulo de Anchieta, padre João de Almeida, foi à ermida e celebrou uma missa em intenção da saúde do padre Vasconcelos – inesperadamente curado pela graça de Nossa Senhora.

A ermida era muito frequentada por romeiros e nela celebravam-se cerimônias e cultos com regularidade. Assim, devido ao grande número de pessoas que se dirigiam em romarias à capela, consolidou-se o *Caminho do Desterro*.

Além das informações acerca das origens da Ermida do Desterro, os episódios que se sucedem à sua fundação foram noticiados de modo esparso. Citaremos aqui algumas notícias que recolhemos.

Vieira Fazenda informa que, em 1698, Manuel Corrêa – ermitão do Desterro – querendo ampliar o patrimônio da Santa, empregou o dinheiro dado pelos romeiros que visitavam a capela de Nossa Senhora na compra de um prédio na rua do Rosário, dois outros prédios na rua das Flores e um outro na rua da Quitanda.⁸

No ano de 1710, conforme afirma Vieira Fazenda, teria ocorrido um *princípio de incêndio* na ermida,⁹ na ocasião da invasão francesa chefiada por Duclerc, quando este avançou com uma força de 1.200 homens pelas encostas do Desterro e lá travaram combate contra cerca de 200 paisanos que ocupavam o topo do morro e, portanto, a Ermida do Desterro.

Pizarro e Araújo¹⁰ conta que, em 1714, três religiosos marianos – fr. Custódio de Jesus Maria, fr. Manuel da Purificação e fr. Afonso de Jesus Maria – chegavam ao Rio de Janeiro, vindos da Bahia, com o intuito de fundar um convento de sua Ordem junto à ermida de Nossa Senhora do Desterro. Seis anos mais tarde retornaram a Salvador, visto que não encontraram receptividade e auxílio no Rio de Janeiro para a concretização de seus desígnios.

Pizarro¹¹ informa ainda que, em 1734, a Ermida do Desterro e seus bens foram julgados como devolutos à Coroa de Portugal e o bispo frei Antonio de Guadalupe – que sempre desejava estabelecer um Seminário no Rio de Janeiro – solicitou ao patrimônio da ermida a fundação do Seminário Episcopal de São José.

Vieira Fazenda¹² dá notícia de que em 1738 a capela de Nossa Senhora do Desterro serviu de residência provisória aos religiosos Capuchinhos Italianos, também chamados *Barbonos* ou *Barbadinhos*, que a deixaram no ano seguinte, por estar a capela em péssimo estado de conservação e por nela “chover como na rua”. Alojaram-se em 1742 em um terreno com três casinhas, no Caminho do Desterro, oferecido pelo governador Gomes Freire de Andrade, onde construíram o Hospício dos Barbonos.

O Convento

A história do Convento de Santa Teresa, de tão grande natureza, como afirmou Adèle Toussaint-Samson, será aqui descrita a partir de um manuscrito examinado pelas religiosas do Convento, e cujo exame originou a pequena publicação editada em 1955, ainda desconhecida, de título “Convento de Santa Teresa. Notícia histórica pelas religiosas do Convento”.¹³

O manuscrito intitulado *Memórias do Padre José Gonçalves e Madre Inácia Catarina* é documento inédito e foi cuidadosamente explorado pelas religiosas do Convento naquela edição. É bem verdade que Joaquim Manuel de Macedo, na obra *Um passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, publicada em 1862, comenta a existência desse manuscrito, que considera impregnado de fanatismo religioso e, por esta razão, foi por ele descartado do rol de documentos que utilizou na descrição histórica que realiza sobre o Convento em seu livro. Aliás, o descarte desse documento de natureza religiosa pelo autor é até compreensível, se considerarmos o pensamento positivista, cientificista, predominante em meados do século XIX. Este aspecto, a nosso entender, só reforça o ineditismo do material.

Considerações à parte, comentaremos aqui alguns aspectos desse manuscrito, que parece estar depositado nos arquivos do Convento. Trata-se das memórias deixadas por dois religiosos – padre José Gonçalves e madre Inácia Catarina – que, em momentos e temporalidades distintas, resolveram registrar por escrito suas impressões e experiências junto à vida religiosa no interior do convento. Essas memórias – absolutamente esquecidas – foram resgatadas e reunidas, muitos anos mais tarde, por iniciativa de outro religioso de nome frei João dos Santos, carmelita descalço que chegou ao Rio de Janeiro junto da família real portuguesa no início do século XIX.

A importância das Memórias reside não apenas em seu conteúdo, mas naquilo que representam historicamente os autores das mesmas. Isto porque madre Inácia Catarina foi uma das professoras, sendo, portanto, testemunha e personagem da história do Convento. O padre José Gonçalves, por sua vez, trabalhou em benefício do Convento como síndico até 1802, como capelão até 1804 e era, ao fim e ao cabo, irmão de Jacinta Rodrigues Aires, depois madre Jacinta, fundadora do Convento de Santa Teresa.

Como é possível imaginar, as Memórias do Padre José Gonçalves e de Madre Inácia Catarina trazem um conteúdo histórico profundo e revelam muito da história do Convento de Santa Teresa, que iremos aqui descortinar.

Sua origem vincula-se profundamente à figura de Jacinta Rodrigues Aires. Nascida no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1715, Jacinta era filha de José Rodrigues Aires e Dona Maria de Lemos Pereira, figuras nobres e abastadas. Após o falecimento de seu pai, Jacinta testemunha o segundo casamento de sua mãe com o comendador geral de Artilharia André Gonçalves dos Santos, também viúvo e pai de três filhos de suas primeiras núpcias.

Jacinta sempre desejou a vida no claustro, dizendo-se instruída por vozes e visões que determinavam sua vocação religiosa. Seu padrasto André Gonçalves compreendia a missão que desejava cumprir, ao contrário de sua mãe, Dona Maria, receosa das renúncias que a filha sofreria.

Na ausência de conventos de freiras na cidade, Jacinta foi a Lisboa realizar seus anelos, graças ao empenho de seu padrasto, que requereu licença ao rei d. João V para que Jacinta e sua irmã Francisca embarcassem rumo a Lisboa para lá escolherem um convento a seu gosto.

Um incidente, porém, impede que Jacinta e Francisca realizem a viagem tão esperada. Às vésperas da partida, Jacinta sofre um acidente, fratura o quadril e, até que se recuperasse, ficou impedida de viajar.

Nessa época, Jacinta costumava confessar-se com o frei capuchinho Jacinto de Foligno, que chegou ao Rio de 1738 chefiando a primeira leva de missionários italianos estabelecidos provisoriamente na Ermida do Desterro, onde Jacinta costumava frequentar as cerimônias religiosas.

Já convalescente, percorrendo o caminho até a ermida, Jacinta – que estava em companhia de Francisca e de seu irmão José Gonçalves¹⁴ – teve a curiosidade de conhecer o terreno semiabandonado da Chácara da Bica no Caminho de Matacavalos (hoje Rua do Riachuelo), pensando em estabelecer ali seu lugar de retiro e oração. A Chácara era arborizada e havia no terreno umas casas de taipa arruinadas, sem portas, e uma fonte. Jacinta encontrou ali a simplicidade que buscava para iniciar seu recolhimento e, com a ajuda de seu tio, o capitão-mor Manuel Pereira Ramos, adquiriu a velha chácara no ano de 1742.

Em 27 de março desse mesmo ano, acompanhada de uma escrava, e de seus irmãos Francisca e José Gonçalves, Jacinta partiu de madrugada sem despedir-se de seus familiares. Com a imagem do Menino Deus nos braços, foi à Ermida do Desterro, confessou-se, assistiu à missa, comungou e encerrou-se para sempre no retiro da Chácara. A partir desta data, as irmãs adotaram os nomes claustrais de Jacinta de São José e Francisca de Jesus Maria.

Segundo as *Memórias do Padre José Gonçalves*, assim que entrou na casa de taipa, Jacinta tratou de acomodar a imagem que carregava. Tudo estava vazio e, por isso, padre José buscou dois pedaços de madeira, fincou-os em duas fendas na parede, paralelamente, estendeu um lenço por cima, amarrando-o por baixo, e ornamentou com alguns galhos de manjerição o nicho, criado para abrigar a imagem do Menino Deus.

Jacinta, porém, estava determinada a construir em sua chácara uma capela dedicada ao Menino Jesus e, com esse intuito, pediu a José Gonçalves que vendesse uns brincos, para que, com o dinheiro da venda, pudesse dar início às obras. A construção foi autorizada pelo bispo d. João da Cruz e a conclusão da obra foi rápida, graças à supervisão e ao intenso trabalho de Jacinta, Francisca, José e alguns escravos da família, que, juntos, carregaram pedras até sua completa edificação.

A Capela possuía altar e um pequeno postigo que servia de confessionário, ao lado do Evangelho, sobre o presbitério. Do coro, as irmãs desciam para comungar em uma casinha fechada, construída ao pé da escada. Segundo Balthazar da Silva Lisboa, o bispo d. João da Cruz, que por duas vezes celebrou missas na Capela, presenteou as irmãs com uma imagem de Nossa Senhora do Carmo e outra de São João da Cruz, *existentes até hoje no Convento*.¹⁵

A Capela do Menino Deus¹⁶ foi benta segundo Ritual Romano no dia 31 de dezembro de 1743 e, em 1º de janeiro de 1744, teve lugar a primeira missa celebrada na capela, por frei Manuel de Jesus, secretário do bispo, que se mostrou sensibilizado com tamanha pobreza e recolhimento das irmãs.

Em sua Casa de Recolhimento, Jacinta e suas companheiras executavam trabalho braçal, cultivavam a horta e o jardim. Na ocasião da morte de Francisca de Jesus Maria, em 13 de julho de 1748, vítima de tuberculose e sepultada na Capela do Menino Deus, as congregadas reunidas em torno de Jacinta de São José eram em número de doze e intitulavam-se *recolhidas* ou *recoletas*.

Convencida de que o governador Gomes Freire de Andrade¹⁷ edificaria um convento para as recolhidas, madre Jacinta solicitou uma audiência e, para sua surpresa, o governador foi até a chácara na companhia do bispo d. Antonio do Desterro, a fim de melhor examinar a proposta.¹⁸ Ao constatar tamanha pobreza, Gomes Freire comprometeu-se a construir o convento. Ficaria ele responsável pela construção e o bispo se encarregaria do Breve Pontifício e das licenças régias.

Assim, a devoção de Jacinta entusiasmou o governador, que a ela confiou a aspiração que há tanto nutria: a construção de um convento de carmelitas, sob a regra de Teresa de Jesus: a Ordem das Teresinas ou das Carmelitas Descalças, da qual era a fundadora no Brasil.

O local escolhido para a construção do convento, porém, não seria a antiga Chácara da Bica, onde se recolhia Jacinta e onde fora construída a Capela do Menino Deus. Gomes Freire sugeriu para a construção justamente o sítio onde se localizava a primitiva Ermida do Desterro.

Em 24 de julho de 1750, em grande cerimônia, é lançada a pedra fundamental do Convento, por Provisão do bispo d. Antonio do Desterro de 15 de junho do mesmo ano.

Pela iniciativa de reedificar a Ermida do Desterro e fundar o Convento anexo, o bispo d. Antonio do Desterro concedeu a Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, o privilégio de padroeiro, cujas prerrogativas incluía-

entre outras, incensar em honra de purificações nas festividades e atos públicos, e uma cadeira no arco da capela-mor, onde lhe foi destinada uma sepultura.

Em 1751, portanto, um ano após o início da construção, sob direção e projeto do engenheiro brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, as recolhidas já residiam em uma das alas do Convento em construção, sujeitas às práticas do noviciado.

Tudo parecia bem conduzido, até que madre Jacinta viu-se obrigada a travar mais uma luta – e desta vez com o bispo – para fazer valer sua vocação e fé.

O bispo d. Antonio do Desterro apoiava a devoção das religiosas e o estabelecimento de mais um convento, no entanto, não aprovava o exagero místico e a severidade das regras de Santa Teresa. Assim, madre Jacinta e as irmãs foram ordenadas a professar, no novo convento, as regras de Santa Clara, as mesmas seguidas pelas freiras do Convento da Ajuda.

Inconformada, madre Jacinta consegue impedir a execução do Breve Pontifício e segue para Lisboa, em segredo, em 14 de novembro de 1753, para conseguir realizar suas reais intenções. Em Portugal, durante os dois anos de sua permanência, vivenciou um outro episódio dramático: o terremoto de Lisboa em 1755, do qual, felizmente, saiu ilesa.

Madre Jacinta retorna ao Brasil em abril de 1756 com o novo Breve Pontifício e o beneplácito real concedido por d. José I, garantindo que trinta e três religiosas no Rio de Janeiro professassem a regra de Santa Teresa e que a Casa de Recolhimento do Desterro fosse legitimada como Convento da Ordem das Carmelitas Descalças.

Contrariado, o bispo d. Antonio do Desterro utilizou-se de todos os recursos para retardar a execução do Breve e, a essa altura, as obras do convento caminhavam a passos lentos, devido ao embate entre Gomes Freire – a favor de madre Jacinta – e o bispo, achando-se o convento concluído apenas naquilo que lhe era indispensável.

A morte do conde de Bobadela, em 1º de janeiro de 1763, impediu que visse a profissão das irmãs na regra de Santa Teresa. Antes de falecer, confessou Gomes Freire: “A casa de Bobadela fica feita, mas as minhas filhas ficam ainda sem casa”. Com a devida pompa, seu corpo foi levado à Igreja do Convento do Desterro, sendo sepultado no cruzeiro da Igreja em 2 de janeiro de 1763.

Madre Jacinta, por sua vez, faleceu cinco anos mais tarde no Convento que fundara, em 2 de outubro de 1768, sem ter sido freira de Santa Teresa. Sobre madre Jacinta, diz madre Inácia Catarina em suas *Memórias*:

Era muito discreta, de grande coração, gênio alegre, muito agradável e igualmente grave, de ânimo sincero, cheia de piedade, muito prudente e de uma presença respeitável. Também era formosa e muito graciosa e tudo nela era natural, sem nada de afetação, do que sempre foi contrária.¹⁹

Bobadela e Jacinta foram sepultados na igreja do convento e, até hoje, os dois jazigos permanecem lado a lado.

Após a morte de Jacinta, o bispo d. Antonio do Desterro logo confirmou a escolha da nova priora, madre Maria da Encarnação, que possuía 29 anos, dos quais 19 de clausura, pois ingressou na vida claustral com 10 anos de idade.

Com a morte do bispo d. Antonio do Desterro em 5 de dezembro de 1773, o Bispado é sucedido por d. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo Branco. Curiosamente, o bispo d. José era sobrinho do padre d. Inácio Manuel da Costa Mascarenhas, confessor de madre Jacinta na Capela do Menino Deus.

Com a morte de d. José I em 1773 e a sucessão de d. Maria I ao trono, a rainha confirma o alvará de El Rei seu pai, que outorgou às recolhidas a graça de poderem possuir legitimamente os bens já adquiridos.

Em procissão realizada em 15 de junho de 1780, o bispo acompanhou as religiosas da casa claustral de Nossa Senhora da Ajuda, onde estavam alojadas, até a clausura do novo convento para, no dia seguinte, serem investidas no hábito da ordem carmelitana, sob a regência da madre Maria da Encarnação, que a exerceu por 38 anos, até o ano de sua morte, em 1834.

O ano de 1781, conforme notícia histórica feita pelas religiosas do convento, marca o início de uma segunda geração de professoras que ingressam na vida claustral.

Em 1805, passados cerca de 50 anos desde a construção do convento, o edifício precisava de reparos e, na igreja e sacristia, houve uma grande reforma. Foi construída nova residência para o capelão, na frente da igreja foi colocada a cruz de pedra de cantaria com sua peanha e, na sacristia, um lavatório de mármore vindo de Lisboa.

Em 1808, quando da chegada da família real ao Rio de Janeiro, conta-se que o Convento acendeu luminárias de sebo, e as cerimônias da igreja foram frequentadas por membros da família real. As princesas mandavam celebrar missas, encomendavam flores, mas não consta que tenham usado do privilégio outorgado às famílias reinantes, de entrar na clausura.

Na ocasião da morte de d. Maria I, a Ordem de Malta celebrou com grandeza as exéquias na Igreja do Desterro.

Em 1821, padre Perereca afirmava que o Convento seguia “a profissão religiosa no rigor da primitiva e pode-se dizer sem exageração que esta casa é morada dos anjos, centro da virtude e coluna do Rio de Janeiro”.²⁰

Após a independência brasileira, em 1822, permanece o ingresso de professoras no Convento, até que, em 1855, já no Segundo Reinado, uma circular manda fechar os noviciados por Ordem do Governo Imperial, que desejava a reforma das ordens religiosas. Em 1883, a crise é agravada com a assinatura pelo imperador de uma lei que convertia os bens das corporações religiosas em apólices da dívida pública, lei revogada somente em 1891, após a Proclamação da República.

Em 18 de junho 1938 o Convento de Santa Teresa do Desterro foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Sobre os aspectos gerais do conjunto arquitetônico formado pela igreja e pelo convento, pode-se dizer que entre os dois volumes encontra-se a torre sineira. Sua concepção estilística é austera, sem requinte técnico ou formal. No século XVIII, os elementos arquitetônicos que aparecem nas fachadas das edificações são traços evidentes da forte influência da arquitetura portuguesa no Rio de Janeiro colonial.

Na portaria do Convento, destacam-se sete painéis de azulejos portugueses que remetem às passagens do Velho Testamento e datam da segunda metade do século XVIII.

Sobre os aspectos internos e externos do Convento, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, em 1861, deixou-nos a seguinte descrição:

No fim da Rua dos Barbons começa a ladeira que vai ter ao Convento de Santa Teresa, edifício pequeno, de má arquitetura, composto de dois pavimentos, estando a face mais extensa voltada para o sul; há nesta face dez janelas com grades de ferro e rótulas de madeira. A portaria fica na face anterior, lendo-se sobre o pórtico a inscrição seguinte ‘Fundado em 1750’. Sobre a portaria há uma janela. Estende-se o convento pela parte posterior da igreja, apresentando ao lado esquerdo da capela-mor três janelas no segundo andar e três portas no primeiro. Junto à portaria levanta-se a torre da igreja, que está voltada para a cidade e tem a porta de

entrada pela lateral esquerda; sobre o pórtico estão as insígnias do Carmelo. No interior é a igreja pequena, simples e ornada com três altares, estando no centro a Sacra Família, no do lado da Epístola de Santa Teresa, Santa Úrsula e Santa Bárbara e, no do lado do Evangelho, Cristo, São João de Deus e Senhora do Carmo.²¹

Se foi o olhar arguto de Adèle Toussaint-Samson e o registro de suas memórias que nos conduziram ao resgate da história do Convento de Santa Teresa, capturemos também, neste momento, impressões outras sobre a igreja e o convento do Desterro, deixadas por personagens que viveram o século XIX, e que com suas penas também escreveram a História do Rio de Janeiro.

John Luccock, inglês que visitou o Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, assim descreve o convento construído por ordem de Gomes Freire:

Sobre uma eminência deliciosa e dominando os jardins públicos, acha-se o convento de Santa Teresa. O acesso é íngreme, porém bem calçado e feito tão ameno quanto o permite a natureza do terreno. Encerra vinte e uma freiras sendo classificado logo após o da Ajuda. A Capela é pequena, mas graciosa; por trás ficam os aposentos domésticos. Os jardins acham-se sobre um declive que se volta para oeste e goza das vantagens de possuir água do aqueduto público que por ele atravessa. Não parecem muito próprios a reclusas, pois que as alturas circunvizinhas os devassam. Reparámos o cuidado extraordinário que se demonstrava ter tido no garantir as janelas dessa casa, motivado, ao que dizem, pelo fato de, por uma delas, se ter dado uma fuga, há poucos anos atrás.²²

Robert Walsh, que chegou ao Brasil na primeira metade do século XIX como capelão da comitiva de Lord Strangford, destaca, entre outros aspectos, a localização do Convento de Santa Teresa:

Sua localização privilegiada supera até mesmo a do Convento de São Bento; é impossível imaginar local mais apropriado para contemplação. O prédio não é um cercado de muros e pátios ladrilhados como os outros. Sua fachada branca eleva-se de um gramado verde no topo do morro, e é circundado por um jardim natural constituído de arbustos floridos e perfumosos, de onde se descortina a magnífica e variada paisagem da entrada do porto. Como nossa casa ficava situada

perto da base do morro, subia até lá todos os dias com um prazer cada vez maior.²³

Adèle Toussaint-Samson, John Luccock ou Robert Walsh – homem, mulher, francês, inglês. Quando o tema é a secular edificação de Santa Teresa, diferenças de gênero ou nacionalidade não interferem nas impressões deixadas sobre o Convento. Ao contrário, o que se verifica é uma percepção clara, uma leitura única: a de que o Convento é a *morada dos anjos*, o *castelo da Alma*, o *caminho da perfeição* – e, principalmente, um dos mais importantes bens simbólicos da arquitetura religiosa da cidade do Rio de Janeiro.

Cronologia:

- 1620/1629 – Construção de uma ermida consagrada à Sagrada Família, por Antonio Gomes do Desterro, no Morro de Santa Teresa.
- 1714 – Na ermida consagrada à Sagrada Família, alojaram-se três religiosos marianos, frei Custódio de Jesus Maria, frei Manuel da Purificação e frei Afonso de Jesus Maria. Vindos da Bahia para fundar uma casa de sua Ordem. Não tendo receptividade, nem auxílio a seus desígnios, retornaram à Cidade de Salvador em 10 de setembro de 1716.
- 1715 – Nasce Jacinta Rodrigues Aires, fundadora do Convento de Santa Teresa.
- 1725 – Os Capuchinhos italianos instalaram-se na Ermida do Desterro, onde permaneceram até o ano de 1739, na prática de seus exercícios religiosos.
- 1742 – Os Capuchinhos italianos transferem-se para um terreno com três pequenas casas no Caminho de Desterro, oferecido pelo governador Gomes Freire de Andrade e lá construíram o Hospício dos Barbonos. Neste mesmo ano, Jacinta Rodrigues Aires e sua irmã Francisca mudam-se para a Chácara da Bica, contígua do Outeiro da Ermida. Adotam os nomes claustrais de Jacinta de São José e Francisca de Jesus Maria, erguendo uma capela consagrada ao Menino Deus.
- 1743 – A Capela do Menino Deus é benta.
- 1744 – Celebrada a primeira missa na Capela do Menino Deus, erguida por Jacinta de São José na Chácara da Bica.
- 1748 – Morte de Francisca de Jesus Maria, irmã de Jacinta de São José. Nesta ocasião, havia doze congregadas em torno de Jacinta e intitulavam-se “recolhidas” ou “recoletas”.

- 1750 – Sensibilizado com a devoção de Jacinta de São José, o governador Gomes Freire de Andrade confiou a ela a construção de um Convento de Carmelitas, sob a regra de Santa Teresa de Jesus: a Ordem das Teresinas ou das Carmelitas Descalças. O local escolhido para a construção do Convento foi justamente o sítio onde se localizava a primitiva Ermida do Desterro. Neste ano de 1750, foi lançada a pedra fundamental do Convento, por provisão do bispo d. Antonio do Desterro.
- 1752 – Abertura do Caminho para o Convento de Santa Teresa ou Caminho de Santa Teresa.
- 1859 – O Caminho de Santa Teresa passa a denominar-se Ladeira de Santa Teresa.
- 1920 – Permanecendo abandonado durante décadas, a Capela do Menino Deus arruinou-se. Neste ano de 1920, porém, foi reconstruída no mesmo local pelas Carmelitas de Santa Teresa, auxiliadas pela Sociedade de São Vicente de Paula.
- 1925 – A nova Capela foi inaugurada, sob a invocação do Menino Deus e de Nossa Senhora da Conceição.

Notas

1. TOUSSAINT-SAMSON, A. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003, p. 88.
2. LOS RIOS FILHO, A. M. de. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, Univercidade, s/d. 2. ed., 1 ed., 1946. p. 171.
3. TOUSSAINT-SAMSON, A. *Op. cit.* p. 88
4. *Ibid.*
5. *Ibid.* p. 181.
6. Referimo-nos aqui a Luis Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, autor das *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1981.
7. MACEDO, J. M. de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. de J.M.Nunes Garcia, 1862. p. 154.
8. FAZENDA, J. V. *Antiquilhas e Memórias*. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 88, 1920, p. 142.
9. FAZENDA, J. V. *Op. cit.*, tomo 89, volume 143, 1920, p. 243.
10. PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Imprensa Nacional, 1948, volume VII, p. 256.
11. PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. *Op. cit.* Volume IV, p. 219.
12. FAZENDA, J. V. *Op. cit.*, volume 140, 1920, p. 146.

13. *Convento de Santa Teresa*. Notícia histórica pelas religiosas do Convento. Rio de Janeiro, 1955.
14. Autor do manuscrito inédito "Memórias do Padre José Gonçalves" e filho de André Gonçalves, padrasto de Jacinta.
15. LISBOA, B. da S. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. Seignot Plancher e Cia., 1835, vol. VII, p. 399.
16. A Capela do Menino Deus decaíra com a transferência das recolhidas para o Convento do Desterro em 1751. Chegou a ficar inteiramente arruinada. Em 1837 foi restaurada e, na segunda metade do século XIX, com a proibição de novas profissões, foi decalndo a capela primitiva, arruinando-se uma vez mais. A imagem do Menino Deus foi transferida para a Igreja do Convento e colocada no altar de Santa Teresa. Aí permaneceu até 6 de janeiro de 1925, quando foi levada solenemente por uma grande multidão, na ocasião em que era inaugurada a nova capela reconstruída pela Associação de São Vicente de Paula, localizada hoje na Rua do Riachuelo.
17. Gomes Freire de Andrade, em seus trinta anos de governo – 1733-1763 –, modificou a vida na cidade do Rio de Janeiro, sendo considerado um dos principais governadores dos tempos coloniais. Além da construção do Convento de Santa Teresa, seu nome liga-se à construção dos Arcos da Carioca e reconstrução do Aqueduto, obra iniciada em 1673 e por ele concluída em 1744, unindo o Morro de Santa Teresa ao de Santo Antonio. Foi responsável também pela criação da Academia dos Felizes e dos Seletos, da Igreja de Sant'Anna e São Domingos e da construção de chafarizes.
18. Arquivo do Conselho Ultramarino no. 17.555 In: *Convento de Santa Teresa. Notícia histórica pelas religiosas do Convento*. Rio de Janeiro, 1955.
19. *Memórias do Padre José Gonçalves e Madre Inácia Catarina*. Manuscrito. Orig. S/d.
20. SANTOS, L. G. dos. *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
21. AZEVEDO, M. D. M. de. *O Rio de Janeiro*. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969, vol. I, p. 168-169.
22. LUCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975. p. 46.
23. WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1985. p. 150.

Aos esquecidos, uma reparação. Estudo sobre um operário do Arsenal de Guerra na Guerra do Paraguai

Adler Homero Fonseca de Castro*

RESUMO

O artigo procura fazer uma relação entre a forma como as pessoas de destaque em todos os ramos da atividade humana, os “heróis”, eram tratados pela sociedade e, mais especificamente, na historiografia oficial e nos museus. Dá-se ênfase especial aos heróis tradicionais, os representantes das elites e, entre esses, os militares, tendo em vista o papel que tiveram na formação das coleções do Museu Histórico Nacional. A partir daí procuramos abordar como a museografia mais atual, voltada para a representação de espectros mais amplos da sociedade, pode tratar da questão do “herói anônimo”, usando para isso a documentação sobre um sargento que combateu na Guerra do Paraguai como um exemplo das possibilidades para trabalhar com os segmentos ditos “subalternos” da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Herói, Guerra do Paraguai, Medalhas, História Militar, Museu Histórico Nacional.

ABSTRACT

To the Forgotten, a reparation. A study about about War Arsenal worker in the Paraguay War

This article tries to link how people who are in the spotlight in all branches of human activity, the “heroes”, were treated by society e, more specifically, historiography and museums. Special emphasis is given to the traditional heroes, representatives of the elite and, among those, the military, given their role in the building of the Museum of National History collections. From that, we try to approach how current museography, which focuses on a broader representation of society, may regard the “anonymous hero” issue, using documents about a Paraguay War sergeant as an example of possibilities for working with said “underling” segments of society.

KEYWORDS

Hero, Paraguay War, Medals, Military History, Museum of National History

O ser herói, Marília, não consiste
 Em queimar os Impérios: move a guerra,
 Espalha o sangue humano,
 E despovo a terra
 Também o mau tirano.
 Consiste o ser herói em viver justo:
 E tanto pode ser herói pobre,
 Como o maior Augusto.¹

O conceito de herói é um importante componente em nossa sociedade. De uma forma ampla, pode ser o herói das artes, que a revoluciona criando novos paradigmas: Bach, Picasso ou Rodin são exemplos desses homens admirados por todos. Pode ser um herói das letras, como Camões ou Guimarães Rosa, pode ser um artista de televisão que, com sua fama passageira, impressiona os fãs. Certamente, servidores públicos, mesmo que anônimos, que colocam sua vida pelo bem alheio, como os bombeiros, são vistos como heróis. O herói pode até ser um criminoso, um Lampião que, apesar de sua história de cruéis assassinatos, capturou a imaginação das pessoas, gerando sobre ele toda uma mitologia que distorce a verdade dos fatos. Todas essas pessoas têm qualidades que geram apreço ou até inveja, levando as pessoas a procurarem imitar as boas qualidades de seus ídolos, mesmo que estas “qualidades” não sejam as que convenciamos considerar como louváveis.

Entretanto, o sentido mais comum de herói é o militar, o “homem extraordinário por seus feitos guerreiros, seu valor ou sua magnanimidade”,² realizações que são, como se diz na linguagem militar, “acima e além da linha do dever” e que, muitas vezes, implicam em risco de vida para a pessoa que pratica os feitos. Isso porque a guerra, desde a Antiguidade, é considerada como o campo de maior expressão das qualidades humanas. Como escreveria o filósofo Heráclito de Éfeso, no século V a.C.: “o combate é de todas as coisas pai, de todas rei, e uns ele revelou deuses, outros, homens; de uns fez escravos, de outros livres”.³

*Mestre em História – Pesquisador do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Heróis míticos ou históricos aparecem a todo momento, ligados a guerras: Aquiles em Troia, Horácio na ponte, o rei Arthur da procura do cálice sagrado, Rolando em Roncesvalles, o rei d. Sebastião que “voltará por uma manhã de névoa, no seu cavalo branco”, quando a nação precisar. E assim por diante. A noção de um homem excepcional, no lugar certo e no momento exato, salvando a situação de forma gloriosa, por atos de incrível coragem, é fundamental para a formação psicológica dos guerreiros e de seus sucessores mais organizados, os membros das forças armadas. Como no caso dos heróis da sociedade como um todo, esses homens servem de exemplo de comportamento a ser seguido pelos soldados.

Por causa dessa ideia, de que a emulação de qualidades guerreiras é desejável, as forças armadas, desde o início do século XIX, recriaram mecanismos para premiar o valor militar. Os romanos tinham diversos meios de reconhecer atos de bravura ou desprendimento. Este foi o caso de Júlio César, que recebeu e portava com orgulho uma *corona cívica*, condecoração que era agraciada àqueles que salvavam a vida de um cidadão romano e dava direito ao seu portador de, quando visitava o senado, ser aplaudido de pé pelos senadores.

Durante as Idades Média e Moderna, o ideal da nobreza cavaleira modificou a ideia de se premiar uma pessoa por atos de bravura. A rígida divisão de classes tinha o pressuposto de que atos de bravura já eram esperados da nobreza, ao mesmo tempo em que estes eram desprezados, se praticados pelas classes subalternas. Isso é bem claro na prática da época, de se recompensar os feitos militares de pessoas “não nobres” com dinheiro, como se o ato de coragem fosse uma coisa comercial e, portanto, vista com desprezo perante uma sociedade em que os trabalhadores eram tratados como inferiores.

Na França, a limitação de acesso dos grupos subalternos à nobreza era tal que o governo chegou a tomar medidas que excluía os não-nobres dos postos do oficialato em 1781 e, mesmo antes disso, os “pebleus” que tinham acesso a esses postos eram vistos com certo desprezo. Um exemplo pode ser visto no caso do tenente Lantier, filho de um rico mercador de Marselha. Ele, quando estava de licença em casa, em 1764, recebeu a seguinte carta de seu coronel comandante, o marquês de Crenolle, informando que seu lugar no regimento tinha sido tomado por um nobre:

Você é uma pessoa próspera e jovem, e não ficará sem ocupação, desde que se devote ao tipo de vida que foi seguido por seus ancestrais – é perfeitamente aceitável quando é seguida de forma honrosa. Entretanto, ao desejar servir no exército, você está fora de sua esfera; volte para sua condição anterior e ficará feliz. Sei, *Monsieur*, que a fidalguia é resultado do acaso e que não deveria ser objeto de orgulho vanglorioso. Mas o berço traz privilégios e direitos que não podem ser violados sem perturbar a ordem pública.⁴

Nesta conjuntura, só existiam as condecorações das ordens militares, ligadas ainda ao espírito medieval, de se reconhecer apenas as realizações da nobreza como sendo válidas. Passar a fazer parte de uma das ordens militares então existentes era equivalente a ser elevado a um grau de fidalguia, a baixa nobreza. Felipe Camarão, o índio das Guerras Holandesas, por exemplo, recebeu um hábito da ordem de Cristo, que o transformava em cavaleiro, mesmo não tendo provas de “pureza de raça”, que eram necessárias para poder pertencer à Ordem de Cristo.

Com as guerras napoleônicas, essa forma de pensar e agir se alterou. Os exércitos nacionais, criados naquele momento, não eram mais liderados pelos nobres, suas fileiras não eram mais compostas pela “escória” da sociedade, mas sim por soldados-cidadãos. Estes tinham que ser tratados de forma mais humana que antes e, mais importante, tinham que ser motivados para o combate. Esta motivação não podia ser monetária, pois isso nunca tinha sido realmente eficiente: os exércitos, agora formados por pessoas que tinham repulsa às antigas ideias dos soldados como mercenários, e que tinham o ideal de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” como lema, estavam engajados em causas nacionais e não mais simplesmente em nome de uma casa reinante. Era vital, portanto, dar incentivos que agissem sobre a ideia de patriotismo e de interesse coletivo. De modo geral, esse processo implicou na criação e adoção de símbolos nacionais – como as bandeiras, hinos e brasões – que fizessem com que cada soldado se identificasse com ideais abstratos, maiores do que aqueles que imediatamente lhe interessavam, como a sua família, amigos e localidade natal. Do ponto de vista do incentivo a atos de bravura, foram recriados instrumentos de reconhecimento de realizações individuais, as medalhas.

O melhor tratamento dos soldados, condecorações e o fim de barreiras sociais para ascensão ao oficialato, introduzidos inicialmente na França, pro-

duziram toda uma mudança no modo de pensar dos exércitos. Nas tropas napoleônicas se podia dizer que “cada soldado carregava o bastão de marechal na mochila”, pois era uma força militar onde cada soldado podia ter seus feitos reconhecidos. Essa revolução pode ser vista comparando-se o exército inglês – ainda organizado nos termos do Antigo Regime – com o francês de 1805. Naquele período, apenas 5,42 % dos oficiais ingleses tinham vindo “das fileiras”, eram praças que tinham sido promovidos. No exército francês, os oficiais que tinham começado sua carreira como praças eram 50% do total.⁵

Uma forma de reconhecimento de mais fácil aplicação, que não implicava em problemas administrativos (afinal, nem todos os soldados bravos têm capacitação para exercer um comando), era a outorga de medalhas para aqueles que se destacavam por seus feitos marciais. Mesmo nos países comunistas, onde os princípios de igualdade deveriam ser incentivados, as medalhas militares como reconhecimento de atos de destaque continuaram em uso, tanto é que uma das maiores condecorações soviéticas era, simbolicamente, a medalha “Herói da União Soviética”.

Esses prêmios, dados tanto a oficiais como a soldados, rompiam com qualquer barreira de classe: por exemplo, os recipientes da Medalha de Honra do Congresso, dos Estados Unidos, deviam ser saudados por oficiais de qualquer patente, não importasse seu posto ou graduação, enquanto nas forças armadas, o normal é o militar de patente inferior prestar continência a seu superior. Neste sentido, o portador da Medalha de Honra passa a ser saudado como um superior, mesmo que seja um general passando por um simples soldado que a use. Na URSS, o soldado que portasse uma medalha de “Herói da União Soviética” teria algumas vantagens menores específicas; o que recebesse duas medalhas destas teria direito a ter seu busto colocado em uma praça de sua cidade natal; e o que recebesse três medalhas (um caso bem raro) teria o direito a ter uma estátua colocada em uma coluna em Moscou – isso sem importar a origem ou a patente do agraciado.

Napoleão percebeu bem a importância de se reconhecer o valor. Uma das coisas que ele teria dito representa isso bem:

Desafio qualquer pessoa a me mostrar uma República, seja antiga ou moderna, na qual não tenha havido distinções baseadas no mérito (...) Antes de mais nada, os franceses (...) têm um sentimento maior: a honra.

Assim, eles precisam de algo que lhes sustente esse sentimento: precisam de distinções.⁶

Quando alguns oficiais criticavam a *Legion d'honneur*, chamando-a de um chocalho de criança, Napoleão, novamente, teria dito: “homens iriam arriscar suas vidas por esses chocalhos, que os marcam como homens que a França tinha honrado”.⁷

O importante não é qual a medalha de bravura e quais os direitos específicos que ela dava – toda pessoa que a porta no peito separa-se dos outros pelos atos que realizou, distinguindo-se da massa por seu mérito individual. Desta forma, a distribuição de medalhas foi um dos meios mais eficazes para o reconhecimento de valor e socialização dos ideais da pátria defendidos pelos exércitos nacionais. Dentro desse espírito, no Brasil, já em 1809 foi criada uma medalha militar para premiar todos os participantes da invasão de Caiena, operação militar feita como represália pela ocupação de Portugal pelos franceses no ano anterior.

Este gesto se repetiu em outras campanhas militares desde então, até hoje havendo no Brasil diversas condecorações que são dadas àqueles que participaram em campanhas militares ou se destacaram por atos de abnegação ou de bravura. E as ações do nosso exército não ficaram só nisso. O Museu do Exército, criado em 1865, não só tinha o propósito de recolher os troféus de guerra obtidos no campo de batalha, preservando os atos das tropas que os conquistaram, mas também tinha a previsão de ter pinturas e estátuas dos heróis da pátria.

O Museu Histórico Nacional (MHN) acabou refletindo essa visão, de valorizar os feitos militares como uma forma de criação de um sentimento nacional. Seu fundador, Gustavo Barroso, era um nacionalista extremado, autor de diversos livros sobre história militar e por isso fica claro que sua proposta original, definida no artigo *Museu Militar* de 1911, era, como o nome diz, a criação de um museu militar, voltado para um determinado passado glorioso da nação e, é claro, seus heróis e feitos.

Daí que o MHN tenha incorporado, quando da sua criação, os antigos Museus de Artilharia e do Estado Maior do Exército, já que o Museu Militar de 1865 tinha sido extinto em uma das muitas reviravoltas da política cultural do Exército. Também se entende perfeitamente a ênfase que era dada na exposição inicial aos troféus de guerra e diversos objetos ligados aos heróis e “pais” da pátria, como a túnica manchada de sangue do primeiro tenente Mariz

e Barros, que a usava quando foi morto em combate a bordo do encouraçado *Tamandaré*, a sobrecasaca do conde d'Eu, dezenas de espadas de generais e os bustos presenteados por uma comissão portuguesa, em comemoração à vitória contra o Paraguai.⁸ Estes e outros objetos mais estranhos, como os fragmentos de ossos da mandíbula do general Osório, resultado de um ferimento em combate, ou até a alça do caixão do duque de Caxias, serviam para tentar recriar uma ideia de passado glorioso para os visitantes do Museu.

Contudo, o MHN, em suas coleções, refletia um problema do próprio Exército – e de nossa sociedade como um todo. É fácil encontrar ruas, avenidas e outros logradouros públicos com o nome de generais e almirantes. No Museu, os heróis da pátria estavam (e estão) presentes na exposição, até excessivamente; dezenas de generais e coronéis, um ou outro capitão e tenente, tiveram seus objetos preservados. Por outro lado, soldados rasos, cabos e sargentos são conspícuos – por sua ausência – dessa representação e homenagem, tanto nas ruas e avenidas de nossas cidades como nas coleções do Museu. No MHN há objetos usados por soldados, como armas, peças de equipamento, uniformes, etc., mas são objetos anônimos, sem “dono”. São representações da massa amorfa, excluída da participação efetiva nos atos de construção da nação, os “bestializados” da muito citada frase de Aristides Lobo sobre como o povo assistiu, passivamente, à proclamação da República.

Ainda falando do antigo MHN, isso se entendia. Afinal, as exposições do museu apenas refletiam uma ideia de organização social em que o trabalho, e por consequência as classes trabalhadoras, eram vistos como “degradantes” e “indignos” – tanto é que os únicos objetos ligados ao trabalho, existentes nas antigas coleções do museu, eram instrumentos de castigo de escravos. No ponto de vista dos fundadores da Instituição, o que interessava era o “homem-época”,⁹ que conseguia sozinho modificar os acontecimentos e a sociedade. As pessoas comuns que formavam essa mesma sociedade não interessavam, eram vistas como objetos passivos, a serem manipulados pelo grande homem, o herói.

Com a mudança na forma de se ver a História e a Museologia, esse procedimento de recolhimento de acervos gerou uma série de problemas. No campo da História Militar, quando se iniciaram as discussões para reformulação da exposição de longa duração do MHN, na década de 1990, os pesquisadores se depararam com uma dificuldade. Uma das sugestões apresentadas seria alternar a exposição entre os fatos marcantes da história e aspectos da vida cotidiana

dos soldados. Esta proposta teve que ser descartada, entre outros motivos, pela dificuldade que haveria de se montar uma exposição para a qual praticamente não havia objetos disponíveis sobre o soldado individual – isso em um museu com um dos maiores, senão o maior, acervo militar do País.

Em termos do uso da história, se essa visão e forma de tratar a questão eram compreensíveis para o museu dos anos vinte e quarenta do século passado, ela não era para as Forças Armadas. É claro que os comandantes dos exércitos são decisivos para as vitórias militares. Como diz o antigo ditado árabe: “mais vale um exército de carneiros liderados por um leão do que um exército de leões liderados por um carneiro”, no sentido de que é a liderança que vai tomar as decisões que levam à vitória, não importando a composição das tropas. Mas o problema não é de um “socialismo”, de se relevar o papel dos líderes em relação aos dos subordinados. O problema é que, com um exército formado por cidadãos-soldados, é necessária a valorização do papel das praças, pois de outra forma uma força armada eficiente não será possível. Mesmo isso sendo óbvio e com todo o discurso democrático apresentado pelas forças armadas para sua composição, essa valorização das praças nunca ocorreu de fato no Brasil.

Ao contrário da França Napoleônica, as medalhas e outras formas de reconhecimento não eram tais que fizessem com que o soldado se sentisse como se “estivesse carregando um bastão de marechal na mochila”, permitindo-lhe aspirar a ascender socialmente dentro do exército e na própria sociedade. As condecorações chegam a ser segregadas, com diferentes graus, de acordo com os postos dos agraciados, mantendo uma rígida divisão de classes, como a medalha de campanha da guerra do Paraguai. Esta era dada com passadores de cobre para praças, de prata para oficiais inferiores e de ouro para oficiais superiores e generais.

Por outro lado, havia condecorações que não eram segregadas. Contudo, o problema continuava: eram “gerais”, dadas a todos os participantes de um conflito, não importa o que tivessem feito neles – eram as “medalhas de campanha” – que impediam o reconhecimento individual. A situação chegava ao absurdo de se manter a prática medieval de se dar – apenas aos oficiais – medalhas com as características das antigas ordens militares da Idade Média, como as de São Tiago, da Torre e Espada e de São Bento de Avis (antigas ordens portuguesas incorporadas pelo Império) ou Rosa, d. Pedro I e Cruzeiro, criadas no Brasil mas com as mesmas características das ordens portuguesas. Estas

mantinham os nomes e graus das ordens de cavalaria, como o de “cavaleiro”, “oficial”, etc., com o recipiente passando a ter honras de fidalgo.

Medalhas por bravura, que deveriam homenagear principalmente os soldados, foram instituídas. Há poucos dados sobre sua distribuição aos praças durante nossas guerras, nunca tendo sido feito um estudo sobre a forma como elas foram agraciadas nos conflitos. Podemos conjecturar, com base nos poucos indícios existentes, que elas seguiram o padrão das outras condecorações do país, sendo mais dadas em linhas estratificadas, com oficiais ou pessoas oriundas das classes dominantes recebendo uma parcela maior do que deveria ser o caso.

Isso seria de se esperar, já que o nepotismo e o tráfico de influência eram comuns no período. O título deste artigo, “aos esquecidos, uma reparação”, foi tirado de uma carta escrita em 1866 pelo ministro da Justiça ao ministro da Guerra. Nessa carta pedia o reconhecimento dos feitos de um sobrinho seu, capitão do 24º Batalhão de Voluntários da Pátria, que não teria tido uma recompensa adequada por seus atos, em claro ato de tráfico de influência.¹⁰ Os arquivos do ministro da Guerra estão repletos de cartas semelhantes e de outras pedindo favores para protegidos de autoridades do período. Sabe-se que muitas vezes eram atendidos e que isso gerava ressentimentos dentro das próprias fileiras do corpo de oficiais. Um jornal militar, editado em Pernambuco, publicou a seguinte passagem:

Mas quantos desgostos vemos hoje em nossos exércitos! Vemos a cada passo oficiais moços, de ótima construção física e proveitosos, bradarem: eu só quero os vinte e cinco anos para reformar-me!! e se pergunta-se-lhe o porque? respondem: eu não tenho padrinho, e portanto não tenho merecimento; do posto de capitão não passarei!¹¹

Observe-se que estamos falando de reclamações de um oficial do exército, feitas depois da lei de promoções de 1850, criada justamente para diminuir o papel do nepotismo na carreira militar. Numa sociedade rigidamente estratificada, é óbvio que os soldados eram totalmente esquecidos – se não fossem tratados com desprezo.

E este problema de preconceito não se restringiu ao século XIX. Mesmo com o discurso democrático do século XX, pode-se partir do princípio – como de fato o exército considera – de que as guerras e revoltas internas, por terem um caráter fratricida, não devem ser lembradas por medalhas. Isso, mesmo tendo

em vista que uma pessoa que morre por seus ideais, morre da mesma maneira combatendo um inimigo interno, externo ou até mesmo executando um ato de desprendimento pelo bem público, como os militares que atuam em forças de paz.

Desta forma, com um Exército que se envolveu em grande parte em conflitos internos, apenas no 1º Reinado houve um esforço claro de criação não só de um sentimento de orgulho no exército que nascia, com uniformes claramente diferentes dos que eram usados pelo antigo regime colonial e prêmios por bravura (distinção), como a da Confederação do Equador (a raríssima medalha “aos mais bravos”). É interessante observar que as ordens de cavalaria nacionais (Cruzeiro, Pedro I e Rosa), também foram criadas no 1º Reinado, mostrando que o governo, então, percebia o papel que os prêmios por bravura tinham para a formação de um exército coeso e eficiente.

Isso mudou, contudo. As medalhas da Confederação do Equador e a da Guerra dos Farrapos são exceções, pois o exército da Regência e do 2º Reinado, como dissemos acima, preferiu ignorar os conflitos internos, antigos ou mais recentes, como Revolução Praieira, Sabinada, Cabanagem, Canudos, Revolução Federalista e assim por diante, todas sem terem sido lembradas por condecorações. Mesmo nas guerras externas, o Brasil foi parcimonioso em relação às medalhas de bravura. Comuns, só as de campanha, dadas a todos os participantes dos conflitos, independentemente de seus atos neles. E mesmo assim, como já dissemos, essas medalhas às vezes eram hierarquizadas. Na Guerra do Paraguai e na 2ª Guerra Mundial foram criadas medalhas por bravura, mas não temos dados sobre o número de soldados que as receberam. De fato, quando tentamos montar no Museu Militar Conde de Linhares (Rio de Janeiro) um painel em homenagem aos heróis da Força Expedicionária Brasileira, não conseguimos obter essa informação, nem mesmo através da Associação Nacional dos Veteranos da FEB. Na 1ª Grande Guerra a situação foi até pior, os brasileiros que se destacaram em combate tiveram que receber medalhas estrangeiras, como foi o caso do tenente Carlos de Andrade Neves, que recebeu postumamente a *Croix de Guerre* francesa por seus feitos.

Somando-se a todos os problemas, percebe-se ainda que, ao contrário dos outros países, havia uma clara relutância de se homenagear os escalões inferiores do exército. Um “ato falho” bem representativo, nessa linha, pode ser visto em um livro do próprio Museu Histórico Nacional: em uma coletânea de decretos sobre condecorações, o editor, ao comentar o texto

sobre a *Cruz de Combate de 2ª Classe*, diz que a mesma foi feita “para premiar os participantes de feitos excepcionais praticados em conjunto por vários oficiais”.¹² Ao falar em *oficiais* o editor faz uma distinção que não aparece em lugar algum do texto do decreto de criação da *Cruz de Combate*.

Creemos que a melhor comprovação da relutância das elites em recompensar os praças, vistos como “rebotalho”, pode ser visto no caso da medalha “aos mais bravos”, da Guerra do Paraguai. Esta seria um tipo bem específico de prêmio aos que se destacassem em combate, mas não foi dada a ninguém. Segundo a versão oficial, isso não foi feito porque o comandante em chefe do Exército, Caxias, não queria escolher os *mais bravos*, o que deixaria de homenagear outros bravos, cujas ações não tivessem sido reconhecidas. Isso poderia ser uma razão válida – mas não um impedimento, pois já tinha havido uma medalha “aos mais bravos” no Brasil, criada após a derrota da Confederação do Equador. Na verdade, a razão por que Caxias não quis fazê-lo é um claro reflexo de sua época e maneira de pensar. A medalha, tal como proposta pelo legislativo, daria “honras de capitão” ao agraciado – ele deveria receber continências de outras praças e até de tenentes. Caxias era contra isso, pois “romperia” a cuidadosa estrutura hierárquica adotada pelas forças armadas de então, onde só os oficiais eram valorizados – e mesmo estes, muitas vezes, apenas devido às relações de poder internas e nepotismo, tão comuns no período. Caxias chegava a ponto de argumentar que se dar este tipo de honra aos soldados iria levar “até a assassinatos de tenentes e capitães, com graves prejuízos à disciplina”¹³ – certamente uma visão bem paranoica.

Como dissemos acima, esse preconceito em relação aos praças é muito claro. O Exército homenageia apenas *um* praça com o nome de uma unidade militar, o sargento Wolf, morto em combate na 2ª Guerra Mundial. Mesmo os oficiais inferiores homenageados são poucos em número e normalmente seu *status* de herói é associado a uma forma de martírio. O caso é claro, vendo-se os tenentes e capitães cultuados, como os tenentes Antônio João (morto em combate em 1864), o tenente Amaro Felicíssimo da Silveira (morto em combate em 1944) ou do capitão Salomão da Rocha, morto em Canudos em 1897. Tal como o sargento Wolf, o seu *status* de herói, independentemente dos atos que cometeram, não pode ser dissociado do fato de que morreram em combate. Analisando-os, parece a um observador desavisado que a única forma de ser receber o reconhecimento é morrendo em combate, o que é

um absurdo, como pode ser visto no exemplo de Audie Murphy, o soldado americano mais condecorado da 2ª Guerra Mundial, com 33 medalhas diversas, e que posteriormente teve uma carreira artística de sucesso no cinema.

E é este o ponto no qual queríamos chegar nesse texto. Apesar de não ser viável mudar o que se passou, nem se poder esperar que o Exército brasileiro mude sua forma de agir com relação aos feitos de seus soldados, um tratamento menos preconceituoso pode ser feito nas exposições dos museus.

Tão importante quanto os heróis convencionais, talvez seja o caso dos soldados das missões de paz do Brasil no exterior, que colocam suas vidas – algumas vezes até morrem – a serviço da paz. Estas missões de paz ainda estão ocorrendo, de maneira que é possível formar-se um novo acervo em museus sobre esses homens. Mas mesmo na história militar “tradicional”, de eventos já passados, é possível dar uma abordagem diferente ao assunto. Cremos até que essa abordagem é fundamental tanto para os museus como para o exército. Neste último caso, como uma forma de se atingir o objetivo político inicial da proposta de valorização das ações dos soldados. Afinal, homenagear um soldado que cumpre bem sua missão e sobrevive é o ideal do ponto de vista de motivação. Um oficial pode usar o duque de Caxias como um exemplo a ser copiado e até alcançado em termos de realização, pois todo oficial almeja atingir o topo de sua carreira, o generalato. Contudo, essa ambição não é uma expectativa real para um praça, tendo em vista os obstáculos para a ascensão ao oficialato – pelo menos no Brasil.

Do ponto de vista do museu, essa mudança de foco, afastando-se do tratamento exclusivo do herói “tradicional”, representante das elites, da época de Gustavo Barroso, para uma abordagem mais “popular” seria apenas uma reafirmação dos princípios da história social que regem as exposições do atual museu, só que aplicados à história militar. Afinal, houve uma reforma geral na maneira como a história vê os fatos passados, abandonando-se a exclusividade que antes havia em relação aos “homens-época”, para se ver também o papel do homem do povo.

Esta proposta pode parecer ser de implantação difícil, na medida em que os livros tradicionais, repletos de passagens falando dos grandes comandantes, raramente mencionam o soldado comum. Da mesma forma, o fato de o museu não ter coletado acervo sobre esse mesmo soldado não ajuda em nada a contar essa história. Contudo, não é impossível fazê-lo. Um caso desses soldados

comuns está relacionado ao Museu Histórico Nacional. É Eloy Teixeira Porto, um dos “esquecidos” soldados do Império que merecem uma reparação.¹⁴

Eloy certamente não era um membro da elite do Império. Muito pelo contrário. A maior graduação que teve em sua carreira de quinze anos foi a de sargento e suas origens certamente eram humildes, pois foi um aluno da *Companhia de Aprendizizes Artífices*. Esta era uma instituição de caridade, criada oficialmente em 1832 no Arsenal de Guerra da Corte, prédio em que hoje funciona o Museu Histórico Nacional. Destinada a acolher crianças de famílias pobres, recebia menores de idade, de 8 a 12 anos, órfãos, abandonados e, principalmente, meninos enviados por famílias que não tinham condições de criá-los, como parece ter sido o caso de Eloy.

No Arsenal, os aprendizes recebiam uma educação bem variada, aprendendo a ler, escrever, as operações matemáticas, tinham aulas de educação física, estudavam desenho e música. De acordo com suas habilidades e aptidões, recebiam uma educação técnica em uma das oficinas do Arsenal, sob a supervisão dos mestres das mesmas. Os jovens que não tivessem habilidades como artesãos ou como músicos eram encaminhados para a escola de Aprendizizes Artilheiros, onde aprenderiam os princípios técnicos e científicos do funcionamento da arma de artilharia.

Quando os jovens completavam 18 anos, ou atingiam uma estatura física mais avantajada, eram desligados da Companhia de Aprendizizes e assentavam praça no Exército. Isto era devido à condição que era imposta aos seus guardiões para entrar nos Aprendizizes: a de reembolsar o que o Estado tinha despendido com sua educação, assumindo os aprendizes a obrigação de servir 8 anos no exército para isso (na época, o serviço militar normal era de seis anos). Novamente, havia uma classificação de acordo com a capacidade de cada aprendiz. Os que tivessem se destacado na banda dos menores eram enviados para servir nas bandas regimentais, que toda a unidade militar de maior porte tinha. Aqueles que não tivessem vocação para os ofícios manuais eram enviados para as unidades de artilharia. Finalmente, os aprendizes com maior habilidade para os ofícios eram engajados, ou no Batalhão de Engenheiros (pelo Decreto 1.535, de 23 de janeiro de 1855, que criou o batalhão, este teria 4 companhias, cada uma com 24 soldados artífices e 48 soldados trabalhadores) ou, os mais capazes, nas *Companhias de Artífices*. Estas eram unidades existentes em todos os grandes estabelecimentos fabris

sob a responsabilidade do Exército, como a fábrica de pólvora e os arsenais, seus soldados atuando como operários e guardas dos mesmos.

Nosso protagonista teve uma carreira que não se distingue muito das de outros aprendizes artífices do período. Foi encaminhado por seu pai para o Arsenal em maio de 1855, quando tinha dez anos,¹⁵ e deve ter tido um bom aproveitamento, tanto em termos de educação como de desenvolvimento físico, pois *assentou praça* três anos depois, quando tinha apenas 13 anos de idade. Apesar disso ser contra os próprios regulamentos dos aprendizes, era uma prática comum enviar aqueles que tinham um desenvolvimento físico razoável para as unidades militares. Como eram menores, ficavam como *praças adidas*, até completar 18 anos – quando então passariam a contar os oito anos de tempo de serviço que deviam ao Exército.

Ao sair dos menores, Eloy passou a servir na 4ª Companhia de Artífices. Isto é um indicativo de que, nos breves anos que passou como aprendiz, além da educação básica, ele teve aproveitamento no aprendizado como operário: foi julgado suficientemente habilitado para exercer o ofício de espingardeiro no Arsenal de Guerra. Neste período, sua folha de serviços é muito lacônica, constando apenas que foi preso durante um dia por “faltas cometidas no Arsenal de Guerra”, em 1859, e que tinha “a competente caderneta de sua conta corrente com a Fazenda Nacional e do pecúlio que se vai recolhendo à caixa econômica para lhe ser entregue quando obtiver baixa”. O recolhimento de uma “poupança” era a prática com os menores, os quais tinham seus vencimentos retidos, colocados em uma poupança, para pagar as despesas de sua educação ou para os receberem quando de sua baixa.

Ao completar dezoito anos, jurou à bandeira e assentou praça como soldado efetivo em 1862. Naquele ano, sua descrição era a seguinte: “cabelos castanhos corridos, olhos pardos, ofício espingardeiro, estado solteiro, com cinquenta e cinco polegadas de altura ao assentar praça” Tinha, portanto 1,51 m – a polegada portuguesa é de 2,75 cm. Deve-se notar que a estatura, baixa para os dias de hoje, inferior à altura mínima para admissão de candidatos a oficiais para o Exército hoje em dia (1,60 m), era normal na época. A falta de uma menção especial à sua cor e condição social são um indicativo de que ele era branco e livre (os aprendizes menores, ocasionalmente, aceitavam pardos e negros livres e até escravos, mas este último caso era certamente uma exceção). Não era por seu aspecto físico que Eloy se

diferenciava de tantos outros soldados do exército imperial, com exceção do ofício de espingardeiro e de sua ligação com a carreira militar, desde criança.

Foi então destacado para o Laboratório Pirotécnico do Campinho¹⁶ como ferreiro, uma ocupação assemelhada à de espingardeiro. O Laboratório era a maior fábrica de munição do Império, subordinado ao Arsenal de Guerra e produzindo desde cartuchos para fuzis e pistolas até foguetes de guerra, onde operários como Eloy eram usados nos trabalhos de apoio à produção de armamento. No mesmo ano, as antigas companhias de artífices, existentes no Brasil desde 1811, foram transformadas em companhias de operários militares, numa situação ligeiramente diferente da anterior. Mas os soldados continuaram a ter a dupla função – de operários e soldados.

A folha de serviços de nosso protagonista continuou lacônica durante esses anos, como a de muitos outros soldados anônimos do Exército. Em 1865, contudo, a guerra do Paraguai viria mudar a situação. Um conflito de dimensões nunca vistas no continente, era necessária uma mobilização nacional para apoiar as tropas em combate. Não mais bastava enviar apenas soldados para travar uma breve campanha nas fronteiras, usando os estoques de suprimentos já existentes. Toda uma infraestrutura bélica teve que ser montada para apoiar o imenso volume de tropas que foi recrutado. Em Montevideu, montou-se uma fábrica de munições, na Ilha do Cerrito, nas proximidades do campo de batalha. Ali se criou também um arsenal, com oficinas de apoio, onde pessoal especializado teve que ser mobilizado para fazer a manutenção dos equipamentos e armas, a milhares de quilômetros dos arsenais do Império. Estes mesmos arsenais tiveram um crescimento de demanda de ordem exponencial em relação ao período de paz e precisavam de seu pessoal especializado, principalmente levando em conta o recrutamento feito no Rio de Janeiro, o que reduziu a oferta de mão de obra.

Ainda assim, as necessidades das tropas da linha de frente não podiam ser ignoradas. Uma solução encontrada foi o destacamento de operários militares para o Paraguai. Eloy foi um dos escolhidos para seguir para a frente, embarcando em 24 de janeiro de 1866. No Paraguai, foi incluído como adido na 1ª Companhia do Batalhão de Engenheiros, sendo destacado para a Comissão de Engenheiros.

Apesar do nome, a Comissão de Engenheiros exercia funções muito mais amplas do que um simples órgão administrativo. Sob o comando do

major José Carlos de Carvalho (o responsável pela construção dos novos fortes do Rio de Janeiro e o administrador do Depósito de Artigos Bélicos de Montevideu, onde se fabricavam munições), a Comissão tinha centenas de soldados adidos a ela, executando trabalhos dos mais diversificados, desde construção de fortificações e trabalhos de urbanização do acampamento de Tuiuti até manutenção de material de artilharia. Os oficiais da Comissão não fizeram anotações na folha de serviços de Eloy. Isso pode ser devido a dois fatores: uma hipótese que seria de se esperar é que ele não fez nada de notável, como muitos outros soldados do período, cujas folhas são muito lacônicas, com três ou quatro linhas, especificando apenas a data de entrada em serviço, sua descrição física e a data de baixa.

Cremos, contudo, que a falta de anotações na folha de serviços seja mais devido a problemas burocráticos. Baseamos essa consideração no fato de que, em dezembro de 1867, quando Caxias já tinha assumido o comando do Exército em operações e quando este começava a reiniciar as operações ofensivas, Eloy retornou ao Batalhão de Engenheiros. Lá foi transferido para a 4ª Companhia, sendo promovido imediatamente a 2º sargento. Naquele período, a escala de graduações dos praças era de soldado, anspeçada, cabo, furriel e só então 2º sargento e seu superior, 1º sargento, então a maior graduação que um praça poderia alcançar. Não há anotações de promoções na folha de serviços que estamos estudando, de forma que, ou a folha não foi preenchida, ou ele já tinha se destacado por seus serviços, merecendo uma função de maior importância, correspondente à graduação de 2º sargento. Neste caso, Eloy teria sido promovido sem passar pelas graduações intermediárias – hipótese que é reforçada pelo fato de ele ter sido transferido direto como sargento para a 4ª companhia, na qual provavelmente havia uma vaga não existente em sua própria companhia, a 1ª. Só conseguimos pensar em qualquer das duas hipóteses, se tiver havido uma certa falta de cuidados dos oficiais encarregados da escrituração da Comissão de Engenheiros, o que atrapalha o presente trabalho de recuperação da carreira deste soldado.

De qualquer forma, ele tinha se destacado o suficiente para merecer a promoção à graduação de sargento, muitas vezes reservada aos estudantes de cursos superiores, que se alistavam como voluntários, esperando o acesso ao oficialato.

A partir de sua reintegração ao Batalhão de Engenheiros, a carreira de Eloy passa a ser mais bem documentada – apesar de essa documentação ainda ser

problemática. As citações e datas abaixo, como dissemos, são da folha de serviços existente no Arquivo Nacional. Observamos, contudo, que as datas dos registros às vezes não batem com os eventos da guerra. Março e abril de 1867 foram marcados pela grande epidemia de cólera, que paralisou as operações do Exército, e o general Osório e seu corpo, o 3º, ainda não tinham chegado ao Paraguai, só o fazendo em 18 de julho. De qualquer forma, as anotações disponíveis correspondem a eventos reais, só que posteriores às datas lançadas.

Seguindo o que consta na folha de serviços, em 19 de dezembro Eloy fez parte de um grupo de soldados de engenharia que executou a perigosa missão de construir obras avançadas próximas às trincheiras paraguaias, na direção das Lomas (morros) de Passo Pocú. Dois dias depois fez parte do reconhecimento em força do 3º Corpo, liderado pelo general Osório. Neste combate, o Batalhão de Engenheiros assumiu a função de ponta de lança, arrasando as trincheiras avançadas inimigas que estavam em construção, tudo isso sob fogo, durante o combate em que as forças brasileiras foram repelidas. Sem descanso, no dia seguinte, o Batalhão avançou sobre as trincheiras paraguaias, que tinham sido abandonadas, arrasando-as no seu lado direito, para facilitar o acesso às fortificações paraguaias. Uma missão perigosa, executada sob fogo inimigo e, do ponto de vista dos soldados de engenharia, extremamente frustrante, pois tinham que trabalhar sem poder revidar.

Como diz a folha de serviços de Eloy:

[...] recolheu-se ao acampamento de Tuyu-Cué a vinte e três tudo de Março; com as de mais praças do Batalhão foi elogiado por Sua Excelência o Senhor Tenente General Barão do Herval, Comandante do terceiro Corpo de Exército e vanguarda pelo bem que desempenhou a comissão de que fora encarregado o Batalhão por Sua Excelência de abrir caminho através das fortificações inimigas na manhã de vinte e dois do dito mês, de Março, logo depois de serem as mesmas abandonadas pelo inimigo, cujo serviço feito com zelo e dedicação foi agradecido por Sua Excelência em Ofício do Deputado do Ajudante [...].¹⁷

Por essa ação, o batalhão também foi objeto de elogio do comandante em chefe do exército, o duque de Caxias, em ordem do dia número seis aos exércitos aliados de trinta e um de março, citando a “maneira honrosa e distinta

por que se houve na jornada de vinte e um daquele mês no reconhecimento da trincheira inimiga”. Continuando, a sua folha de serviços diz que ele:

[...] recolheu-se ao Batalhão ao primeiro de maio, ocupou-se desde vinte e cinco de março até três de abril no estabelecimento da linha de sítio da Fortaleza de Humaitá, na linha de contravalação e na construção de três baterias sobre a mesma linha; destacou para o Chaco para trabalhos de guerra a cinco e recolheu-se ao Batalhão a vinte um [de abril de 1867][...].¹⁸

Ou seja, esteve sempre em atividade, em funções de grande risco, sob constante fogo inimigo, no ataque à maior fortaleza paraguaia da guerra, dirigindo seus subordinados nos trabalhos de *sapa* (cavar trincheiras e baterias de assalto), no *Chaco*, uma área pantanosa que cercava as fortificações paraguaias em Humaitá.

Ficou, portanto, envolvido em combates e trabalhos árduos contínuos por mais de um mês. Talvez isso explique a próxima entrada na sua folha, onde aparece que Eloy foi preso por oito dias, “por haver faltado com a devida atenção ao senhor primeiro tenente Amarante”. Essa prisão, contudo, não implicava em confinamento ou descanso: durante o castigo, foi novamente preso, “por maltratar um soldado”, sua punição – leve – sendo a de fazer uma guarda extra. Isso significava que no período de castigo continuava trabalhando normalmente, a ponto de ter a oportunidade de bater em um soldado (castigos físicos eram comuns naquele período). De fato, a sua folha específica que no período de 4 de abril até 25 de julho, data em que Humaitá foi abandonada pelos paraguaios, ele ficou trabalhando na vanguarda das tropas que atacavam a fortaleza inimiga, “tendo assistido durante esse tempo a todos os bombardeamentos” (sic) feitos contra a praça, mesmo estando “preso”.

De qualquer forma, essas punições não implicaram em um desabono na figura de Eloy perante seus superiores: em 6 de maio de 1867, pouco mais de dez dias depois de ter sido preso, foi promovido a sargenteante (sargento mais antigo) da 3ª Companhia do Batalhão de Engenheiros. Note-se que o período que ele tinha passado nos aprendizes menores tinha lhe dado uma educação tal que lhe permitia exercer a função de sargenteante, o subalterno encarregado de organizar os serviços gerais de uma companhia – isso com apenas 22 anos de idade. A promoção indica, também, o reconhecimento

de sua capacidade administrativa, numa época em que a gigantesca maioria dos soldados não sabia ler ou fazer as operações matemáticas elementares.

Logo a seguir à sua promoção, o sargento tomou parte no assalto às fortificações de Humaitá, a dezesseis de julho. Neste combate, onde o batalhão chegou até a “contra-escarpa do grande fosso principal debaixo de mortífero fogo de artilharia inimiga com projéteis de toda espécie, fuzilaria e granadas de mão, vencendo todas as dificuldades do terreno revestido de abatizes”,¹⁹ Eloy foi elogiado pelo tenente-coronel comandante de seu batalhão em ordem do dia do Batalhão (nº 41, de 16 de julho – infelizmente, não conseguimos localizar esse documento). Também teria sido contundido. Contudo, essa contusão não foi contabilizada entre os 1.031 homens, mortos e feridos, perdidos pelos aliados naquele dia. O nome dele não aparece entre os 70 homens mortos ou feridos do Batalhão de Engenharia relacionados na ordem do dia do Exército nº 237. Isso pode se dever a dois motivos: o primeiro seriam erros na escrituração do Batalhão; esta, como vimos, não era das mais precisas. A segunda hipótese é que ele não tenha relatado sua contusão, tendo em vista o péssimo tratamento médico que a medicina da época podia dar. Muitas vezes era melhor o soldado esperar que o tempo o curasse a se arriscar aos cuidados de um médico com possibilidades limitadíssimas de tratamento.

De qualquer forma, essa contusão ou ferimento não foi muito grave. As informações apontam que Eloy marchou com seu batalhão para o interior de Humaitá, onde foi empregado nos trabalhos de demolição da fortaleza inimiga. Neste período o Batalhão de Engenheiros foi elogiado pelo então marquês de Caxias na citada ordem do dia 237, de vinte e seis de julho de 1867, nos seguintes termos:

E finalmente, S. Exc. aproveita esta oportunidade, para render ao batalhão de engenheiros e ao seu digno chefe, os elogios de que se fez credor, não só pelos serviços prestados no reconhecimento de 16, como em todas as vezes que seu trabalho tem sido necessário ao exército, já nas ocasiões dos imensos combates em que se tem achado, e já nas lides de marchas, passagens de rios, e segurança de acampamentos.²⁰

Continuando nas operações de guerra junto ao 3º Corpo de Exército, sob o comando do general Osório, Eloy foi destacado com outros soldados para arrasar as fortificações paraguaias em Timbó, tomadas anteriormente.

Poucos meses depois, foi punido com rebaixamento de posto temporário (10 dias), “por conservar-se em mangas de camisa em sua barraca quando o Batalhão se achava formado para o reconhecimento que teve lugar no mesmo dia”. Supostamente uma falta grave, mas que não foi levada muito a sério, tendo-se em vista a punição branda.

Logo em seguida ao rebaixamento temporário, fez parte das forças que, sob o comando do barão do Triunfo, fizeram o reconhecimento das fortificações paraguaias em Angostura, tendo participado do combate, onde “foi elogiado em ordem do dia do Comando em Chefe número duzentos e cinquenta e quatro de três do dito mês de outubro pela coragem, galhardia, calma e boa ordem que demonstrou no dito reconhecimento”.²¹

Fez parte da *ala* (meio batalhão) dos engenheiros que seguiu para o Chaco, para trabalhar na estrada construída no meio dos pântanos para abastecer a esquadra – um empreendimento de vulto, que envolveu a abertura de uma via em terreno pantanoso, onde foram colocados milhares de troncos de palmeiras, para que as tropas e os suprimentos pudessem passar no meio dos charcos, contornando as fortificações inimigas – um trabalho que tinha que ser constantemente refeito e, certamente, implicava em condições extremamente insalubres. Segundo a folha, a ala do batalhão de engenheiros ficou nesse serviço de 10 de outubro até 23 de novembro, em serviços de “consertos de estivas, pontões e pontes”.

Com as grandes vitórias do exército aliado de dezembro de 1868, possibilitadas pela estrada aberta e mantida pelo Batalhão de Engenheiros, o exército imperial entrou em Assunção, o Batalhão ficando lá até março de 1869. Apesar da queda da capital, e da virtual destruição de seu exército, o ditador paraguaio não se rendeu, e as operações de guerra tiveram que continuar, de forma que o batalhão avançou em perseguição ao inimigo. Neste movimento, a folha de serviços de Eloy informa que ele participou de um dos eventos mais estranhos da guerra, “repelindo com a mesma ala [do Batalhão] o inimigo que vinha nesse mesmo dia [10 de março] em descoberta [reconhecimento] **numa locomotiva com um canhão montado em um vagão**”,²² uma das primeiras vezes na história em que se empregou artilharia ferroviária no mundo.

Neste período, há menção de que Eloy teria “expedicionado” em três ocasiões diferentes, ou seja, participou de grupos de engenheiros que atuavam em apoio a tropas em operações contra o inimigo, destacados de seu batalhão.

Só em julho é que ele voltou ao batalhão, sendo empregado na construção de uma estrada de comunicação, um serviço que não recebe as mesmas glórias de um ataque a uma posição inimiga, mas não deixa de ser indispensável à vitória. Mas ainda participaria de combates, como continua a folha de serviços:

{...} com o Batalhão à frente das colunas de ataque fez parte das forças que atacaram e tomaram à viva força a Praça de Peribebui a doze [de agosto de 1869], abrindo brecha para passagem das tropas e combatendo o inimigo até seu completo aniquilamento; e ficou nessa praça a fim de arrasar e destruir suas fortificações.²³

Uma operação das mais arriscadas e, como já dissemos, frustrante para o soldado engenheiro, que tem que ficar trabalhando sob fogo, sem poder revidar contra o inimigo. Depois disso, foi empregado em trabalhos normais de engenharia, como na abertura de uma estrada de comunicação entre o exército em operações e as forças acampadas em São Joaquim. Como membro do Batalhão de engenharia,

{...} foi mandado louvar por Sua Majestade o Imperador pela parte que tomou nos combates do mês de agosto com efusão por Sua Alteza o Senhor Príncipe Marechal e Comandante em Chefe por ter valiosamente concorrido para os triunfos que naquele mês alcançou o Exército por seus esforços em prol da honra e segurança do Brasil, pela Câmara dos Senhores Senadores manifesta seus sentimentos de júbilo e reconhecimento, pela dos Senhores Deputados consignando um voto de reconhecimento e louvor por ter concorrido para o grande feito de armas relativamente ao ataque de doze de Agosto como consta da ordem do dia do Comando em Chefe sob número trinta e sete de quatorze de Novembro de mil oitocentos e sessenta e nove.²⁴

Transferido para a quarta companhia do Batalhão, ainda como sargenteante, voltou a Humaitá, em 23 de fevereiro de 1870, quando a guerra já estava praticamente acabada. Talvez o fim do conflito tenha levado a um relaxamento da disciplina, talvez os longos anos de conflito e serviço militar tenham entediado o sargento, mas no dia 14 de junho de 1870 (a guerra terminara em 1º de março) foi preso “e rebaixado de posto por quinze dias por ter respondido de modo colérico e insolente ao Senhor Major Fiscal quando o repreendia por

estar fora de sua companhia que se achava formada”, sendo solto e reconduzido à sua graduação de sargento no dia 29. Como parte da vitória,

[...] foi contemplado no voto de gratidão e louvor que em sessão de onze de Maio deliberou a Câmara dos Senhores Deputados que se consignasse na ata aqueles que até o brilhante feito de armas do primeiro de Março honroso termo da guerra, provocada pelo ex Presidente da República do Paraguai conquistaram para a Pátria glória imperecível como consta do Aviso do Ministério da Guerra de treze do dito mês de Maio publicado em ordem do dia do Comando em Chefe sob número seis de dezesseis de junho [...]²⁵

Eloy retornou ao Brasil em setembro de 1870, sendo que aparece uma menção ao tempo hospitalizado, tendo ele passado alguns dias em setembro e dezembro no hospital militar do Andaraí – talvez por sequelas da guerra? Não sabemos. Em 12 de junho de 1871 recebeu sua baixa, por ter completado o tempo de serviço, saindo com a seguinte anotação na sua folha de serviços:

Está pago de soldo à razão de trezentos e sessenta réis diários e de gratificação de tempo acabado até onze, e de etape [alimentação] até doze tudo de junho de mil oitocentos e setenta e um recebeu calça de brim branco, uma camisa de algodão, uma ceroula e um par de sapatos.²⁶

Parcas recompensas para quem serviu seu país por quatorze anos, dos quais cinco em campanha, da qual saiu com a saúde abalada. O próprio registro da folha de serviços que permitiu este artigo é um sinal de como os veteranos eram tratados: não vemos outro motivo para sua colocação em um registro de cartório, a não ser para evitar um recrutamento forçado. Isto era uma prática comum contra os homens pobres e sem proteção de um patrono na sociedade imperial, mas da qual os veteranos estavam isentos – pelo menos em teoria. De fato, o próprio livro de registro de notas, onde consultamos a folha de serviços de Eloy, tem outro registro de baixa, onde se lê:

Declaro que tem baixa do serviço por assim o haver requerido a praça abaixo mencionada, a qual em virtude do Artigo nono do Regulamento número dois mil e oitenta e um de dezesseis de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e oito fica isenta do recrutamento e do serviço ativo da Guarda Nacional, por ter servido cinco anos consecutivos sem nota por efeito de sentença.²⁷

Observa-se que a folha não menciona uma medalha – sequer a geral de campanha, que tinha sido criada em agosto de 1870, para ser dada a todos os soldados que lutaram na guerra. Será que Eloy mereceria uma condecoração? Será que ele pode se enquadrar em uma definição de herói? Talvez seu comportamento indisciplinado tenha impedido um reconhecimento maior por parte de seus superiores. É provável que o comandante do Batalhão de Engenheiros, Conrado Maia da Silva Bitancourt, não fosse um que desse importância ao reconhecimento do papel de seus subordinados – de fato, um dos seus oficiais do Batalhão de Engenheiros, Emílio Carlos Jordão, reclamaria da falta de reconhecimento ao general Polidoro da Fonseca:

[...] não tenho infelizmente proteção alguma que releve os meus serviços nesta campanha; vejo-me obrigado de vir solicitar de Vossa Ex^{cia} como do pai protetor do Batalhão de Engenheiros um pouco de sua poderosa proteção para me fazer obter o que bons serviços, paciência e abnegação a toda prova não me alcançaram até hoje; isto é: ser condecorado com uma das ordens do Império e confirmado no posto que ora ocupo [...] ²⁸

Nunca saberemos o porquê do não reconhecimento de Eloy. Não seria um caso inaudito, pois o exército recompensou outros praças, como o famoso “Príncipe Obá”, nomeado alferes honorário. O certo é que a folha de serviços que originou o presente artigo, com doze páginas, é maior do que a de muitos oficiais – e até de alguns generais, o que por si é impressionante. Por exemplo, o tenente-coronel comandante do 54º Corpo de Voluntários da Pátria, em campanha desde 1866, escreveu um “memorial” em 1869, igualmente reclamando da falta de reconhecimento de seus feitos. Mesmo tendo participado de diversos combates (Curuzu, 2ª Tuiuti, Sauce, Itororó, Avahy, Lomas Valentinas, Agostura, a fé de ofício do coronel tem apenas duas páginas.

Independentemente de Eloy ter sido herói ou não, a existência de sua folha de serviços, a sua relação direta com o Arsenal de Guerra (prédio onde hoje funciona o Museu Histórico Nacional) e até as punições que sofreu, que servem para “humanizar” a figura perdida no passado, em nossa opinião tornam Eloy uma pessoa que merece uma “reparação”, saindo do “esquecimento” – nem que seja apenas através deste texto.

Notas

1. GONZAGA, T. A. *Marília de Dirceu*. Disponível em: <http://www.ig.com.br/paginas/novoigler/livros/marilia_de_dirceu_tomaz_gonzaga/parte1_3.html> Acesso em: 20 out. 2010.
2. FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio – Século XXI eletrônico*. Verbetes Herói. CD- ROM.
3. SOUZA, J. C. de (org). *Os pré-socráticos*. Fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 93.
4. Apud. DUFFY, C. *The Military Experience in the Age of Reason*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987. p. 37.
5. HAYTHORNTWAITE, P. J. *Weapons & Equipment of the Napoleonic Wars*. London: Arms and Armour, 1996. p. 146.
6. ELTING, J. R. *Swords Around the Thron: Napoleon's Grand Armée*. Nova Iorque: da Capo Press, 1988. p. 599.
7. Ibid.
8. BRASIL – Ministério da Guerra. Carta do ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira ao ministro de Portugal, Mathias de Carvalho Vasconcellos. 8 de novembro de 1875, agradecendo o presente dos bustos elaborados pela comissão organizada em Lisboa e incumbida de cinzelar bustos de S.M.O. imperador, de S. A. o senhor conde d'Eu e de diversos generais de mar e terra que mais se distinguiram na Campanha do Paraguai como recordação de altos e patrióticos feitos, e como homenagem dos Portugueses para com o valor de uma nação sua irmã. Mss. Arquivo Nacional. Os citados bustos, encaminhados para uma exposição na Escola de Belas Artes e depois para o Museu Militar, hoje se encontram no MHN.
9. Usamos o conceito de "homem-época" desenvolvido por Sidney Hook ao trabalhar com a influência dos indivíduos na história: "O homem-momento é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subsequentes numa direção completamente diferente daquela que teria sido seguida se essas ações não tivessem sido perpetradas. O homem-época é um homem-momento cujas ações são as consequências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição". Cf. HOOK, S. *O herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 130
10. CARTA do ministro da justiça João Lustosa da Cunha Paranaguá ao comandante do 1º Corpo, Polidoro, 21 de novembro de 1866. Mss. ANRJ.
11. Editorial. Revista Militar, Pernambuco, nº 3, 19 de julho de 1862. p. 1.
12. BRASIL – Museu Histórico Nacional. Medalhas militares brasileiras da Segunda Guerra Mundial e medalhas de bons serviços. Leis, decretos e regulamentos. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1956. p. 7 (grifo nosso).
13. Disponível em: <<http://www.resenet.com.br/ahimtb/c2a.htm>> Acesso em 19 out. 2005.
14. Agradecemos ao prof. dr. Flávio Gomes, da UFRJ, por chamar-nos a atenção para o registro de baixa de Eloy, localizado por ele em suas pesquisas. As citações que se seguem foram retiradas deste documento, existente em cópia registrada no Registro Geral do 2º Ofício de Notas de Vassouras, hoje no Arquivo Nacional.
15. BELLEGARDE, P. A. Ministro da Guerra. Aviso do ministro da Guerra ao diretor do Arsenal de Guerra, Manoel Ignácio Brício, 5 de maio de 1855, mandando admitir na Companhia de Aprendizes menores desse Arsenal o de nome Eloi Texeira Porto (sic), quando lhe for apresentado. Eloy foi mandado incorporar por portaria do diretor do Arsenal de Guerra da Corte nº 393, de 13 de junho de 1855. Mss. Arquivo Nacional.

16. VIANA, A. de C. V. Major comandante. Relação nominal das praças do corpo de Artífices da corte com declaração dos ofícios de cada uma e dos destinos em que se acham. Quartel do Arsenal de Guerra, 29 de janeiro de 1865. Mss. Arquivo Nacional.
17. Para se acompanhar a história da Campanha do Paraguai, recomendamos a leitura do livro: FRAGOSO, A. T. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934. 5 vols.
18. BITANCOURT, C. M. da S. Coronel do 3º Batalhão de Artilharia, comandante interino do Batalhão de Engenheiros. Baixa de Eloy Teixeira Porto, 17 de junho de 1871. Sem paginação. Mss. Arquivo Nacional
19. Ibid.
20. BRASIL – Exército em operações na República do Paraguai, sob o comando em chefe de todas as forças, de S. Ex. sr. marechal do Exército, Luiz Alves de Lima e Silva. duque de Caxias. Ordens do Dia, quarto volume (compreendendo as de nº 226 a 275), 1868 a 1869. Reimpressa por ordem do Governo. Rio de Janeiro, Typ. de Francisco Alves de Souza, 1877. p. 99.
21. BITANCOURT, C. M. da S. *Op. cit.*
22. Ibid. Grifo nosso
23. Ibid.
24. Ibid.
25. Ibid.
26. Ibid.
27. REGISTRO de baixa do cabo de esquadra José Mariano de Mendonça do Corpo Militar de Polícia da Corte. Registro Geral do 2º Ofício de Notas de Vassouras. Mss. Arquivo Nacional.
28. CARTA do alferes Emílio Carlos Jordão ao comandante do 2º Corpo, visconde de Porto Alegre, 2 de agosto de 1867. Mss. Arquivo Nacional.

Guerra Contra a Memória: a devolução de peças do acervo do Museu Histórico Nacional ao Paraguai

Lia Silvia Peres Fernandes*

RESUMO

A criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, baseou-se na necessidade de manter, em um único local, objetos/testemunhos da história da nação. Muitos desses testemunhos referiam-se à guerra do Paraguai, para a qual havia no MHN, na década de 1940, uma sala especial. Com o governo militar, grande parte desses objetos foi devolvida ao Paraguai e, atualmente, pretende-se devolver um obuseiro, em exposição no Pátio Epitácio Pessoa (Pátio dos Canhões), conhecido como *El Cristiano*. Para que a memória social seja mantida, precisa ser permanentemente trabalhada, o que é feito no Paraguai com relação à guerra, mas não no Brasil. Além disso, devolver um bem tombado abre um grave precedente na preservação do patrimônio histórico. Assim sendo, este artigo pretende ser um registro da entrega de peças museológicas ao Paraguai, durante governos militares.

PALAVRAS-CHAVE

Museu Histórico Nacional; acervo museológico; memória social; identidade; Guerra do Paraguai; patrimônio histórico.

ABSTRACT

War on Memory: returning of pieces from the National Historic Museum's collection to Paraguay

The National Historic Museum's founding, in 1922, was based on a need to keep, in one site, objects/testimonies of the nation's history. Many of these testimonies referred to the Paraguay War, to which that was in NHM, in the 40's, a special room. With the military government, a large amount of these objects was returned to Paraguay and, nowadays the return of a howitzer, exposed in the Epitácio Pessoa Patio (Cannon Patio), known as El Cristiano. For social memory to be kept, it must be permanently worked, which is practiced in Paraguay in relation to this war, but not in Brazil. Aside from that, returning a protected object opens a dire precedent against the preservation of historical patrimony. That being said, this paper intends to be a registry of the returning of museum pieces to Paraguay, during military governments.

KEYWORDS

National Historic Museum; museologic collection; social memory; identity; Paraguay War; historical patrimony.

Poucos moradores do município do Rio de Janeiro desconhecem a Avenida Almirante Barroso, importante via pública no centro da cidade. Mas quantos sabem que o nome foi dado em homenagem a Francisco Manuel Barroso da Silva, comandante da armada brasileira que venceu o Combate Naval do Riachuelo? E quantos ainda sabem que esse combate foi um dos muitos que contribuíram para a vitória brasileira na guerra contra o Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança?

Esse grave conflito, apesar dos incidentes anteriores, iniciou-se de fato em março de 1864, com a invasão da província brasileira do Mato Grosso pelo exército do Paraguai, sob as ordens do presidente daquele país, Solano Lopes, e só terminou em dezembro de 1870. Envolveu de um lado o Paraguai e, do outro lado, a Argentina, o Uruguai e o Brasil. O presidente do Uruguai na ocasião, Venâncio Flores, hoje é nome de uma rua no bairro do Leblon, da mesma forma que o presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre.

Ainda como homenagem, Riachuelo tornou-se nome de uma rua no Centro e de um bairro, na zona norte da cidade. Humaitá, uma rua e um bairro na zona sul do Rio de Janeiro, foi a mais poderosa e temida fortificação paraguaia à época da Guerra da Tríplice Aliança, só vencida depois de muitas lutas, em julho de 1868. O almirante Tamandaré, comandante de esquadra da Marinha Brasileira, deu nome a uma rua no bairro do Flamengo, enquanto os milhares de brasileiros que se apresentaram para lutar, entre eles muitos escravos, deram nome à rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, depois de formarem a infantaria brasileira na guerra do Paraguai.

*Museóloga. Mestre em História Social pelo IFCS/UFRJ. Chefe do Departamento de Acervo do Museu Histórico Nacional.

O general Osório, comandante do 1º Corpo do Exército, é homenageado na praça que leva seu nome, no bairro de Ipanema. Outro herói da mesma guerra comandando a vitória no embate em Tuiuti, considerado como a maior batalha campal da história da América do Sul, José Luís Mena Barreto, é homenageado em Botafogo.

Posteriormente, Joaquim Marques Lisboa, o almirante Tamandaré, tornou-se o patrono da Marinha do Brasil, sendo a data magna da Marinha, 11 de julho, dia do combate naval do Riachuelo. Quanto ao patrono do Exército Brasileiro, Luís Alves de Lima e Silva, o duque Caxias:

[...] em 1866 é nomeado Comandante-chefe das Forças do Império em operações contra o Paraguai, na mesma época em que é efetivado Marechal-do-Exército. Cabe destacar que, comprovando seu elevado descortínio (sic) de chefe militar, Caxias utiliza, pela primeira vez no continente americano, a aeroestação (balão) em operações militares, para fazer a vigilância e obter informações sobre a área de operações. O tino militar de Caxias atinge seu ápice nas batalhas dessa campanha. [...] Em 1869 Caxias tem seu título nobiliárquico elevado a Duque, mercê de seus relevantes serviços prestados na guerra contra o Paraguai. Eis aí um fato inédito, pois Caxias foi o único Duque brasileiro.¹

Os poucos exemplos acima, de homenageados e homenagens, estão localizados na cidade do Rio de Janeiro. Mas, certamente, em diferentes localidades do Brasil como um todo, a guerra do Paraguai está eternizada em nomes de ruas, praças, prédios públicos, escolas etc. Uma parte da nossa história, felizmente, está preservada através de placas de ruas, esculturas, pinturas, armaria, uniformes militares, moedas e medalhas, entre outros objetos sob a guarda dos muitos museus existentes no país.

A Guerra Musealizada

Também na cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de outubro de 1922, às 15 horas e 45 minutos, segundo matéria publicada no Jornal do Comércio do dia 12, o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Epitácio Pessoa (1919-1922), inaugurou o Museu Histórico Nacional, em cerimônia divulgada também por outros jornais sediados no então Distrito Federal. O trecho transcrito a seguir auxilia na compreensão do evento, inclusive apon-

tando para uma série de dados, tais como: a criação do Museu no âmbito da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência; as edificações onde a nova instituição foi instalada; o primeiro diretor; o enfoque de “preciosidade histórica” dado aos objetos formadores das primeiras coleções; a obrigatoriedade de transferências de objetos de outras instituições públicas para o novo estabelecimento:

Com a visita ontem feita pelo senhor Presidente da República ao Museu Histórico, está efetivamente instalado e inaugurado esse estabelecimento, que se destina principalmente a estimular o amor pelas coisas históricas da pátria [...]. Atualmente, ocupa dois salões apenas do edifício, só tomando conta do resto depois de encerrada a exposição. O senhor doutor Epiácio Pessoa ali chegou cerca das 16 horas [...], sendo recebido pelo diretor do Museu, doutor Gustavo Barroso que, depois de apresentar seus auxiliares, conduziu sua Excelência em visita às valiosíssimas coleções de verdadeiras preciosidades históricas que as duas salas dificilmente encerram. São, em sua maior parte, recordações das guerras em que o Brasil tomou parte, e objetos dos ex-imperantes. Existem ali muitas curiosidades, vindas do Museu Nacional, do da Marinha e de outros estabelecimentos públicos, faltando muita coisa ainda, que terá de passar para o Museu Histórico.

A criação do Museu, disse sua Excelência, era uma aspiração que nutria desde o início do seu governo, por considerá-lo uma necessidade imprescindível. Quando na Europa, invejava os países que possuem Museu de recordações históricas, que encerram verdadeiros trechos da história pátria. Invejava e desejava ardentemente imitá-los. Pode transformar a aspiração em realidade. Sentia-se satisfeito.²

Podemos, portanto, considerar que o principal motivo para a criação do Museu Histórico Nacional, do ponto de vista do então presidente da República, Epiácio Pessoa, foi a possibilidade de reunir, em um único local, objetos que exemplificassem fatos da nossa História. E o primeiro diretor do Museu, Gustavo Barroso, tinha a mesma intenção. Habitualmente, à época, [...] no contexto das exposições universais a história representava um componente altamente valorizado. Os países que promoviam as mostras geralmente elegiam

e celebravam efemérides de suas respectivas histórias nacionais. Não eram poucos os intelectuais que, nesse período, atribuíam à história o papel de pedagoga de uma nacionalidade. Acreditavam que o grau de cultura e coesão nacional de um povo podia ser medido pela intensidade do culto a datas históricas e vultos notáveis.³

Essas formas de pensar podem ser analisadas em trecho do Decreto nº 15.596, de criação do Museu Histórico Nacional, em cuja abertura encontra-se resolução definindo a instituição:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que será da maior conveniência para o estudo da História Pátria reunir os objetos a ela relativos que se encontram nos estabelecimentos oficiais e concentrá-los em museu, que os conserve, classifique e exponha ao público, e, enriquecido com os obtidos por compra ou por doação ou legado, contribua, como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado:

Resolve, em vista da autorização expressa no art.3 do Decreto Legislativo nº 4.492, de 12 de janeiro do corrente-ano, criar o Museu Histórico Nacional, expedir para ele o regulamento que com este baixa assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, e organizar-lhe, *ad referendum* do Congresso, o quadro do pessoal.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1922, 101º da Independência e 34º da República.

Epitácio Pessoa.⁴

Para o jornal *A Pátria* de 24 de agosto de 1922 o futuro diretor do museu, Gustavo Barroso, concedeu entrevista sobre a organização do mesmo, destacando os “fins patrióticos visados pela sua criação”:

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da família imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daquele que durante meio século de

bondade dirigira seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico, que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social durante os mais notáveis períodos.⁵

Este trecho da entrevista concedida por Gustavo Barroso nos fornece indícios sobre os objetos que seriam por ele buscados, e também sobre a linha historiográfica que adotaria como embasamento para as exposições daquele que, durante trinta e cinco anos – de 1922 a 1930 e de 1932 a 1959, ano em que morreu – esteve à frente do Museu Histórico Nacional. Além disso, a partir de 1932, esteve também dirigindo o Curso de Museus, no qual lecionava, formando os conservadores que geralmente permaneciam na instituição como seus colaboradores, fato que pode ser indicativo de qual tipo de objetos Barroso procurava para fazerem parte do acervo, e continuou a ser buscado por sucessivas equipes de funcionários.

Nesse sentido, cabe lembrar seu apego à história militar, já que na infância Gustavo Barroso recebeu, entre outras, a influência de seu padrinho de batismo, anteriormente um Voluntário da Pátria, ferido em Itororó, que “usava sempre na botoeira do casaco a fita vermelha da Ordem de Cristo”⁶ e frequentemente narrava ao menino suas memórias da Guerra do Paraguai.

Paralelamente, um amigo de seu pai, antigo oficial da Guarda Nacional, também lhe falava sobre a Guerra do Paraguai, segundo o próprio Barroso, que escreveu em suas memórias:

É um companheiro de mocidade de meu pai [...]. Não é somente meu primeiro e inconsciente professor de desenho, como também o meu primeiro mestre, também inconsciente, de história militar. Conta-me dezenas de histórias da Guerra do Paraguai, que produzem funda impressão no meu espírito. Através de suas narrativas, vejo as cargas de baioneta, o avanço das cavalarias sob o brilho das lanças, o estrondar dos canhões e os vultos dos heróis – Caxias, Osório [...].⁷

Na sequência, Barroso complementa, dizendo que “minha vida é povoada de recordações militares e gosto tanto de tudo o que se refere à vida guerreira que todos os amigos e conhecidos de meu pai me auguram um futuro de soldado”.⁸

Nesse aspecto, Barroso não era diferente dos outros meninos do seu tempo. Comentando uma série de entrevistas realizadas como base para

seu livro *Ordem e Progresso*, Gilberto Freyre lembra que os heróis infantis para a maioria dos seus entrevistados eram militares, e cita Caxias, Osório, Napoleão, conde d'Eu, entre outros, informando que:

[...] não só nos dois últimos decênios do Império, como já depois de fundada e consolidada a República, era de soldado que brincavam com mais entusiasmo os meninos brasileiros. Os nascidos ainda no tempo de d. Pedro II, mas crescidos sob a presidência de Deodoro e sob a de Floriano, foi como cresceram: sob o encanto da figura de soldado.⁹

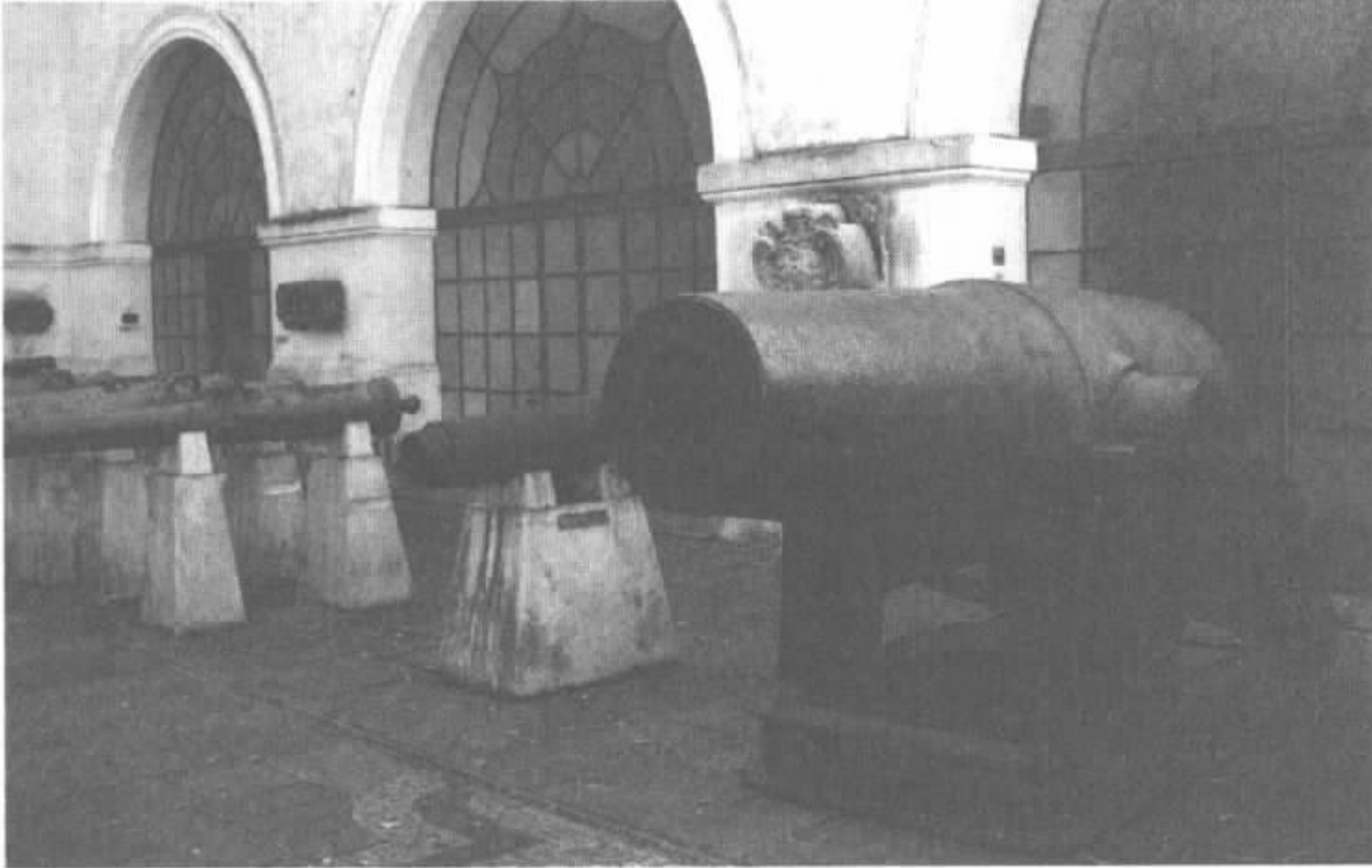
O imaginário infantil da época, povoado por heróis militares, pode ser interpretado como um reflexo do que ocorria no mundo dos adultos. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

[...] no início da guerra contra o Paraguai, as primeiras vitórias despertaram autêntico entusiasmo cívico. Formaram-se batalhões patrióticos, a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas, em cenas de partida de tropas e de vitórias nos campos de batalha. O hino nacional começou a ser executado, o imperador d. Pedro II foi apresentado como o líder da nação, tentando conciliar as divergências dos partidos em benefício da defesa comum. A imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis.¹⁰

Durante longos anos, Gustavo Barroso escreveu artigos para revistas e jornais e, em muitos deles, defendeu a importância da nossa história. Significativa é a legenda escrita por ele para um símbolo – uma bandeira Imperial – que se encontrava exposta no Museu Histórico Nacional em 1924, na então chamada Sala dos Troféus, onde estavam reunidos objetos referentes às guerras de Rosas e do Paraguai:

Bandeira brasileira que tremulou no vapor 'Marquês de Olinda', aprisionado pelos paraguaios, quando levava para Mato Grosso o Governador Carneiro de Campos. Esta bandeira serviu de tapete ao ditador Solano Lopes: mas tropas brasileiras, vencendo a nação paraguaia e entrando na sua capital, lavaram a nódoa desse ultraje. O bravo Tenente Fidêncio Lemos do Prado dela se apoderou na tomada de Assunção em 5 de janeiro de 1869, trazendo-a consigo para a pátria.

Procedência: oferta desse heroico veterano ao Museu Histórico.¹¹



El Cristiano, Museu Histórico Nacional, Assessoria de Comunicação (Ascom)

Para Barroso e os de sua geração, os acontecimentos relacionados a essa bandeira provavelmente foram muito mais importantes do que hoje é possível avaliar. No volume III dos Anais do Museu Histórico Nacional, reproduziu matéria de 1922, publicada no Jornal do Comércio, relatando a maneira como a peça passou a fazer parte do acervo do Museu:

Esteve ontem nesta redação o Tenente Fidêncio Lemos do Prado, glorioso veterano do Paraguai, residente em Imbituva, no Estado do Paraná.[...] Veio ao Rio de propósito para assistir às festas de Sete de Setembro. Imaginando encontrar aqui o Conde d'Eu, trouxe para oferecer ao Marechal da Vitória uma preciosa relíquia histórica que desde 1869 guardava religiosamente em seu poder.[...] Trata-se de uma Bandeira Nacional do Império, e a história desse sagrado pedaço de pano é curiosíssima e altamente tocante. Vamos referi-la como no-la contou o simpático veterano: 'Quando o Exército Imperial entrou na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, no dia 5 de janeiro de 1869, não encontramos ninguém.[...], dirigimo-nos ao palácio do ditador Lopes. Ali chegados, penetramos no interior, não com a ideia de saque, mas para apreciarmos a beleza do edifício que pela sua arquitetura nos atraía a atenção. [...], enquanto eu seguia em direção ao último andar, acabando por entrar em um gabinete, que era o escritório do ditador. Ali encontrei uma bandeira brasileira estendida no soalho, na frente da cadeira do referido ditador, servindo de tapete. Levantei-a e levei-a comigo'. [...]¹²

A matéria do jornal do Comércio prossegue, informando que a bandeira ficaria na redação do jornal à disposição do diretor do Museu Histórico Nacional, após o que transcreve uma "fé de ofício", assinada por José Maria Ferreira de Assunção, comandante interino do 27º Corpo de Voluntários da Pátria, no qual servira o tenente Fidêncio Lemos do Prado, com informações sobre a atuação deste na guerra, entre 1865, ainda como furriel, até 1870, como alferes, quando foi dispensado por ter sido dissolvido o Corpo de Voluntários em que servira. O artigo se encerra como se segue:

A preciosa bandeira foi recolhida ao Museu Histórico, onde se encontra cuidadosamente guardada. Durante alguns anos, o bravo Tenente Fidêncio Lemos do Prado veio ao Museu nas datas aniversárias da entrada triunfal do Exército Brasileiro em Assunção, viajando com dificuldade da sua longínqua Imbituva. Entrava, dirigia-se à Sala Duque de Caxias, onde se acha exposta a sagrada relíquia, perfilava-se, batia-lhe a continência e permanecia alguns instantes diante dela em comovido silêncio. E então retirava-se discretamente. Depois,

nunca mais apareceu. Foi dormir o sono tranquilo dos que souberam amar e defender a sua pátria.¹³

Em 1928, diante da possibilidade de devolução de onze bandeiras trazidas por Caxias de um dos episódios da guerra do Paraguai, a batalha do Avaí, que então se encontravam sob a guarda da Igreja da Cruz dos Militares, Barroso perguntou, em artigo escrito para *A Manhã*: “[...] Como uma geração se atreve a abrir mão dum patrimônio que ela não ganhou e sim recebeu de outra, não como um saco de dinheiro, mas como um legado sagrado?”¹⁴

Com o passar do tempo, algumas explicações comportamentais, conseguidas a partir de revisões da história, tornaram-se bastante significativas. O historiador Francisco Doratioto, um dos maiores pesquisadores atuais sobre a guerra do Paraguai, considera que:

[...] no Brasil, os ideólogos do positivismo, inimigos do regime monárquico de governo, foram os maiores críticos da guerra contra o Paraguai, responsabilizando o Império pelo conflito. Travaram verdadeira batalha de ideias, em jornais e livros, contra aqueles que apontavam ser de Solano López, posto que foi o agressor, a responsabilidade pelo início da guerra. Francisco Alambert levanta a hipótese de que, ao se transpor o positivismo para o Brasil, houve a inovação do universalismo dessa corrente pensar a América Latina como um todo. A participação brasileira em um projeto republicano de integração continental exigia, porém, ‘resolver’ a questão da Guerra do Paraguai. Como consequência, os positivistas brasileiros geraram uma ‘interpretação negativa do papel da guerra na constituição da nacionalidade brasileira’.¹⁵

Devoluções

O papel do Brasil naquela guerra passou a ser o de vilão. E a maneira encontrada pelos nossos governantes para minimizar a questão durante o regime militar foi, em princípio, a devolução de objetos até então vistos como relíquias. No início da década de 1970, Brasil e Paraguai assinaram tratado para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Nesse contexto, em 4 de dezembro de 1975, em visita ao Paraguai, o então presidente brasileiro Ernesto Geisel entregou ao presidente daquele país, Alfredo Stroessner, o chamado álbum de ouro. Esse objeto, no momento de sua devolução, fazia

parte do acervo do Museu Histórico Nacional, para onde havia sido transferido em 1925 – 50 anos antes, portanto – do Arquivo Nacional. Esse foi o primeiro objeto devolvido, e o *Jornal do Brasil* do dia 5 de dezembro noticiou:

O presidente Ernesto Geisel devolveu ontem ao Paraguai, em Assunção, o Livro de Ouro que contém as assinaturas das mulheres paraguaias que contribuíram com doações pessoais para o esforço de guerra de Solano Lopez contra os países da Tríplice Aliança. O Livro de Ouro é um dos troféus de combate capturados pelos soldados brasileiros durante a Guerra do Paraguai (1865-1870). [...] Observadores diplomáticos acreditam que a devolução do Livro de Ouro é o passo inicial para a restituição, ao Governo paraguaio, de todas as peças de guerra apreendidas pelas tropas brasileiras.¹⁶

No processo nº 005283 DSI – MEC, iniciado em 10 de dezembro de 1975, é possível vislumbrarmos a continuação das devoluções, a partir de ofício recebido pelo Museu Histórico e encaminhado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), no qual eram solicitadas informações sobre o acervo referente a Solano Lopes existente no Museu. Um pouco mais tarde, em julho de 1977, informou ofício do Ministério das Relações Exteriores que:

[...] o Presidente Ernesto Geisel, considerando o caráter especial das relações bilaterais entre os dois países vizinhos, decidiu, conforme o Ministério das Relações Exteriores informou ao Ministério da Educação e Cultura, entregar ao Governo de Assunção as seguintes peças paraguaias [...].¹⁷

Nessa ocasião, Geisel devolveu 97 peças do acervo do MHN, além do álbum de ouro, sendo uma insígnia e fitão de Grã-Cruz da Ordem de Cristo; um relógio de ouro; duas ametistas rosas; sete pedras verdes; vinte topázios brancos; quarenta e dois topázios amarelos; um rosário com contas de ouro; vinte e um anéis em ouro de baixa gramatura; um dedal em prata e um prato fundo, em prata batida.

Alguns desses objetos haviam dado entrada no Museu Histórico Nacional através de transferências, outros como doações ou compras. A comenda da Ordem de Cristo, por exemplo, foi doada ao MHN pela baronesa de Muritiba. Os documentos informam que a peça fora anteriormente outorgada a Solano Lopes por d. Pedro II. Em 1870 o general Câmara (José Antonio Correia da Câmara, depois barão de Pelotas) ofereceu-a ao visconde do Rio Branco, que posteriormente presenteou-a ao barão de Muritiba (Manuel Vieira Tosta

Filho). O relógio de ouro, marca French London, inicialmente depositado na Escola Militar do Brasil, foi transferido para o Arquivo Nacional em 1898 e posteriormente, em 1922, foi transferido para o Museu Histórico Nacional. Por sua vez o prato fundo, em prata batida, sem contraste, foi encontrado em Lomas Valentinas, e presenteado, pelo duque de Caxias, ao barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), passando a compor o acervo do MHN em 1945.

Por ocasião da devolução dos objetos acima citados, em 23 de julho de 1977, o Jornal do Brasil noticiou:

Relíquias que pertenceram ao Marechal Francisco Solano Lopes, entre as quais a Grã Cruz da Ordem de Cristo, outorgada por d. Pedro II, e que estavam no Brasil, foram ontem entregues ao Paraguai, a exemplo do Livro de Ouro do Marechal, já devolvido em 1975. O Presidente Alfredo Stroessner recebeu os objetos no Palácio do Governo, durante cerimônia em comemoração ao sesquicentenário de nascimento do Marechal Solano Lopes, que será lembrado amanhã, em todo Paraguai, com diversas solenidades cívicas.¹⁸

Portanto, enquanto o Brasil devolvia objetos da guerra, o Paraguai promovia homenagens cívicas a Solano Lopes. Esta frase não contém crítica a nenhum dos países citados, serve apenas para ilustrar as diferenças na forma como são elaboradas as identidades nacionais em ambos. Segundo B. Bacsko, uma coletividade, através de seus imaginários sociais:

[...] designa sua identidade elaborando uma representação de si; marca a distribuição dos papéis e posições sociais; exprime e impõe certas crenças comuns e implanta especialmente modelos formadores tais como o 'chefe', o 'bom sujeito', o 'guerreiro valente', o 'cidadão', o 'militante' etc. Assim é especialmente produzida uma representação totalizante da sociedade como uma ordem, onde cada elemento tem seu lugar, sua identidade e sua razão de ser. Designar uma identidade coletiva é, no ato, marcar seu 'território' e suas fronteiras, definir suas trocas com os 'outros', formar as imagens dos amigos e dos inimigos, dos rivais e dos aliados; é igualmente conservar e modelar as lembranças do passado, bem como projetar sobre o futuro suas crenças e esperanças.¹⁹

Por sua vez, o sociólogo Maurice Halbwachs enfatiza que a memória individual é sempre embasada em relacionamentos ou fatos sociais. Para ele, a memória depende dos relacionamentos entre os indivíduos, é experiência partilhada, deve necessariamente ter um fundamento comum com o grupo para que sobreviva, pois:

[...] quando uma família viveu durante muito tempo numa mesma cidade, ou na proximidade dos mesmos amigos, cidade e família, amigos e família constituem como que sociedades complexas. Então nascem as lembranças, compreendidas em dois quadros de pensamentos que são comuns aos membros dos dois grupos.²⁰

Conseqüentemente, se a família muda de cidade, ou o grupo se dispersa, as memórias comuns tendem, com o passar do tempo, a desaparecer. Nesse sentido, alguns objetos preservados podem atuar como auxiliares na manutenção da memória, pois:

[...] móveis, ornamentos, quadros, utensílios e *bibelots* circulam no interior do grupo, nele são objetos de apreciação, de comparações, descortinam a cada instante horizontes sobre as novas direções da moda e do gosto, nos lembram também os costumes e distinções sociais antigos.²¹

Portanto, a memória social precisa ser compartilhada, incentivada, para que permaneça, e os objetos museológicos são importantes para essa manutenção. Mas, dando seqüência aos atos iniciados pelo presidente Geisel, em 1980 o presidente Figueiredo entregou ao presidente Stroessner, em reunião no Paraguai, outros tantos objetos que faziam parte do acervo do Museu Histórico Nacional, além de um lote com cerca de trezentos documentos que se encontravam sob a guarda da Biblioteca Nacional. Edição do Jornal do Brasil de 10 de abril de 1980 informou que:

[...] as peças históricas que o Brasil devolveu ao Paraguai ontem são as seguintes: um sabre com bainha, de bronze, aço e metal dourado, com as armas inglesas, que pertenceu ao Marechal Francisco Solano Lopes; uma espada com bainha, de aço e metal dourado, com as armas do Paraguai, de uso do Marechal-Presidente; um roupão de seda adamascada; uma banda de seda tricolor; um rebenque de prata e couro, todos esses também de uso do Marechal. Um sinete utilizado por Solano Lopes, quando

era General; uma mantilha de renda preta, da esposa de Lopes; uma faca de mesa com as iniciais BSL (do irmão de Lopes, Benigno), e doze garfos sem iniciais.²²

Foram devolvidos ao Paraguai, durante o período do governo militar, pelos presidentes Geisel e Figueiredo, um total de cento e dezessete objetos do acervo do MHN, consideradas as noventa e seis pedras preciosas e semipreciosas, os argolões de prata e os anéis em ouro baixo, recolhidos em batalhas.

A devolução desses objetos foi, posteriormente, acompanhada da baixa desse acervo, medida absolutamente necessária para a manutenção do bom nome da instituição e do diretor, na época o professor Gerardo Britto Raposo da Câmara. Como é sabido, em última instância o diretor de um museu é o responsável pelos objetos que estão sob a guarda da instituição. O professor Câmara, entretanto, não foi consultado quanto à pertinência das devoluções. Ele apenas cumpriu as ordens recebidas, o que não o livrou da necessidade de dar explicações ao consultor jurídico do Ministério da Educação e Cultura, que, no processo 003773/77 pergunta quais foram os motivos que levaram o Museu Histórico Nacional a ceder peças do acervo. Somente em novembro de 1980, depois de muitas idas e vindas do processo, foi finalmente autorizada a formalização de baixa do acervo devolvido. E, na época, o controle do acervo era feito apenas através de livros de registro do próprio museu.

Um pouco de legislação

Cabe no corpo deste artigo a citação de algumas leis e decretos que pretendem preservar o patrimônio nacional, a começar pela inserida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que evidentemente não estava em vigor na década de 1970, mas está hoje. No Capítulo II, intitulado “Da União”, Artigo 23, vemos que:

[...] é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...] – III. Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Já no artigo 216, o patrimônio é definido: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...].²³

No Código Penal Brasileiro, sob o título “Dos crimes contra o patrimônio”, lemos no Capítulo IV, artigo 165 – “Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa”.²⁴

Com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi criado e organizado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão máximo responsável pela preservação dos bens culturais brasileiros com suas diferentes características. No corpo desse Decreto-Lei, lemos no Capítulo III, artigo 11, que “as coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma a outra das referidas entidades”.²⁵

Os trechos de legislações citados acima são apenas alguns exemplos. Começam com a Constituição por ser esta a lei máxima do país, mas em termos de preservação do patrimônio histórico todos são relevantes. E um bem tombado é inalienável desde 1937, como vimos, portanto legalmente protegido muito antes da instauração do regime militar no Brasil.

As devoluções continuarão?

Hoje, as circunstâncias históricas e políticas são bem diferentes das que vivenciamos durante o governo militar, inclusive no que se refere ao Museu Histórico Nacional, cujas edificações e acervo encontram-se inscritos às folhas noventa e sete do Livro do Tombo Histórico, volume 2, do Iphan. Edificações e acervo estão, portanto, oficialmente tombados.

No entanto, os acontecimentos tendem a se repetir. Através de jornais, somos informados de que o atual governo brasileiro se dispõe a atender a pedido do vice-presidente do Paraguai, devolvendo um canhão resgatado durante a Guerra do Paraguai, conhecido com *El Cristiano*, que se encontra no espaço físico do MHN desde antes da sua fundação. O complexo arquitetônico abrigava o Arsenal de Guerra da Corte, que recebeu o canhão após o final do conflito. E a peça aqui ficou, juntamente com outros canhões de diferentes origens, quando o Arsenal foi transferido para o bairro do Caju, em 1906. Todos esses objetos de artilharia estão expostos no Pátio Epitácio Pessoa, internamente conhecido como Pátio dos Canhões, e nenhum deles é exibido como troféu de guerra, o que não impede que cidadãos brasileiros,

possivelmente alheios aos procedimentos ditados pelas leis que protegem o nosso patrimônio histórico, considerem justa a devolução.

O jornal Folha de São Paulo, do dia 3 de março de 2010, noticiou:

Em discurso comemorativo aos 140 anos do fim da Guerra do Paraguai, o vice-presidente do país, Federico Franco, afirmou que ‘a cicatrização do povo paraguaio’ só começará depois que o Brasil devolva um suposto arquivo militar e o canhão ‘Cristão’, hoje em exibição no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.²⁶

O apelo causa estranheza, certamente a “cicatrização do povo paraguaio” passa por inúmeras outras necessidades, muitas delas atuais. No entanto, devemos observar que o discurso foi proferido em comemoração aos 140 anos do fim da guerra, ou seja, para o bem ou para o mal, a história e a memória daquele país estão sendo mantidas.

Mas que canhão é esse? Registrado no Museu Histórico Nacional sob o número 015.492, datado de 1867 e pesando 12 toneladas de ferro e bronze, seu histórico informa que foi fundido no Paraguai, com a utilização de material proveniente dos sinos de diversas igrejas paraguaias, recebendo por isso as inscrições “da religião ao Estado” e “El Cristiano”. Atualmente é classificado como um obuseiro – projetado para disparar balas ocas – e não exatamente como um canhão. De qualquer forma, “inicialmente equipando o forte de Curupaiti, também serviu para equipar a principal fortificação de Humaitá, a Bateria Londres, de onde foi arremessado para o rio Paraguai, quando da rendição da fortaleza”.²⁷ Há controvérsias quanto a ter sido jogado ou não no rio Paraguai, de onde teria sido retirado por brasileiros, mas não existem dúvidas de que foi apreendido depois da derrota dos paraguaios na fortaleza de Humaitá, após vários meses de cercos e combates. O historiador Doratioto informa o seguinte:

A notícia da passagem da esquadra por Humaitá causou verdadeiro delírio no Brasil, com comemorações que, no Rio de Janeiro, envolveram ‘toda a população’ de 1^o a 3 de março. Foram três dias de festas, com bandas a percorrer as ruas, seguidas de milhares de pessoas, dando vivas ao Imperador, a Caxias, a José Ignácio e aos oficiais superiores da esquadra. Em São Paulo, por ordem da Câmara Municipal, houve um *te-deum* na catedral, em 3 de março, em ação de graças pela passagem de Humaitá. Várias casas tiveram suas frentes

iluminadas por lanternas durante três dias. O próprio Imperador, influenciado pelos últimos acontecimentos no Paraguai, acreditava que a guerra se aproximava de seu final.²⁸

Esse episódio faz parte da história do Brasil, embora por vezes seja ignorado e tenha testemunhos conservados no Museu Histórico Nacional, como acervo tombado. Todas as peças em exposição no Pátio Epitácio Pessoa, construídas com materiais próprios para que fiquem ao ar livre, incluindo o “El Cristiano”, são rigorosamente preservadas – a poeira é retirada de cada uma semanalmente, com o uso de flanela, e a cada seis meses são higienizadas com detergente neutro e aplicação de óleo de linhaça diluído com nafta líquida. Após a retirada do excesso de óleo de linhaça, cada peça é lustrada com flanela seca. São canhões, obuseiros, colubrinas etc., de origem francesa, holandesa, portuguesa, inglesa, entre outras. Estão expostos no mesmo “Pátio dos Canhões” desde 1940, e em 1990 passaram a ostentar, além das legendas em português, também legendas em braile. E em nenhuma das informações existe sequer a insinuação de que são troféus de guerra. No reparo do “El Cristiano”, encontra-se a seguinte etiqueta:

44. Obuseiro/bronze e ferro/1867. Peça de artilharia feita no Paraguai para enfrentar encouraçados brasileiros. Na sua fundição foram usadas 12 toneladas de bronze, obtidas de sinos de igrejas, tendo por isso a inscrição “DA RELIGIÃO PARA O ESTADO” e recebido o nome de “El Cristiano” – O Cristão.

Nada que possa ofender ao povo paraguaio nem, tampouco, ajudar a curar as feridas de uma guerra que se deu na segunda metade do século XIX e, diga-se de passagem, por iniciativa deles. E da qual fomos vencedores, mas tentamos apagar a memória como se tivéssemos sido vencidos.

Conclusão

Coletar, preservar, pesquisar e expor objetos são ações que, em princípio, definem uma instituição como museu. A partir do texto *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*, de Pierre Nora, referir-se a museus como “lugares de memória” tornou-se chavão. No texto, o autor trabalha basicamente com a distinção entre memória e história, num contexto em que o passado vai perdendo espaço para o presente, mudança que Nora atribui a um processo que denomina

de “aceleração da história”.²⁹ Como resultado, torna-se necessário preservar vestígios, traços, objetos, em alternativa para a ameaça de esquecimento provocada pelas mudanças constantes e rápidas do mundo contemporâneo. Para o autor, a memória, importante componente da identidade, torna-se residual aos lugares, ou seja, existem lugares de memória porque a memória está sendo perdida. Jacques Le Goff contribui para essa reflexão, lembrando que

[...] a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo, e também que a aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda *rétro*, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio.³⁰

Considero que um museu só se justifica como “lugar de memória” se possuir também vestígios do passado de diferentes grupos sociais, sob a forma de objetos capazes de despertar memórias nos diversos segmentos formadores da sociedade brasileira, contribuindo para a manutenção da identidade social desses grupos, desempenhando assim o seu papel para a coesão social, como lembra Marly S. da Motta quando informa que:

[...] condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão social, a memória coletiva funciona como um depósito onde o indivíduo busca elementos que lhe permitem identificar-se social e historicamente. Ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória reforça as fronteiras sócio-culturais, tornando-se um ingrediente básico da identidade nacional. Podemos afirmar que o passado coletivo, fundado numa reserva de símbolos, de imagens, de modelos de ação, é a origem da legitimação da nação.³¹

Entretanto, de nada adiantam os esforços de alguns grupos de profissionais no sentido de preservar objetos, testemunhos, memórias, se esses vestígios são considerados mais importantes para a legitimação de algumas nações do que de outras. No limite, devolver testemunhos da própria história soa como fato grave. Grave e inútil, pois a história não será modificada, mesmo que seja parcialmente esquecida. Mas ignorar a legislação que protege um bem tombado abre um precedente tão grave quanto. Hoje, destomba-se o *El Cristiano*. E amanhã?

Notas

1. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2010.
2. Está instalado o Museu Histórico Nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 out. 1922. Sem paginação (recorte). Proc. 005283 DSI – MEC. Sob guarda da Dicop / MHN.
3. ABREU, R. Memória, História e Coleção. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.28, p.37-64, 1996. Página citada, 42.
4. BRASIL. Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação. Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Folheto nº 46. Museu Histórico Nacional – Legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946
5. *A Pátria*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1922. Apud. CHAGAS, M. & GODOY, S. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 31-59, 1995.
6. SILVEIRA, A. D. Gustavo Barroso. Cadeira nº 18. In: *Elogios Acadêmicos*, vol.II. Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988, p. 111.
7. BARROSO, G. Coração de Menino. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989, p. 56.
8. Ibid.
9. FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1959, 1º T., p.62.
10. CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 78.
11. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional*. Primeira Seção – Arqueologia e História. 1924, p.145.
12. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Um Valioso Presente para o Museu Histórico. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 467 – 469, 1942.
13. Ibid.
14. NORTE, J. As bandeiras do Avahi. *A manhã*. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1928. Sem paginação (recorte) Hemeroteca Gustavo Barroso, sob guarda da Biblioteca do MHN. João do Norte é o pseudônimo de Gustavo Barroso.
15. DORATIOTO, F. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 86.
16. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1975. Sem título e paginação (recorte). Proc. 005283 DSI – MEC. Sob guarda da Dicop / MHN.
17. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício do MRE ao MHN. Proc. 005283 DSI-MEC, sob guarda da Dicop / MHN.
18. *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 23 de julho de 1977. Sem título e paginação (recorte) Proc. 005283 DSI – MEC. Sob guarda da Dicop / MHN.
19. BACSKO, B. *Les Imaginaires Sociaux*. Mémoires et espoirs collectifs. Paris: Peyot, 1984, p.32
20. HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Biblioteca Vértice Edições, 1990, p.46.
21. Ibid. p. 132.
22. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1980. Sem título e paginação (recorte). Proc. 005283 DSI – MEC. Sob guarda da Dicop / MHN.

23. BRASIL. Constituição (1988). Capítulo II, Art. 23. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 18 out. 2010.
24. BRASIL. Código Penal Atualizado – Decreto-Lei 2848. Título II, Capítulo IV, Art. 165. Disponível em: <<http://www.codigopenal.adv.br>> Acesso em: 18 out. 2010.
25. Cf. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. Os capítulos finais da publicação citam as convenções internacionais que tratam da devolução de objetos, e em nenhuma delas é citada a devolução de troféus de guerra. Recomendam somente a devolução de bens furtados. (Grifo nosso)
26. *Folha de São Paulo*, São Paulo, de 3 de março de 2010. Sem título e paginação (recorte). Papeleta nº 315/2010, sob guarda do Arquivo Institucional do MHN.
27. ANDRADA, R. B. S. C. & CASTRO, A. H. F.. O Pátio Epitácio Pessoa e seu acervo. [Mimeo].
28. DORATIOTO, F. *Op. cit.* p.324.
29. NORA, P. *Entre Mémoire et Histoire. La problématique des Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p.25
30. LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 220.
31. MOTTA, M. S.. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 1992, p.5.

Imagem e reflexão: o retrato de d. Luís de Vasconcelos e Sousa

Ana Maria Rego de Almeida*

Vera Lima**

RESUMO

O artigo pretende analisar, a partir do retrato do vice-rei d. Luís de Vasconcelos e Sousa, um óleo sobre tela do século XVIII, a importância do retrato como gênero artístico e formador de identidades. As autoras abordam singularidades que dizem respeito à figura retratada, cuja fisionomia lhes é mostrada de uma forma instigante, levando-as a procurar conhecer diferentes modos de ser deste personagem histórico.

PALAVRAS-CHAVE:

Retrato; Pintura histórica; vice-rei d. Luís de Vasconcelos e Sousa; transformação urbanística; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Image and reflexion: d. Luís de Vasconcelos e Sousa's portrait

This article intends to analyze, from the viceroy d. Luís de Vasconcelos e Sousa's portrait, an oil painting on canvas from the XVIII century, the importance of portrait as an artistic genre and identity builder. The authors approach the singularities of the portrayed character, whose physiognomy is shown in a captivating manner, inducing them to try and find out different sides of this historical personality.

KEYWORDS

Portrait; Historical painting; viceroy d. Luís de Vasconcelos e Sousa; urban transformation; Rio de Janeiro.

O retrato é, por excelência, o suporte da construção de uma imagem.¹

Introdução

Trabalhar no Museu Histórico Nacional (MHN), casa de memória, implica num contato com uma diversidade de peças do acervo que fazem parte do nosso patrimônio cultural. A familiaridade com tantos objetos, seus significados e significantes, proporciona bastante conhecimento e, de certa maneira, alguma obra chama mais atenção do que outra, estabelecendo um laço afetivo muito grande.

Neste caso é um óleo sobre tela do século XVIII, de autoria de Leandro Joaquim: o retrato de d. Luís Vasconcelos e Sousa, conde de Figueiró, 12º vice-rei do Brasil.

A postura do vice-rei e as visualidades exuberantes de sua farda vermelha, símbolo de uma época remota, discurso político colonial, são bastante conhecidas, mas o instigante é sua fisionomia despojada, um tanto ou quanto simples e irônica, sem “aquela austeridade” que seria coerente com o importante cargo que ocupava, ao contrário das outras duas representações iconográficas de vice-reis da coleção do Museu Histórico Nacional: os retratos dos condes de Rezende e de Bobadela. Tal singularidade leva à reflexão, no campo da memória social e outros espaços de saber, sobre a importância do retrato como gênero artístico identitário, sobre a vida deste personagem, o homem, o político, e de que maneira ele escreveu seu nome na história, no momento em que dela participou.

*Museóloga pesquisadora do MHN. Historiadora pela Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ). Arquivologista pelo Arquivo Nacional.

**Museóloga e pesquisadora do MHN. Curadora da Coleção de Indumentária do Museu Histórico Nacional. Pós-graduada em Ação Educativa e Cultural em Museus pela Unirio. Estilista e professora de História da Moda da Universidade Cândido Mendes.

O Retrato

A evolução da arte do retrato acompanha de uma maneira especial a evolução das formas sociais, traduzindo a situação do homem, escolhendo-o e valorizando-o exteriormente ou pela sua interioridade psicológica. No retrato, o artista manifesta seu ponto de vista diante de uma realidade que menos que qualquer outra se presta à evasão – a fisionomia humana.²

O retrato constitui, ao lado da pintura religiosa decorativa, a parte mais numerosa do patrimônio artístico brasileiro do período colonial. Os primeiros retratos realizados no Brasil pertenciam inicialmente aos espaços públicos das confrarias, irmandades e paços municipais. Era prática usual a encomenda a pintores a representação de figuras ilustres da época, tanto de personagens do clero como de vice-reis, por exemplo, legitimando seus papéis na sociedade. O registro público da hierarquia social ensinava os modos de reconhecer, através da face pintada, o caráter distinto do retratado.

Do ponto de vista da composição, estão sempre dispostos no centro da tela, em primeiro plano. Os trajes normalmente são os utilizados em momentos oficiais. Nunca foram encontrados vestuários fantasiosos, como os que os pintores europeus costumavam inventar por motivos puramente pictóricos ou sob a aparência de figura alegórica ou mitológica, da mesma forma que não apareciam exemplares de retratados com trajes caseiros. Pode-se denominá-los retratos oficiais, no momento em que a finalidade era pôr em relevo não o indivíduo, mas a alta posição social do retratado. O objetivo era perpetuar os traços de determinadas pessoas por meio da pintura.

O retrato do vice-rei d. Luís de Vasconcelos e Sousa

Os retratos dos vice-reis são legítimos representantes de um momento de passagem entre as normas da tradição e a preocupação com a verossimilhança.³

O retrato de d. Luís Vasconcelos e Sousa pertenceu à antiga Igreja de Nossa Senhora do Parto e foi adquirido em 1939 pelo dr. Guilherme Guinle, que o doou ao Museu Histórico Nacional. Atualmente faz parte de um dos segmentos da exposição de longa duração, relacionada ao século XVIII no Brasil. Algumas vezes foram observadas as atitudes dos visitan-

tes em relação à obra exposta, verificando que chama bastante a atenção, atraindo os olhares com interesse.

Circundado por uma moldura barroca em madeira, tem na parte inferior o escudo com as armas do vice-rei. D. Luís de Vasconcelos e Sousa se apresenta em meio corpo, de frente, $\frac{3}{4}$ voltado à direita, trajando vistosamente uma casaca e uma véstia vermelha, ornamentadas com largos galões “em ouro” bordados com ramagens de louro, mangas compridas, grandes botões dourados, uma gravata branca de dar voltas, caindo em renda na frente, e punhos que revelam as rendas da camisa interna. Usa uma peruca empoadada, presa atrás com um laço de seda preta. Porta um bastão com castão de ouro e um anel, provavelmente sigilar. O braço direito está flexionado e parte de sua mão encontra-se repousada dentro da véstia.

A preferência pela cor vermelha nos trajes de Corte e entre os membros da Casa Real portuguesa acentuou-se durante o reinado de d. José e tornou-se padrão oficial nos fins do séc. XVIII. Não havia, porém, uma regulamentação rigorosa quanto às discriminações e graduações. Os vice-reis, governadores e capitães gerais, tanto no Brasil como em outras colônias, trajavam rigorosamente de vermelho. Na colônia, somente as pessoas de destaque como o vice-rei primavam pelo rigor e elegância das vestes usadas em Portugal; somente em época imprecisa, já no Brasil, o príncipe regente d. João substituiu a cor vermelha de sua farda pelo azul ferrete.

O autor do retrato de d. Luís de Vasconcelos é Leandro Joaquim, contemporâneo e amigo do vice-rei. Foi dedicado auxiliar de Mestre Valentim em desenhos e construções, e é considerado por muitos estudiosos um dos melhores pintores da escola fluminense de pintura, da segunda metade do século XVIII. De acordo com o professor Alberto Cipiniuk:

O artista deu muita ênfase ao labor em fios de ouro da vestimenta e pouca importância ao retrato propriamente dito. Há problemas técnicos na representação dos volumes do rosto, a face direita não parece se encaixar na esquerda e tem-se a impressão de que o nariz foi representado de perfil enquanto o rosto está levemente em escorço.⁴

Continuando a análise da obra de Leandro Joaquim, Cipiniuk comete um paradoxo, ao declarar que “a riqueza dos detalhes do traje reafirma a qualidade do pintor”.⁵

Em consonância com suas ideias, este fato pode levar à crença de ter ocorrido uma liberdade na composição da obra, com uma fidelidade ao real, resultando justamente na fisionomia representada.



*Retrato de d. Luís de Vasconcelos e Sousa – Autoria: Leandro Joaquim
Acervo do Museu Histórico Nacional*

D. Luís de Vasconcelos e Sousa: vice-rei do Brasil

O passado é um livro imenso cheio de preciosos tesouros que não se devem desprezar; e toda a terra tem a sua história mais ou menos poética, suas recordações mais ou menos interessantes, como todo o coração tem suas saudades.⁶

Nasceu em Portugal em 1 de novembro de 1742 e morreu no Rio de Janeiro em 24 de março de 1809. Era filho do primeiro marquês de Castelo Melhor, José de Caminha Vasconcelos e Sousa Távaro Faro e Veiga, e de d. Maria Rosa Quitéria de Noronha. Pelo lado paterno descendia do 19º e do 33º governadores gerais do Brasil.

Bacharelou-se em Cânones na Universidade de Coimbra e desempenhou as funções de desembargador da Relação do Porto e da Casa de Suplicação, desembargador do Paço, conselheiro de Estado, vereador do Senado de Lisboa, vereador da princesa viúva do príncipe d. José, d. Maria Francisca Benedita, e presidente da Mesa do Desembargo do Paço. Muito conceituado na corte portuguesa, recebeu o título de conde de Figueiró e a Grã Cruz da Ordem de Santiago da Espada.

Foi nomeado, pela rainha d. Maria I, em 30 de abril de 1778, o 12º vice-rei do Brasil e capitão general de Mar e Terra do Estado do Brasil, substituindo o marquês de Lavradio. Era, então, um jovem fidalgo de 36 anos com ideias iluministas, as quais imprimiu em seus 12 anos de exercício do cargo que deixou em 9 de maio de 1790.

Na sua vinda, trouxe diversas instruções quanto aos assuntos relacionados a religião, justiça, fazenda, agricultura, tropa, navegação, comércio e política.

Foi na sua gestão que o Rio de Janeiro, sede da colônia desde 1763, foi palco de obras urbanísticas que visavam a racionalização do espaço público. No seu programa de governo deu prioridade ao saneamento básico, ao abastecimento de água, ao lazer e ao embelezamento da cidade, contando com os trabalhos dos artistas Mestre Valentim e Leandro Joaquim, seus amigos pessoais.

Nessa época, a cidade tinha violentos contrastes. De acordo com os cálculos de Afonso Arinos, a população tinha as seguintes características: “[...] 19 mil brancos entre a aristocracia, o clero, uma burguesia afidelgada de funcionários públicos e de comerciantes ricos, e onde gravitavam 23 mil mulatos e negros, libertos ou não”.⁷

O escritor Joaquim Manuel de Macedo, em sua obra “Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro”, referindo-se ao vice-rei, cita que ele “reunia grandes qualidades de administrador, maneiras tão afáveis, tanta cortesia e bondade, que soube depressa conquistar as simpatias do povo”.⁸

Era prática que os habitantes conceituados da cidade, isto é, os considerados “homens bons”, logo fizessem sua apresentação ao novo dignitário, através da cerimônia do beija-mão, na qual o vice-rei recebia-os em pé, no Paço, instalado sob um dossel com o retrato da rainha. Os visitantes, imbuídos da importância da cerimônia, faziam três reverências profundas. Muitas pessoas ficavam diante da porta principal do Paço, como uma forma de divertimento, para assistir a entrada e a saída destes “homens bons”, que mereciam o acesso à autoridade real.

O Legado de d. Luís Vasconcelos

Em São Bento deu uma hora,
No colégio deram duas horas;
Vede que horas são estas
Que eu por ti ando nas ruas!
– Ah! Meu bem! Não venhas cá,
Não venhas, prenda querida,
Vede que eu sou impedida,
Tenho impedimento forte.
Quem ama não teme a morte,
Quem teme não sabe amar;
A cada passo que dá
Pisa logo no perigo.
Vive sempre a suspirar,
Anda sem sossego ter:
Assim mesmo. Desta sorte,
À noite te venho ver!⁹

No local onde existia a lagoa do Boqueirão da Ajuda, compreendida entre a ponta do Calabouço até o monte de N. S. da Glória, foi construído o Passeio Público. A princípio era, na realidade, um pântano pestilento, onde os escravos despejavam os dejetos da população, exalando um grande mau cheiro, espantando qualquer tipo de moradia, com exceção de três ou quatro humildes casinhas.

Visando o saneamento da área, o vice-rei promoveu o aterramento da lagoa, utilizando para este fim todo o material oriundo do desmonte do antigo morro das Mangueiras, espigão de Santa Teresa, que ocupava parte do atual Largo da Lapa. D. Luís Vasconcelos deu a Valentim da Fonseca e Silva, conhecido como Mestre Valentim, a incumbência de projetar o primeiro local de lazer da cidade, pondo em prática suas ideias iluministas, fazendo da modesta capital um local atraente aos olhos de uma sociedade constituída por uma burguesia cada vez mais dominante e cristalizada em confrarias. O Passeio Público era decorado com obras escultóricas e arquitetônicas, e elementos figurativos e geométricos como pirâmides, obeliscos, deuses mitológicos, arcos, arcadas, escadarias, colunas, templos, pavilhões, fontes, magníficos chafarizes e cascatas, além dos entalhados da flora e da fauna locais. Foi iniciado em 1779, concluído em 1783 e inaugurado em 1785, juntamente com o chafariz das Marrecas, que servia de contraponto ao plano urbanístico centralizado no jardim, para funcionar como um espaço

utilitário a serviço da comunidade. Em frente foi aberta a rua das Belas Noites, denominada mais tarde de rua das Marrecas pelas cinco marrequinhas de bronze que serviram de bicas às fontes. Foi o Mestre Valentim que inaugurou a arte da escultura em metal fundido no Brasil, executada na Casa do Trem, atual parte do conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional.

O principal e mais importante chafariz, construído anos depois, possuía uma dupla função: de aguada dos navios e abastecimento da população – o Chafariz da Pirâmide – localizado no largo do Paço, centro de convergência dos interesses vitais da sociedade colonial.

Este importante escultor, que privava da amizade com o vice-rei, pertencia à modesta Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, mas na execução de seus trabalhos era praticamente monopolizado por encomendas do governo e de congregações laicas. Sua técnica e o reconhecimento público eram notórios.

D. Luís Vasconcelos, seguindo seu espírito empreendedor, encomendou a Xavier das Conchas a construção de dois pavilhões no terraço onde terminava o Passeio Público no lado do mar, e que foram demolidos séculos depois, na administração de Pereira Passos, para a abertura da Avenida Beira-Mar.

No Campo da Cidade, mandou construir a Casa dos Pássaros, destinada a ser um museu de história natural, e que deu origem ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Para isto usou os serviços e habilidades do taxidermista Xavier dos Pássaros, como era chamado Francisco Xavier Cardoso Caldeira, que se esmerava no trabalho de taxidermia.

Dando continuidade a tantas transformações, foram feitas várias reconstruções: do Recolhimento do Paço, na casa da Alfândega, e parte da Igreja do Parto, destruída por um incêndio, e muitos outros benefícios urbanos, que lhe deram a justa fama de precursor do urbanismo no Brasil.

Durante o reinado de D. Maria I e Pedro III/ Secou-se um lago outrora pestífero/ E converteu-se em forma de passeio/ Repeliram-se as águas do mar por ingente muralha/ Aduziram-se fontes em jorrantes bronzes/ Derribados os muros, transformou-se o horto em rua,/ Construíram-se casas em admirável simetria./ Ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos de Souza, sob cujos auspícios foi tudo isso realizado/ O povo do Rio de Janeiro, em sinal de grato ânimo/ No dia 31 de julho de 1785.¹⁰

Impressões sobre o Vice-Rei

O relato do espanhol d. Juan Francisco Aguirre, que chegou ao Rio de Janeiro no dia 10 de março de 1782, permanecendo apenas 25 dias, contribuiu para ilustrar o perfil de d. Luís Vasconcelos e Sousa.

Quando foi recebido pelo governante, notou que ele era “de bela fisionomia e dotado de algumas virtudes que o fazem estimado por todos os habitantes”.¹¹

O pouco em que aqui permaneceu deu-lhe uma boa ideia dos costumes da cidade, mas o que nos chamou mais a atenção foi justamente sua observação quanto ao fato de d. Luís Vasconcelos e Sousa ser dotado de virtudes e estimado pelos habitantes.

O conde de Campo Belo, em sua obra “Governadores Gerais e Vice-reis do Brasil”, fala sobre todos estes personagens da nossa História. É outro autor que faz referências ao vice-rei como um homem “dotado de ânimo compassivo”¹² em determinados momentos, no seu período de governo, adotando procedimentos para acabar com a desumanidade com que eram tratados os escravos.

Conclusão

O retrato de d. Luís Vasconcelos e Sousa é um importante registro histórico, extremamente significativo para a interpretação da formação social brasileira e da memória da cidade do Rio de Janeiro.

Através do relato do viajante espanhol que aqui aportou, do conde de Campo Belo e da literatura, em especial na obra de Joaquim Manuel de Macedo, houve a oportunidade de levantar mais dados sobre este personagem, enriquecendo um dos objetos deste trabalho ao procurar revelar seu lado humano, seus amigos mais próximos, seus sentimentos e a preocupação com os modos de viver da população.

Quanto ao lado político e articulador do importante cargo que ocupou, sem dúvida alguma, existem mais referências na bibliografia especializada. Seu legado no âmbito de suas realizações é extremamente importante, um verdadeiro documento à posteridade, onde passado, presente e futuro se encontram.

Notas

1. BITTENCOURT, J. N. *Memória Compartilhada*. Retratos na coleção do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 17.
2. BRANDÃO, E. C. *Memória Compartilhada*. Retratos na coleção do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p.11.
3. CIPINIUK, A. *A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 58.
4. Ibid. p. 53.
5. Ibid. p.54.
6. MACEDO, J. M. de. *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966, p.21.
7. Apud CARVALHO, A. M. F. M. de. *Mestre Valentim*. São Paulo: Cosac & Naif Edições, 2003. p.10.
8. MACEDO, J. M de. *Um passeio... Op. cit.* p. 69.
9. Ibid. p. 73. O autor relata os passeios de d. Luís Vasconcelos e Sousa com o Mestre Valentim e o canto de uma morena, Suzana, que morava em uma das pobres casinhas às margens da Lagoa do Boqueirão. D. Luís por ela estava apaixonado, mas não correspondido.
10. CARVALHO, A. M. F. M. de. *Mestre Valentim... Op. cit.* p.48. Citação em uma cartela, logo acima da porta do Chafariz da Pirâmide, em latim, traduzida por José Mariano Filho.
11. FRANÇA, J. M. C. F. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Antologia de textos 1531-1800. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 214.
12. CAMPO BELO, Conde de. *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*. Delegação Executiva do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal. Porto: Artes Gráficas, 1940. p.124.

A formação da coleção de brinquedos do Museu Histórico Nacional – memórias afetivas, história e histórias

Angela Cardoso Guedes*

RESUMO

O artigo trata da formação da coleção de brinquedos do Museu Histórico Nacional, relacionando-a à trajetória da instituição, com o objetivo de apresentar esse objeto do cotidiano como importante fonte de informação museológica.

Procura-se, ainda, mostrar o brinquedo como um elo entre gerações; um objeto que estabelece vínculos afetivos com seus proprietários e que atrai a atenção de todos que com ele têm contato, independentemente de idade. Seja um pião de madeira, um thaumatrope ou um videogame contemporâneo, os brinquedos encantam, despertam a curiosidade, informam sobre a sociedade que os criou (técnicas, materiais, modos de usar, brincadeiras).

PALAVRAS-CHAVE:

Museu, coleção, brinquedo, criança, doação.

ABSTRACT

Building of the Museum of National History's toy collection – memories of affection, history and histories

This article discusses the building of the Museum of National History's toy collection, relating it with the institution's trajectory, with the objective of presenting this daily life object as an important source of museologic information.

Another goal is to show the toy as a link between generations; an object that creates links of affection with its owner and that attracts attention from all it comes in contact with, regardless of age. Be it a wooden spinning top, a thaumatrope or a contemporary videogame, toys charm, awaken curiosity, tell us about the society which created it (techniques, materials, ways to use, games).

KEYWORDS

Museum, collection, toy, child, donation.

Criado em 1922 a partir de decreto-lei do então presidente Epitácio Pessoa, o Museu Histórico Nacional (MHN) formou um relevante acervo, que representa atualmente 67 % de todas as coleções de museus pertencentes ao Ministério da Cultura.

No entanto, seguindo tendências da museologia e da historiografia da época de sua instituição, o MHN coletava, seja através da transferência de outros museus públicos, de aquisição ou de doações públicas e privadas, peças representativas dos acontecimentos fundadores da nação e dos vultos históricos que neles atuaram.

Seu compromisso maior, tendo à frente seu idealizador e primeiro diretor Gustavo Barroso, era com a instrução pública, a celebração do passado, a valorização e a consolidação do Estado brasileiro.

Armarias, bandeiras, moedas, condecorações, porcelanas brasonadas estão entre as primeiras peças incorporadas. Esculturas e pinturas históricas retratam os imperadores d. Pedro I e d. Pedro II, a nobreza brasileira e os grandes generais e almirantes, que lutaram na guerra da Tríplice Aliança e asseguraram o advento da República. Bustos, instrumentos odontológicos e parte da forca resgatam Tiradentes como o mártir republicano da Independência do Brasil. Carruagens e o carro do barão do Rio Branco representam os meios de transporte, bens aos quais só uma minoria da população tinha acesso.

*Graduada em Comunicação Social. Mestre e doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sempre atuou em instituições culturais e desde 1990 é assessora de comunicação do Museu Histórico Nacional. "Brinquedo: Fonte de Informação Museológica" foi o tema de sua pesquisa de doutoramento, sob a orientação de Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. Participou da formação da coleção de brinquedos do Museu Histórico Nacional, tanto como doadora quanto para a captação de novos objetos.

Representantes das classes de maior poder aquisitivo e de prestígio social não se eximiram de fazer generosas doações ao MHN. As exposições, com vitrines repletas de acervo, constituíam-se numa sucessão de galerias consagradas ora a personagens da história ora aos doadores. “Sala Miguel Calmon”, “Sala Guilherme Guinle”, “Sala Otávio Guinle”, entre outras: as coleções eram reunidas na mesma sala, com os nomes de seus titulares; monumentos à memória dos doadores e de suas famílias, que, dessa forma, integravam-se ao passado glorioso da Pátria.

Se até a década de 1950, as doações foram significativas, inclusive com o apoio do Governo de Getúlio Vargas para novas aquisições, como a coleção Souza Lima de imaginária religiosa em marfim, nas décadas seguintes quase não houve doadores e formaram-se lacunas de itens representativos do século XX. O Museu distancia-se da sociedade; suas exposições e acervo não abordam a trajetória dos índios, dos negros (exceto enquanto escravos, através de objetos de suplício), dos agricultores e dos operários, das mulheres e das crianças, todos “excluídos” da “identidade nacional”. A visitação declina, o público não se reconhece no museu.

Foi preciso haver uma mudança a nível mundial acerca do papel dos museus, conclamados a buscar cada vez mais a sua aproximação com o cidadão comum, chamando-o a participar da história de seu país.¹ Para acompanhar essa tendência, e já um pouco defasado em relação aos principais museus internacionais, o Museu Histórico Nacional empreende a partir da segunda metade da década de 1980 um enorme esforço para integrar os vários segmentos que compõem a sociedade brasileira ao discurso de suas exposições, coletando acervos a eles referentes.

Nesse sentido, são significativas a abertura das exposições “Farmácia Homeopática Teixeira Novaes”, apresentando mobiliário, equipamentos de trabalho e objetos pessoais do farmacêutico proprietário José Teixeira Novaes, e “Colonização e Dependência”, incluindo instrumentos de trabalho e de uso cotidiano dos imigrantes.

Ainda data desse período a incorporação da primeira coleção de brinquedos do Museu Histórico Nacional e o lançamento do “Thesaurus para Acervos Museológicos”, trabalho pioneiro de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini,² que, baseado sobretudo na diversidade do vasto acervo do Museu Histórico Nacional, institui categorias e padroniza termos de indexação.

O Thesaurus possibilita a criação do Sistema de Gerenciamento de Acervo (SIGA), responsável pela informatização do acervo do MHN e a padronização dos termos de indexação. Passo seguinte foi o desenvolvimento, por uma comissão interna do Museu, da “Política de Aquisição de Acervo do MHN”, para normatizar a ampliação do acervo do Museu e em vigor desde 1992.

Estavam criadas as condições para a incorporação sistemática de itens do cotidiano, entre os quais os brinquedos, cuja coleta era estimulada pela “Política de Aquisição”, para preencher lacunas da categoria “Lazer e Desportos”, proposta pelo Thesaurus; lacuna essa que refletia a incipiência de coleções de brinquedos não apenas no Museu Histórico Nacional, como nas demais instituições consultadas à época da elaboração da publicação.

Entretanto, a seleção dos objetos que integram o acervo de um museu não é isenta de juízos de valor e de influências sociais, políticas, econômicas e culturais de cada época: toda seleção implica uma exclusão; uma peça é escolhida em detrimento de outra. A própria limitação de espaço físico para guarda e exposição de acervo provoca, muitas vezes, uma restrição à ampliação de coleções.

Por isso, apesar da orientação da “Política de Aquisição”, foi necessária mais de uma década para que o próprio corpo técnico do Museu Histórico Nacional, através de uma “luta simbólica”, aceitasse e respeitasse o brinquedo, e outros objetos de uso comum, como documentos museológicos, no mesmo patamar das demais peças de maior antiguidade e valor monetário.

Portanto, somente a partir da primeira década do século XXI constatamos o crescimento da coleção de brinquedos. De uma forma geral, foi significativa a incorporação de itens dos séculos XX/XXI nesse período, tais como indumentária infantil e outros itens relacionados à criança; uniformes de trabalho, contemplando quase todos os serviços prestados à sociedade (coleta de lixo, abastecimento de água, luz e gás, telefonia, distribuição de correspondência, seguranças pública e militar de Marinha, Aeronáutica e Exército, siderurgia e usina nuclear, entre outros); aparelhos telefônicos, inclusive do primeiro ao mais moderno celular do final da primeira década de 2000; aparelhos eletrodomésticos, itens de numismática, tais como cartões telefônicos e cartões de crédito, e material esportivo (uniformes da Seleção Brasileira de Futebol e uniformes utilizados pela equipe brasileira nos Jogos Panamericanos realizados no Rio de Janeiro em 2007).

A Coleção de Brinquedos

Se já havia no Museu Histórico Nacional, desde os seus primórdios, um barco de marfim movido a cordas e um tabuleiro de xadrez com peças em marfim, ambos pertencentes ao imperador d. Pedro I e inclusos na categoria “Lazer e Desportos”, podemos considerar efetivamente como os primeiros brinquedos incorporados ao seu acervo, após a implementação da política de aquisição, na década de 1980, os 135 soldadinhos de chumbo e de massa, os primeiros da renomada fábrica inglesa Britain e os segundos da importante fábrica alemã Lineol, doados por Otto Lyra Schrader em 1986. Ao contrário das grandes doações do passado, as doações de brinquedos revestem-se de uma característica muito interessante: são plenas de memórias afetivas, refletem o desejo do doador de preservar para sempre um pouco da infância, às vezes já muito distante, e compartilhá-la com outras pessoas. Não são objetos de colecionadores, de prestígio ou guardados pelo valor monetário, são brinquedos de crianças, que trazem a marca do uso, de um modo de brincar e, ao mesmo tempo, recordações de parentes e amigos que já se foram. Quem não se lembra do seu brinquedo preferido da infância, mesmo se ele foi apenas um objeto de desejo na prateleira de uma loja? Qual a criança dos nossos dias que, cercada de uma variedade de brinquedos jamais vista, não se rende ao encanto de um pião de madeira girando no chão?

Os brinquedos são elos entre gerações, encantam, evocam lembranças, possibilitam a transmissão de informações acerca de sua época, técnicas, materiais, vida em sociedade, modos de brincar.

Os soldadinhos de chumbo, por exemplo, foram do menino Otto, e trazem nas cabecinhas o desgaste da pintura, evidência da forma como o garoto os segurava para arrumá-los em seu batalhão. Não há a preocupação de colecionador em selecionar uma peça de cada item; muitos são os soldadinhos repetidos, pois o que importa é a quantidade e a brincadeira! Fabricados entre 1903 e 1920, os soldadinhos nos permitem visualizar o campo de batalha característico do século XIX: os armamentos, os uniformes, a formação e a movimentação dos batalhões, a banda de música, o atendimento médico.

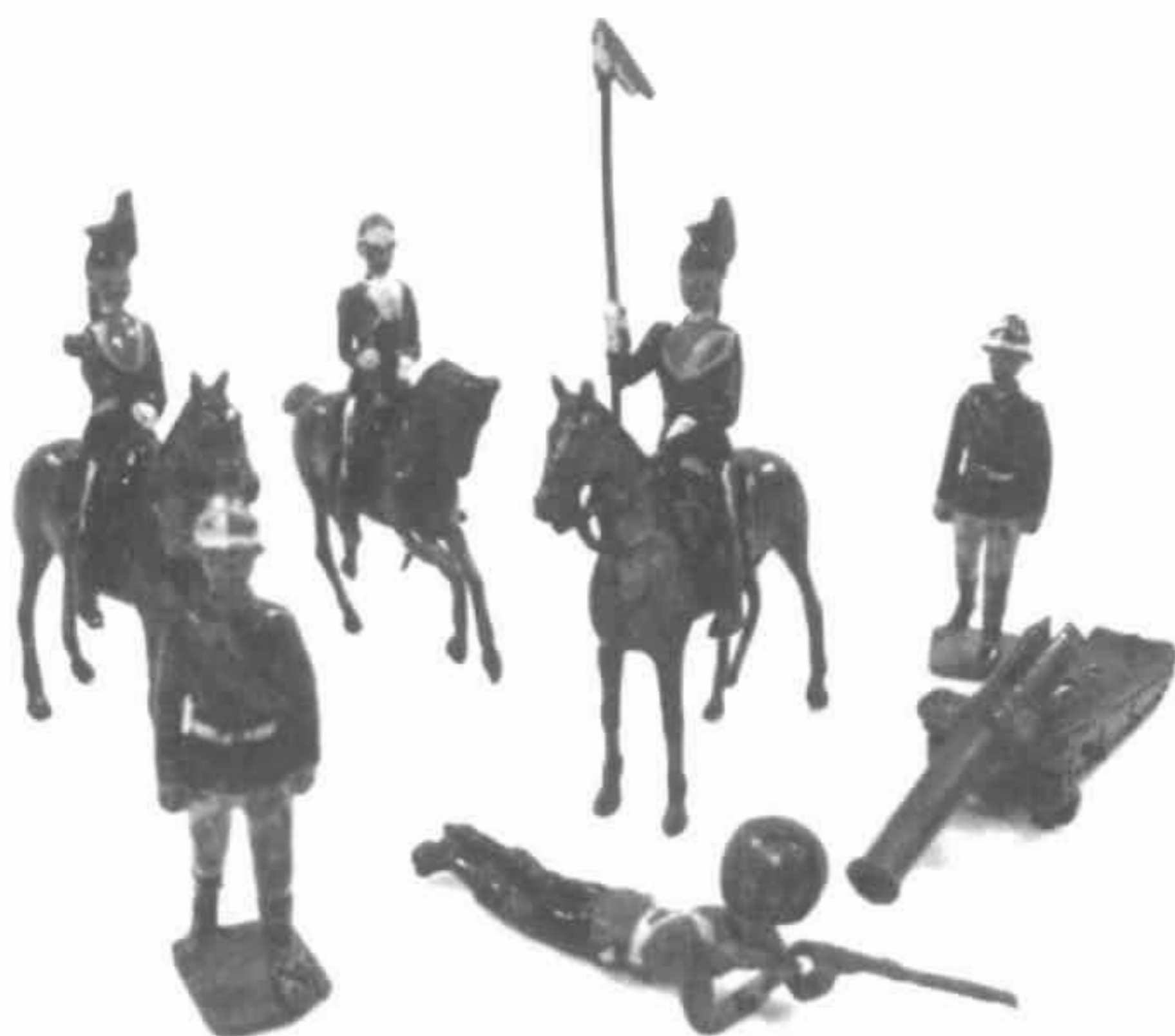


Foto: Denize Pereira

Doação de soldadinhos de chumbo e de massa marcam início de coleção de brinquedos no Museu Histórico Nacional

Uma década se passou até que, em 1996, Victorino Coutinho Chermont de Miranda fez outra doação significativa, mas muito questionada pelo corpo técnico. Ao contrário dos soldadinhos de chumbo, ainda um acervo de elite, ele doou 38 miniaturas de plástico chapado e sem volume na cor verde oliva, produzidas nos Estados Unidos na década de 1950, representando soldados, aviões, veículos terrestres e embarcações utilizados pelas tropas do exército norte-americano.

Se num primeiro momento parece ser uma doação de menor importância, podemos vislumbrar o menino Victorino, aos sete anos, comprando suas miniaturas numa loja do Rio de Janeiro: ao contrário de Otto e de seus soldadinhos de chumbo, Victorino já brinca com material não tóxico e produzido na América, para onde deslocou-se a indústria de brinquedos após a segunda guerra mundial.

Os soldadinhos de Victorino, embora um pouco “toscos”, representam a indústria nascente do plástico, que possibilitaria a produção de brinquedos a custos baixos, ampliando o mercado consumidor: um saco com cem exemplares em plástico custava apenas um dólar, contra os 15 dólares que custaria na época um saco de cem soldadinhos de metal.

Algumas das peças de Victorino trazem, ainda, a marca MAR, antigo logotipo da MARX, que viria a ser a maior indústria de brinquedos do mundo entre 1950 e 1960.

Do final da década de 1940 é outro brinquedo americano, doado por Armando C. Pereira em 2003: um jipe de corda, feito em lata, retratando o soldado Joe, que, feliz e vitorioso, retorna aos Estados Unidos após derrotar Hitler. Emocionado, o menino Armando despede-se de seu brinquedo preferido da infância, não sem antes demonstrar como o jipe se movimenta em todas as direções, fazendo, inclusive, “piruetas incríveis”.

Se a lata, como o chumbo, não é mais usado na produção industrial de brinquedos, ainda são materiais utilizados em réplicas de brinquedos de uma outra época – justamente em soldadinhos de chumbo e carrinhos – muito apreciadas por adultos colecionadores, que, talvez, queiram recordar-se de seus brinquedos de infância! Ressaltamos, ainda, que brinquedos artesanais feitos de lata ainda são muito usados por crianças no Brasil, sobretudo no norte e nordeste do país. Projetos de reciclagem também utilizam latas e garrafas “pet” para criarem peças criativas, muitas vezes mais objetos de arte do que brinquedos propriamente ditos.

Outra característica interessante na formação da coleção de brinquedos é a existência de doações feitas por crianças e jovens, mesmo que algumas vezes através de seus responsáveis.

Se a indústria norte-americana influenciou a infância de Victorino e de Armando, assim continuou a divertir os nossos jovens na faixa dos trinta anos. Eduardo Pessoa Xavier doou, em 2001, um exemplar da década de 1980 do Forte Apache, que, embora feito no Brasil pela Gulliver S. A, seguiu o modelo de outro clássico da indústria MARX, revelando um retorno romântico e idealizado da conquista do oeste norte-americano.

Criado na década de 1950, o Forte Apache é produzido até hoje em diversos países, inclusive no Brasil, e tornou-se um dos brinquedos mais populares no mundo, coincidindo com a ampla divulgação da cultura norte-americana no pós-guerra: gerações de crianças brasileiras acreditaram que os índios de nossas aldeias eram como apaches montados a cavalo e lutando contra soldados de uniforme azul!

Se nos Estados Unidos o Forte Apache foi desde o seu início “um tributo ao plástico”, como informa publicidade da época, no Brasil inicialmente

somente as figuras de índios, soldados e animais eram de plástico e o forte feito em madeira, como o exemplar doado por Eduardo. Atualmente, mesmo o Forte produzido no Brasil é totalmente em plástico, como o similar americano.

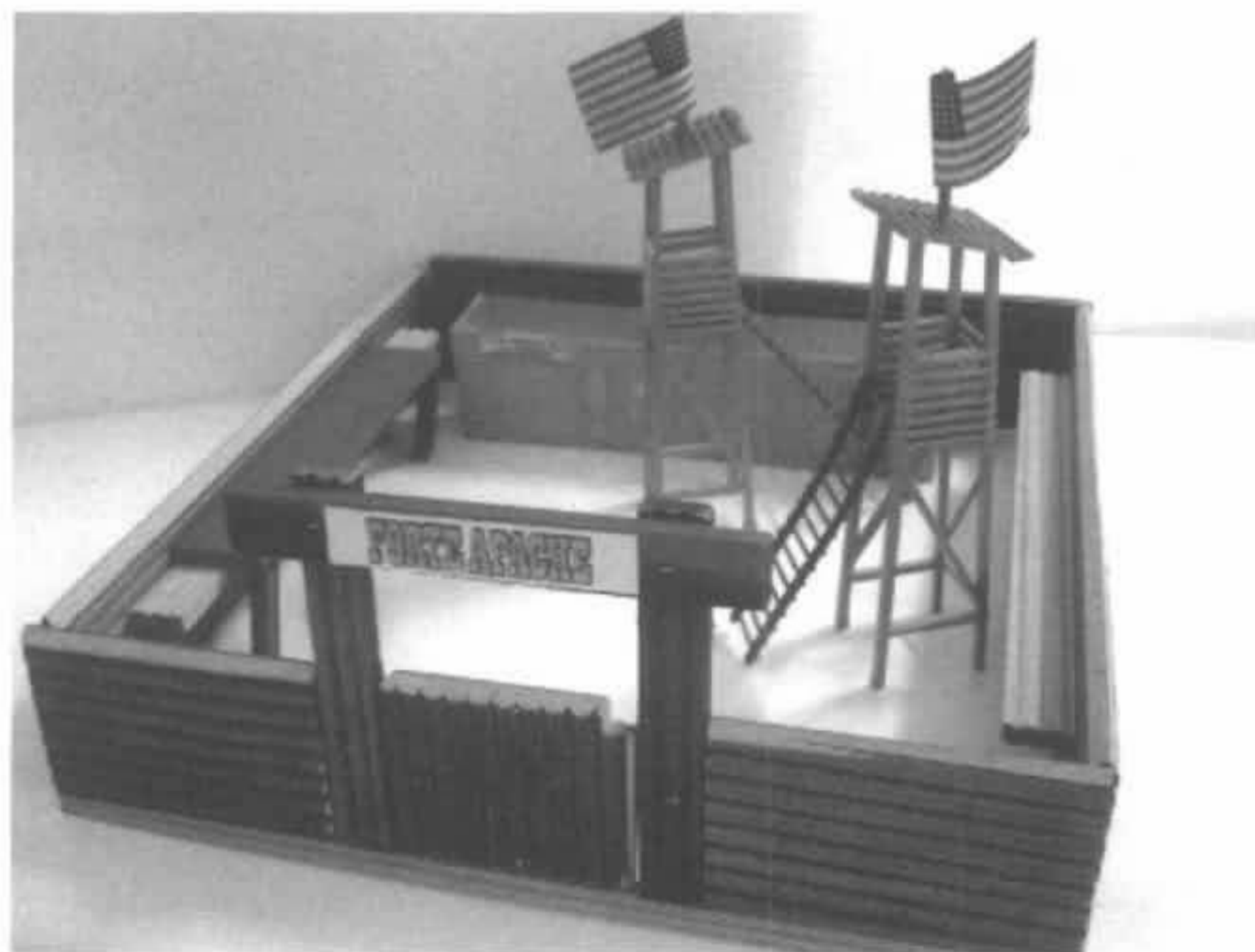


Foto: Denize Pereira

Forte Apache integra acervo do MHN

Já os irmãos Pedro e Gabriel Guedes Alves nasceram num mundo no qual a ameaça maior não parte de outro Estado-Nação, mas do inimigo oculto, o terrorista que ataca alvos civis, ou de seres híbridos, misturas de homens e máquinas, vindos do espaço ou surgidos nos esgotos poluídos pelos dejetos químicos industriais. Os brinquedos por eles doados representam esse universo, são robôs e bonecos militares integrantes da Força da Paz Mundial, que combatem o terrorismo, já produzidos na China, para onde se deslocou a indústria do brinquedo na década de 1980.

Os brinquedos antecipam as grandes novidades tecnológicas de seu tempo. Assim como as casinhas com iluminação antecederam em Paris a eletrificação completa da cidade e o Concorde já era um brinquedo muito antes de seu protótipo alcançar o céu, no Brasil a indústria nascente da informática na década de 1980 motivou a criação de uma série de brinquedos que, com a contribuição dos jovens doadores, já integram o acervo do Museu.

Rogério Peres Fernandes doou o seu "Genius", produzido pela Fábrica Estrela em 1980. Inspirado no filme *Contatos Imediatos de Terceiro Grau*

(1977), de Steven Spielberg, foi o primeiro brinquedo eletrônico lançado no Brasil; era anunciado como o “computador que fala”.

Os irmãos Pedro e Gabriel doaram o “Pense Bem”, um dos primeiros produtos da Tec Toy, lançado em 1988, que, em formato de computador, já apresentava funções simplificadas do mesmo.

Guilherme Silva Caldeira de Andrada doou o seu “Atari”, um dos primeiros videogames para televisão, que formou uma legião de apreciadores que até hoje se encontram para jogar nos antigos aparelhos, embora os jogos já estejam disponibilizados em versões *on line* para computador.



Foto: Dentize Pereira

Brinquedos eletrônicos antecipam tecnologia

Outra coleção que não para de crescer é a de bonecas. Aos 36 bonecos em trajes típicos de países, doados em 1968 pelo espólio de Sophia Jobim Magno e incorporados na categoria “Acessório de indumentária”, proposta pelo “Thesaurus para Acervos Museológicos”,³ somou-se em 1988 a primeira boneca considerada como brinquedo segundo a categoria “Lazer e Desporto”. Tratava-se de uma boneca europeia, de porcelana, loira e de olhos azuis, doada por Gilda Ford. Em 1996, outra doação faz um contraponto interessante: Victorino Coutinho Chermont de Miranda doa uma boneca de pano, que pertenceu à sua irmã.

As bonecas no Brasil oscilaram sempre entre as importadas feitas com material nobre como a porcelana, e as rústicas bonecas nacionais, de pano ou de massa. Se as bonecas loiras e de olhos claros vinham da Europa, a introdução

do estilo boneca manequim americana, a Barbie, na década de 1960, também não contribuiu para criar uma identificação com a menina brasileira, de formas mais arredondadas, cabelos e olhos mais escuros, assim como a cor da pele.

Na coleta de bonecas, o Museu Histórico Nacional procurou contemplar exemplares que representassem a diversidade existente, tanto artesanais como industrializadas, privilegiando também o segmento nacional. Dessa forma, incorporou um conjunto de bonecas de pano confeccionadas por mães, para suas filhas, com sobras de tecido, no interior do Maranhão na década de 1990, assim como diversos modelos significativos da Susi, criada pela Estrela em 1962, como uma alternativa à americana Barbie. A Susi esteve no mercado até 1985, tendo sido relançada em 1997.

Graças à doação de particulares e da própria Estrela, já fazem parte do acervo: as tradicionais Susi Noiva e Susi Princesa Encantada; a Susi Astronauta, a Susi Olodum, a primeira boneca *fashion* negra brasileira; a Susi comemorativa dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil; a Susi aeromoça, edição comemorativa dos 75 anos da companhia de aviação brasileira Varig; a Susi na campanha de prevenção do câncer de mama; a Susi Seleção Brasileira, a Susi Ginástica Olímpica, baseada na atleta Daiane dos Santos; e o Beto, companheiro da Susi, na campanha pela preservação da tartaruga marinha.

Ressaltamos outra característica dos doadores de brinquedos: o pronto atendimento às solicitações feitas pelo Museu Histórico Nacional. Surpresa e lisonjeada pelo pedido do Museu, Célia Sassano, do Departamento de Marketing da Estrela, não mediu esforços para encaminhar produtos de uma das mais tradicionais indústrias de brinquedos do Brasil. Entre 2001 e 2004, a Estrela doou 30 produtos, entre brinquedos para a primeira infância, bonecas e acessórios, carros e jogos diversos.

Presente na infância de gerações de brasileiros, a Estrela, comprometida com a “*Casa dos Sonhos*”, museu da própria indústria, não pôde nos atender com produtos já fora do mercado (a fábrica foi fundada na década de 1940, pelo imigrante judeu-alemão Siegfried Adler e sua esposa).

No entanto, doações de particulares vêm suprindo essa lacuna na trajetória da Estrela. Em relação à própria Susi, um exemplar da década de 1960, acompanhado do guarda-roupa original, foi doado por Olga Neiva Paiva, assim como a minha doação da “Susi Coração”, exemplar que marcou o relançamento da boneca em 1997.



Foto: Denize Pereira

Coleção de bonecas não para de crescer!

Guilherme Silva Caldeira de Andrada doou em 2002 o primeiro modelo de veículo rádio-controlado produzido pela Estrela no Brasil: o Stratus, de 1979. Outros dois grandes sucessos da fábrica nessa mesma linha foram o Pégasus (carro esporte, 1984) e o Colossus (veículo de tração, 1985).

Motivado pelo item “Brinquedos”, disponível na Galeria Virtual do site do MHN (www.museuhistoriconacional.com.br), Robinson de Camargo, residente em São Paulo, enviou email ao museu, propondo a doação de uma boneca neném, que pertenceu a sua mãe, Lucila Mesquita de Camargo, nascida em 1932 na cidade paulista de Avaré. Produzida pela Estrela em 1946, a boneca tem o rosto em porcelana, os olhos móveis e falava “mamãe” (o mecanismo, gasto pelo tempo, já não funciona). Hoje a boneca neném faz parte da coleção do MHN, mas pertenceu por 56 anos a Lucila, que a ganhou no natal de 1947 de Roberto de Camargo, com quem se casaria, e permaneceu com ela até a data de sua morte, em agosto de 2003.

O filho nos contou que a mãe mantinha a boneca enfeitando a sua cama e, ao ter a casa assaltada em 1966, sua primeira preocupação foi certificar-se de que a boneca estava em seu lugar! Foi com muita emoção que Robinson se desfez dela, movido pela certeza de que “entrar para o Museu seria o destino certo para ela e a garantia de preservá-la para sempre com o mesmo carinho que a mãe lhe dedicou”.⁴

Já Jandyra Moniz Torres, membro da Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional, doou outro modelo de boneca da Estrela – uma menininha de cabelos cacheados e vestido vermelho –, também de 1946, em sua caixa original: a boneca foi presente de seus pais no dia de seu aniversário de doze anos!

A boneca fez parte de uma doação de dez brinquedos, todos meticulosamente embrulhados em papel de seda e trazendo a descrição minuciosa de cada momento de sua infância: nascida em 19 de maio de 1934, com apenas um ano, ganhou do pai seu primeiro brinquedo, um conjunto de mobília, confeccionado em palha; aos dois anos lhe foi ofertada uma sombrinha estampada de bonequinhas pela “dedicada empregada doméstica Dona Olympia”; aos cinco anos, brincava de dona de casa com um filtro de barro, que tinha uma torneirinha e filtrava a água “de verdade”; aos oito anos ganhou de aniversário um aparelho em miniatura de jantar em porcelana e vestia sua boneca Anita com um casaquinho de tricô, tecido em lã pela mãe Zilda. Brincava, ainda, com um conjunto de casaquinho e touca em lã, tecido em crochê na década de 1910 pela tia Lúcia para a boneca de sua filha Sylvia.

Outras bonecas representativas das décadas de 1940 e 1950 também fazem parte do acervo, graças a três outros doadores. Anna Bentes entregou suas bonecas preferidas, não sem antes despedir-se delas de forma carinhosa, “mamãe agora vai deixá-las num lugar muito bom”:⁵ um neném de porcelana e origem francesa, e três bonecas produzidas por Madame Alexander/Ideal Novelty and Toy Co, duas trazendo as feições da atriz canadense Deanna Durbin e roupas características de seus filmes, e uma representando “Alice no País das Maravilhas”. Os selos ainda existentes nas bonecas mostram os impostos de importação e o local da venda: a Mesbla, no Rio de Janeiro. Já Solange de Sampaio Godoy doou, em nome da neta Valentina, as duas bonecas que lhe foram presenteadas quando menina. Ricardo Monteiro de Barros doou quatro bonecas em papel machê.

Talvez as bonecas mais antigas da coleção sejam as doadas por Alice Martha Chaves Rodrigues Pereira: uma em biscuit e madeira, do século XIX (c. 1850) e de origem norte-americana, e a outra vestida com um quimono, do início do século XX, feita em biscuit e cabelo natural, representando uma gueixa japonesa.

Assim como a boneca Deanna Durbin, estrela da Universal Studios, foi comercializada durante o período áureo da atriz no cinema, os brinquedos relacionados aos livros infantis, histórias em quadrinhos, programas televisivos

vos e filmes de cinema têm a tendência de permanecer no mercado enquanto sua fonte de inspiração está exposta na mídia.



Foto: Norma Portugal

A indústria cinematográfica gera uma série de brinquedos, como a boneca baseada na atriz Deanna Durbin

Por essa razão, o MHN empreendeu esforços para recolher exemplares desses brinquedos. Saídos da obra de Monteiro Lobato, os personagens do Sítio do Picapau Amarelo fazem parte do imaginário de gerações de crianças brasileiras e a série produzida em 2001 pela TV Globo suscitou a produção de bonecos pela GROW – Emília Sapeca, Saci Pererê, Cuca, Visconde de Sabugosa e Rabicó, todos já no acervo. Bonecas representando a apresentadora de programas infantis Xuxa e a personagem Clarinha, portadora da síndrome de down, da novela “Páginas da Vida”, exibida pela TV Globo, também já foram incorporados à coleção. A “Turma da Mônica”, de Maurício de Souza, já está representada por bonecos “agarradinhos” dos principais personagens, quebra-cabeças e conjunto de máquina de costura, tábua e ferro de passar e manequim, em plástico rosa.

Além da Susi, a boneca manequim também está representada na coleção do Museu através de exemplares da Barbie (Barbie Rio de Janeiro e Barbie Seleção Brasileira de Atletismo) e das “Quatro Marias” – “Maria Índia”, “Maria Carnaval”, “Maria Bonita” e “Maria Seleção” – bonecas em trajes típicos brasileiros. Doadas pela H. Stern, as “Quatro Marias” foram criadas pelo artista plástico Fábio Delduque com apoio da figurinista Sonia Ushiyama para a empresa de joias e produzidas pela Estrela.

Se as bonecas e carrinhos encantam meninas e meninos respectivamente, os brinquedos em formato de animais agradam a todos, desde os bichinhos de pelúcia, como o tradicional ursinho Teddy, até as miniaturas que antigamente eram feitas de chumbo ou celuloide, e atualmente em plástico, Lego ou Playmobil. Miniaturas em chumbo pintado e em celuloide que pertenceram ao avô de Victorino Monteiro Chermont de Miranda, já estão em reserva técnica, assim como o ursinho de Pedro Guedes Alves e a baleia jubarte, a tartaruga marinha e o peixe boi em pelúcia, representando os animais protegidos por projetos apoiados pela Petrobras.

Ao lado do tabuleiro de xadrez de d. Pedro I, somaram-se outros jogos, tais como pedras para damas, quebra-cabeças, dominós, loto, pega-varetas, futebol de botão, War, Banco Imobiliário, jogo de perguntas sobre a História do Brasil, palavras cruzadas. Destaque para dois jogos da década de 1950, produzidos pela Estrela – “O Céu é o Limite” e o três-em-um “Pega-varetas, loto e dominó” –, doados por Ricardo Monteiro de Barros, e para os piões de madeira, doados por Robson Mota Salles.

Através dos brinquedos é possível acompanhar a evolução da cidade moderna nos últimos 150 anos: as casas, os equipamentos domésticos, o surgimento dos grandes edifícios, o comércio, os parques e jardins, o teatro, o circo, os serviços públicos, a escola e os meios de transporte.

Nessa linha, Fernanda Botelho Portugal doou o clássico “tijolinho mágico”, que possibilita à criança construir sua cidade imaginária, Fernanda Lemos Cardoso Guedes, a sua casinha de bonecas, com lâmpadas que acendem a pilha, e Gabriel Guedes Alves, o barquinho que montou com peças de encaixe do Lego. Miniaturas de aparelhos eletrodomésticos, de aparelhos telefônicos, inclusive um celular, de meios de transporte – carros de passeio, barco, aviões, caminhões e trem –, posto de gasolina (brinquedo de montar Lego), também já integram a coleção.



Quem não se encanta com o girar de um pião?
Foto: Denize Pereira

Os brinquedos tradicionais, de origem artesanal e atualmente com vários modelos industriais, têm o seu espaço na coleção do Museu – chocalhos, piões, bilboquê, bolinhas de gude, peteca, corda de pular e carimbos –, assim como brinquedos antigos, já em desuso, tais como as miniaturas de objetos sacros e o thaumatrope.

Miniaturas doadas por Hércio Saul Ramos Barreto, de cerca de cinco centímetros de altura, feitas em metal prateado, representam imagens sacras e objetos de rituais da Igreja Católica. É difícil entendermos atualmente a função didática de catequese e de evangelização desses brinquedos; é quase impossível imaginar uma criança brincando de padre ou montando um pequeno altar. No entanto, Gilberto Freyre destaca em seu livro “Ordem e Progresso” que “Alfredo Severo dos Santos Pereira [...] quis ser padre, tendo sido o seu brinquedo predileto de menino simulacros de missa [...] com cálice de folhas de flandres”.⁶ Nesse sentido, a Arca de Noé, brinquedo criado na Alemanha no século XVIII para entreter as crianças aos domingos, devido às suas conexões bíblicas, está até hoje disponível no mercado, nas versões industrial, inclusive em Playmobil, e artesanal. Uma Arca de Noé em madeira e oito pares de animais foram incorporados ao acervo em 1999.

Prova de que os brinquedos são eternos, não em sua materialidade, mas no encanto que despertam em todos, da criança ao idoso, é o fascínio exercido pelo thaumatrope – um cartão ilustrado na frente e no verso, com um barbante no meio: ao ser girado com as duas mãos, forma uma cena pitoresca, dando a ilusão de movimento! O thaumatrope – nome formado de *thauma*, do grego mágico, e *trope*, referindo-se àquilo que gira –, foi, na realidade, um recurso óptico inventado por John Ayrton Paris para demonstrar a persistência da visão. Ele apresentou sua criação ao Royal College of Physicians em Londres, no ano de 1824, e logo o thaumatrope tornou-se um dos mais populares brinquedos da era vitoriana.



Um conjunto de thaumatropes, da década de 1920, foi doado por Jandyra Moniz Torres, e em plena época dos videogames, brinquedos eletrônicos e telefones celulares, a equipe do Museu fez uma experiência com crianças para a criação de thaumatropes, e a atividade despertou enorme interesse, entretendo-as por um longo tempo.

Se hoje os brinquedos conquistaram seu espaço no acervo museológico, totalizando 668 itens, uma longa caminhada ainda se faz necessária para que eles sejam integrados às exposições do Museu Histórico Nacional.

São inúmeras as possibilidades para que o brinquedo participe, efetivamente, dos discursos museológico e museográfico. Isolados, podem integrar praticamente todas as exposições sobre todos os temas, pois os brinquedos representam, em escala em miniatura e guardadas as devidas proporções, objetos do mundo real. Em exposições específicas, podem ser agrupados por tema, por técnica ou por material.

“O brinquedo propicia empatia imediata; é o elo entre gerações, é o objeto mais atraente do museu”:⁷ pode e deve ser mais bem aproveitado por nossos museus pois, sem dúvida, esse objeto do cotidiano, revestido de memórias afetivas, é preciosa fonte de informação sobre hábitos e costumes da sociedade que os produziu.

Notas

1. Cf. *Mesa-redonda de Santiago do Chile*. ICOM, 1972. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm> Acesso em: 29 out. 2010 e *Declaração de Quebec*. Princípios de base de uma nova museologia, 1984. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>> Acesso em: 29 out. 2010.
2. BIANCHINI, M. H. S. & FERREZ, H. D. *Thesaurus para acervos museológicos*. 1º v. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-memória, 1987.
3. *Ibid.*, p. 70.
4. Robinson de Camargo, em email encaminhado ao Museu Histórico Nacional em 23 de julho de 2009.
5. Depoimento oral de Anna Bentes ao entregar a doação ao Museu Histórico Nacional em 2003.
6. FREYRE, G. *Ordem e Progresso: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. Tomo 1. p. 108.
7. Barbara Spadaccini, então curadora da coleção de brinquedos do Musée des Arts Décoratifs, Paris, França, em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2000

Os espíritas do Império. Um olhar sobre a coleção Manoel José de Araújo Porto-Alegre no Museu Histórico Nacional

Raphael de Assis Carvalho Pinto*

RESUMO:

Muito pouco é conhecido no meio acadêmico sobre a história do movimento espírita no Brasil, assim como é pouco estudada a influência dos espíritas, seja no âmbito político ou no cultural, no decorrer da história do país. A relação dos precursores da Doutrina Espírita no Brasil com o desencadeamento de determinados processos históricos, como a abolição da escravidão, parecia até então algo um tanto sutil, porém documentos que foram encontrados recentemente revelam a escolha religiosa de muitos personagens ilustres, pertencentes à elite, homens que conviviam dentro do seleto grupo de amigos do imperador dom Pedro II e que participaram ativamente da campanha abolicionista.

PALAVRAS-CHAVE:

Espiritismo no Brasil, Magnetismo, Doutrina Espírita, Intelectualidade no Brasil do século XIX.

ABSTRACT:

Spiritism adepts in the Empire. A look over Manoel José de Araújo Porto-Alegre's collection in the National Historic Museum.

Very little is known in academic circles about the history of Spiritism in Brazil, as the influence of its adepts, whether politically or culturally, in the course of history is rarely studied. The relationship between the precursors of Spiritism in Brazil with the triggering of certain historical processes, such as the abolition of slavery, until now seemed to be somewhat subtle, but recently found documents show the religious choice of many illustrious characters, belonging to the elite, men who lived within the select group of friends of the Emperor Dom Pedro II and actively participated in the abolitionist campaign.

KEYWORDS:

Spiritism in Brazil, Magnetism, Spiritist Doctrine, Intellectuality in nineteenth-century Brazil.

As contribuições de Manoel José de Araújo Porto-Alegre

Ainda há na atual historiografia um enorme vazio no que diz respeito ao estudo da história do espiritismo no Brasil. Poucos são os pesquisadores que trabalham nesta área específica da História, como é o caso de Emerson Giumbelli,¹ professor de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os poucos estudos existentes nessa área revelam que o Espiritismo teve sua aceitação no Brasil através das elites e que apenas posteriormente teve suas ideias incorporadas em alguns segmentos da sociedade. O estudo da História do Espiritismo torna-se hoje algo de vital importância no processo de entendimento da formação da identidade do Brasil contemporâneo, tendo em vista aqui há aproximadamente 30 milhões de adeptos da Doutrina Espírita, sendo o país com o maior número de espíritas no mundo.

O Espiritismo surgiu na França, mas foi no Brasil que fincou suas raízes. Para que isto ocorresse, foi vital a participação dos precursores da Doutrina Espírita. Até então, acreditava-se que o Espiritismo adentrou no país em meados da década de 1860, porém os documentos encontrados em abril de 2010 no Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional evidenciam que anteriormente já havia conhecimento sobre esses estudos, além de, segundo estas fontes, haverem ocorrido evocações e reuniões de magnetismo antes do ano de 1859. Participavam destas reuniões homens de nome conhecido pela historiografia atual, barões, poetas, políticos, enfim, os primeiros espíritas no Brasil eram homens que faziam parte da corte.

*Estudante do curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense, atualmente trabalhando como estagiário do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) no Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.

Um destes espíritas foi Manoel José de Araújo Porto-Alegre, o barão de Santo Ângelo, cuja identidade é conhecida no meio acadêmico há bastante tempo, porém sua religião foi recém-descoberta através de correspondências que confessam esse credo na Doutrina Espírita.

Porto-Alegre foi membro da elite intelectual do Brasil em meados do século XIX, tendo sua produção intelectual atuante no desenvolvimento de atividades na poesia, literatura, teatro, jornalismo, política, educação e diplomacia, além de ter sido pintor, caricaturista e crítico de história da arte, tendo sido aluno de Jean-Baptiste Debret na Academia Imperial de Belas Artes. Porto-Alegre foi um escritor romântico, inspirado pelo movimento nativista e, posteriormente, se relacionou com os ideais abolicionistas.

Em relação ao fim da escravidão, ele, como diversos outros espíritas, se postou a favor da abolição, tendo como maior exemplo citado pelos espíritas de hoje o doutor Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, o chamado “Allan Kardec brasileiro”, que era médico e político na Corte. Encontram-se no Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional diversos documentos de produção intelectual de Araújo Porto-Alegre que defendem os ideais de liberdade e fim da escravidão pregados pelos abolicionistas, sendo que destes documentos existem dois que devem ter seu devido destaque.

O primeiro documento é um rascunho de poesia em meio a um papel com anotações feitas por Porto-Alegre, cujos versos são:

Somos pequenos porque somos imitadores
Somos imitadores porque desconhecemos a liberdade
Desconhecemos a liberdade porque nascemos entre
escravos
Nascemos entre escravos porque somos filhos de mou-
ros batizados.²

O segundo documento,³ de maior relevância, se trata de um plano em forma de propostas de leis que garantissem e guiassem como seria feita a abolição da escravidão. O interessante é que o documento foi elaborado em meados de 1860, época bem anterior à Lei Áurea. Além disso, é vista uma indicação de que o documento deveria ser entregue ao imperador. Manoel de Araújo Porto-Alegre era muito bem relacionado na Corte, mantinha relações de amizade com a família imperial e hospedou d. Pedro II em sua própria residência quando este foi para a Europa em uma de suas viagens. Há

também outros escritos de Porto-Alegre que evidenciam sua visão abolicionista, como este poema sob o título “Futuro do Brasil e o fim da escravidão”:

Quando a terra por livre mão lavrada
 O crânio sepultar do último escravo
 E do vil cativo as leis morrerem;
 Quando o Brasil for livre; quando o engenho
 Em regiões mais puras libertar-se
 Da razoura fatal que ora achana,
 E a cerviz conculcar de seus tiranos,
 Então erguida, triunfante e nobre
 A terra de Cabral, regenerada,
 Há de às cortes prestar culto, solene,
 E aos dons da inteligência, mor tributo.⁴

O que foi descoberto recentemente em relação a Porto-Alegre não foi apenas o fato de ele ter sido espírita. Sabe-se agora, a partir de documentos encontrados no Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, que Porto-Alegre foi um entusiasta precursor da Doutrina Espírita, codificada por Allan Kardec a partir de 1857, com a publicação do “Livro dos Espíritos”. O jornalista Paulo Roberto Viola, ao pesquisar sobre a princesa Isabel e d. Pedro II no Arquivo Nacional para publicação de um livro sobre os dois, encontrou em meio aos documentos uma carta escrita e assinada por Manoel de Araújo Porto-Alegre endereçada a seu amigo Joaquim Manoel de Macedo (professor dos filhos da princesa Isabel), onde afirma ser espírita e ainda revela que a princesa Isabel havia lhe perguntado quem seria o guia espiritual dela. Esta carta descoberta rendeu um livro publicado por Paulo Roberto Viola, intitulado “Barão de Santo Ângelo: o espírita da Corte”,⁵ onde foi reproduzida na íntegra e analisada pelo jornalista. O interessante é o fato de Porto-Alegre ser funcionário de alto grau da corte de d. Pedro II, em um governo oficialmente católico, e ainda assim cultivar ideais espíritas, além de estudar a filosofia codificada por Kardec.

As cartas de Manoel de Araújo Porto-Alegre

Outras descobertas relacionadas a estes fatos, que talvez tenham teor de maior relevância, foram três documentos encontrados no Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, que confirmam o documento já encontrado no Arquivo Nacional e ainda o complementam com novas informações. A aquisição destes documentos por parte do Arquivo Histórico foi possível

através de transferência feita em 24 de janeiro de 1991, sendo seu local de origem os arquivos do extinto IBPC, atual Iphan.

No acervo arquivístico do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional constam mais de mil documentos na coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, em sua maioria correspondências manuscritas de natureza passiva, ativa ou de classificação diversa. Em muitos destes documentos é possível notar, na linguagem das cartas escritas por Porto-Alegre, um vocabulário que pode ser interpretado como de conotação espírita, quando este se queixa de determinada pessoa, afirmando que ela tem um mau espírito, por exemplo. Na maioria destes escritos, nada mais se obtém que suposições, porém há três documentos recém-descobertos em que é possível constatar que era espírita o barão de Santo Ângelo e, mais que isso, encontram-se em seus relatos alguns nomes de figuras ilustres, como Guilherme Schüch, o barão de Capanema (também há no Arquivo uma coleção organizada com acervo relacionado a este) e Domingos José Gonçalves de Magalhães, o visconde de Araguaia, ambos relacionados ao Espiritismo ou às práticas do magnetismo.

Também encontramos outros nomes, como Américo de Castro, Francisco Salles Torres Homem (visconde de Inhomirim), Caetano Maria Lopes Gama (visconde de Maranguape), Pedro de Calazans, dr. Manuel Ferreira Lagos, dr. José Maurício Nunes Garcia (professor de anatomia, membro da Academia Imperial de Medicina); e ainda há a possibilidade do envolvimento da princesa Isabel, pois, a cada documento que é encontrado, se torna cada vez mais claro o interesse da princesa pelo Espiritismo, conforme mostram os documentos citados neste artigo, em conjunto com os encontrados no Arquivo Nacional.

O primeiro documento⁶ é uma carta escrita por Caetano Maria Lopes Gama, o visconde de Maranguape, endereçada a Manoel de Araújo Porto-Alegre. A carta é datada do dia 27 de dezembro de 1871 e se trata de uma comunicação por parte de Caetano Lopes, avisando que enviara ao endereço de Porto-Alegre um carregamento de livros encomendados por este, no entanto, sem citar o título e o assunto que abordam estes livros; porém, no final da carta, Caetano Lopes Gama faz um comentário sobre o espiritismo, deixando perceber a posição do barão de Santo Ângelo acerca do tema. O trecho demonstra que este era um assunto que não era totalmente evitado, pois era de conhecimento para alguns a afeição de Porto-Alegre ao Espiritismo. Eis então o trecho da carta:

Não posso deixar de felicitar a V.E. por ter descoberto que o Dr. Pinto é médium. V.E. sabe qual é a minha opinião a respeito do espiritismo. Estou na mesma, e por conseguinte prefiro comunicar-me com o meu Anjo da Guarda pelo meio que me ensina a Santa Madre Igreja, que é a oração. Se o meu anjo da guarda não me comunica o que por mim faz, nem o que devo fazer, vivo satisfeito com o saber que o tenho a meu lado. Como já disse a V.E., este meu modo de pensar não me leva por um instante a deixar de respeitar a opinião contrária à minha.⁷

O segundo documento, também uma carta, foi escrito por Porto-Alegre a um companheiro no Brasil, cujo nome não é citado. A carta é datada de 27 de agosto de 1875. Nela, apesar de não se declarar espírita de uma forma bem concisa, Porto-Alegre demonstra uma apreciação pela iniciação do tal amigo nos estudos do Espiritismo, advertindo, no entanto, para que ele não sucumba ao fanatismo e à fé cega, assim como é sabido o que recomenda o próprio Allan Kardec no “Livro dos Médiuns”, quando afirma que, se a ciência provar que a Doutrina Espírita está errada, o espírita então deve permanecer com a ciência.

Este alinhamento entre ciência e religião, que é proposto pela codificação de Kardec, parece ser o pensamento que compartilhava Porto-Alegre, apesar de também notar-se na carta toda sua paixão com temas como a caridade e o amor pregados pela Doutrina Espírita. Mesmo ao final da carta, quando faz uma crítica aos médiuns de então, Manoel de Araújo Porto-Alegre demonstra uma grande preocupação com os rumos da Doutrina Espírita devido a erros de conduta de certos médiuns. Também é descrita por Porto-Alegre a ideia de que o Espiritismo teria maior aceitação na época por parte das elites, como tem sido a análise da historiografia atual. Os elementos mais relevantes na carta estão expressos nos seguintes trechos:

Vejo o que me dizes sobre o Hilário e Juca Ferrugem, já não existem ambos, Deus tenha comiseração de seus espíritos pelo mal que fizeram e pelo bem que deixaram de fazer; quanto ao pai deles, era um espírito muito atrasado, que muito terá sofrido e ainda sofrerá por muito tempo, em consequência da materialidade em que viveu. [...] Folgo muito em saber que estejas mais crente nos estudos, o que peço a Deus é que não te tornes fanático, e que não tomes a nuvem por Juno, como tem acontecido a muitos espíritas que cá há; e

que entendem que os espíritos superiores estão às suas ordens, e prontos a virem para quaisquer frioleiras que lhes apraz consultar; se dessem importância a um estudo desta ordem, de certo eles procederiam de outra maneira, e veriam que a Ciência Espírita ainda está em embrião como eu a considero, [...] mas não se querem dar ao trabalho de estudar a fim de poderem bem apreciar os fatos e dar explicações dos fenômenos que se apresentam [...] O Espiritismo aqui está se divulgando muito por todas as classes, mas receio muito que não preencha o fim por falta de estudo e boa direção. Tem feito grande impressão nas classes mais elevadas da sociedade a leitura dos quatro Evangelistas por Jean-Baptiste Roustaing.⁸

As “Revelações” do barão de Santo Ângelo

O terceiro documento, além de ser o que reúne maior número de informações relevantes em um total de 19 páginas manuscritas, é também o mais importante, pois trata de um escrito de autoria de Manoel de Araújo Porto-Alegre sobre o Espiritismo, intitulado “Revelações”. No documento, Porto-Alegre descreve suas experiências iniciais com o magnetismo, que era objeto de estudo de Allan Kardec e a ciência que serve de base teórica para as práticas espíritas, como o passe magnético, as curas espirituais e efeitos de manifestações dos espíritos em reuniões mediúnicas. Neste relato, Porto-Alegre cita nomes de ilustres personagens do Brasil do século XIX, muitos deles amigos pessoais do imperador. O documento é datado de 1865, porém contém relatos de experiências que ocorreram entre a década de 1850 e os cinco primeiros anos da década de 1865.

Porto-Alegre não se limita ao Espiritismo, discorrendo também sobre política, fazendo inclusive críticas à sociedade e a determinados modelos de pensamento, sem, no entanto, deixar de atribuir ao Espiritismo um papel de destaque na construção de uma conduta ideal para o desenvolvimento humano, como assim é possível perceber nestes trechos:

Do Imperador ao sacerdote, do magistrado ao soldado, e do cidadão ao escravo, há uma escala de deveres recíprocos, todos para a felicidade e harmonia social, os quais deve cada um cumprir segundo o seu lugar e condição, porque Deus assim lhes ordenou. Ninguém

maldiga a sua sorte [...] O Espiritismo vos dará a chave deste segredo, e a razão clara do porque as Santas Escrituras vos aconselham humildade e resignação.⁹

Sobre as reuniões de magnetismo no Brasil, Porto-Alegre indica em seus relatos que elas se davam entre os membros de uma elite intelectual; um dos pioneiros do Espiritismo no Brasil era o conhecido intelectual, um dos patronos da Academia Brasileira de Letras, Domingos José Gonçalves de Magalhães, visconde do Araguaia, amigo pessoal de Porto-Alegre, com quem trocava muitas correspondências. Assim revela o barão de Santo Ângelo sobre o visconde e seu envolvimento com o Espiritismo:

O primeiro homem sério que magnetizou no Rio de Janeiro foi o senhor Domingos José Gonçalves de Magalhães, o autor de “Factos do Espiritismo Humano” [...] poucos sabem dos primeiros triunfos do magnetismo no Rio de Janeiro. Como se pode considerar o Magnetismo como a aurora do Espiritismo, creio de utilidade a publicação destes triunfos mormente tendo-se-me passado entre pessoas conhecidas e respeitáveis.¹⁰

Em seguida a este trecho, Porto-Alegre relata um caso de cura através do magnetismo, realizado pelo senhor Domingos Gonçalves de Magalhães, aplicado sobre uma moça, cunhada do senhor Cristovam José dos Santos. Segundo o relato, o caso da enferma não foi resolvido pela medicina convencional, o que a levou a procurar as tais sessões de magnetismo, onde foi verificada sua cura após tratamento gradual. Tal acontecimento impressionou a todos, inclusive ao irmão da moça, doutor Marcelo, que era estudante de medicina na época.

Ao ser notificada sobre o tal tratamento, a Academia Imperial de Medicina mandou uma comissão estudar o caso. O resultado foi que o doutor José Maurício Nunes Garcia, professor de anatomia, e o químico Ezequiel Correia dos Santos, saíram tão convencidos da eficácia do magnetismo “que o médico foi dali mesmo magnetizar uma doente sua, que não podia comer nem beber, por causa de um estreitamento nos órgãos próprios, a qual melhorou de todo pelos efeitos do Magnetismo”.¹¹ O barão prossegue a narrativa citando a apreciação do magnetismo por parte do senador Jobim e do doutor Sigaud, relatando outros casos de cura e afirma em relação ao sucesso do magnetismo que “o que aconteceu com o magnetismo, acontecerá com o Espiritismo”.¹²

Manoel de Araújo Porto-Alegre relata também suas primeiras experiências com o Espiritismo que, segundo ele, datam de 1859, o que muda o que se sabia até então pelos pesquisadores, como também muda a perspectiva dos espíritas de hoje, que até então acreditavam que a primeira reunião mediúnica havia sido na Bahia em 1865, no primeiro centro espírita registrado do Brasil.

Uma destas experiências citadas por Porto-Alegre se trata de uma reunião mediúnica na casa do doutor Mello Moraes, contando com a participação de um médium francês cujo nome não é citado. Outra experiência citada foi uma reunião mediúnica, chamada “reunião de mesa”, na qual estava acompanhado pelo conselheiro Freire Allemão, por Guilherme Schüch (o barão de Capanema) e pelo doutor Manoel Ferreira Lagos, sendo estes dois últimos seus companheiros no IHGB, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que era considerado como “Academia de Ciências, onde se reuniam os intelectuais nos estudos das mais diversas ciências, sejam naturais, ou mesmo humanas, como fazem até hoje”.¹³

Apesar dos fatos narrados, ao continuar o relato, Porto-Alegre confessa que não se converteu ao Espiritismo de imediato, apesar de seu crescente interesse pelos estudos. Ao viajar para a Alemanha em 1859 para exercer função diplomática na cidade de Dresden, Porto-Alegre conhece vários médiuns europeus, aprofundando então seus estudos sobre a Doutrina Espírita, conforme a codificação feita por Kardec a partir de 1857, como assim afirma: “Comecei a ler as obras de Monsieur Allan Kardec, principiando pelo ‘Livro dos Espíritos’, que me deu muito prazer pela novidade”. Porto-Alegre descreve então certos fenômenos que observou pelos países europeus nos primeiros anos da década de 1860, citando nomes de alguns médiuns que conheceu. Ao ler este depoimento, torna-se mais provável a hipótese de que Porto-Alegre teria trocado correspondências e talvez até tenha conhecido pessoalmente Allan Kardec. O fato é que o Espiritismo se propagava na Europa de maneira impressionante e esse fato é confirmado por Porto-Alegre com a seguinte informação: “Em Berlim há magnetizadores de profissão, assim como há uma cadeira de Homeopatia na sua famosa Universidade”.¹⁴

No decorrer da narrativa, Porto-Alegre confessa que se converteu ao Espiritismo, citando ainda a data da conversão, o que é interessante, pois, como se sabe, ele permaneceu como diplomata a serviço do Império, como também recebeu o próprio imperador em sua casa, além de manter uma

relação de amizade próxima com a princesa Isabel e seu marido, conde d'Eu. Conta assim Porto-Alegre sobre como se deu sua conversão:

No dia 12 de março de 1863, recebi uma carta de meu filho com uma longa comunicação do seu Espírito protetor a meu respeito. Meu filho, condoído dos meus sofrimentos, pediu à senhora Fritschen o obséquio de prestar-se a uma evocação a respeito da minha saúde, ao que ela prestou-se de muito bom grado e teve lugar no dia 10 do mesmo mês. Quando acabei de ler a carta e a comunicação, fiquei convertido. Não a posso transcrever aqui, porque contém tantos detalhes íntimos da minha vida, ignorados por meu filho, que parece coisa incrível!¹⁵

A partir desta passagem, Araújo Porto-Alegre continua o relato, dando detalhes das experiências de evocações de espíritos de que participou na Europa, muitas delas acompanhado de brasileiros como Joaquim José de Siqueira, doutor Francisco de Salles Torres Homem e doutor Pedro de Calazans.

Porto-Alegre se manteve em constante contato com os assuntos relacionados ao Espiritismo, como ele cita: “Voltei para Dresden, onde se tinha notícias do Espiritismo pelas longas cartas que me escrevia o senhor Américo de Castro, em que me transcrevia parte das comunicações que recebia”.¹⁶

Em meio a esse período de estudos e descobertas, muitas amizades foram feitas por Porto-Alegre, que, ao que tudo indica, fazia questão de divulgar o Espiritismo para quem julgasse que tivesse o entendimento necessário para compreender a filosofia espírita. Não raros eram os brasileiros que se hospedavam em sua casa, onde provavelmente se dava a tal divulgação das ideias espíritas, como ocorreu com o doutor Pedro de Calazans, que mais tarde se descobriu médium. Segue assim o trecho que descreve o encontro entre os dois, em março de 1865, e suas consequências:

Dois anos decorreram sem que me ocupasse do Espiritismo prático, limitando-me a conversar com muito poucas pessoas que dele sabiam ou com alguns brasileiros que por Dresden passavam, por ser pessoa de inteligência, e apta a compreender os desejos de quem deseja instruir-se [...] Começava a decair o inverno quando veio a Dresden o senhor Doutor Pedro de Calazans, a quem procurei logo, e de cuja amizade me lisonjeio. Como todos os brasileiros que se demoram em Dresden, o senhor Calazans teve a minha casa por

sua [...] falei do Espiritismo ao senhor Calazans, do que não tinha ele a menor ideia, pois havia lido alguma coisa sobre o Magnetismo animal, sem contudo – se me não engano –, havê-lo observado. [...] Numa noite em que conversava o senhor Calazans com minhas filhas e mulher, disse-lhe esta, vendo os desejos ardentes que ele tinha de observar os fatos espíritos que lhe contava: Se tem coragem para experimentá-lo, vamos a isso? Pronto, respondeu ele, e logo pegou no lápis. Disse-lhe o como devia evocar; e depois de algum tempo vimos-lhe a mão convulsa, e o lápis percorrer o papel traçando caracteres informes!¹⁷

Depois de relatar a iniciação do amigo Pedro de Calazans nas práticas mediúnicas, Porto-Alegre afirma que diversas sessões de evocação de espíritos foram feitas em sua casa em Dresden, contando inclusive com a participação de José de Siqueira e do doutor Francisco de Salles Torres Homem, além de um homem identificado por Porto-Alegre como doutor Castellões. Em algumas destas evocações houve a presença do espírito de Gonçalves Dias, como assim afirma Porto-Alegre, onde o espírito respondia algumas perguntas e ainda escreveu através do método da psicografia¹⁸ mensagens e poesias. Em uma das mensagens lhe perguntam quem seriam os espíritos protetores do barão de Capanema e de Joaquim Manoel de Macedo, obtendo a seguinte conversação:

Pergunta: Poderias tu dizer-nos quem é o Espírito Protetor do nosso amigo Joaquim Manoel de Macedo?

Gonçalves Dias: É São Jerônimo.

Pergunta: E qual é o do nosso amigo Capanema?

Gonçalves Dias: É o espírito que foi de um soldado muito valente da revolução de 97!¹⁹

Em outra destas evocações, há uma poesia psicografada por doutor Pedro de Calazans, cuja autoria é atribuída a Gonçalves Dias. Eis a mensagem trazida na poesia:²⁰

A vida é o grande cabo tormentoso
É preciso dobrá-lo a todo custo;
Apenas a esperança em Deos [sic] me pôde
Levar-me ao porto são, salvo, e sem susto
De Deos a magestade [sic] é tão brilhante
Que nos pode talvez mesmo cegar;

A esperança e a virtude os conductores
Que nos podem fazer té Deos chegar.²¹

Em meio às descrições das reuniões mediúnicas, Porto-Alegre revela quem seria o seu guia espiritual. Segundo ele, seu guia era o espírito de Vasco da Gama. Ao longo da descrição das evocações, Porto-Alegre cita evocações ao espírito de Vasco da Gama, sendo que algumas apresentam informações interessantes, ao menos curiosas, mesmo que tais comunicações não sejam comprovadas. Sobre estas invocações ao espírito de Vasco da Gama há um trecho de particular interesse, quando são feitas várias perguntas acerca dos guias espirituais da Família Real. Assim é descrita a evocação na carta:

Alguém desejava saber o seguinte, que se perguntou a Vasco da Gama:

Pergunta: Quem é o Espírito Protetor do nosso Imperador?

Vasco da Gama: É um italiano chamado Ângelo Custodio. Viveu desconhecido mas é um gênio.

Pergunta: E o da D. Isabel?

Vasco da Gama: É Washigthon. É a maior felicidade para o Brasil, o seu futuro disso depende.

Pergunta: E o de seu marido, o senhor Conde d'Eu?

Vasco da Gama: Não é conhecido de ti: Habita outros mundos.

Pergunta: mas diz-nos, bom espírito; quererá a nossa princesa acreditar no que lhe mandar-mos [sic] dizer? Qual é a prova que lhe poderemos dar em como o que acabas de dizer é real?

Vasco da Gama: A verdade é a verdade. Ela se vencerá, tu o verás.²²

Tal fato narrado, se analisado em conjunto com a carta encontrada no Arquivo Nacional, onde Porto-Alegre afirma que a princesa lhe perguntou quem era seu guia, indica que ao menos a princesa conhecia a Doutrina Espírita e suas práticas de evocação aos espíritos de uma forma mais íntima, mesmo que isso não prove que ela tenha se convertido ao Espiritismo. Além disso, é possível notar, mesmo que a mensagem do Espírito não possa ser comprovada, que havia uma certa esperança na princesa Isabel como líder

no Brasil, ao menos entre os abolicionistas como Porto-Alegre, mesmo em meados de 1860, cerca de vinte e oito anos antes da Lei Áurea.

A mensagem de Santo Ângelo

A intenção de Manoel de Araújo Porto-Alegre ao escrever este relato, intitulado “Revelações”, fica explícita no próprio texto. Porto-Alegre, já em idade avançada, desejava deixar como legado as suas experiências, com uma visível preocupação em divulgar o Espiritismo, que para ele seria o melhor caminho para a progressão moral da humanidade e para o desenvolvimento do Brasil. Buscava então o barão deixar registradas as verdades em que acreditava, para que assim fizesse sua parte na construção de um mundo melhor. Todavia, seus relatos nos levam a mais que isso, ao indicar estes grandes homens que fizeram parte da história do Brasil, cujo envolvimento com o Espiritismo permaneceu desconhecido até este relato vir à tona. Porto-Alegre inicia o relato com as seguintes palavras:

Não escrevo para os que se julgam sábios e felizes na Terra, porque nada tenho para os contentar; escrevo para o povo e para os infelizes, para os que precisam de luz e consolação nesta vida. Se estas cartas, se estas revelações, forem úteis a uma só pessoa, dou por bem empregado o meu tempo.²³

E assim encerra o barão, com um pequeno subtexto intitulado por ele “Fé, esperança e caridade”:

O Espiritismo é a última prova em favor da Religião Cristã, e a que há de fazer o complemento de sua divina missão, porque o ensino dos Espíritos é mais poderoso do que o dos homens. O sacerdócio deve auxiliar a sua propagação e santificar com seu poder, com suas virtudes, os esforços dos que procuram alcançar a perfeição evangélica. As sublimes e santas comunicações que aqui transcrevemos, tais quais as recebemos, justificarão tudo quanto digo. Estou a completar sessenta anos de idade, e pouco me resta a viver. Creio que rematar a minha vida com esta publicação, é fazer uma obra de caridade, e também de patriotismo. A grande chaga do Brasil é a descrença; e dela provém esse egoísmo, essa ambição, que impele os homens a tantas e futuro. Última sessão em Blasewitz, 14 de junho de 1865.²⁴

O barão veio a falecer, ou desencarnar, como dizem os espíritas, em Lisboa na data de 30 de dezembro de 1979, aos 73 anos de idade, deixando para a posteridade um retrato do que acontecia entre os membros das elites intelectuais brasileiras, movidos por uma intelectualidade que buscava a ciência e por uma curiosidade que os levava pelos caminhos da religião e da filosofia, trazendo então novas ideias para contribuir para o progresso desta nação.

Notas

1. No livro *O Cuidado dos Mortos. Uma História da Condenação e Legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, Giumbelli faz uma análise da história do Espiritismo no Brasil, abordando sua aceitação pelas elites e sua propagação posterior na sociedade brasileira.
2. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, número de notação: PLpi14.
3. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, número de notação: PLpi15
4. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, número de notação: PLpi14
5. VIOLA, P. R. *Barão de Santo Ângelo, o Espírita da Corte*. Editora Lorenz: Rio de Janeiro, 2009.
6. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, número de notação: PLcrp 217.
7. Ibid. Foi optado, na publicação deste artigo, que fosse feita uma atualização da grafia original de cada fragmento dos documentos descritos para a grafia atual, no sentido de facilitar o entendimento do leitor.
8. Ibid. Jean-Baptiste Roustaing foi um médium francês, amigo de Allan Kardec, que elaborou uma minuciosa interpretação dos evangelhos bíblicos segundo a visão espírita, publicando assim uma série de quatro livros com esta interpretação, sendo toda a obra proveniente de psicografias recebidas pela médium Emilie Collignon.
9. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, número de notação: PLpi17
10. Ibid.
11. Ibid.
12. Ibid.
13. Ibid.
14. Ibid.
15. Ibid.
16. Ibid.
17. Ibid.

18. Entende-se por psicografia o fenômeno em que se dá a escrita através de uma manifestação inteligente de um pensamento de determinado espírito através das mãos de um médium, que funciona como uma espécie de instrumento, conforme as conceituações elaboradas por Allan Kardec.
19. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, número de notação: PLpi17
20. No caso das poesias, foi optado manter a grafia original em respeito ao estilo empregado pelo autor.
21. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, Coleção Manoel de Araújo Porto-Alegre, número de notação: PLpi17
22. Ibid.
23. Ibid.
24. Ibid.

Preservando a memória nacional. Combate Naval do Riachuelo: a saga de uma restauração

Vera Lúcia Bottrel Tostes*

RESUMO

O artigo relata a memória do processo de restauração da obra de Vitor Meireles, *O combate naval do Riachuelo*, realizada no Museu Histórico Nacional pelos próprios técnicos da instituição, sua complexidade e desafios. Relata, ainda, os caminhos encontrados para enfrentar as questões econômicas e técnicas ao longo desse demorado processo que culminou com a preservação de uma obra de grande valor artístico e histórico, que atualmente está disponibilizada ao olhar do público.

PALAVRAS-CHAVE

Conservação e Restauração, Pintura Histórica, Vitor Meireles, Combate Naval do Riachuelo, Museu Histórico Nacional.

ABSTRACT

Preserving national memory. Riachuelo's Naval Combat: a restoration's saga
This article tells the memory of Vitor Meireles' Work, *Riachuelo's Naval Combat*, restoration process, executed in the National Historic Museum by its own staff, its complexity and challenges. It tells, also, of ways found to face economical and technical questions along this lengthy process that culminated with the preservation of a highly valuable, artistically and historically, work, which is currently available for the public eye.

KEYWORDS

Preservation and Restoration, Historical Painting, Vitor Meireles, Riachuelo's Naval Combat, National Historic Museum

Essa evidência reflete o sutil trabalho de tecer os limites entre o real, a imaginação e a fantasia, transmitidos à memória do espectador. Expostas nos museus, atuam em consonância na construção do conhecimento ideológico do que se quer transmitir.⁴ Ao pensar sobre a relação entre imaginação e realidade, Vigotsky afirma que “a fantasia não está contraposta à memória, mas nela se apoia e dispõe seus dados em novas combinações”. As novas combinações citadas podem ser interpretadas de diferentes maneiras. Na pintura histórica, como a monumental tela no Museu Histórico Nacional, pode significar a reordenação da cena retratada, interligando técnica, estilo e representação simbólica. A pintura mostra a conjugação do estilo acadêmico de forte influência francesa, do século XIX, com a perenidade da representação do glorioso episódio histórico.



Combate naval do Riachuelo, durante procedimento de restauro. Foto: MHN.

[...] o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade [...].¹

Como chefe desta divisão, que me foram confiadas [sic] pelo Exmo. Sr. Vice almirante visconde de Tamandaré, preparei-me a dar um dia de glória à nação brasileira, fazendo respeitável o nosso pavilhão.²

As citações que iniciam o texto refletem o significado simbólico da narrativa que se segue, onde procuro reportar a saga da restauração da pintura histórica – *Combate Naval do Riachuelo* –, um dos maiores ícones de celebração à memória da nação.

A criação de um museu para preservar a memória da história nacional no âmbito das comemorações do Centenário da Independência não foi um acontecimento desprovido de intenções. A celebração de uma data ou de um fato é mecanismo utilizado como incentivo à recordação no esforço permanente de transmitir a história, utilizando meios simbólicos. Em 1922, o Estado criou um museu nacional assumindo o papel de “coleccionador”, no propósito de salvaguardar os objetos testemunhos do engrandecimento das tradições e resgatar o glorioso passado como o elemento aglutinador da nação.³

Antes do advento da fotografia e dos meios eletrônicos sonoros e de imagens, que hoje permitem de nossas casas acompanharmos os acontecimentos em tempo real, os relatos escritos, as gravuras, os desenhos, as esculturas e as pinturas eram o que melhor retratavam personagens ou eventos políticos e militares. A pintura histórica ganhou, nos séculos XVIII e XIX, lugar de destaque, uma vez que, ao contrário de outras formas plásticas, podia ser executada em grandes dimensões conferindo dramaticidade à cena. A questão que se coloca é em que momento e espaço foram essas pinturas realizadas. Fica evidente que, pela proporção métrica de algumas, não foi nos campos de combate.

* Museóloga. Professora do Curso de Museologia da Unirio e diretora do Museu Histórico Nacional.

A memória representada

Entre os anos 1864-1870, Argentina, Brasil e Uruguai estiveram envolvidos no conflito conhecido por Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai. Após a invasão do território nacional do Brasil, foi declarada guerra ao Paraguai. Ao longo dos sangrentos anos de combates, em que ambos os lados perderam parte de suas populações, a Tríplice Aliança, tendo o Brasil como líder, foi vencedora. Hoje, as relações de amizade entre os dois países permitem uma convivência pacífica em toda a região sul do continente americano.

Entre os muitos embates terrestres e navais, um dos mais significativos foi o combate naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865. Com o intuito de levantar o bloqueio feito pela esquadra brasileira fundeada na foz do Rio Riachuelo, que impedia a passagem para o Rio Paraná, a marinha paraguaia investiu em ataque surpresa contra os navios brasileiros. A bordo da fragata *Amazonas*, o almirante Francisco Manuel Barroso comandou as operações de defesa da esquadra brasileira, vencendo o adversário em nove horas de combate. Esse evento modificou o rumo da guerra, permitindo as batalhas decisivas para o seu final.

No intuito de preservar a memória desse momento, o ministro da Marinha, o almirante Afonso Celso Figueiredo, depois visconde de Ouro Preto, encomendou ao pintor Vitor Meireles, um dos mais importantes e prestigiados da época, a obra *Combate Naval do Riachuelo*. Juntamente com a pintura intitulada *Passagem do Humaitá*, do mesmo autor, ambas decoraram as paredes da sala do Almirantado Imperial. Entusiasmado com as pinturas, o imperador Pedro II levou-as, agregando outra pintura de Vitor Meireles, *Primeira Missa no Brasil*, para exposição na Feira Internacional da Filadélfia, em 1876, nos Estados Unidos. No retorno, em consequência da longa permanência na alfândega do Rio de Janeiro aguardando liberação, *Combate Naval do Riachuelo* sofreu danos irre recuperáveis, ficando totalmente perdida.

Passados dez anos, Vitor Meireles consentiu em fazer uma segunda versão, pintada em Paris, entre os anos 1882-1883, e transferida para o Brasil em 1884. Levada para a sala do Conselho do Almirantado até 1924, quando do fechamento do Museu Naval, foi transferida primeiramente para a então Escola Nacional de Belas Artes e, após três anos, para o Museu Histórico Nacional, onde se encontra até os dias atuais.

A tela representa o momento em que o almirante Barroso, chefe da esquadra brasileira, aparece na proa da fragata *Amazonas* tirando o quepe

e saudando os combatentes pela vitória no difícil combate contra os navios paraguaios: *Salto*, *Paraguay* e *Tacuary*.



Combate naval do Riachuelo, durante procedimento de restauro. Foto: MHN.

Uma batalha quase perdida

Em 1991, com o encerramento da Fundação Nacional Pró-Memória, cheguei transferida da Coordenadoria de Acervos Museológicos para ocupar a função de chefe da Divisão de Acervo do MHN a convite da diretora, professora Ecylla Castanheira Brandão. Entre os projetos que encontrei, estava a restauração da pintura de Vitor Meireles. O presente artigo relata a trajetória do processo de restauro que teve início em 1985 e foi concluído em 1994, associando técnica com as curiosidades dos bastidores que muitas vezes ficam esquecidas.

O relatório anual de 1985 apresenta o seguinte texto:

A grande tela a óleo de Vitor Meirelles, "Batalha Naval do Riachuelo", teve a prioridade de tratamento pela oficina de pintura. Foi retirada do chassi, facetada, e seu dorso sofreu limpeza e tratamento de estabilização de "ph".⁵ No início de novembro teve seu tratamento interrompido pela necessidade de ceder a sala onde estava sendo restaurada para as obras de arquitetura.

Encontra-se atualmente enrolada em estrutura cilíndrica especialmente confeccionada aguardando espaço disponível para continuação dos trabalhos de restauro.⁶

Logo que assumiu a direção do museu, a professora Ecylla tomou, entre outras, a decisão de solicitar à chefe do Laboratório de Pintura, Rosemary Otterbach,⁷ o anteprojeto da restauração que assinalou o delicado estado da obra em que se encontrava desde 1985, com uma “intervenção paliativa e emergencial”. Ressaltou a necessidade de estendê-la para avaliação. Segundo o anteprojeto, em 1990 a tela enrolada foi transferida para a galeria 5 do primeiro piso e lá desenrolada “sobre cama de papel Kraft, de modo que o dorso pudesse ser examinado”. Esse procedimento permitiu a observação da obra com o exame da camada pictórica e a avaliação para execução e orçamento. Iniciou-se a saga para a restauração da monumental obra histórica, pintada a óleo sobre tela e medindo 4.0 m x 8.0 m, equivalente a 32 m².

Quando iniciei minhas funções no museu conheci o anteprojeto e o esforço que a coordenadora técnica, a museóloga Solange Godoy, estava realizando para conseguir patrocínio. Uni-me a ela no empenho de escrever para diversas empresas, solicitando recursos. Entretanto, as contínuas negativas já nos faziam desanimar, quando, no dia 11 de junho de 1993, fui ao Banco do Brasil consultar o extrato de minha conta bancária e li, no cabeçalho do papel, a data 11 de junho: “Dia do Combate Naval do Riachuelo – Dia da Marinha”. De volta ao museu, sugeri à direção que usássemos a data como pretexto para chamar a atenção da imprensa. Ângela Guedes, chefe da Assessoria de Comunicação, imediatamente fez contato com o *Jornal do Brasil*.

O jornal atendeu ao apelo da direção do museu e publicou, no dia 13 de junho de 1991, a reportagem de página inteira de autoria da jornalista Cleusa Maria, sob o título “Uma batalha quase perdida”.⁸ O artigo iniciava com a frase: “Um pedaço da história brasileira agoniza esticado sob um plástico preto em uma sala do MHN. A cena é forte, mas real”. Mais adiante, acrescentava, “à luta por sua sobrevivência, apenas a preocupação e o zelo dos técnicos e funcionários do museu. Sua vida depende que alguma empresa queira investir US\$ 29.183,00 na restauração”.⁹

O tom dramático da reportagem gerou preocupação, quando lida pela manhã. Seria positivo ou negativo? A surpresa veio com a ligação telefônica, na mesma manhã, de um diretor da Petrobras SA, perguntando se tínhamos

projeto e orçamento. Diante da resposta positiva, agendou um encontro na sede da empresa. A coordenadora técnica e eu seguimos para a entrevista e lá encontramos um cidadão emocionado com o que havia lido. Lembrava-se de que nos cadernos e livros escolares sempre havia uma foto da pintura, e nos disse: “Não podemos deixar que a obra se acabe. Iremos ajudar vocês na restauração”. Sem fala e ainda incrédulas, agradecemos e, na rua, ao vermos muitas pessoas que seguiam em direção ao Mosteiro de Santo Antonio para festejá-lo em seu dia, fizemos o mesmo e agradecemos a ajuda oferecida.

A restauração

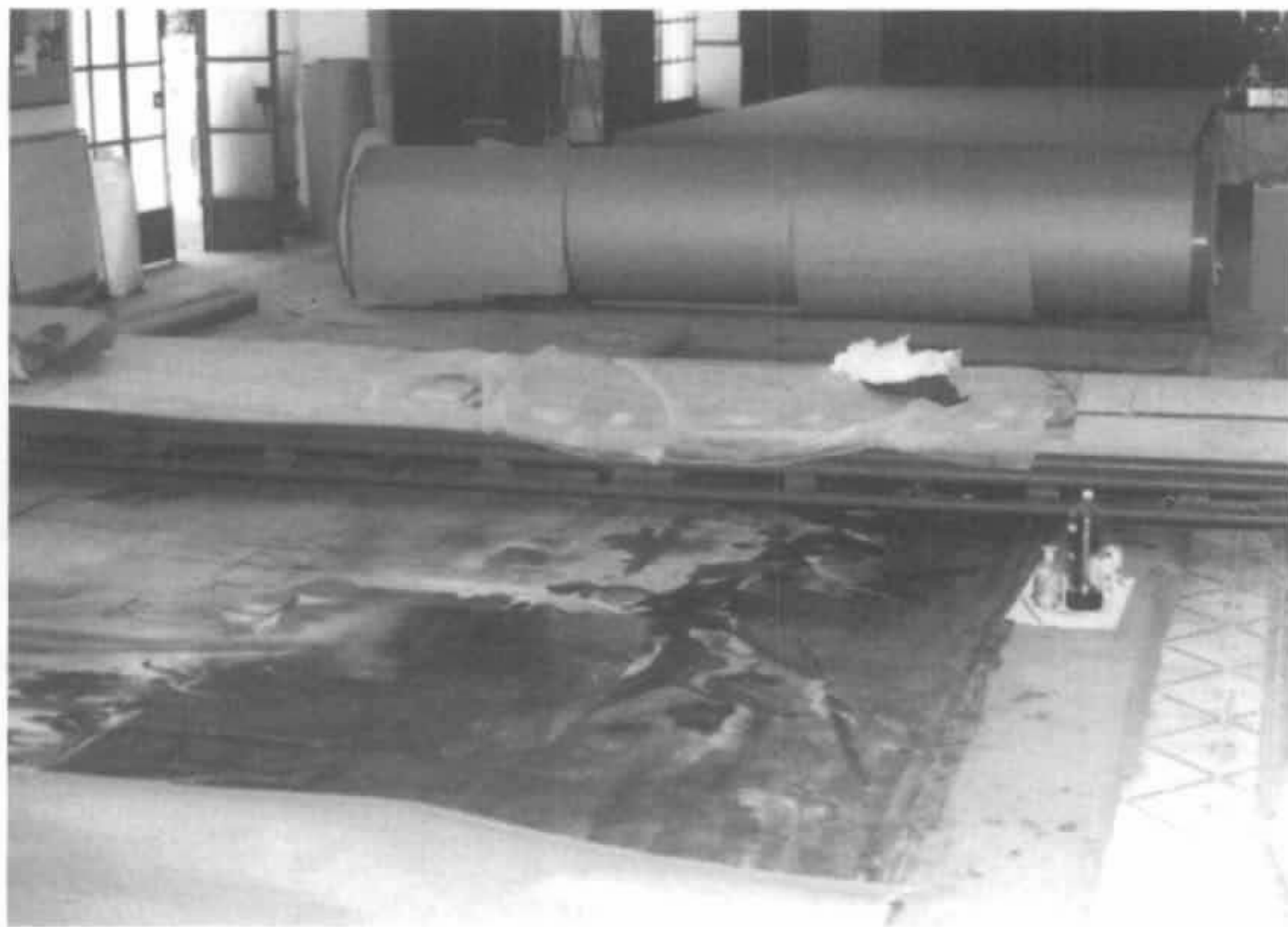
Nesses dias, ainda se acreditava que, para a realização de um trabalho dessa envergadura, seria necessário convidar restauradores estrangeiros. Conversei com a equipe, que, já com nova chefia, falou que poderiam realizar a restauração. Ainda indaguei se tinham certeza do desafio que todos enfrentaríamos. Tinham certeza! Acreditei junto com a direção na capacidade dos nossos técnicos. Éramos só emoção. Pela primeira vez uma empresa brasileira iria patrocinar um trabalho integralmente realizado por técnicos brasileiros – pela “prata da casa”.

Hoje, passados 17 anos, muitos brasileiros nasceram e já estão em idade universitária sem conhecerem o que significa a palavra inflação. Mas naqueles dias, convivíamos com uma inflação de 80% e de até 100% ao dia, que, associada à desvalorização diária do cruzeiro em relação à moeda americana, tornava praticamente impossível fazer qualquer orçamento em curto e médio prazos. Nesse cenário econômico, iniciamos a restauração.

A primeira providência após a assinatura do contrato entre a Petrobras SA e a Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional (AAMHN) foi contratar técnicos auxiliares para reforçar o trabalho coordenado por Luis Fernando de Carvalho Abreu, assistido pela auxiliar Heloisa Portella, ambos pertencentes ao quadro de funcionários restauradores do museu. Em seguida, a tela, que se encontrava deitada, foi mais uma vez enrolada em um cilindro e transferida para o andar térreo. Foi colocada em uma das galerias no entorno do Pátio dos Canhões, por casualidade, no mesmo local onde havia permanecido exposta quando chegou ao Museu Histórico Nacional na década de 1920.

Desenrolada sobre “cama” de papel Kraft, a grande dimensão dificultava o acesso ao centro da obra. Para resolver a questão, solicitamos ao Museu

Nacional de Belas Artes o empréstimo da passarela que havia servido na restauração das outras obras do mesmo autor. Após o processamento da limpeza da superfície pictórica, a tela foi mais uma vez enrolada e desenrolada com o reverso para cima. Iniciava-se, assim, a preparação para o reentelamento.



Combate naval do Riachuelo, durante procedimento de restauro. Foto: MHN.

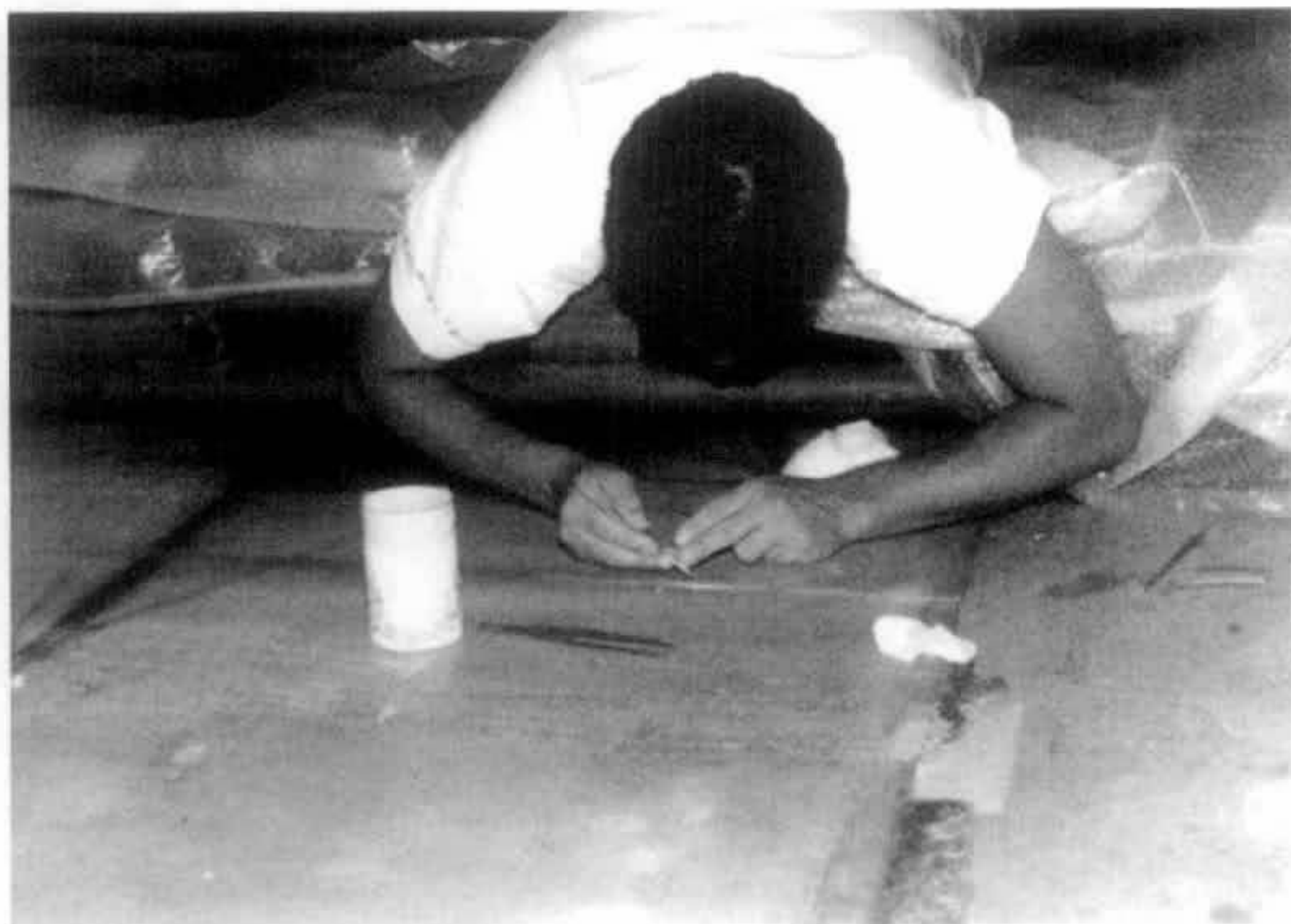
Enquanto esse procedimento era realizado, enfrentávamos outra questão – a dimensão do linho para a grande extensão. No Brasil não há fabricação em grande dimensão de largura. Por esse motivo, conseguimos a doação do tecido por intermédio do Linifício Leslie.¹⁰ Eram 28 metros de tecido que precisavam ser cerzidos com muito cuidado. O árduo trabalho levou a primeira cerzideira a desistir no início do trabalho. Não foi fácil conseguir quem quisesse continuá-lo. Após visitar quase todas as cerzideiras da cidade do Rio de Janeiro, duas senhoras consultadas foram convencidas a completar o trabalho no prazo de um mês.

O restrito comércio de produtos de restauração nos obrigou a importar alguns itens como o Beva,¹¹ produto químico necessário para o reentelamento. Como importar? Foi nesse momento que o dr. Roberto Paulo César de Andrade, presidente da Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional chegou mais uma vez ao nosso auxílio. Falou com seu amigo, o sr. Artur Sen-

das, e, por intermédio da importadora do Grupo Sendas SA, começamos o processo. Mas, para surpresa de todos, naquela ocasião o cruzeiro novo sofreu uma forte desvalorização de 80%, de um dia para o outro. Isso significava ter que dobrar o valor já solicitado ao sr. Artur Sendas. Lembro-me de o dr. Roberto telefonar perguntando-me as razões de eu ter pedido um valor maior que o estipulado ao funcionário que cuidava da importação. Expliquei-lhe os motivos. Ele contou, rindo, que o sr. Artur havia telefonado querendo explicações e perguntando se podia “confiar nessas senhoras”.

Superados os entraves econômicos, todo o material foi adquirido com rapidez, evitando-se que a inflação consumisse o orçamento disponível, como produtos químicos, tintas, pincéis e muitos outros. Iniciava-se a fixação da nova tela de linho cerzida sobre a antiga. Processo denominado reentelamento, uma etapa que exige muita competência para evitar a formação de bolhas de ar entre a tela e a camada pictórica. Pacientemente, o produto Beva foi aplicado, penetrando na trama e na urdidura do tecido pelo calor, produzindo a aderência à pintura.

No final de três meses, com os funcionários trabalhando deitados a meio metro da tela, o reentelamento estava, enfim, concluído, sem danos. Um trabalho de fôlego sobre uma dimensão extraordinária. Um alívio para os restauradores, uma felicidade para a chefia que confiou na competência dos funcionários. O encerramento da etapa mais delicada abriu caminho para o final.



Combate naval do Riachuelo, durante procedimento de restauro. Foto: MHN.

A tela, recolocada no chassi original que se encontrava em bom estado de conservação, foi içada e encostada à parede da galeria para receber a reintegração cromática.



Combate naval do Riachuelo, durante procedimento de restauro. Foto: MHN.

Durante todo o processo de restauração, foram discutidos os procedimentos mais adequados. Entretanto, esse foi o momento de maior embate. Técnicos e a direção realizaram diversas reuniões e ouviram outros restauradores sobre o melhor caminho a seguir entre as diferentes correntes conceituais. Entre deixar sem reintegrar os espaços que haviam perdido a pintura ou reintegrá-los recuperando as imagens, o coordenador geral da restauração, Luiz Fernando, defendeu que a reintegração fosse realizada no processo conhecido por *pontilhismo*. Assim, o espectador poderia apreciar a obra como era, sem que o autor estivesse sendo copiado, diferenciando a reintegração das lacunas da pintura original. Prevaleceu sua defesa e, com ética, realizaram-se as reintegrações que deixaram as evidências do restauro sem privar o público de apreciar a obra e mantendo sua composição estética.

Conclusão

Após um ano e meio de trabalho, estava pronta, enfim, a restauração. A Petrobras SA mais uma vez se fez presente, patrocinando a museografia da galeria, que passou a ter uma parede falsa permitindo visitas frequentes ao dorso da pintura e sua conservação.

A história relatada é o resultado de um testemunho presente dos desafios superados e da importância que deve ser dada ao trabalho dos nossos técnicos.¹² Ao longo de mais de 80 anos, o MHN tem dedicado especial atenção à preservação de sua coleção, patrimônio histórico cultural gerado pela sociedade brasileira. Esse procedimento permite que hoje a totalidade do acervo esteja restaurada e conservada, o que possibilita a reorganização das galerias de exposições de longa duração.

Após a recuperação da moldura original, no início de 2010, a pintura *Combate Naval do Riachuelo* foi transferida para o primeiro andar, onde ficará exposta dentro de novo contexto historiográfico e museológico.

Notas

1. LE GOFF, J. *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1996. p. 535.
2. Conselheiro Manuel Francisco Correia, 11 de junho de 1882. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Departamento de acervos. Processo 6/31, Papeleta nº 166/91 – Combate Naval do Riachuelo.
3. ALMEIDA, C. A. F. de. O colecionismo ilustrado na gênese dos museus contemporâneos. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.33, 2001. p. 134.
4. VIGOTSKY, L. S. *La imaginación y el arte en infancia*. Madrid: Akal Bolsillo, 1990, apud CHIOVATTO, M. M. *Museu, imaginação e formação dos sujeitos: a experiência da Pinacoteca do Estado de São Paulo*. São Paulo: s. n., s. d., p.2.
5. Potencial de Hidrogênio, ou seja, o nível de acidez (0 a 6), neutralidade (7) e a alcalinidade (8 a 14).
6. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Relatório de atividades de 1985*. p. 5. Apud ____ *Processo 6/31*. Papeleta nº 166/91. Anexo B. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, Departamento de acervos.
7. Foi chefe do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Histórico Nacional e professora do Curso de Museologia na Universidade Estácio de Sá.
8. MARIA, C. Uma batalha quase perdida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.1 Caderno B, 13 jun. 1991. p. 1.
9. Ibid.
10. Linifício Leslie S.A. Fundado no Rio de Janeiro, em 1951, pelo inglês Ezra Leslie Schama.

11. Adesivo criado em 1970 por Gustav Berger, restaurador austríaco radicado nos EUA. O nome do produto faz alusão ao seu criador Berger e a sua própria composição, acetato vinílico (*vinyl acetate*).
12. Sobre o processo de restauração da obra *Combate Naval do Riachuelo*, Cf.: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Departamento de acervos. Processo 6/31, Papeleta nº 166/91 – Combate Naval do Riachuelo.

Valor histórico, exposição e restauração de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional

Rafael Zamorano Bezerra*

RESUMO

O artigo almeja apresentar uma análise sobre atribuição de valor histórico em dois objetos do acervo do Museu Histórico Nacional (MHN). Serão estudados os seguintes objetos: 1) retrato a óleo de d. Pedro II, rasgado a golpes de espada na ocasião da proclamação da República; 2) tacape atribuído a Martin Afonso Tibiriçá, personagem da história da fundação de São Paulo. Pretende-se levantar algumas questões sobre a atribuição de “valor histórico” a estes objetos, bem como seus usos em exposições e restaurações.

PALAVRAS-CHAVE:

Tibiriçá, d. Pedro II, acervos históricos, atribuição de valor, Museu Histórico Nacional.

ABSTRACT

Historical Value, showing and restoration of objects in the National Historic Museum's collection

This article aims to present an analysis on the historical value attribution for two objects of the National Historic Museum (NHM). The following objects will be studied: 1) an oil painting of d. Pedro II, torn with sword slashes on the Proclamation of the Republic; 2) bludgeon attributed to Martin Afonso Tibiriçá, a founding of São Paulo's history character. It is intended to raise some questions regarding the attribution of “historical value” to these objects, as well as their uses in expositions and restorations.

KEYWORDS

Tibiriçá, d. Pedro II, historical collections, value attribution, National Historical Museum

O museu histórico nacional possui em suas coleções de relíquias militares um sabre de honra que pertenceu ao general José Joaquim Coelho, barão da Vitória, e foi adquirido a um dos seus descendentes. É uma peça que se autentica por si.¹

Historicamente, este quadro tem grande valor. Achava-se na sala de honra do Quartel General, tendo sido rasgado a sabre, pela turbamulta exaltada, por ocasião da República. Conserva bem nítido o rasgão no rosto e nos bordos da tela.²

As citações acima, retiradas da primeira série dos Anais do Museu Histórico Nacional³, foram escritas por conservadores do Museu e mostram duas formas diferentes de atribuir valor histórico a objetos. Na primeira citação, o pertencimento é o que legitima o valor histórico do sabre do barão da Vitória. Na segunda, é o caráter testemunhal do ocaso da monarquia. Para Alois Riegl, o *valor de antiguidade* deveria ser o mais valorizado na tutela dos monumentos históricos justamente por assegurar a preservação do caráter testemunhal das épocas passadas.⁴

Todavia, outros valores e exigências, tais como a estética do objeto, seu caráter excepcional, relações pessoais entre doador e instituição e demandas políticas variadas determinam a atribuição do caráter histórico a objetos musealizados. A autenticidade histórica desses objetos é legitimada por certos dispositivos, tais como a invenção de um “efeito autoral”, o caráter “testemunhal” dos objetos ou o “valor de antiguidade”, por exemplo. Muitos dos objetos musealizados, se fossem desprovidos desses dispositivos, perderiam seu valor histórico ou sofreriam mudanças em seu significado histórico.

¹Historiador do Museu Histórico Nacional. Doutorando em História Social (PPGHIS – UFRJ)

Diante dessas colocações, a proposta deste texto é analisar os usos de dois objetos das coleções do MHN: o tacape atribuído ao índio Martin Afonso de Souza Tibiriçá, personagem mítico da fundação de São Paulo, e as restaurações de uma pintura a óleo de d. Pedro II. O que diferencia esta pintura das demais são as marcas de golpes de espada, aplicados provavelmente por algum republicano exaltado durante a queda da monarquia. Essas ações ocorreram em dois momentos. O primeiro é o período que corresponde à influência de Gustavo Barroso na instituição e o segundo é o chamado *processo de revitalização*, conjunto de transformações administrativas e técnicas que visaram romper com o modelo de *museu tradicional* implantado por Barroso.

O MHN de Gustavo Barroso

O MHN foi fundado em 1922, na ocasião das comemorações do Centenário da Independência. Gustavo Dodt Barroso foi o idealizador e dirigiu a instituição durante 35 anos. Cearense, radicado no Rio de Janeiro, é autor de diversos livros, entre os quais se destacam os sobre folclore e história militar. O discurso adotado por Barroso assemelha-se à narrativa produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no final do século XIX e início do XX. Aline Montenegro Magalhães atenta que, embora haja poucas referências a Francisco Adolfo Varnhagen nos Anais do Museu Histórico Nacional, a representação histórica exposta no MHN em muito se aproximava daquela produzida pelo visconde de Porto Seguro.⁵ Varnhagen acreditava na superioridade cultural do branco sobre índios e negros, e também da civilização ocidental sobre a “barbárie” das sociedades indígenas. Em sua história do Brasil, a lei, a ordem, a religião e a autoridade seriam fundamentais para a formação de uma nação civilizada.

Quereis saber o que é a nação brasileira? Olhai para o próprio brasão d'armas que a simboliza. Nele vereis a esfera armilar, significando a origem da dinastia e a do Estado, e nele também vereis a cruz da ordem de Cristo, que representa por si só a história da civilização do país.⁶

Os objetos recolhidos por Gustavo Barroso parecem simbolizar a citação acima: armas; moedas; pinturas de história; imaginárias; fragmentos de construção; prataria; mobiliário; condecorações etc.

Ao “salvar” objetos do esquecimento, Barroso estava atribuindo determinado “valor histórico” a eles. A seleção por si só implica em estabelecer a diferença entre o que é “histórico” e o que não é, pois, como lembra Ulpiano

Toledo Bezerra de Meneses, os atributos intrínsecos dos artefatos incluem apenas propriedades de natureza físico-química. Nenhum atributo de sentido é imanente.⁷ O objeto “transforma-se” em histórico na medida em que é valorado segundo determinados critérios. Para Barroso, tais critérios estavam ligados aos grandes vultos da história, aos grandes acontecimentos, ao Estado, à Igreja, às elites locais e regionais. O ordinário, o de “valor utilitário”, objetos da vida cotidiana e do trabalho, deveriam estar em um museu ergológico⁸ e não museu histórico, pois nesse último o que entra é o excepcional, o antigo e o nobre. Como observa Meneses,

[a] categoria de objeto histórico, assim por sua própria natureza e funções, privilegia as classes dominantes – fato facilmente observável nos museus e abundantemente denunciado na bibliografia. Curioso é que este viés tenha como vetores, seja o excepcional, principalmente na versão das artes decorativas (a belíssima cama de José Bonifácio), seja o banal irrelevante (o lápis de d. Pedro II) que, por sua própria insignificância, serve de caução ao excepcional e à credibilidade dos valores que se devem exaltar. Nos dois casos, os vínculos pessoais são condição relevante e singularizadora.⁹

Magalhães observa que dentre 2.486 objetos que o Museu possuía em 1924, 1.402 são oriundos de repartições públicas. Os outros 1.084 foram doados por familiares de personagens históricos, membros das elites e colecionadores.¹⁰ A procedência – Estado ou elites – era o que garantia a autenticidade histórica.

José Neves Bittencourt¹¹ identificou nas ações dos conservadores do MHN três parâmetros norteadores que serviam como chancela da autenticidade histórica: 1) o *ordenamento temporal*, representativo de um período histórico onde o valor de antiguidade¹² parece ser determinante; 2) *origem do item*, ou seja, quem o tinha possuído ou a que evento histórico estava ligado; 3) a *identidade do doador*. Sobre este último,

[...] não necessariamente todos os objetos indicam pessoas que pudessem ser imediatamente entendidas como “históricas”, em boa parte dos casos devido à falta da chancela do tempo. Isto, no entanto, não os desqualificava. Entravam em jogo as características intrínsecas do objeto (dentre os quais a antiguidade era apenas um dado, mas não o único e nem sequer o mais importante), e a posição social e/ou política do doador.¹³

O processo de revitalização

Desde a década de 1960, os museus vinham sendo fortemente criticados por seu discurso conservador e tradicional. A principal crítica assinalava que os museus deveriam ser ferramentas na construção do conhecimento histórico e na educação crítica e reflexiva no processo de formação do cidadão.

Essa transformação no modo de pensar os museus se insere nos questionamentos de que os patrimônios culturais eram alvos e que foram explicitados na declaração de Santiago (1972) e na declaração de Quebec (1982). Essas duas declarações são fundamentais ao movimento da *Nova Museologia*. Os museus deveriam deixar de atuar tendo por base as coleções, o fetiche dos objetos e a nostalgia de um passado idealizado, para se voltarem aos questionamentos sociais do presente. Passa-se de uma visão da Museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções, para uma visão que dá lugar a um novo entender das práticas museológicas, que se voltam ao desenvolvimento social. Translada-se o paradigma do museu a serviço das coleções para o museu a serviço da sociedade, resumido na frase *do Templo ao Fórum*.

No MHN, essa passagem significou romper com o modelo barroseano. Após a morte de seu idealizador, em 1959, a instituição não passou por grandes mudanças conceituais. As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas por crises, falta de apoio e distanciamento do público. Tanto a aquisição de objetos para o acervo, bem como o tipo de história produzida no Museu, não se distanciaram significativamente daquela produzida por Barroso, que, na visão de José Neves Bittencourt,

[se] por um lado deu à instituição uma notável estabilidade, por outro contribuiu para torná-la hermética às modificações que se observaram nas ciências humanas e sociais. O museu aferrou-se a um discurso cuja matriz era a historiografia orgânica do início do século que, desde o final da década de 1940, vinha sendo fortemente criticada.¹⁴

Em 1979 foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) que buscava reorganizar e revigorar diversas repartições da área cultural ligadas ao patrimônio. A FNPM incorporou, em 1981, os museus subordinados ao Departamento de Assuntos Culturais do então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e em 1984 foi responsável pelo Programa Nacional de Museus (PNM). O PNM visava estabelecer uma administração mais integrada entre

os museus e o MEC. O programa deveria levar ao ministério as necessidades e demandas daquelas instituições, com a responsabilidade de formular e aplicar programas de desenvolvimento institucional cujo principal objetivo era a renovação e a modernização dos museus.¹⁵

O MHN, tal como outros museus nacionais, vivenciava um longo período de crise, sendo seu orçamento insuficiente para as atividades-fim, como manutenção predial, conservação do acervo e divulgação. Diante desse quadro, o então diretor Gerardo Câmara (gestão de 1971 a 1984) solicitou, em ofício encaminhado ao Programa Nacional de Museus, a intervenção deste no MHN.¹⁶ No ano seguinte, 1985, já sob a direção da museóloga Solange Godoy (gestão de 1985 a 1989), foi criada uma comissão que reuniu funcionários e técnicos escalados pelo Programa Nacional de Museus. A finalidade era elaborar um diagnóstico sobre a instituição. O trabalho dessa comissão originou o documento intitulado *A nova proposta para o Museu Histórico Nacional*, que definiu:

[...] um museu de história deve ser um centro de investigação, coleta e exibição de objetos históricos pertinentes ao desenvolvimento social. A História é a ciência que o fundamenta, derivando daí o tratamento em que consistirá sua identidade como museu [...] O fato de existirem outros museus referentes a períodos ou temas definidos na História do Brasil não invalida que neste Museu se procure refletir a História nacional por inteiro. Ele será o museu-síntese.¹⁷

Durante a administração de Godoy e tendo por base proposta da comissão, foi iniciada uma ampla mudança conceitual do MHN, que ficou conhecida como “Processo de revitalização do Museu Histórico Nacional”. Embora a direção de Godoy tenha dado continuidade a ações que já estavam em andamento pelo menos desde 1982,¹⁸ pode-se afirmar que o “Processo de revitalização do Museu Histórico Nacional” teve início, efetivamente, em 1985, a partir das conclusões dos trabalhos da comissão do PNM, base das ações empreendidas nos anos seguintes. No entanto, esse processo não terminou com a gestão de Solange Godoy, nem tampouco se deu de maneira contínua e sem percalços. Nos anos posteriores, a crise econômica e política em que mergulhou a “Nova República” não permitiram que o projeto de revitalização tivesse a continuidade programada. Mas sob as direções de

Ecyla Castanheira Brandão (gestão de 1990 a 1994) e Vera Bottrel Tostes (1995 e ainda em atividade) várias ações nesse sentido foram realizadas. Entre elas destacam-se: a classificação do acervo museológico; a inauguração de exposições de longa duração sobre a História do Brasil; a formulação de uma política de aquisição e a restauração de diversos objetos do acervo.

A superação do modelo barroense passou pela adequação da narrativa histórica produzida pelo museu às concepções da moderna historiografia. Foram postas em prática ações que buscaram dessacralizar os objetos museológicos. Estes passaram a ser entendidos como fontes de informação sobre o passado, como *documentos*. Deveriam ser expostos não como relíquias históricas, mas como formas de estimular a percepção do visitante, possibilitando um entendimento crítico sobre a formação histórica do Brasil. O Museu passou a ser concebido como um sistema de informação, intermediário entre *objetos* – que passaram a ser entendidos como *documentos* – e usuários e pesquisadores.¹⁹

Nesse esforço em romper com o modelo barroense houve uma mudança nos critérios de aquisição de acervo da instituição, com a formalização, em relatório de 1992, de uma Política de Aquisição de Acervos. Nesse relatório é reconhecida a dificuldade da instituição em dar conta da história nacional como um todo, sem recortes, e a necessidade de rompimento com uma história gloriosa desempenhada pelos grandes personagens e acontecimentos. O Museu passou a ser entendido como um lugar de memórias nacionais, onde se procurava corrigir “distorções” e pôr em cena elementos “esquecidos” na narrativa barroense. Assim, objetos representativos de grupos e atividades sociais antes não inseridos no MHN passaram a ser coletados pelos técnicos da instituição. Dentre esses objetos destacam-se ferramentas de trabalho vinculadas às classes operárias e ao homem do campo, estilos típicos de móveis de decoração, utensílios e eletrodomésticos dos lares brasileiros de meados do século XX em diante, brinquedos simbólicos característicos da infância brasileira. Nota-se uma abertura para objetos do cotidiano, ou melhor, de parte do cotidiano, e não mais acontecimentos singulares na história, como as guerras, as mudanças de regimes etc.

O acervo passou a ser composto também por objetos de produção em massa, como copos de requeijão, computadores, celulares, objetos plásticos, eletrodomésticos, frascos etc., que dividem a reserva técnica lado a lado

com *objetos auráticos*,²⁰ como o gradil do paço que “testemunhou” o Dia do Fico, a mesa da constituinte de 1824, fragmentos da Fragata Amazonas etc.

O tacape de Tibiriçá

Ao folhear o *Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional*,²¹ publicado em 1924, percebe-se que havia entre os mais de 2 mil objetos somente uma peça de origem indígena no Museu Histórico Nacional (MHN) naquele ano. Trata-se de um tacape atribuído a Martin Afonso Tibiriçá, chefe dos índios guaianases e personagem da história da fundação de São Paulo. Antes de ingressar nas coleções do MHN, o tacape pertenceu a d. Pedro II, que o doou ao escritor e político José Vieira Couto de Magalhães. Deste, o tacape passou para as mãos de José Vieira Costa Valente, que o doou ao MHN.

Dois ex-proprietários do tacape foram pessoas influentes no Segundo Reinado. D. Pedro II e José Vieira Couto de Magalhães. Em relação a d. Pedro II, sua autoridade de imperador e sua notória erudição bastam para autenticar a peça. Sobre Couto de Magalhães vale tecer algumas observações. Entre inúmeras atividades que exerceu, destacam-se aqui as de membro do IHGB, escritor, militar, presidente das Províncias de Goiás, Mato Grosso e Pará, empresário de vias de transporte marítimo.²² Todavia, sua atividade intelectual mais conhecida são os estudos dedicados aos índios e à língua Tupi, como o *Curso de língua Tupi viva ou Nheengatú*, publicado como parte de *O Selvagem*.²³ O livro foi encomendado por d. Pedro II para compor a exposição da Filadélfia em 1876. Nele, Couto de Magalhães destaca a importância de civilizar os índios através de sua própria língua, a exemplo dos jesuítas, que estudaram as línguas indígenas e dos *antigos portugueses e espanhóis* que faziam uso de intérpretes. Ao escrever sobre a história da fundação de São Paulo, Couto de Magalhães enfatizou a ação dos jesuítas com os índios guaianases. A catequese e o aprendizado dos valores da civilização levariam o índio a mostrar seu valor moral. Martin Afonso Tibiriçá é, nesse sentido, o melhor exemplo dessa afirmação. Chefe dos índios guaianases, foi convertido ao cristianismo por José de Anchieta e Leonardo Nunes. Sua colaboração com os portugueses possibilitou a fundação da vila de São Paulo de Piratininga. O personagem de Tibiriçá representa bem o mito do índio bom, célula-mater da formação da nacionalidade brasileira.

Essa representação da figura indígena (tupi) como célula da identidade nacional foi tema constante na historiografia brasileira da segunda metade do século XIX e início do século XX. Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Paulista e o Museu Paulista elaboraram a figura do herói bandeirante e do mameluco adaptado. Nas narrativas produzidas nestas instituições, as relações entre tupis, jesuítas, bandeirantes e o processo de mestiçagem teriam dado origem ao mameluco, entendido muitas vezes como a *raça paulista*.

Sendo assim, o tacape que aparece no *Catálogo de 1924* não é de um índio qualquer, é um objeto que “testemunhou” o *amanhecer do Brasil*, usando aqui as palavras de Gustavo Barroso.

Entre os chefes indígenas que, no amanhecer do Brasil, ao se iniciar nossa colonização, fizeram causa com os portugueses, o mais ilustre, sem dúvida, aquele à sombra de cuja fiel amizade devemos o estabelecimento de Piratininga, berço da metrópole paulistana de nossos dias. Foi ele o famoso Tibiriçá, sogro do misterioso e discutido João Ramalho e aliado de Martim Afonso de Souza, cujos nomes tomara ao ser batizado pelos jesuítas. [...] Graças à proteção de Tibiriçá, ao calor de seu prestígio pessoal no meio da indiada, produziram-se as primeiras mestiçagens, nasceram os primeiros rebentos daquela destemida raça de mamelucos paulistas que haverá de unir pelas suas impávidas Bandeiras os mais afastados rincões de nosso imenso país. [...] Esse chefe dos Guaianases de Piratininga deixara-se converter à fé cristã pelos padres José de Anchieta e Leonardo Nunes. Graças a Tibiriçá puderam os padres da Companhia de Jesus permanecer no planalto piratiningano e fundar ali o seu primeiro povoado missionário, Santo André da Borda do Campo, onde pela sua defesa Tibiriçá combateu em 1562 até contra o seu próprio irmão, o tachaua Arari. [...]

Testemunha e personagem das principais, nessa época de fé e elevação moral, o morubixaba Tibiriçá foi, na verdade, o laço que uniu no mesmo instintivo desejo de progresso, no mesmo informe anseio de futuro, o índio bravo e o aventureiro civilizado, sob os laços acolhedores, pacificadores e luminosos da Cruz.²⁴

O *amanhecer do Brasil* em pleno início da colonização implica inscrever as ações de Tibiriçá, no século XVI, no suposto processo histórico de formação da nacionalidade. Tibiriçá representa a constituição de uma raça de mamelucos,

fruto da ação civilizadora da igreja e da mestiçagem com o colono europeu. Seu tacape representa a materialidade de uma “mitografia” do Brasil.

Apesar de escrever sobre o tacape como um objeto que presenciou o *sangue e o calor dos combates*, a autenticidade material do tacape é questionada pelo próprio Barroso.

A autenticidade desta peça requer uma documentação comprobatória. O tacape de Tibiriçá pertenceu durante longo tempo ao Imperador d. Pedro II. Sua Majestade ofereceu-o, quando visitou São Paulo, ao grande estudioso de nossos selvagens, o General Couto de Magalhães. [...] Durante muito tempo, teve o tacape colado à sua face um retângulo de papel com a declaração autografada de Couto de Magalhães de o haver recebido de d. Pedro, que lhe afirmara ser o mesmo do grande Tibiriçá. O tempo infelizmente destruiu essa etiqueta.²⁵

Na falta da documentação comprobatória, a autenticidade histórica é chancelada pela reconhecida autoridade intelectual de Couto de Magalhães e por ter pertencido a d. Pedro II. Todavia a própria produção historiográfica de Gustavo Barroso também colabora para seu reconhecimento como “histórico”.

Na valoração de determinados objetos históricos, parece ocorrer algo semelhante à *função de autor* presente na ordem do discurso. Para Foucault, o nome de autor possui outras funções que não as indicadoras, como no caso dos nomes próprios. O nome de autor *assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos.*²⁶ Se um museu de história produz discursos, talvez a autoridade política do imperador e a autoridade intelectual de Couto de Magalhães fazem algo semelhante à “função de autor”, possibilitando a classificação do tacape como “histórico”, agrupando-o com outros objetos considerados históricos. Esse “efeito autoral” é reforçado na frase que apresenta a peça no *Catálogo de 1924*, e repetido em outros catálogos e legendas produzidos pela Instituição: *Pertenceu a d. Pedro II, que o doou ao Gal. Couto de Magalhães*. Essa informação reforça outra: *consta ter pertencido ao chefe indígena Tibiriçá*. Não há dados sobre o que teria ocorrido com o tacape no intervalo de 300 anos entre os acontecimentos em torno da fundação de Piratininga até o dia em que ingressou nas coleções de d. Pedro II. Todavia, seus proprietários são suficientes para chancelar sua autenticidade, confirmada na datação presente nas legendas. Século XVI.

“Vitrine do mês”, janeiro de 1991

No âmbito dessa revitalização, em janeiro de 1991 o MHN expôs o tacape de Tibiriçá na “Vitrine do mês”. O projeto consistia em expor um objeto guardado na Reserva Técnica durante cada mês do ano, uma forma de dinamizar o acervo e as exposições.

No mês de janeiro almejava-se fazer uma alusão à fundação da cidade do Rio de Janeiro. O MHN dispunha, segundo técnicos da época, de diversas peças que poderiam ser selecionadas com diferentes enfoques à temática proposta. No entanto, como consta no projeto, foram apresentados alguns argumentos no sentido de que o MHN, por ser uma instituição nacional, deveria dar ênfase a outras regiões do país. Foi sugerida uma homenagem à cidade de São Paulo, que também teve sua fundação no mês de janeiro.

[...] tendo feito pesquisas em nossa biblioteca, arquivo histórico e reserva técnica, só foi encontrada uma peça relacionada diretamente ao assunto sugerido – um tacape atribuído ao chefe indígena Tibiriçá. Esta peça encontra alguns problemas tópicos em relação às exposições do destaque do mês – dimensões inadequadas e dificuldade de viabilização conceitual, mas estes problemas são circunstanciais e sanáveis com o uso de técnicas museográficas apropriadas e de textos adequados. O problema maior, acreditamos, é o fato de a peça não apresentar características que nos permitam afirmar com certeza se ela pertenceu ao chefe Tibiriçá, dos índios guaianases, que ajudou na fundação da cidade de São Paulo. Esta dúvida [foi] lançada pela falta de dados referente ao histórico da peça até alcançar as mãos de d. Pedro II (cujas coleções passaram ao General Couto de Magalhães e daí ao MHN), assim como ao estado da peça, muito bom para madeira e palha conservadas por mais de quatrocentos anos em condições adversas. No tocante ao uso sistemático da arma podemos afirmar que a sua forma é coerente com as da “borduna-cajado” ou “cacetes”, usados atualmente por alguns grupos indígenas (Karajá, Javaché, Kayapó, Kaingang e Xipáya) sendo sua decoração trançada (incompleta) compatível com a usada nas atuais tribos Guiana, Kaiapó, Kayabi, Kaiwã, etc., algumas da região sudeste.

No entanto, todos estes dados são circunstanciais, não podendo definir se a peça é “autêntica” ou não. Desta

forma cremos que prevalece a tradição difundida por Gustavo Barroso, de que a peça seria realmente de Tibiriçá.²⁷

A trajetória do tacape de Tibiriçá (desde que chegou às mãos de d. Pedro até às coleções do MHN) o vincula a certos temas da historiografia brasileira, como a questão da nação, a representação dos índios e a fundação de São Paulo. Assim, a duvidosa autenticidade foi compensada pela capacidade de evocar estes temas.

Inicialmente o tacape estava relacionado ao *amanhecer do Brasil*, o objeto era apresentado como uma *preciosa relíquia*. Na “Vitrine do mês” a proposta foi utilizar o tacape como ponto de referência para se pensar alguns problemas históricos. Segundo o relatório da época, os textos que acompanharam a exposição tinham os seguintes objetivos:

1. Identificação da peça e sua inserção no contexto histórico;
2. Abordar a fundação da cidade de São Paulo como um momento inicial da colonização do Brasil;
3. Abordar o papel dos povos indígenas no processo acima;
4. Abordar a evolução que se deu na questão do tratamento do índio no Brasil;
5. Abordar a questão da nacionalidade.²⁸

Já no texto elaborado para a legenda do tacape lê-se o seguinte,

No início da exploração do Brasil os colonos se concentravam nas regiões litorâneas. Poucos desbravadores ousavam penetrar para o interior desconhecido, destacando-se entre eles os jesuítas, que visavam a evangelização dos índios. Em janeiro de 1554 estes padres fundam o colégio de São Paulo, que daria origem à atual cidade.

Apesar de a colonização inicial ter-se dado com o objetivo de catequizar os índios e de ter contado com o apoio de chefes como Tibiriçá, os portugueses, uma vez firmados na povoação, começaram as expedições – as bandeiras – com o objetivo de escravizar os indígenas, expedições que perduraram até a virtual extinção dos índios em São Paulo.

Somente no século XIX é que a figura do índio começa a ser recuperada como um dos elementos fundadores da nação. O símbolo do Estado de São Paulo – o braço segurando um Tacape – é uma forma de homenagear essa raça, só agora revalorizada.²⁹

Percebe-se a intenção de problematizar a interpretação romântica das ações de Tibiriçá e dos jesuítas, ao enfatizar que essas ações originaram a escravidão indígena e a *virtual extinção* dos índios em São Paulo.

Outra preocupação do texto é a inserção de uma discussão de cunho historiográfico, ao mencionar a valorização da figura do índio, no século XIX, no debate intelectual do II Reinado. Essas questões são aprofundadas na “ficha técnica” produzida sobre o tacape na ocasião da exposição e anexada ao seu dossiê. Cabe ressaltar que essa ficha é iniciada com a mesma informação sobre a procedência do Tacape presente no *Catálogo de 1924*.

Oreretama

Em 2006 o MHN inaugurou o primeiro módulo do novo circuito de longa duração da instituição. A exposição *Oreretama*, que significa “nossa terra” em Tupi, foi a primeira exposição de longa duração a se dedicar exclusivamente ao tema “índio” no MHN. A museografia da exposição não segue uma cronologia e nem é linear. Diferentes aspectos da vida indígena são tratados através dos objetos e textos, organizados de acordo com os temas: donos da terra; artes da vida; lógica da guerra; rituais; antropofagia. Fotografias, imagens, reproduções complementam a exposição.

No espaço dedicado ao tema *lógica da guerra* são expostos arcos, flechas e tacapes. Ao lado, o painel de texto informa que a lógica da guerra de algumas sociedades indígenas está associada ao reconhecimento do inimigo, ao ritual antropofágico e à formação do guerreiro. Das armas, apenas o tacape de Tibiriçá está exposto sozinho numa vitrine com a legenda

Borduna
Século XVI
Madeira e palha
São Paulo

Consta ter pertencido a Tibiriçá (-1562) chefe dos índios guaianases que lutou ao lado dos portugueses contra os chefes indígenas que se reuniram na Confederação dos Tamoios (1554-1567). O principal motivo da Confederação foi a revolta ante a ação violenta dos portugueses imposta aos tupinambás.³⁰

Em *Oreretama*, Tibiriçá é o único personagem histórico associado a um objeto. Os demais objetos são apresentados apenas com informações

gerais como nome do artefato, material, origem e ano, e por vezes algum esclarecimento pontual.



Tacape atribuído a Martim Afonso Tibrirçá
Século XVI. Acervo Museu Histórico Nacional

Quadro d. Pedro II, rasgado e restaurado

Outro objeto que aparece no *Catálogo de 1924* é uma pintura a óleo de d. Pedro II fardado como marechal. Originalmente o quadro, de autoria desconhecida, estava no gabinete do ministro da Guerra e consta que foi rasgado a golpes de espada no dia 15 de novembro, por algum militante republicano exaltado. O quadro passou ao Museu Nacional de Belas Artes e, em 1922, foi transferido para o MHN. No *catálogo de 1924* a pintura aparece junto ao acervo referente à República.

No artigo de 1943 dos *Anais do MHN*, a conservadora Jenny Dreyfus atribui *grande valor histórico* ao quadro por este ter sido rasgado por ocasião da República. As marcas do golpe são enfatizadas como dispositivo autenticador, *conserva bem nítido o rasgão no rosto e nos bordos da tela*.



D. Pedro II, óleo sobre tela, 1858, autoria desconhecida. Museu Histórico Nacional.
Fotografia reproduzida dos *Anais do MHN*, v. 43, n. IV, 1943, p. 405.

Na época em que a conservadora escreveu, o quadro estava exposto na galeria que recebia o nome de d. Pedro II. Tratava-se da exposição de parte da coleção de retratos do imperador sob a guarda do MHN.

Na documentação museológica do arquivo do MHN consta que na década de 1960 a pintura passou por uma restauração. Uma fotografia não datada mostra o resultado. Não há um relatório sobre as intenções da restauração, mas, ao que parece, esta procurou recompor partes da pintura, vista a recomposição de algumas lacunas devido à perda do suporte. Todavia, pode-se supor que entre suas prioridades não estavam as “marcas históricas” do ocaso da monarquia. (figuras 2 e 4)



Detalhe da pintura, após a restauração de 1960. Museu Histórico Nacional

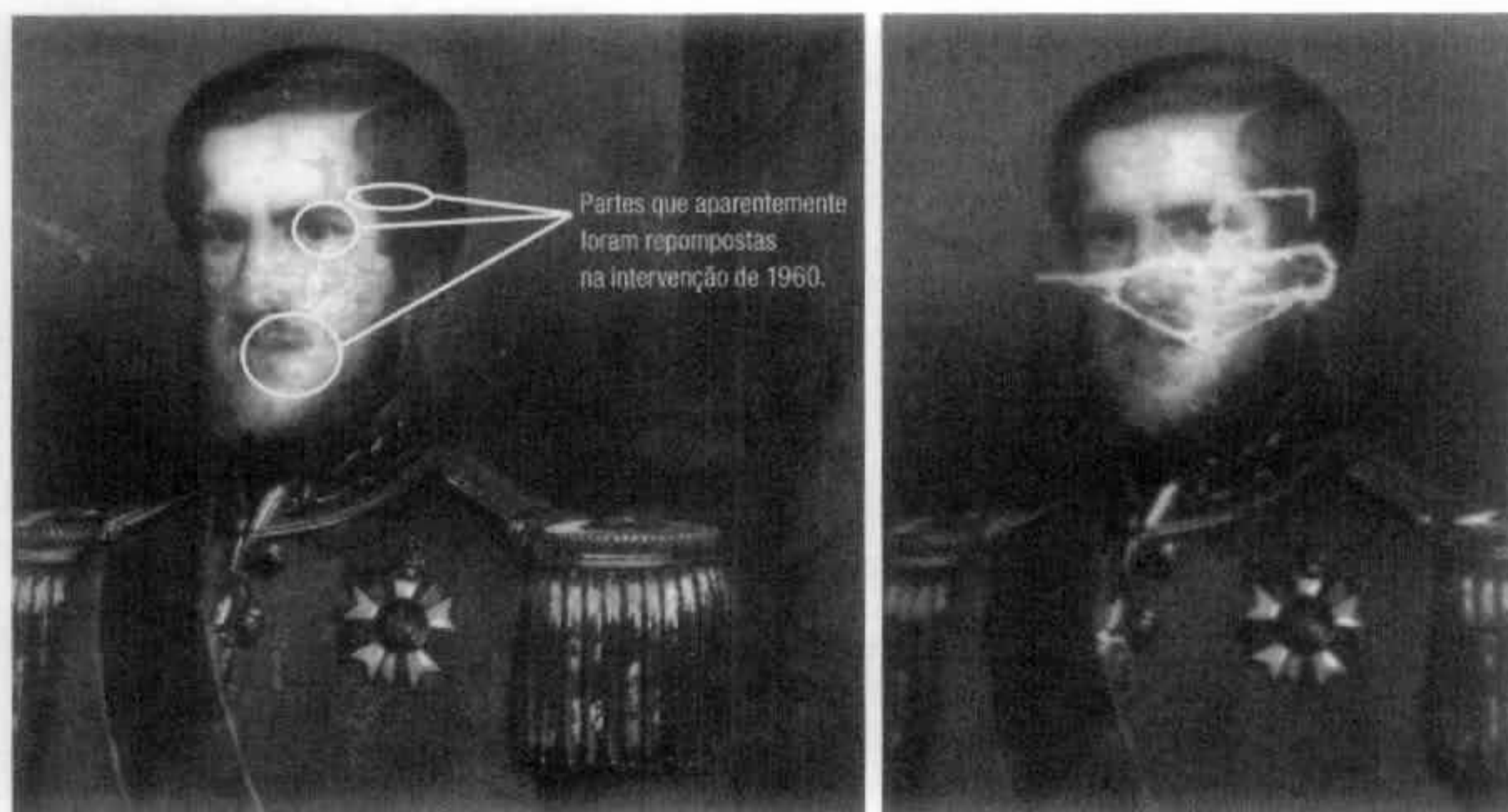
Em 2003, a equipe de restauradores do museu realizou nova restauração. A pintura foi reentelada, passou por retoques para recompor sua unidade estética e parte das alterações de 1960 foram removidas, por serem consideradas inapropriadas. As perdas causadas pelas marcas dos golpes na face de d. Pedro II foram pintadas em tom cinza, realçando os golpes. Ao restaurar essas marcas, valorizou-se, novamente, o quadro por sua condição testemunhal de um processo histórico, a passagem da monarquia para a república.

A intervenção realizada em 2003 está em consonância com as atuais recomendações de restauro, cuja influencia de Cesari Brandi é marcante.³¹ Filia-se, também, às considerações do inglês John Ruskin sobre o restauro dos monumentos históricos. Para o teórico inglês, os monumentos não deveriam sofrer alterações em suas marcas do tempo, pois são elas que garantem a sua autenticidade.³²



*D. Pedro II em farda de Marechal, 1858, restaurado em 2003.
Museu Histórico Nacional.*

A pintura foi restaurada para ser exposta na exposição *Memória do Estado Imperial* (desmontada em 2010) que pretendia compor uma narrativa sobre as diferentes construções de memórias do Brasil Imperial. Os objetos expostos eram entendidos como fontes históricas e suportes de memória dos períodos em que foram produzidos.



Comparação entre as duas intervenções, 1960 e 2003.

Considerações finais

De certa maneira o tacape de Tibiriçá é um *objeto aurático*. Para Walter Benjamin, a autenticidade da obra de arte está em sua existência única e em seu vínculo com uma tradição que a identifica e qualifica.

O aqui e o agora do original constituem o conteúdo de sua autenticidade, e nela se enraíza uma tradição que identifica esse objeto, até os nossos dias, como sendo aquele objeto, sempre igual e idêntico a si mesmo [...] a autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico.³³

A noção de original é atrelada ao valor histórico. Os objetos históricos são considerados únicos devido à sua singularidade de testemunhos, possuem uma aura que os qualifica como “históricos”. Esse é o caso das *reliquias históricas* como o gradil que “testemunhou” o dia do Fico, das armas que “lutaram” na guerra do Paraguai etc. Todavia, o caso do tacape de Tibiriçá possui uma particulari-

dade. Sua origem é incerta, o que implica na incerteza de seu testemunho. A autenticidade é cancelada por sua procedência. O dispositivo que o autentica como histórico produz um “efeito autoral” que legitima e o autoriza como histórico independentemente da sua autenticidade material. Nas duas exposições analisadas – *Vitrine do mês* e *Oreretama* – o tacape é associado ao índio Tibiriçá. Apesar da sua suposta inautenticidade, da atual falta de prestígio intelectual de Couto de Magalhães, da desmistificação dos heróis nacionais e das críticas ao conservadorismo de Gustavo Barroso, o tacape continua sendo de Tibiriçá. Essa “carga discursiva” o diferencia dos demais tacapes, o torna extraordinário e o transforma em “histórico”. Alguém poderia sugerir “corrigir” na legenda a informação *consta ter pertencido a Tibiriçá, século XVI* e colocar *tacape indígena, s.d.* O que ganharíamos com isso? Nenhum atributo histórico é imanente, podemos afirmar parafraseando Meneses.³⁴ O tacape atribuído a Tibiriçá suscita mais questões históricas do que um tacape não datado e não identificado. Uma suposta crítica em nome da precisão científica ou da falta de autenticidade do tacape pode ser defendida a partir das afirmações de Poulot, que atenta que patrimônio não é a História, *posto que ele tem por objetivo atestar a identidade e afirmar valores – se for necessário, devido até mesmo ao falseamento da verdade histórica.*³⁵

Já no caso das restaurações do quadro de d. Pedro II, o papel testemunhal do quadro parece ser a base de sua valoração histórica. Porém, sua recomposição estética (através das restaurações) o prepara para ser exposto. Seu caráter aurático é presente, não pelo “efeito autoral”, mas sim por suas marcas do tempo. O quadro é uma “testemunha” do passado, representante de um “processo”, a queda da monarquia e a proclamação da república, não importando seu autor ou a imagem representada.

Notas

1. CARVALHO, N. O barão da Vitória no Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 227, 1942.
2. DREYFUSS, J. Pedro II através de sua iconografia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.IV, 1943, p. 383-442
3. A primeira fase dos Anais do MHN corresponde aos volumes publicados de 1940 a 1975.
4. RIEGL, A. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
5. MAGALHÃES, A. M. *Culto da saudade na casa do Brasil*. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.
6. VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Leammert, 1857. p. XXV.

7. MENESES, U. T. B. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista, 1992. p. 3.
8. De acordo com Barroso, o Museu Ergológico deveria abarcar as seguintes áreas: mobiliário; alimentação; indumentária; moradia; arte naval; transporte; medicina; tecidos; tintas; decorações; esteiras; cestas; cerâmicas; brinquedos; arreios; entrançados de couro; obras de chifre; objetos de tartaruga; carpintaria; trabalhos em madeira; artefatos de cobre; curtume; pescaria; ourivesaria; prataria; ferraduras; marcas de gado etc. BARROSO, G. O museu ergológico brasileiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. III, ano 1942, p. 433-448.
9. MENESES, U. T. B. Do teatro da história ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, v. 2, jan/dez. 1994. p. 9-42. Página citada 20.
10. MAGALHÃES, A. M. *Culto da saudade na casa do Brasil*. *Op. cit.* p. 30.
11. BITTENCOURT, J. N. Cada coisa em seu lugar: ensaio de interpretação de um museu de história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 8/9, p. 151-174, 2002-2001.
12. Cf. RIEGL, A. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
13. BITTENCOURT, J. N. Cada coisa em seu lugar... *Op. cit.* p. 160.
14. BITTENCOURT, J. N., FERNANDES, L. F. Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 61-77, 1995. Página citada. 70.
15. PRET, R. Expondo a novidade: análise da proposta conceitual de 1985 para o circuito permanente do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 19-36, 2005.
16. BRASIL. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, Arquivo Institucional. Ofício n. 377, de 14 de novembro de 1984, encaminhado à direção do Programa Nacional de Museus.
17. BRASIL. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *A nova proposta para o Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, 1985.
18. A partir de 1982, sob a direção de Câmara, o Arquivo Histórico do MHN é reformulado e novos conceitos modernizaram a noção de documentação, bem como o tratamento técnico. O acervo do museu, independentemente de sua tipologia, passou a ser entendido como base sobre o qual estão registradas as informações, visando garantir o acesso do público à informação. Esse momento marca uma primeira tentativa de dessacralizar os objetos, tratando-os como fontes de informação sobre o passado. Cf. TOSTES, V. Museu Histórico Nacional, 80 anos. De fortaleza militar a maior museu de história brasileiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 153-166, 2002.
19. Isso não quer dizer que no paradigma barroseano os objetos não fossem vistos como documentos. Eram. Porém sua organização e exposição atendiam a uma história tradicional e seu tratamento aproximava-se do trabalho realizado pelos antiquários. De acordo com Bittencourt, o método de trabalho dos conservadores engajados no paradigma barroseano consistia em adaptar os cânones positivistas aos objetos, configurando um tipo de pesquisa aplicada. Cf. BITTENCOURT, J. N. Cada coisa em seu lugar: ensaio de interpretação de um museu de história. *Op. cit.*
20. Cf. BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
21. BRASIL. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Catálogo geral do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1924.
22. LEITE, A. *O brigadeiro Couto de Magalhães*. Rio de Janeiro: Sauer, 1936.
23. MAGALHÃES, J. V. C. de. *O selvagem*. São Paulo: Edusp, 1975.

24. BARROSO, Gustavo. O tacape de Tibiriçá. Papel de Tibiriçá na fundação de S. Paulo – os jesuítas e João Ramalho – a epopeia da catequese – uma relíquia desse glorioso tempo. Segredos e Revelações da História do Brasil. *O Cruzeiro*. s.d. GB. Aatoria, Recortes, 60. V. 2.
25. Id.
26. FOULCAULT, M. O que é um autor. In: *Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema* (v. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298. Página citada, 47.
27. BRASIL, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Departamento de acervo, Reserva Técnica, dossiê nº 1.608.
28. Ibid.
29. Ibid.
30. BRASIL. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Oreretama, legenda de vitrine, 2006.
31. BRANDI, C. *Teoria da Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004.
32. RUSKIN, J. *The Seven Lamps of Architecture*. New York, Dover, 1989.
33. BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *Op. cit.* p. 167-168
34. MENESES, U. T. B. *Como explorar um museu histórico*. *Op. cit.* p. 3.
35. POULOT, D. Um ecossistema do patrimônio. In: CLAUDIA, S. Rodrigues. GRANATO, Marcus. BEZERRA, Rafael Zamorano. BENCHETRIT, Sarah Fassa. *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 26-43. Página citada, 32.

2º DOSSIÊ

MUSEUS E TURISMO

Turismo e desenvolvimento local: os agentes sociais e as redes regionais de turismo

Turistificação dos Museus no Brasil: para além da construção de um produto cultural.

Da capital nacional da violência à nova Baixada: a emergência do turismo na Baixada Fluminense (RJ)

Turismo e desenvolvimento local: os agentes sociais e as redes regionais de turismo

Aguinaldo Cesar Fratucci*

RESUMO

O foco do presente ensaio é discutir a dimensão espacial do turismo e a sua gestão no contexto das políticas públicas direcionadas para o seu ordenamento e desenvolvimento. Baseado no entendimento do turismo como fenômeno sócio-espacial complexo, resultado dos processos de diferentes agentes produtores, propõe o entendimento do espaço turístico a partir da categoria de territórios-redes que tendem a se ampliar para a escala regional. Questionando o descaso das políticas públicas recentes, direcionadas para o ordenamento do turismo nacional, sugere a possibilidade da consolidação de redes regionais como novas instâncias de governança para tal função, desde que sejam frutos de processos endógenos, participativos e realmente democráticos, que constituam um novo “espaço-tempo” favorável às deliberações democráticas, onde as instituições culturais se incluem como agentes sociais envolvidos com esse processo.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Redes regionais; Agentes Sociais; gestão pública.

ABSTRACT

Tourism and local development: social agents and regional tourism networks


To argue the spacial dimension of tourism and its management in the context of public policies directed for its ordering and development is the main focus of this paper. Based in the understanding of tourism as a complex social-spacial phenomenon, resulting of different producing agents' processes, suggests understanding touristic space from the category of network-territories that tend to extend to a regional level. Questioning the indifference of recent public policies focused on the ordering of Brazilian tourism, suggests the possibility of the consolidation of regional networks as new instances of governance for such function, as long as they are fruits of endogenous processes, participative and truly democratic, which constitute in a new “space-time” favorable to the democratic deliberations, and in which cultural institutions configure as social agents involved in this process.

KEYWORDS

Tourism; Regional network; Social agents; Public policies.

Introdução

O fenômeno turístico surge de encontros aleatórios – intencionais ou não – entre os diversos agentes sociais que, dentro de uma aparente desordem inicial, articulam um feixe de ações, relações e interações modificadoras do comportamento e da natureza dos elementos, corpos, objetos ou territórios envolvidos.²

 Os processos de apropriação dos espaços – urbanos ou rurais; naturais ou culturais – para o turismo trazem implícito um complexo jogo de interesses constituído pela combinação entre as diversas lógicas de cada um dos seus agentes sociais produtores. Desse modo, quando almejamos a busca da compreensão do ordenamento desses espaços devemos, necessariamente, incluir as variáveis oriundas das ações dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público (nos seus diversos níveis e setores), dos trabalhadores no setor (diretos e indiretos) e da comunidade receptora em geral. Além disso, devemos incluir também as interações estabelecidas entre cada um daqueles agentes e deles com os outros sistemas que formam os ambientes socioeconômico e cultural onde se inserem.

Infelizmente, tal complexidade do fenômeno turístico não vem sendo considerada pelas diversas políticas públicas de turismo já implantadas ou em implantação no país. Mesmo aquelas que oferecem um discurso mais democrático, sinalizando para uma maior participação de todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisões, pecam por priorizar, em suas diretrizes e propostas de ações, os agentes de mercado. Nota-se, até com certa facilidade, que as características específicas dos demais agentes produtores não vêm sendo efetivamente contempladas no bojo das políticas e das ações direcionadas para o incremento e o ordenamento do desenvolvimento turístico brasileiro.

²Professor adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense – UFF, onde é docente das disciplinas de Gestão de Destinos Turísticos e Gestão de Políticas Públicas de Turismo; graduado em arquitetura, mestre e doutor em geografia pela UFF, com especialização na área de políticas públicas e gestão de destinos turísticos.

No conjunto dos agentes que compõem o poder público, incluem-se as instituições culturais, compostas por museus, casas de cultura, institutos históricos e geográficos, arquivos, bibliotecas, etc. Essas instituições, presentes em grande parte dos municípios brasileiros com potencial para o desenvolvimento turístico, ainda têm uma participação quase tímida nos processos de gestão municipais e regionais em andamento. Quase sempre elas são lembradas apenas como possíveis atrativos turísticos ou, infelizmente, de forma bastante equivocada, como equipamentos turísticos. No entanto, parece-nos clara a importância que essas instituições podem desempenhar naqueles processos de gestão, dadas as suas características e a sua importância nos contextos local e regional.

Torna-se necessário um esforço para o entendimento das combinações existentes e possíveis entre as diversas lógicas de apropriação dos espaços pelos agentes produtores do turismo contemporâneo, de modo a incluir todos eles nos processos de gestão e ordenamento daqueles espaços e, principalmente, dos destinos turísticos. Se pretendemos obter, a partir do incremento do turismo, uma alternativa de desenvolvimento local, equilibrado e duradouro para as comunidades receptoras, devemos articular um processo de gestão participativa amplo e incluyente, do ponto de vista de todos os agentes sociais envolvidos com esses processos.

Turismo contemporâneo: uma rede complexa de agentes sociais

O turismo, por natureza, é um fenômeno socioespacial complexo que gera experiências diferenciadas para o turista. Essas experiências são frutos de práticas sociais, onde o homem, por motivações as mais variadas, decide se deslocar do seu local de residência habitual e, temporariamente, percorrer e permanecer – vivenciando e experimentando momentos únicos que serão depois incorporados à sua história de vida – em outros lugares, para depois retornar ao seu ponto de origem. Visto por outro foco, o turismo vem sendo considerado como um dos indicadores mais significativos para o entendimento dos movimentos sociais contemporâneos e, especialmente, do fenômeno da globalização pelo qual nosso planeta passa na atualidade.

O processo de apropriação de trechos do espaço pelos diversos agentes sociais do turismo, conhecido como turistificação, resulta na produção de

territórios descontínuos, sazonais e flexíveis. Entretanto, o turismo não pode ser apontado como o sujeito desses processos, mas sim, como o resultado das ações e das interações dos diversos agentes sociais que o produzem.

Partindo do entendimento de agente como um fator capaz de produzir um efeito sobre determinado fato ou atividade, podemos afirmar que os agentes produtores do turismo compõem-se de pessoas, grupos ou instituições com poder de gerar um efeito sobre o fenômeno ou sobre a atividade turística, ou seja, com capacidade de intervir, modificar ou influenciar o seu curso.

Partindo desse pressuposto, os agentes sociais que agem e interagem sincronicamente no acontecer do turismo podem ser agrupados da seguinte maneira: a) os turistas; b) os representantes do capital, portanto do mercado, conhecidos vulgarmente como *trade* turístico; c) o Estado, em seus diversos níveis; e d) as comunidades das áreas receptoras, representadas pelos trabalhadores empregados direta e indiretamente no setor, e pela população em geral.

Agente principal do fenômeno turístico e também o mais conhecido, o **turista** é responsável pelo momento inicial e mais subjetivo do fenômeno, na medida em que, levado por motivações as mais diversas e quase sempre pessoais, se desterritorializa temporariamente, afastando-se do seu entorno habitual de vida. Para tal, desloca-se para outros pontos do espaço em busca de oportunidades ímpares, que lhe permitam fugir do *stress* do seu dia a dia e, de alguma maneira, recompor suas energias para retornar ao seu tempo de trabalho. Ao fazê-lo, esses atores produzem um território mais fluido e sazonal, estruturado a princípio a partir da lógica do tempo do ócio.

Dito de outro modo, o turista é o agente gerador do fenômeno turístico e, por consequência, de toda a cadeia econômica que surge para atender às suas necessidades durante os seus deslocamentos temporários (hospedagem, alimentação, entretenimento, segurança, etc.). Como apontam muitos estudiosos, sem turista não há turismo, o que sinaliza a sua importância dentro dos estudos de turistificação dos lugares. Ele é o principal responsável pela dinâmica do setor turístico atual e é através dele que o capital busca aumentar a sua capacidade de acumulação, criando e inventando novas necessidades e novos destinos turísticos para serem consumidos.

O segundo agente do turismo está diretamente relacionado com a atividade econômica que surge a partir do fenômeno turístico e vincula-se ao processo de apropriação, pelo capital, do tempo livre do trabalhador. No jogo

das contradições entre trabalho e ócio, e entre tempo de trabalho e tempo livre, o capital encontrou uma excelente oportunidade para se reproduzir e se fortalecer. Apoderando-se do discurso que prega a necessidade do lazer para a recuperação das energias necessárias para a continuidade do trabalho, o capital transformou o tempo livre do trabalhador em tempo de consumo e o lazer em mais um produto a ser consumido.

Esses agentes do mercado, conhecidos pela denominação de *trade turístico*, são os agentes produtivos da atividade turística. De um modo geral, atuam diretamente nos processos de turistificação dos espaços, à medida que podem induzir os fluxos de visitantes para determinados lugares, ao mesmo tempo em que podem inibi-los para outros lugares. Com o apoio fundamental da mídia, eles constroem novos destinos com muita rapidez. Na atualidade, a força de atuação dos agentes do mercado no turismo vem assumindo proporções mais distintas e complexas graças à “progressiva implantação da filosofia do liberalismo econômico, segundo a qual o setor privado deve protagonizar a atividade no mercado”,³ ocupando o espaço de outro agente básico do turismo, o Estado.

Por sua vez, o Estado, partindo do entendimento de ser possível utilizar o turismo como uma ferramenta para a implementação de processos de desenvolvimento, especialmente aqueles que objetivam diminuir as desigualdades regionais, procura, através de suas diversas instâncias de poder, estabelecer regras e normas para o sistema turístico sob sua área de atuação, de modo a regulá-lo e normalizá-lo dentro daquilo que parece ser a melhor forma para o atendimento das necessidades das populações residentes sem, entretanto, esquecer ou desprezar a lógica do capital.

Nas últimas décadas, o fato econômico gerado pelo turismo tornou-se parte integrante da estrutura governamental de muitos países, estados e municípios. Mesmo com a explosão dos governos alinhados pelas diretrizes neoliberais do mercado, responsável por “um crescente ceticismo quanto à eficiência do governo, especialmente o governo central”,⁴ e por uma diretriz de menor intervenção estatal, as falhas e imperfeições do mercado ainda justificam e dão fundamentos lógicos para a atuação mais ativa do Estado na gestão e no funcionamento dos sistemas turísticos.

Por outra perspectiva, o sociólogo Jost Krippendorf⁵ faz uma interessante abordagem sobre o papel da população autóctone dos destinos turísticos,

a quem ele denomina de “viajados”, em contraposição aos “viajantes”. Apontando para o fato da quase inexistência de pesquisas sobre esse agente do turismo, o autor nos fala que “o advento do turismo transformou a bela virtude humana da hospitalidade espontânea e gratuita num ganha-pão e numa profissão” e que “nesta grande indústria que é o turismo, é evidentemente a escala de valores dos viajantes e dos promotores que prima”. Não há espaço para a opinião do viajado: o “nativo está mudo” e sua voz é praticamente inaudível.

Mas, quem é esse agente, o “viajado”? Classificar toda a população local como um agente único frente ao turismo é correr o risco de tentar homogeneizar um grupo de agentes sociais diversificado e, até mesmo, antagônico para algumas questões. Entendemos que podemos distingui-los entre os trabalhadores diretos e indiretos do setor turístico e a população em geral que, aparentemente, não se vê dependente ou comprometida com o desenvolvimento turístico local.

O **trabalhador direto do turismo** é aquela parte da população residente nas áreas receptoras ou nas suas cercanias, autóctones ou migrantes, que se emprega nas diversas empresas ou atividades geradas pelo processo de turistificação e que tem no turismo o seu meio de obtenção de renda para sua sobrevivência. Na sua grande maioria ainda é oriunda de outros setores econômicos e depende diretamente dos fluxos de visitantes para obter seus ganhos e manter seu emprego. Aumentando o número de turistas, aumenta não só o número de empregos e ocupações, como também o ganho médio de cada um, já que o setor é extremamente vinculado ao hábito das gratificações (gorjetas). Se os fluxos de turistas diminuem, diminuem também os empregos, as ocupações e o ganho médio.

Por tudo isso, é importante assumirmos o papel do trabalhador como um dos agentes dos processos de turistificação dos espaços. A favelização das periferias dos destinos turísticos é um forte argumento para comprovar esta nossa posição; sem preparo específico para atuar nos serviços turísticos e, por conta disso, explorado pelo *trade* turístico, que lhe oferece salários baixos e poucas oportunidades de ascensão social através do trabalho, ele faz daquelas periferias seu lugar de vida, convivendo com os outros agentes do turismo no mesmo espaço, especialmente com o turista, para quem oferece seus serviços. Graças à complexidade da cadeia produtiva do turismo, os

seus efeitos multiplicadores são bastante acentuados, gerando um número expressivo de **empregos indiretos** e, também, um número elevado de ocupações indiretamente vinculadas a ela. No setor hoteleiro é comum nos depararmos com o discurso de que para cada leito são gerados até dois empregos diretos, conforme a categoria e o tipo do meio de hospedagem, e que para cada emprego direto são gerados outros cinco empregos indiretos. Apesar de toda a fragilidade desses dados estatísticos, não podemos ignorar o fato de a atividade turística ser uma grande geradora de empregos e de ocupações indiretas na atualidade.

O motorista de táxi não obtém todo o seu ganho com o transporte de turistas, mas nos destinos turísticos eles representam um expressivo percentual daqueles rendimentos. O mesmo ocorre com os trabalhadores de um *cibercafé* que, na alta estação, se veem envolvidos com o atendimento de um número elevado de não residentes (turistas), apesar de terem na população local a maioria dos seus clientes cotidianos.

Assim como os trabalhadores diretos, também os indiretos têm uma grande relevância na composição da qualidade dos serviços oferecidos aos turistas. É aqui temos um agravante: o trabalhador indireto, por não depender exclusivamente do ganho com o turismo, nem sempre percebe a importância do seu trabalho para o sucesso da produtividade do sistema turístico local. Esse baixo nível de conscientização e de envolvimento desses trabalhadores indiretos tem dificultado o processo de desenvolvimento de muitos destinos turísticos, revelando outro ponto de conflito e de contradição do turismo.

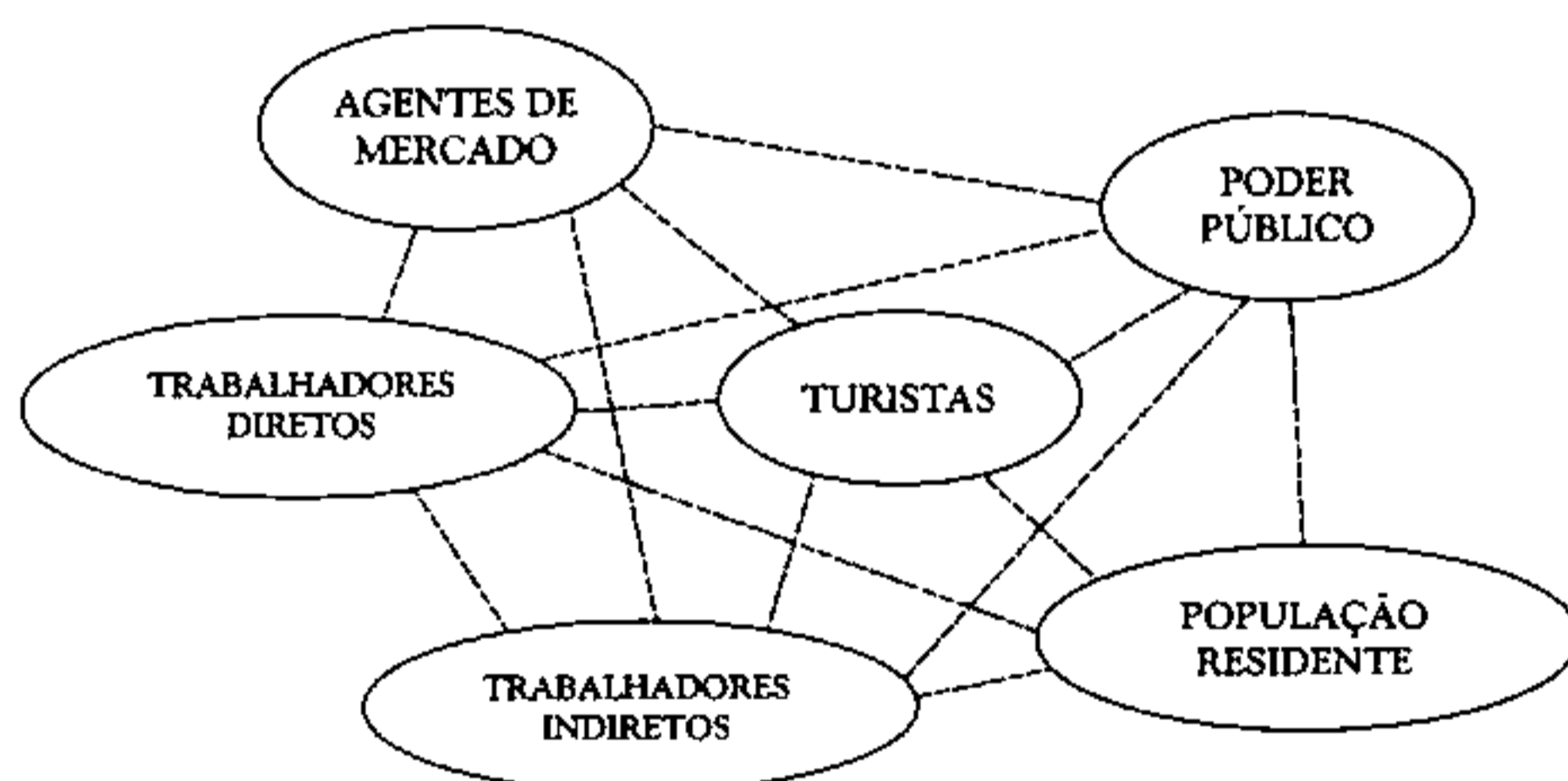
A **população residente** é o agente menos reconhecido pelo sistema turístico, mas de importância estratégica para o seu funcionamento. Ao ceder o direito de uso do seu espaço de vida para o desfrute temporário dos turistas, concorda em provocar um encontro de duas alteridades distintas – a sua e a do visitante – o que gera uma série de relações e interações bastante complexas entre os diversos agentes aqui indicados.

Apesar de não manter contato direto com os turistas, a população residente dos destinos turísticos pode, a partir do seu comportamento e das suas ações, estimular ou dificultar o funcionamento do sistema turístico local, tornando o destino turístico mais ou menos atraente para o turista. Além disso, esse agente tem em suas mãos dois elementos vitais para o turismo: a posse da terra e da força de trabalho. Esses dois elementos são fundamen-

tais para o desenvolvimento dos destinos turísticos e, se forem utilizados conscientemente pelos habitantes locais, podem funcionar como uma ferramenta de equilíbrio na relação com o capital externo, que chega sempre que um lugar é “descoberto” pelo mercado turístico. Certamente estamos falando em tese, pois a prática atual é exatamente inversa, com o capital comprando (ou tomando) a terra dos autóctones por preços irrisórios, para depois expulsá-los para longe, oferecendo empregos precários, com salários indignos, que expropriam as suas forças de trabalho.

Importante ressaltar que a população residente dos destinos turísticos, independentemente do tipo de relações que estabeleça com o sistema turístico local, é a verdadeira dona do lugar, visto como seu território de vida e, só por isso, merece o *status* de agente do processo de turistificação dos espaços. Não reconhecê-la como tal é propor um modelo de desenvolvimento turístico arbitrário, desigual e, principalmente, desumano.

A relação e inter-relação que se estabelece entre esses diversos agentes sociais responsáveis pela produção do turismo e dos espaços turistificados, articulam uma rede social, econômica, técnica e cultural, densa e complexa, que pode ser visualizada no esquema apresentado na figura 1.



Esquema da rede dos agentes produtores do turismo
Fonte: Elaboração própria.

A apropriação dos espaços para o turismo

Os espaços apropriados por esses agentes para o acontecer do turismo revelam a organização de um território que deve ser observado e analisado a partir de ponto de vista integrador das diferentes dimensões sociais de cada um daqueles agentes. Esta perspectiva integradora, portanto complexa, nos leva a assumir o território do turismo e os processos de territorialização dos seus diversos agentes

[...] como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) [especialmente pelo Estado e pelos agentes do mercado] e mais simbólica (um tipo de apropriação) [processo mais visível entre os turistas e a população local].⁶

Na contemporaneidade, a turistificação dos espaços revela-se importante fator de reordenamento dos espaços, a partir da refuncionalização dos seus fixos e da produção de territórios “esgarçados”, estruturados em malhas de pontos e linhas, mais ou menos densas e sazonais. Enquanto a lógica de apropriação dos espaços do turista é essencialmente reticular e marcada pela mobilidade, para o poder público e para a comunidade local ela é fortemente zonal; já para os agentes de mercado e para os trabalhadores do setor, ora ela é zonal, ora é reticular. A combinação dessas diferentes lógicas aponta para a constituição de um espaço do turismo ora contínuo (zonal), ora entrecortado (reticular), constituindo um território-rede, com implicações específicas para as suas políticas de planejamento e ordenamento.

A sociedade contemporânea, dita pós-moderna, experiencia o “viver em redes”, quando os territórios e as territorialidades passam a ser concebidos e caracterizados pelo movimento, pela fluidez e pelas interconexões, portanto, pelas redes. Assim como outras atividades econômicas contemporâneas, o turismo concretiza-se pela ação, pela articulação e pela interconexão dos seus diversos agentes produtores no tempo e no espaço. Isto nos abre a possibilidade de pensarmos o turismo e, em especial, a sua dimensão espacial, a partir da perspectiva das redes e dos territórios-rede, descontínuos e sobrepostos.

O conceito de rede, presente em diversas formas de representação do mundo propostas pelo homem desde a Antiguidade, adquiriu uma posição de destaque enquanto recurso de análise de diversas disciplinas das ciências humanas.⁷ A ênfase imposta pelo regime de acumulação flexível que caracteriza o atual estágio do capitalismo, nos fluxos de capital, mercadorias e informações, nos leva a assumir as redes como um recurso metodológico e analítico mais apropriado para a compreensão da organização espacial dos territórios apropriados para o turismo.

Apesar de atualmente o conceito de rede estar sendo aplicado como forma de organização social, urbana, econômica, política e técnica, a forma

mais preponderante utilizada tem sido a das redes técnicas, que se destacam como “objeto de muitas representações, frequentemente marcadas por discursos prospectivos, segundo o pressuposto da casualidade linear entre o desenvolvimento técnico e as mudanças sociais e espaciais”.⁸ No entanto, devemos ficar alertas para o fato de a articulação das redes com o desenvolvimento técnico acelerado, característico do século XX, envolver um debate fortemente marcado por um viés determinista. Este debate, muitas vezes passional e ideológico, pode nos levar a entender as redes como o “sujeito capaz de criar condições sociais inéditas e de estruturar territórios”, superestimando o poder de mudanças técnicas.⁹

Pessoalmente, entendemos que a categoria território-rede seja a mais adequada para avançarmos nos estudos do sistema articulado pelo turismo, de modo complexo, incluindo todos os seus elementos constituintes, suas ações, interações e inter-relações, sejam elas complementares, concorrentes ou antagônicas. A lógica reticular do território-rede nos permite captar a mobilidade e a transformação dos agentes produtores do turismo. Como bem nos coloca Haesbaert,¹⁰ a adoção da lógica reticular nos permite captar “a dimensão temporal-móvel do território”, e a sua combinação com a lógica zonal nos leva a perceber mais nitidamente o dinamismo, o movimento, as possíveis conexões e a profundidade do espaço apropriado pelo turismo. Esse procedimento nos afasta da leitura bidimensional e estática do espaço do turismo, incorporando às nossas observações também a multiplicidade de tempos de cada agente social do turismo.

O território-rede estabelecido pelos agentes produtores do turismo na escala local dos destinos turísticos, resultante da combinação das relações estruturais e funcionais com que cada um deles atua, ultrapassa os limites do território apropriado pelo turista e apresenta especificidades oriundas das próprias características do fenômeno turístico: descontinuidade espacial, sazonalidade e flexibilidade. Tal constatação nos leva a admitir que o espaço apropriado para o turismo é muito mais extenso que aquele apropriado pelo turista, fato que, também, não vem sendo levado em consideração pelos gestores de políticas públicas de turismo.

As concepções mais clássicas que restringem o espaço turístico aos trechos do espaço onde se concentram os turistas, os atrativos turísticos e os equipamentos turísticos, já não são suficientes para explicar a dimensão

espacial do fenômeno turístico atual, que impõe novas relações sociais e funcionais que reorganizam os territórios dos destinos turísticos. Essa reorganização territorial abrange desde as novas redes de comunicações, que garantem a acessibilidade dos centros emissores, aos novos usos dados ao solo para atender às funções turísticas, até as relações de concorrência e complementaridade com outros setores e atividades ali existentes, como bem nos coloca o pesquisador espanhol Josep A. Ivars:

La necesidad de ampliar el perímetro del área turística desde el punto de vista del análisis espacial encuentra una clara justificación atendiendo a que los efectos territoriales del turismo no se localizan exclusivamente en el área que concentra los establecimientos de acogida y los principales recursos turísticos, sino que afectan a la estructura territorial de un espacio más vasto que el percibido comúnmente como turístico.¹¹

Entretanto, os estudos, observações e ordenamentos dos espaços apropriados pelo turismo tendem a considerar como objeto de sua atenção apenas os trechos do espaço onde o turismo se manifesta concretamente. Ou seja, apenas onde o turista é visível e atuante. Os modelos e teorias disponíveis limitam-se a entender o espaço turístico a partir das ações dos agentes do mercado e dos turistas. Nenhum deles inclui explicitamente, nas suas propostas, as ações dos demais agentes do fenômeno.

Entretanto, no nosso entendimento, para a atividade turística acontecer, diversas ações e reações de outros agentes sociais, além dos turistas e dos agentes de mercado, são necessárias e acontecem em outras áreas às quais o turista não tem acesso direto ou sequer toma conhecimento da sua existência. O território-rede estabelecido pelos agentes do turismo avança para além dos espaços do turismo ou do turista, ampliando sua influência para uma área periférica, contígua ou não, através de articulações com outras funções urbanas como a residencial e a comercial.

Por outro lado, o aumento do número de visitantes provoca a ampliação do número de agentes de mercado e de trabalhadores, tanto no destino turístico em si como nos seus arredores e nas áreas emissoras. Novos negócios, atividades e serviços vão surgindo para atender às necessidades dos turistas ou para incrementar o consumo de produtos locais como artesanatos, *souvenirs* e outros produtos “típicos”. Essa expansão, tanto do número dos visitantes

como dos agentes de mercado, induz a ampliação do espaço turistificado originalmente. O turista é estimulado, seja por motivações próprias ou por estímulos externos, a circular mais pelos arredores do destino turístico, buscando outros atrativos desconhecidos ou diferenciados, enquanto os agentes de mercado vão buscando oferecer novos motivos para que ele permaneça mais tempo e aumente seu consumo.

Exemplo marcante dessa articulação regional de destinos turísticos pode ser verificado na região turística da Costa do Sol do estado do Rio de Janeiro. Até o final da década de 1980, o turista que viajava para Armação dos Búzios permanecia durante toda a sua estada naquela localidade, raramente saindo de lá para visitar outros pontos da região de entorno. Atualmente, principalmente através da ação dos agentes de mercado com apoio da mídia, os turistas são estimulados a visitar a localidade de Barra de São João e fazer o passeio pelo rio de mesmo nome, assim como ir até Cabo Frio para compras na já famosa rua dos Biquínis, como também a Arraial do Cabo, onde pode encontrar excelentes pontos para mergulho. Observa-se, nesse caso, uma clara sobreposição dos territórios-redes de cada um daqueles destinos turísticos e o surgimento de um território-rede ampliado para a escala regional.

A intensa mobilidade dos agentes sociais do turismo e o crescimento bastante significativo dos agentes de mercado em novos destinos turísticos têm levado ao surgimento de um número bastante elevado de redes de destinos e de relacionamentos entre aqueles agentes sociais. Essas redes físicas, sociais e econômicas, sinalizam para a necessidade de uma mudança nas instâncias de governança responsáveis pela gestão do turismo, uma vez que as ações de políticas públicas atuais vêm se mostrando ineficazes ou, na melhor das hipóteses, parciais para o ordenamento e a gestão de um setor tão ativo e complexo como é o do turismo.

Perspectivas das redes regionais para as políticas públicas de turismo

Como já colocado anteriormente, diante da complexidade das relações, dos fluxos e das ações dos agentes sociais do turismo, o estudo e a análise dos territórios-redes por eles produzidos ganham mais consistência quando levados para a escala regional. Michael Hall nos lembra que a análise concentrada no destino turístico – centrada na escala local – não pode estar descolada das

questões relacionadas com “processos que ocorrem em outras metas e micro-escalas, e relacionamentos com coisas alheias ao destino, embora na mesma escala de análise”. Isto nos aponta que os destinos não podem ser vistos ou analisados isoladamente, tendo em vista que “estão inseridos em uma complexa rede de relacionamentos socioculturais, econômicos, políticos e ambientais”.¹²

Para muitos autores, é necessário diferenciarmos a gestão dos espaços turísticos da gestão dos municípios. Sobre o espaço turístico incidem as decisões de outros agentes sociais além do poder público e, portanto, este último não deve agir sozinho nas decisões de gestão daqueles espaços. A gestão dos municípios está apoiada no marco institucional e legal da organização territorial da Constituição Federal vigente, e das respectivas leis orgânicas de cada município; já a gestão dos espaços turísticos está vinculada a um conjunto de decisões e de ações de diversos agentes sociais para quem os limites municipais não são ou necessitam ser observados ou respeitados.

Além disso, é essencial e urgente fugir da dicotomia global↔local que predomina nas discussões atuais relativas às formas e escalas de gestão dos processos políticos e de desenvolvimento turístico. Como nos aponta Boaventura de Souza Santos, precisamos reconstruir ou reinventar “um espaço-tempo que favoreça e promova a deliberação democrática”,¹³ no qual seja possível caminhar para um processo de regulação e ordenamento dos espaços turistificados que garanta a participação e emancipação plena de todos os agentes sociais nele envolvidos.

Segundo aquele autor, o novo contrato social “não pode confinar-se ao espaço-tempo nacional estatal e deve incluir igualmente os espaços-tempos local, regional e global”.¹⁴ Isto confirma nossa tese de que as políticas públicas de turismo não podem mais ser definidas, implementadas ou impostas apenas a partir das lógicas dos nossos diversos níveis político-administrativos atuais. A complexidade das relações e das interações do fenômeno turístico contemporâneo exige a definição de novos recortes espaciais para a sua regulação. As articulações cada vez mais intensas entre os territórios-redes do turismo apontam para a escala regional, onde redes regionais de relações e inter-relações constituídas pelos, e entre, seus agentes sociais criam uma dimensão espaço-tempo complexa de governança do setor.

No âmbito das políticas específicas para o turismo podemos observar que, no Brasil, as políticas públicas de turismo somente se tornaram sufi-

cientemente coerentes, coordenadas e exequíveis a partir de 1992, quando o governo federal decidiu assumir, pelo menos do ponto de vista da economia, o caráter estratégico do setor turístico. Entretanto, é preciso destacar o caráter essencialmente governamental dessas políticas, todas resultado dos projetos políticos de cada grupo de governo e, portanto, direcionadas pelos objetivos e interesses dos seus representantes. Em resumo, antes de serem políticas públicas, são políticas de governo e, como tal, ficam mais sujeitas às discontinuidades marcadas por cada ciclo governamental.

A aparente ruptura proposta em 2003, pelo Plano Nacional de Turismo do primeiro governo do presidente Lula, representada pela extinção do PNMT e instituição do PRT, apenas confirmou a opção política do governo federal pela descentralização. É importante ressaltar que essa aparente descentralização traz embutida a manutenção do predomínio do poder central. Apesar dos dois programas citados incluírem propostas de estímulo à formação de redes locais e regionais para a gestão participativa do desenvolvimento do setor, ambos continuam baseados na “relação centro-periferia, onde o centro é o elemento ativo ou sujeito da relação”,¹⁵ o que mantém o poder do governo federal sobre todo o processo.

Ambos os programas, PNMT e PRT, têm seu foco estratégico no estímulo ao desenvolvimento turístico a partir da escala local. Enquanto o processo de municipalização do turismo preocupava-se mais com a organização dos diferentes nichos do setor – associações, fóruns, conselhos – o PRT voltou-se mais para a organização da cadeia produtiva do setor nos espaços das regiões. O primeiro objetivava mais a organização institucional e administrativa do setor na escala dos municípios; o segundo, coerente com a visão economicista do atual Plano Nacional de Turismo, interessa-se pela organização competitiva do setor na escala regional.

Pessoalmente, acreditamos mais na complementaridade e na continuidade daqueles processos que na incompatibilidade entre as suas propostas. As propostas do PNMT, se tivessem tido continuidade e sido atualizadas e revistas a partir de avaliações regulares e consistentes, certamente teriam avançado da escala municipal para a regional. Tão logo estruturada e organizada a célula político-administrativa dos municípios, através de seus conselhos e fundos municipais de turismo, a demanda pela necessidade de articulação com seus municípios vizinhos viria à tona, pois, como já afirma-

mos, o turismo, e especialmente o turista, não se preocupa ou respeita os limites, quase sempre imperceptíveis e simbólicos, das fronteiras municipais.

No atual contexto político-administrativo brasileiro, a articulação regional necessita ser precedida por um processo de articulação municipal, segundo um processo endógeno iniciado na escala local. A não observância desse ponto está diretamente relacionada com a continuidade do poder de decisão do centro, ou seja, a descentralização ocorre gerenciada pelo Estado e não como fruto de processos participativos endógenos consistentes e duradouros. É na escala federal que continua sendo decidido qual região ou qual roteiro será desenvolvido e privilegiado com recursos, o que pode motivar ou desmotivar a ação e a participação dos agentes locais. Em suma, a relação de poder continua sendo do centro para a periferia.

O surgimento e o desenvolvimento de processos participativos endógenos implicam no desenvolvimento de redes locais e regionais de relacionamentos, estruturadas nos pilares básicos da solidariedade e da confiança entre seus participantes.¹⁶ Nesse contexto de revisão do papel de cada agente social do turismo nos processos de apropriação dos espaços para o turismo, as redes regionais estabelecidas por eles e entre eles podem propiciar uma nova instância de governança para o desenvolvimento do setor. Entretanto, tais redes regionais só poderão contribuir para a governança do desenvolvimento turístico no caso de serem frutos de processos democráticos, participativos e inclusivos, dentro daquilo que Souza Santos¹⁷ classifica como um “espaço-tempo” favorável à promoção das deliberações democráticas.

A organização, formal ou informal, dessas redes em conselhos, consórcios ou outro tipo qualquer de instância de agentes sociais, pode possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas mais específicas e mais diretamente articuladas com as necessidades e características do setor turístico regional. Esses novos fóruns regionais de discussão e deliberação sobre os processos de desenvolvimento turístico de determinados trechos do espaço podem possibilitar uma melhor gestão dos interesses e necessidades de todos os agentes sociais envolvidos e interessados, na medida em que abrangem os limites dos territórios-redes definidos por eles e não ficam restritos aos limites político-administrativos dos municípios.

Notas

1. Discussão apresentada a partir da tese de doutorado FRATUCCI, A. C. "A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo", defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em 2008, sob orientação do prof. dr. Rogério Haesbaert da Costa.
2. FRATUCCI, A. C. *Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo*. Apresentação realizada durante o X Seminário Internacional de Turismo – SIT. Curitiba. Universidade Positivo/Universidade Federal do Paraná, 2008.
3. OMT, Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001. p. 109.
4. HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 27.
5. KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989
6. HAESBAERT, R. *O Mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 235.
7. DIAS, L. C. *Os sentidos da rede: notas para discussão*. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, L. L. da (org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
8. DIAS, L. C. *Os sentidos...* *Op.Cit.* p. 12
9. DIAS, L. C. *Os sentidos...* *Op.Cit.* p. 13
10. HAESBAERT, R. *O Mito...* *Op.Cit.* p. 286
11. IVARS, J. A. *Planificación turística de los espacios regionales en España*. Madrid: Síntesis, 2003. p. 45.
12. HALL, C. M. *Planejamento turístico...* *Op.Cit.* p. 137.
13. SOUZA SANTOS, B. *Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. IN: HELLER, A. *et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 33-75, p. 58
14. SOUZA SANTOS, B. *Reinventar a democracia...* *Op.Cit.*, p. 60).
15. ENDRES, A. V. *Redes políticas como novo instrumento de condução política do Estado: contextualização frente à complexidade social e possibilidades para o planejamento turístico*. *Turismo: visão e ação*. Itajaí, v.5, n.2, p. 217-238, mai/ago. 2003. p. 235
16. HALL, C. M. *Planejamento turístico...* *Op.Cit.*
17. SOUZA SANTOS, B. *Reinventar a democracia...* *Op.Cit.*

Turistificação dos Museus no Brasil: para além da construção de um produto cultural

Karla Godoy*

RESUMO

O processo de turistificação dos museus no Brasil está em curso, incentivado por políticas públicas de qualificação e de incentivo a ações de apoio. Contudo, a relação entre os museus e o turismo requer cuidados especiais, que vão para além da transformação das instituições museológicas em um produto cultural de consumo turístico. Essas e algumas outras questões serão aqui discutidas, bem como se apresentarão propostas para que o processo de turistificação dos museus tenha êxito e possa ser considerado sustentável.

PALAVRAS-CHAVE

Museus. Turismo. Turistificação. Produto cultural. Atrativo cultural.

ABSTRACT

Touristification of Brazilian Museums: beyond the construction of a cultural product
The process of touristification of Brazilian Museums is in progress and is being encouraged by public policies of training and of encouragement to supportive actions. However, the relationship between museums and tourism requires special care, going beyond the transformation of museum institutions in a cultural product of touristic consumption. These and some other issues will be discussed here, as well as proposals made so that the process of "touristification" for museums can succeed and be considered sustainable.

KEYWORDS

Museums. Tourism. "Touristification". Cultural product. Cultural attraction.

Museus e Turismo

Abrem-se as portas para a fila que já começa a dar voltas. Ávidos por alguns outros momentos de diversão e lazer durante a viagem, turistas aguardam a vez de entrar no museu, seja para saciar a curiosidade, seja porque já estava previsto no “pacote turístico”, seja por terem mesmo escolhido esse atrativo cultural para fazer parte da lista de lugares a serem desvendados.

Geralmente em grupos, podem ser enquadrados na ampla categoria de *visitantes*; contudo, o ICOM¹ entende que os *visitantes* também podem ser tipificados. Ainda que essa tipificação se dê segundo diferentes critérios e de acordo com as necessidades que se impõem – e, por essa razão, cada um de nós poderá encaixar-se em mais de um grupo ao mesmo tempo ou em diferentes grupos durante o seu ciclo de vida –, um desses tipos é evidenciado como o grupo daqueles que “tendem a não ter tempo a perder”.² Esse é o grupo dos turistas (nacionais ou estrangeiros), cuja característica citada seria suficientemente forte para definir, por exemplo, ações específicas dos museus para o acolhimento dessa espécie visitante (o ICOM recomenda, por exemplo, pequenos guias do percurso ou folhetos nos pontos principais do museu; visitas guiadas, guias com gravações (*audioguides*), todos preferencialmente vertidos para outros idiomas).³ Evidentemente, nem todo turista se limita a essa particularidade temporal, mas os museus deverão estar atentos para que esse visitante também se sinta contemplado.

¹Pós-doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Memória Social e bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É professora adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora e professora-autora de disciplina, no curso de Licenciatura à Distância em Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Os profissionais de museus não só têm consciência de que essa é uma preocupação legítima, como estão ancorados por vários documentos que dão as diretrizes de como lidar com o turismo. Lembrando que este é um inegável fenômeno, nem tão recente assim, podemos considerar que, desde a abertura das grandes coleções, as instituições por elas responsáveis sempre receberam visitantes locais ou de distintos lugares, sem os quais não teriam para quem “exibir” seus acervos. Essa é uma relação constituinte das “instituições a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, conservam, investigam, difundem e expõem os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade” – sendo esta a própria definição de museu aprovada na 20ª Assembleia Geral do ICOM, em Barcelona, Espanha, em 6 de julho de 2001.

Essa imbricação entre museus e visitação turística é algo incontestável, assim como as proporções que o turismo, como atividade, tomou a partir do século XX. A acessibilidade para todos fez com que os turistas deixassem de ser uma minoria privilegiada.⁴ Na medida em que o turismo era inventado, novas configurações também se formaram a partir dele. Os museus, que ao mesmo tempo passavam também por inúmeras transformações e processos de autodefinição, serão inegavelmente impactados por essas mudanças e construídos, pelas mãos do turismo, como um “produto cultural”.

Há que se considerar, todavia, que os museus são instituições para além de sua apropriação como produto. Seu “consumo” – como produto vendável – não poderá abrir mão das peculiaridades que os constituem. Evidentemente, assim como não se pode aprisionar um indivíduo a um grupo típico de visitantes, como se ele fosse único e estático, os museus também não devem ser compreendidos pela visão reducionista de que é um “lugar que guarda coisas velhas” e que deveriam “modernizar-se” só para atender a um público cada vez mais heterogêneo e apressado.

Os museus são muitos, quantitativa e qualitativamente. Há inúmeras tipologias, distintas topografias, incontáveis objetivos e necessidades para a existência dessas instituições. Muitos estudos e técnicas compõem seus bastidores, até que as portas se abram mais uma vez para aqueles que vemos nas filas... Há toda uma rotina especializada a ser seguida nessas instituições, pois estar a serviço da sociedade não se reduz a exibir objetos do seu acervo, mas também conservá-los, pesquisá-los, para melhor comunicar informa-

ções visuais e textuais aos visitantes em geral, dentre os quais se encontram os turistas. Museus podem ser tradicionais, se assim for conveniente para a devida proteção do acervo, sem que haja, por isso, prejuízo da visitação turística. Basta que os visitantes respeitem os limites que lhes são apresentados, que visam a primordialmente fornecer as melhores condições para que, no futuro, outros visitantes também possam desfrutar do mesmo privilégio. Então, esse mesmo museu, considerado por muitos como obsoleto e distante da noção comum de hospitalidade, pode estar tendo uma postura de vanguarda, ao garantir um acesso que poderia simplesmente estar inviabilizado.

O problema é que realmente nem todos os museus se prepararam, conseguiram acompanhar ou desejaram o ritmo vertiginoso do turismo. Como atividade econômica, ele lhes gera renda direta e indireta através da visitação turística, mas, quando descontrolado, também pode ser danoso, especialmente porque nem sempre tais instituições possuem condições logísticas, estrutura física, suficiência de pessoal qualificado e de segurança para dar suporte ao fluxo de visitantes. Então, mesmo sabendo que há uma crescente preocupação em se tornar sustentável o turismo, essa atividade, que se emancipa a cada dia – por intermédio das próprias pessoas que a integram, dos que nela trabalham e do dinamismo da economia –, pode colocar em risco a condição de salvaguarda patrimonial, de suma responsabilidade dos museus. Isso gera grande insegurança nos profissionais de museus e uma enorme incompreensão por parte dos que atuam na atividade turística. Por desconhecimento da natureza e dos objetivos dos diversos museus, os profissionais de turismo os incluem no “olimpico” das instituições “carrancudas”, que abominam turistas e não se encaixam no perfil dinâmico do turismo na contemporaneidade. Felizmente esse pensamento tem sido bastante combatido, na medida em que os cursos de graduação em Turismo vêm-se ocupando cada vez mais de disciplinas voltadas para o estudo do patrimônio cultural, do planejamento turístico e da ética.

Turismólogos e licenciados em Turismo que tenham essa formação serão capazes de disseminar novos valores e aprimorar o conhecimento dos cursos técnicos, que formam guias de turismo por todo o país. Noutra ponta, estarão os turistas, sejam os que já possuem essa ampla visão ou os que também passarão por certo processo de “formação de público”. É preciso compreender que os museus possuem regras – que podem ser mais ou menos rigorosas –,

assim como diversos outros lugares também visitados pelos turistas. Logo, essa ideia preconcebida de museu faz parte de um imaginário que produz sentidos tantas vezes obscuros e equivocados. Não existe “o museu”, mas sim “os museus”. Não se pode engessá-los como se fossem todos iguais, e é justamente a diferença entre eles que irá diversificar a oferta turística.

Qualificação dos museus para o Turismo

O Brasil, destino principalmente divulgado por seu turismo de sol e mar, encontra nessa perspectiva um entrave para realizar conexões entre os museus e os turistas (nacionais ou internacionais).

É inconteste, também, a indiferença de muitas instituições museológicas em estabelecer parcerias com agências e órgãos do governo, a fim de angariarem mais público, talvez pelas preocupações já mencionadas em relação à dificuldade enfrentada pela maioria dos museus no Brasil de estarem plenamente qualificados e preparados para o turismo. Então, tendo em vista todos esses fatores e levando em conta a realização dos megaeventos esportivos que o Brasil sediará em 2014 (Copa do Mundo de Futebol) e em 2016 (Olimpíadas), foi criado o Programa de Qualificação dos Museus para o Turismo, uma parceria “entre os Ministérios do Turismo e da Cultura no sentido de incrementar o turismo do país a partir da valorização da diversidade cultural brasileira, no âmbito da Política Nacional de Museus e do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão”.⁵

Como diretrizes principais do Programa estão o aumento da atratividade dos museus frente ao público em geral, integrando-os ao circuito turístico cultural de modo a fortalecer essa modalidade de turismo no país e o atendimento às demandas relativas ao desenvolvimento e consolidação de regiões turísticas e do segmento de turismo cultural. Tem como objetivo primordial estruturar os museus, a fim de torná-los um atrativo aos visitantes e serem valorizados como equipamento cultural pela comunidade local.

A qualificação envolve o que se pode chamar de “turistificação” dos museus, se entendermos esse termo como o processo de implantação, implementação e/ou suplementação da atividade turística em espaços turísticos ou com potencialidade turística.⁶ Como salientou Stephen Kanitz, em seu citado artigo “Turistificando o Brasil” – texto no qual cria o neologismo que se refere à estruturação das cidades com a finalidade de torná-las atraentes

do ponto de vista turístico – “muitos de nossos museus não têm sequer cartazes de explicação em português, muito menos no idioma de nossos turistas e [esquecemos] de criar panfletos turísticos de qualidade internacional”.⁷ Kanitz ainda afirma que “‘turistificar’ uma cidade não é complicado, contanto que isso seja feito por pessoas especializadas, que consigam escapar das pressões políticas locais e se concentrem nos desejos de um turista”.

Mas, para que a turistificação seja bem sucedida, também deverão ser considerados aspectos fundamentais como o planejamento para o turismo, os programas e as políticas públicas relacionados, e as especificidades da localidade envolvida. Sem isso, pode-se estar sujeito a uma massificação da atividade e a experimentos amadores, ignorando conceitos eficientes que, uma vez aplicados, venham a dar maiores garantias, para que haja uma sustentabilidade turística, ou seja, uma ação responsável.

Considerados pelo turismo como atrativos culturais, os museus, ao serem contemplados pelo Programa, poderão contar com as seguintes ações de apoio:

- Aquisição de equipamentos e mobiliário para receptivo, comunicação (ex.: *audioguides*, equipamentos audiovisuais) e exposição.
- Execução de obras e serviços para implantação de lojas, adaptação para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida e serviço de receptivo.
- Elaboração e execução de projetos de desenvolvimento de produtos tematizados dos museus e de embalagens customizadas.
- Elaboração e execução de projetos de sinalização trilingue (português, inglês e castelhano) e em braile.
- Instalação e montagem de exposições.
- Folhetaria trilingue (português, inglês e castelhano) e em braile.

Mas a turistificação, sendo esse o próprio processo de produção do espaço turístico, não deverá estar restrita apenas aos incentivos para que os museus ofereçam melhores condições de serviço. É preciso que seja pensada como uma estratégia a ser incorporada ao Plano Diretor e ao Planejamento Museológico da instituição. Assim, os museus não cairão na tentação de investir em um *marketing* de venda de imagem, sem possuir as condições necessárias para o devido acolhimento da atividade turística em seu espaço. Que as ações de apoio possam se somar aos incentivos voltados para a infraestrutura técnica e administrativa dos museus, especialmente no Brasil, em que a maioria dessas instituições está ligada às esferas públicas.

Cuidados no processo de turistificação dos museus

O processo de turistificação dos museus exigirá alguns cuidados que podem ser considerados como fundamentais, para que essa relação entre os museus e o turismo não seja vista como algo tão difícil, antagônico ou fadado ao fracasso. Destacam-se, a seguir, alguns deles.

O primeiro é **respeitar os saberes de ambas as áreas: Turismo e Museologia.**

Vários são os profissionais que teimam em dizer que essa aproximação é praticamente inviável, uma vez que os museus são instituições sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, enquanto o turismo seria uma atividade primordialmente econômica. Profissionais da área de turismo encaram os museus como um local repleto de obstáculos intransponíveis para que se instaure a atividade turística de forma plena.

Em contrapartida, profissionais de museus insistem em ver o turismo somente como algo que poderá acarretar mais prejuízos que benefícios às instituições museológicas. Como não se pode acatar essas visões integralmente, é dispensável a proliferação desse desentendimento. Profissionais sérios, das duas áreas, serão capazes de compreender as necessidades de cada uma e de chegar a um denominador comum, que seja suficientemente bom para todos. Portanto, se houver respeito mútuo entre esses campos do saber, juntos poderão construir uma instituição mais preparada e qualificada. Essas melhorias não são prerrogativas de um só campo, e a preparação dos museus para o turismo precisa passar por uma série de ações correlatas, não somente pela implantação de instrumentos técnicos da área do Turismo.

Um segundo cuidado, não menos importante, é o que está relacionado à sustentabilidade. Sabe-se que eventos turísticos, depois de realizados, podem causar enormes prejuízos ao local que os sediou. Por isso, há que se atentar para que o **projeto de turistificação dos museus não vire uma moda**, a reboque dos megaeventos que estão previstos no Brasil, mas sim que gere condições de continuidade de ações sustentáveis para os museus a curto, médio e longo prazos.

O terceiro cuidado é **atentar para as especificidades dos museus.**

Durante uma oficina sobre o tema *museus e turismo*, um dos presentes alegou que os museus seriam para o turismo como uma lata exposta na prateleira de um supermercado, pronta para ser consumida. Segundo ele, não haveria distinção entre “produtos”, uma vez que o objetivo final seria

o consumo, tanto de um quanto de outro. Na sua parca e distorcida visão, “consumir uma obra de arte”, um *souvenir* ou uma porção de batatas fritas, seria algo bastante equivalente. Felizmente essa não é uma fala que represente a maioria dos profissionais da área, mas é por demais preocupante saber que pessoas hipoteticamente interessadas em relacionar a atividade turística aos museus façam colocações tão levianas, irresponsáveis, imprudentes e precipitadas. Devemos considerar os museus – e não importa a que tipologias pertençam – como instituições que estão, antes de tudo, a serviço da sociedade e, como cidadãos que somos, devemos ter a atenção redobrada no sentido de observar e respeitar suas características. Os museus têm certamente especificidades que extrapolam o conceito de consumo imediato, pois, se um *souvenir* quebrar, compra-se outro, se a batata frita acabar, pede-se mais uma porção, mas, se o acervo sofrer danos, sua recuperação poderá ser de extrema dificuldade, custosa e, em casos mais graves, impossível de ser efetivada. Não haverá divisas do turismo que paguem essa perda, e essa é uma lição a ser aprendida por todos.

Como quarto cuidado, devemos considerar que **há vários tipos de museus e de acervos, portanto, não podem ser tratados de forma igual.**

É um enorme equívoco tratar da diversidade como algo uniforme. Ainda que algumas ações técnicas possam ser as mesmas, nunca serão aplicadas de forma idêntica. Banalizar e pasteurizar a diferença ocasiona lesões na identidade e massificação de nossas atitudes profissionais. Cada museu não só pode como deve receber incentivos para se tornar apropriado e atraente ao turismo, mas não há uma fórmula única que resolva todos os problemas que estão em jogo no processo de turistificação. Há de se ter toda uma preocupação, para que determinados museus não se tornem uma massa amorfa de seu próprio estereótipo. Deverão, assim, ser estudados nas suas potencialidades, e ser ouvidos seus profissionais, no intuito de se realizar um trabalho de qualidade, com conhecimento de causa. Desse modo, tanto o turismo ganha pela elaboração de um produto diferenciado, como os museus serão respeitados nas suas características próprias.

Um quinto cuidado vem na sequência: **se há tipologias de museus, também há diferentes públicos.**

Notar essa distinção é algo que muda a relação dos museus com o turismo e mesmo a percepção do público em relação a determinados museus. Pessoas

têm preferências, e essas são tão variadas quanto os distintos tipos de museus. Prepará-los para seus públicos é de imensa valia, bem como preparar o público para os museus também o é. A forma como um museu se apresenta influenciará o olhar dos turistas que o desejem visitar, e isso provocará escolhas que geram alternativas legítimas para os diversos públicos e tipos de visitantes. Seria um grande equívoco pensar que a praia é um programa que todos os turistas vão gostar de fazer. Se mesmo a praia não consegue a unanimidade, os museus devem-se desobrigar dessa função. Ambos, e tantos outros atrativos, devem, sim, garantir a possibilidade de visitação de modo indiscriminado aos que assim desejarem, mas que haja a consciência de que na praia ou nos museus sempre existirão os visitantes que estarão mais ou menos sensibilizados com o lugar destinado ao seu lazer. Há diferentes praias, diferentes museus e diferentes pessoas.

Como sexto cuidado pode-se destacar que **o museu requer preocupação com a preservação.**

Os procedimentos técnicos de conservação e de exposição do acervo são procedimentos museológicos de preservação que, somados aos estudos da área do turismo, resultarão concomitantemente no acolhimento ao turista e à preservação dos bens culturais. Turistificar os museus sem levar em conta esse aspecto é confirmar o desconhecimento de suas necessidades. A mera produção de *souvenirs* pode gerar impactos negativos à conservação de uma obra, por isso sua elaboração deverá ser minuciosamente planejada e estudada a viabilidade de cada escolha. Não se pretende afirmar, com isso, que os acervos devam ser intocados ou inalcançáveis, mas, sim, protegidos; afinal, é graças à preservação que acervos milenares podem ser apreciados por turistas de todo o mundo até os dias atuais.

O sétimo cuidado está ligado ao primeiro, pois trata de **estabelecer o diálogo entre os profissionais das duas áreas, Turismo e Museologia**, para que, de forma conjunta, possam gerir as respectivas atividades, sem provocar qualquer impacto negativo sobre o patrimônio, a comunidade e os próprios turistas.

Carta Museus e Turismo

Para que a relação entre Museus e Turismo se possa dinamizar e concretizar, durante a realização do Seminário Museus e Turismo, que ocorreu no Museu Histórico Nacional, foi feita, pela autora desta discussão, uma proposta de criação da **Carta Museus e Turismo**, cujo objetivo principal

era abordar os cuidados com o processo de turistificação dos museus brasileiros e propor a criação da função de Turismólogo no IBRAM, visando a integração desse profissional à realidade museológica. Acredita-se que essa seja apenas uma das ações possíveis, mas de grande valia, para que o processo de turistificação dos museus tenha sucesso e sustentabilidade.

A seguir, o texto da Carta, aprovada em plenária durante a realização do evento.

Carta de Museus e Turismo 2009

Seminário Permanente do Museu Histórico Nacional

2ª sessão – Rio de Janeiro, 2009

Considerando que o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, lançado em 25 de agosto de 2008, em conformidade com a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional de Turismo, que destaca como diretrizes o aumento da atratividade dos museus frente ao público em geral, integrando-os ao circuito turístico cultural de modo a fortalecer essa modalidade de turismo no país, e o atendimento às demandas relativas ao desenvolvimento e consolidação de regiões turísticas e do segmento de turismo cultural;

Considerando que o Plano Nacional de Turismo, cujo objetivo principal é o de estruturar os museus localizados nos municípios relacionados aos destinos indutores do desenvolvimento regional, definidos pelo Plano Nacional do Turismo 2007-2010, com foco nas cidades-sede da Copa 2014, de forma a torná-los um atrativo aos visitantes e valorizados como equipamento cultural pela comunidade local;

Considerando que o Programa de Qualificação para o Turismo entende os museus como aqueles que despertam o interesse do turista sobre a diversidade cultural;

Considerando que a meta de ampliação do número de visitantes dos museus deve necessariamente observar a capacidade de visitação que cada instituição em particular possui, e que esse é apenas um dos cuidados com a preparação dos Museus para o Turismo;

Considerando que a visitação turística aos museus deverá, então, ser planejada para que não se fira a preservação dos museus e de seus acervos;

Considerando os museus como instituições multi, inter e transdisciplinares, que pressupõem a atuação de profissionais e saberes de diversas áreas do conhecimento, entendendo a turismologia como uma delas e o turismólogo o profissional que a estuda;

Considerando a relevância do tema, reconhecidamente tratado pelo IBRAM como assunto em pauta para profundos debates ao longo deste ano;

Foi aprovada pelos participantes do Seminário Permanente do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, no seu segundo encontro, realizado no dia 27 de agosto de 2009, e estendido a todos que deles participaram nas suas três edições, composto por profissionais e estudantes das áreas de Museu e de Turismo, a proposta de criação de uma Carta que recomenda:

- a) o cuidado para que, em nome do Programa de Qualificação dos Museus para o Turismo, não se crie um "projeto de turistificação dos museus" que venha a se tornar um modismo ou um pretexto para ações políticas nos museus, mas sim que gere condições de continuidade de ações sustentáveis para os museus;
- b) a abertura de mais vagas originárias de concurso ou de contratação para museólogos e outros profissionais da área de museus, visando o aumento da demanda turística para os próximos anos;
- c) a inclusão do turismólogo como um profissional relevante a integrar o quadro permanente dos Museus em todo o território nacional, dada a necessidade de planejamento turístico nas instituições museológicas.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2009.

Considerações finais

Para que os museus estejam preparados para o turismo, é primordial um planejamento que entenda os museus para além da construção de um produto cultural, que não perca de vista os aspectos positivos e negativos que estão em jogo nessa relação, cujo projeto possa ser efetivado de modo sustentável e par-

ticularizado, e que conecte os profissionais de turismo aos museus. Eis porque este texto procurou destacar o processo de turistificação dos museus como algo a ser observado de dentro de seu objeto. Evidentemente, muitos detalhes ficaram de fora, pois não caberia aqui um tratado sobre todos os setores de atuação de um museu, nem sobre todo o universo em que se insere o turismo. Buscou-se abordar apenas um aspecto da relação entre turismo e museus, motivado pelas recentes ações que se vêm implementando para essa aproximação.

Notas

1. Conselho Internacional de Museus.
2. WOOLLARD, V. Acolhimento do visitante. In: *Como gerir um museu: manual prático*. Paris, França: ICOM, 2004. p. 120. Disponível em: <http://www.icom.org.br/Running%20a%20Museum_trad_pt.pdf>. Acesso em: 20 mar 2010.
3. Ibid, p. 121.
4. BOYER, M. O turismo de massa, outro turismo ou outra história? In: _____. *História do Turismo de Massa*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 13-15.
5. BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa de qualificação de museus para o turismo*. 2008. Disponível em: <<http://museus.ibram.gov.br/sbm/main.htm>>. Acesso em: 26 out 2008.
6. MERINGUE, G. A "Turistificação" – entrando na discussão. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=5619>>. Acesso em: 20 mar 2010.
7. KANITZ, S. *Turistificando o Brasil*. Revista Veja, edição 1632, ano 33, nº 3, 19 de janeiro de 2000, página 20. Disponível em: <<http://www.kanitz.com/veja/turismo.asp>>. Acesso em: 30 jul 2009.

Da capital nacional da violência à nova Baixada: a emergência do turismo na Baixada Fluminense (RJ)

Valéria Lima Guimarães*

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre a importância do turismo na Baixada Fluminense, posicionando-o no conjunto de ações coletivas de diversos agentes da sociedade civil organizada que visam a construção de uma identidade positiva para a região. Por meio de pesquisa bibliográfica e na internet, visitas guiadas e trabalhos de campo, visitas a instituições de pesquisa da Baixada e participação em cursos sobre a sua história, foi feita uma breve amostragem do potencial turístico da região, dividida em diferentes segmentos, de acordo com a motivação, bem como um levantamento das iniciativas que apontam para uma prática crescente do turismo na Baixada. O estudo produz uma reflexão crítica sobre os benefícios e os impactos que o turismo pode trazer para a Baixada Fluminense, podendo ser uma alavanca para o seu desenvolvimento ou o seu próprio algoz.

PALAVRAS-CHAVE:

Baixada Fluminense; turismo; identidade; desenvolvimento.

ABSTRACT

From national violence capital to new Baixada: the emerging of tourism in Baixada Fluminense (RJ)

This article reflects on the importance of tourism in the Baixada Fluminense, placing it in the set of collective actions of various actors of civil society organizations aimed at building a positive identity for the region. By means of literature and the Internet, guided visits and field work, visits to research institutions and participation in the Baixada courses on the region's history, there was a brief sampling of the tourism potential of the region, divided into different segments, according to motivation, as well as a survey of some of the initiatives that point to a growing practice of tourism in the Baixada. This study makes a critical reflection on the benefits and impacts that tourism can bring to the Baixada Fluminense, and can be a springboard for its development or its own executioner.

KEYWORDS

Baixada Fluminense, tourism; identity; development.

“Se alguém te oferecer uma bala na Baixada Fluminense, pergunte logo: – de que calibre?” Essa “piada” (?) me foi contada no início dos anos 1990 por um jovem turista do Nordeste ao saber de minha origem. Certamente o jovem não cogitaria incluir a região no seu roteiro turístico no Rio de Janeiro.

A chamada “imprensa marrom” produziu, entre as décadas de 1950 e 1980, um discurso enfático sobre a Baixada Fluminense como a capital da violência no Brasil, reduto de personagens “justiceiros”, como os lendários Tenório Cavalcanti e o bandido “Mão Branca”, numa terra sem lei. No imaginário coletivo, a região, marcada pela presença expressiva de migrantes em busca de melhores oportunidades, convive com o pesado estigma da violência e da exclusão social, além de ser reconhecida como rota de passagem e região-dormitório de pessoas pobres que trabalham no Centro e na Zona Sul do Rio de Janeiro. Nesse diapasão, se inscreve a “piada” que me foi contada pelo turista nordestino há quase vinte anos.

A partir de meados da década de 1990, entretanto, observa-se uma mudança de discurso dos jornais a respeito da Baixada Fluminense que refletem os esforços dos agentes sociais que atuam na região (educadores, jornalistas, produtores culturais, artistas, sindicatos, associações, museus, espaços culturais, instituições de ensino, organizações não governamentais, empresários, igrejas, redes sociais na internet). Através da sua ação coletiva, esses agentes sociais procuram construir uma imagem positiva para a Baixada. Fala-se numa “nova” Baixada, que quer ser percebida como um “lugar”, como analisou Enne,¹ valorizando o sentimento de pertença a uma região que busca se orgulhar do seu

¹Professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, com formação nas áreas de História e de Turismo. É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: valeria@turismo.uff.br

patrimônio cultural e ambiental, como fator de fortalecimento de sua autoestima, e apontar um potencial de desenvolvimento econômico, com destaque para a produção e refino de petróleo e para a prestação de serviços.

As demandas pela pesquisa e escrita da história local por parte dos historiadores independentes, memorialistas e pesquisadores de instituições de dentro e de fora da Baixada, além do expressivo volume de pesquisas de outras áreas de conhecimento, vêm provocando uma revisão historiográfica sobre a Baixada Fluminense e inserem novos temas contemporâneos, ressaltando a cultura popular, o patrimônio material e imaterial, e a biodiversidade da região. Os trabalhos escolares dirigidos por muitos professores, além da realização de encontros regionais de história e memória, também contribuem para formar um novo olhar e uma nova consciência sobre a Baixada Fluminense junto aos jovens que ali residem.

Nesse movimento, que dialoga com as transformações sociais e culturais globais, intensificam-se as demandas pela proteção do patrimônio histórico e ambiental da Baixada Fluminense, dando origem, por exemplo, à criação de museus seguindo os conceitos da nova museologia,² como o Museu vivo de São Bento, criado recentemente em Duque de Caxias.

O turismo, nesse contexto, passa a ser percebido como uma prática possível para a divulgação, apreciação e valorização desse patrimônio, cada vez mais visitado também e principalmente pelos seus próprios moradores. Assim, visitas guiadas promovidas por escolas, faculdades e cursos livres aos sítios históricos e ambientais da região, a instalação do curso de Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu, demandando pesquisas e projetos de extensão para o desenvolvimento turístico da Baixada, a prática já tradicional de retiros religiosos em sítios da região, o surgimento de *sites* na internet dedicados ao turismo na Baixada e a publicação frequente de matérias na imprensa sobre o patrimônio local, sua atratividade e seus usos turísticos, são reveladores do interesse da sociedade por essa “nova” Baixada, que agora também se anuncia como turística.

Na esfera política, são criados fóruns de turismo reunindo diversos setores da sociedade civil, como os de Nova Iguaçu e de seu distrito de Tinguá. A municipalidade também incorpora o discurso da Baixada turística inserindo o turismo em pastas das suas secretarias de cultura (como no caso de Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias). Já em Mesquita, está inserida na

Secretaria de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, e em Magé integra a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. No âmbito do poder público estadual, a Baixada Fluminense turística é reconhecida por meio da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio), que a incorpora como uma das doze regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro, sendo integrada pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Magé, Japeri e Seropédica. Esses esforços estão relacionados às recentes políticas públicas de turismo no Brasil, implantadas nestas últimas duas décadas, tendo como objetivo a descentralização da gestão pública do turismo, o que não representou até o momento um avanço significativo do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o turismo na região.

Publicações de interesse turístico, como guias, folhetos impressos, *e-flyers* (folhetos eletrônicos) e álbuns fotográficos abordando “as belezas da Baixada”³ também chegam às livrarias e circulam pela internet. Esse tipo de publicações, conforme Urry,⁴ reorienta o olhar do turista, antecipando experiências que podem ser constatadas pelo turista *in loco* ou reinventadas por ele a partir das suas próprias referências.

Examinando as narrativas desses guias, contudo, prevalecem subliminarmente os estigmas que marcaram a Baixada Fluminense na segunda metade do século XX. O *Guia do Estado do Rio: Guia completo com todas as regiões do estado*, de José Inácio Parente, publicado em 2003, utiliza a divisão turística do Estado do Rio de Janeiro, criada pela TurisRio pelo Programa de Regionalização, mas dedica um tímido espaço (2 páginas) à região turística da Baixada Fluminense.

O tom da narrativa reforça a ideia de rota de passagem para os destinos turísticos consolidados na Região Serrana (Petrópolis e Teresópolis) e das Agulhas Negras (Itatiaia), e mais desestimula do que ressalta a visita à região:

Com uma população de quase cinco milhões de habitantes, [a Baixada Fluminense] é pouco conhecida e vítima de muitos preconceitos. Oferece poucos atrativos turísticos significativos [o que o texto reforça], embora tenha bastante potencial para isso [negado pela própria ausência de informações], por possuir algumas reservas ecológicas e monumentos históricos, e pela grande diversidade cultural e étnica de uma imensa população de operários vindos principalmente do Nordeste brasileiro.⁵

A expressão “algumas reservas ecológicas e monumentos históricos” mais desvaloriza do que ressalta a curiosidade, desprezando a imensa importância dos seus atrativos em potencial, especialmente da Reserva Biológica do Tinguá, que mais tarde seria escolhida a imagem-símbolo da Baixada Fluminense, num movimento regional que elegeu as Sete Maravilhas da região, motivado pelos desdobramentos da intensa campanha pela escolha das sete Maravilhas do Mundo Contemporâneo, que contemplou o Cristo Redentor, em 2007.

Pode-se perceber subliminarmente a reprodução do preconceito a que o próprio autor faz referência: “Próximo à serra, há áreas verdes e vários balneários, como o de Xerém, o de Jaceruba e o de Tinguá, que representam para as famílias de classes menos favorecidas uma importante fonte de lazer a baixo custo”. Num espaço mínimo dedicado à região, ressaltar a condição social de seus frequentadores, ao lado de informações sobre o mau estado de conservação do patrimônio e de ser uma região “de passagem” adquire uma dimensão bem maior do que os recursos turísticos que se pretende apresentar num minúsculo espaço. O “Guia Completo”, assim, deixa uma grande lacuna sobre o turismo na Baixada Fluminense, mas tem, sem dúvida, o mérito de reposicionar a Baixada Fluminense nos guias turísticos.⁶

O estereótipo também transparece no texto de apresentação da Baixada Fluminense como região turística no site da TurisRio na internet: “A Baixada Fluminense é uma região urbanizada, com um dos mais importantes polos industriais do estado, uma cultura riquíssima e muitas belezas naturais”.⁷ Em nenhuma outra região turística abordada no site há a necessidade de informar ou lembrar ao leitor, talvez futuro visitante, que a região é urbanizada, nem isso é apresentado nas demais regiões como um valor turístico.

As publicações que divulgam com mais profundidade o potencial turístico da Baixada Fluminense ficam por conta das iniciativas de grupos organizados na região, que se expressam na internet por meio de sites, blogs e redes sociais, como o *Orkut* e o *Twitter*. No conjunto dessa produção feita de dentro da Baixada não há referências ao poder aquisitivo dos visitantes nem menção direta ou indireta aos estereótipos que caracterizam a região. É a identidade positiva da Baixada, por intermédio da visitação turística às suas riquezas e belezas, que se quer afirmar, chamando a atenção também para a importância da sua preservação. Merecem destaque os projetos desenvolvidos pelo Instituto de Análises Históricas e Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), conhecido na

Baixada por ser um dos pioneiros a promover excursões aos sítios históricos da região e pelo seu engajamento na preservação do patrimônio local, sendo responsável também pela criação do Dia da Baixada.⁸ Também vale mencionar o trabalho do grupo Aventureiros – Nova Iguaçu. Criado originalmente no mundo virtual, a partir de uma comunidade de relacionamento no Orkut, por profissionais de educação física e adeptos de esportes de aventura residentes na Baixada Fluminense, o grupo passou a se encontrar a partir de 2005 para realizar passeios ecológicos, incluindo caminhadas e passeios ciclísticos, e praticar esportes de aventura, como voos de asa delta, tirolesa, rapel e outros, dentro e fora da Baixada Fluminense, oferecendo também palestras e cursos para comunidade, professores, estudantes e profissionais das áreas de história, turismo e afins. O diferencial dos Aventureiros é a realização de passeios turísticos com os moradores da região para outras regiões do estado, não se restringindo aos limites da Baixada Fluminense, ampliando, com isso, as opções de lazer dos moradores da Baixada participantes do grupo e sua visão acerca da realidade e da sua própria região.⁹

Além da demanda de visitantes locais, interessados em conhecer “a Baixada que o próprio morador não conhece”, todos esses esforços pela “turistificação” da Baixada encontram correspondência na ansiedade do turista pós-moderno, ou “pós-turista”, como tem sido chamado pela literatura turística.¹⁰ Ávido por novidades, esse turista procura como alternativa à estandardização dos pacotes turísticos, impessoais e repetitivos, geralmente centrados na perspectiva do “sol e mar”, vivenciar a experiência comunitária em novos lugares fora do circuito turístico tradicional e massificado, preferindo destinos que lhe deem a sensação de se aproximar da realidade social (como no caso do turismo nas favelas cariocas) ou aqueles que dialoguem com os princípios da sustentabilidade socioambiental.

Seguindo essa tendência, começam a surgir equipamentos turísticos na Baixada Fluminense que adotam o conceito da sustentabilidade e procuram estimular a prática de um turismo responsável, reaproveitando os recursos naturais, promovendo a educação do turista e a inserção da comunidade no turismo por meio da abertura da propriedade ao uso da comunidade, de cursos de capacitação para o turismo e do aproveitamento da mão de obra local. Este é o caso da Pousada Refúgio Ecotinguá, uma Reserva Particular de Proteção Natural (RPPN), localizada bem próximo à Reserva Biológica do Tinguá.¹¹

Todas essas iniciativas listadas aqui de forma muito breve, considerando-se os limites deste artigo, confirmam o interesse da sociedade no desenvolvimento turístico da Baixada Fluminense, cabendo duas ressalvas fundamentais: a primeira é de que essas demandas pelo desenvolvimento do turismo na Baixada não podem ser vistas de maneira uniforme, pois o turismo constitui um campo onde estão em jogo diferentes interesses econômicos, políticos, acadêmicos, questões relativas à proteção e preservação dos patrimônios histórico-cultural e natural, à ação afirmativa de movimentos sociais emergentes, dentre outras dimensões que revelam a complexidade social e política na qual o turismo está inscrito.

A segunda ressalva, já bastante criticada pelos especialistas, é a crença comum de que o turismo é uma “indústria sem chaminés”, capaz de gerar muitos empregos e melhorar a qualidade de vida da população residente, sem provocar impactos ambientais, como as indústrias tradicionais, representando o turismo uma espécie de tábua de salvação da sociedade. Em muitos casos, o turismo é praticado dentro de uma lógica capitalista voraz, imediatista e economicista, tornando-se um dos maiores predadores de uma cultura e do meio ambiente. A literatura turística está repleta de exemplos que assinalam os impactos negativos provocados pela prática do turismo sem o planejamento necessário: comunidades ribeirinhas expulsas pela especulação imobiliária, subutilização da mão de obra local e importação de mão de obra qualificada, exploração sexual adulta e infantil, alta de preços ou desvalorização acentuada, agressões ambientais, especialmente em ecossistemas delicados, dentre outros danos de difícil reversão.

A possibilidade de uso turístico da Baixada Fluminense deve ser assunto de extrema relevância dentro da agenda pública local, amplamente debatido e planejado juntamente com os diversos agentes sociais envolvidos, preservando-se, em primeiro lugar, as características da comunidade anfitriã, os direitos e a valorização dos moradores, resguardando-se também os direitos dos turistas, principalmente a prática de preços justos e a prestação de serviços qualificados.

Existe uma relativa vantagem na estruturação do turismo na Baixada Fluminense, posto que os vícios há muito praticados no turismo ainda não se cristalizaram em definitivo na região. Conforme Irving,

[...] as vantagens competitivas da participação nos estágios iniciais de concepção de um projeto de desenvolvimento são inúmeras, a começar pelo saber compartilhado da problemática local e a identificação

de necessidades essenciais a serem incorporadas à visão de projeto. Da mesma maneira, o processo participativo nesse estágio é capaz de nortear o *timing* do projeto e a sua adequação ao tempo de resposta do beneficiário. Nesse sentido, se abre a possibilidade de um engajamento efetivo dos diversos atores envolvidos e o desenvolvimento de uma postura pró-ativa na resolução de problemas sob a ótica da corresponsabilidade. Da mesma forma, o processo permite a avaliação realista de custo-benefício das intervenções propostas e, principalmente, a “apropriação” do projeto pelo próprio beneficiário, ponto fundamental para a sustentabilidade desejada.¹²

Portanto, ainda está por ser feita uma grande tarefa, que precede a divulgação e comercialização turística da Baixada Fluminense e que requer um grande planejamento, centrada em diversas ações, tais como: a conscientização da sociedade sobre a importância do turismo na região por meio de atividades educativas para a sensibilização das comunidades receptoras e dos turistas; os estudos de impactos ambiental, social e econômico; o controle da capacidade de carga¹³ nos destinos turísticos; a criação de políticas de geração de renda e emprego através do turismo; a qualificação da mão de obra local para o turismo; a integração com as empresas locais, que podem se desenvolver e gerar novos empregos ao fornecerem os insumos consumidos na atividade turística daquela região; a proteção do patrimônio material, imaterial e natural; a melhoria da infraestrutura local (água, pavimentação, transportes, saneamento, saúde, etc.); a sinalização turística dos destinos; o desenvolvimento de um trabalho de interpretação do patrimônio para realçar a experiência turística e estimular a apreciação dos bens; o desenvolvimento de um plano de marketing construindo uma identidade turística para a região, dentre outras ações de extrema relevância que deem visibilidade ao turismo na Baixada e resguardem a integridade de seu povo e seu patrimônio, sendo capaz de promover a aproximação e as trocas culturais entre visitantes e residentes e gerar o desenvolvimento local.

A Baixada Fluminense revela os seus encantos

Até aqui ainda não me referi aos bens culturais e naturais que possuem atratividade turística e que justificam todas as iniciativas turísticas anteriormente comentadas. Nesta parte do artigo apresentarei uma pequena amostra desses bens, segmentados a partir das diferentes possibilidades de motivação

dos visitantes, que estão inventariados e mais bem detalhados num outro trabalho de minha autoria, intitulado *O que é que a Baixada tem? Uma análise do potencial turístico da Baixada Fluminense (RJ, Brasil)*.¹⁴

Cabe destacar, retomando a ideia que encerra a seção anterior, que, devido à falta de planejamento do turismo na região, esses bens ainda não constituem atrativos turísticos prontos para receberem os visitantes interessados em conhecê-los, o que reduz a qualidade da experiência turística atual e em muitos casos contribui para a própria deterioração desses patrimônios.

Turismo histórico-cultural na Baixada Fluminense

A história da Baixada Fluminense é um microcosmo da história do Brasil. Seu povo tem formação multiétnica, caracterizado pela ocupação indígena, pela chegada dos colonos de origem europeia (incluindo judeus convertidos em cristãos-novos), asiáticos (que começaram a chegar a partir da metade do século XIX para trabalhar principalmente na construção das ferrovias) e dos movimentos migratórios mais recentes, como o dos povos árabes e migrantes nordestinos.

Sambaquis (montes artificiais feitos de conchas, ossos, artefatos e outros materiais pelos indígenas) e outros tipos de sítios arqueológicos, fazendas coloniais, engenhos, senzalas, igrejas barrocas, comunidades descendentes de quilombolas, caminhos do ouro e a formação de prósperas vilas, as primeiras ferrovias e estações brasileiras (ativas ou desativadas), cemitérios de escravos, ruínas de engenhos, de prédios públicos, dos portos desativados e instituições que se ocupam da proteção e valorização dos bens culturais da região, como museus e institutos históricos, são indícios da pujança de uma Baixada Fluminense cuja memória foi sendo substituída pelo discurso uníssono da violência e da exclusão social. Esse legado histórico-cultural pode ser transformado em diversos atrativos turísticos, enfatizando a recuperação dessa memória, a compreensão, a valorização e a preservação desse riquíssimo patrimônio, que atualmente se encontra, salvo algumas exceções, em um terrível estado de abandono.

Não por acaso a religiosidade popular, de inspiração católica, é muito forte na Baixada Fluminense. A cultura popular, num exercício de sincretismo religioso, mescla aspectos do catolicismo tradicional desde muito cedo presente na região, com influências da umbanda e do candomblé (bastante expressivo na Baixada e muito procurado por turistas) e, mais recentemente,

com os movimentos neopentecostais (evangélicos), que vêm crescendo em larga escala no estado do Rio de Janeiro. Com essa formação multicultural e multiétnica do povo da Baixada Fluminense, encontram-se na região diversas manifestações culturais e crenças religiosas que unem tradição e modernidade, se estendendo desde as folias de reis, procissões religiosas de Corpus Christi, festas em homenagem aos santos padroeiros das cidades, festas nos terreiros de candomblé, aos recentes eventos “gospel”.

Nas igrejas históricas remanescentes do período colonial encontradas na região da Baixada Fluminense, destacam-se: a arquitetura religiosa colonial, onde predomina o frontão triangular, o óculo, uma ou duas torres sineiras, algumas com sinos originais em bronze, vários altares, sendo o altar-mor ricamente decorado com belo trabalho de talha e imagens sacras do barroco tardio no Brasil. Boa parte dessas imagens pertence a colecionadores particulares, outras estão guardadas em poder das dioceses das quais as igrejas fazem parte e algumas ainda podem ser encontradas em seu lugar de origem, sem contar o inestimável acervo que se perdeu, decorrente de décadas de abandono.

Das fazendas remanescentes do período colonial, as mais visitadas são a Fazenda São Bernardino (1875) e a Fazenda São Bento (1754). A primeira, localizada próximo ao centro da antes próspera (e agora abandonada) Vila de Iguassú, em Nova Iguaçu, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1951. Na década de 1980 foi vítima de um incêndio, restando apenas as ruínas da fachada, das divisões internas e da senzala, e as palmeiras imperiais do jardim, símbolos distintivos do poder. José João dos Santos, o Mestre Azulão, conhecido cordelista radicado em Nova Iguaçu, assim escreveu:

Fazenda São Bernardino/É patrimônio tombado/
Pelo nosso município/Hoje um prédio abandonado/
No meio da capoeira/Com aspecto de lixeira/Sujo e
deteriorado/Ninguém se interessou/Pelo grande valor
seu/Com todo passado histórico/Quem em seu tempo
viveu/Deveriam reformá-la/Para depois transformá-la/
Em uma escola e museu.¹⁵

A Fazenda Beneditina do Iguaçu, localizada em Duque de Caxias, no bairro São Bento, foi fundada ainda no final do século XVI e representa um dos marcos mais importantes da ocupação portuguesa na Baixada Fluminense. A construção da sua casa-grande data de 1754 e o conjunto for-

mado por ela e pela capela é tombado pelo IPHAN desde 1957. A Fazenda São Bento, como também é conhecida, integra o recente Museu Vivo de São Bento, “o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense”, como anunciado no *site* da Prefeitura de Duque de Caxias, que reúne vestígios da ocupação humana desde a pré-história brasileira até o tempo presente.

Os caminhos do ouro, em sua maioria abandonados e mal conservados, também esperam por recuperação e valorização. Eles foram fundamentais até a instalação da estrada de ferro, unindo a Baixada a Petrópolis, na segunda metade do século XIX, quando foram sendo aos poucos desativados. Hoje, os caminhos encontram-se fechados pelas matas, exceto em alguns poucos trechos, onde ainda se pode ver o calçamento original e conversar com alguns moradores descendentes de escravos e de colonos, com suas memórias muito difusas sobre a importância do lugar, vivendo, na maioria dos casos, em condições extremamente precárias e em isolamento.

A estação de Guia de Pacobaíba (1854) também merece destaque. O marco inicial da primeira estrada de ferro do Brasil situa-se na praia de Mauá, cujo nome é uma homenagem a Irineu Evangelista de Souza, mais tarde barão de Mauá, pioneiro nos investimentos na estrada de ferro no período do Império. Nesse local, a Família Imperial embarcava em direção a Petrópolis. São frequentes as visitas de grupos interessados em conhecer o Porto de Mauá, a Estação, a Casa do Vigia e uma ampla área com vista para a bela praia de Mauá e para a Baía de Guanabara. Apesar da sua importância, o local não é conservado e sofre com invasões, vandalismo e descaso. O noticiário exhibe com frequência projetos de revitalização da região, incluindo passeios turísticos de trem por um possível corredor ecológico que recuperaria o extinto percurso feito por d. Pedro II e sua corte em suas viagens de recreio em direção à serra.

Não se pode esquecer também a importância das escolas de samba da região para a prática do turismo cultural, especialmente a Beija-Flor de Nilópolis e a Acadêmicos do Grande Rio, de Duque de Caxias, que recebem turistas em suas quadras interessados nos ensaios para o carnaval, nos bailes realizados na alta temporada e nos eventos promovidos ao longo do ano, como as tradicionais feijoadas e concursos de escolha do samba-enredo. Alguns também buscam conhecer, a qualquer época do ano, os projetos sociais desenvolvidos pelas escolas junto às suas comunidades.

Turismo ecológico: as belezas da Baixada verde

Por estar localizada entre maciços litorâneos (formações rochosas que surgem ao longo da costa), a Baixada possui diversos rios que deságuam na Baía de Guanabara e na Baía de Sepetiba. Na região, também podemos encontrar áreas de mangue, berçário de variadas espécies animais e vegetais, que sofrem com as agressões ambientais.

A geologia da Baixada é outro objeto de atratividade turística: no Maciço do Tinguá, situado no município de Nova Iguaçu, encravado na Serra do Mar, foram identificadas em sua formação rochas alcalinas bastante raras, entre elas o *tinguaíto*, que só existe naquele local. Ainda no município de Nova Iguaçu, no Maciço do Gericinó-Mendanha, também conhecido como Serra de Madureira, verifica-se um outro fenômeno igualmente raro: a presença de rochas conhecidas como *sienito*, resultantes de formação vulcânica. Extinto há 50 milhões de anos, o vulcão ali existente, que integra o Parque Municipal de Nova Iguaçu, desperta o interesse de grupos visitantes interessados nos passeios ecológicos, na prática de esportes de aventura, e cientistas do Brasil e do exterior curiosos em conhecer o vulcão, descoberto na década de 1970.

A maior porção de Mata Atlântica nativa do Rio de Janeiro está localizada em Nova Iguaçu, na Reserva Biológica do Tinguá (Rebio). A sua biodiversidade chama a atenção de pesquisadores à cata de informações sobre espécies extremamente raras e curiosas, como o sapo-pulga, menor anfíbio do mundo, com menos de 1 cm. Na Rebio, encontram-se também onças-pardas, tamanduás-mirins, gaviões-pombo grandes, águias-cinzentas, pavões-do-mato e bugios (da ordem dos primatas), entre outros animais, muitos dos quais ameaçados de extinção.

A preocupação com o meio ambiente levou à criação da Organização Não Governamental Onda Verde, no distrito de Tinguá, em Nova Iguaçu, onde se localiza a Rebio. Dentre os projetos desenvolvidos com a comunidade, está em atividade o Centro de Referência Ambiental, que procura unir a defesa do meio ambiente à qualificação e profissionalização de jovens, com cursos de agentes ambientais, reciclagem, informática, anfítriones mirins para receber o turista, entre outros.

A sede da Onda Verde é toda construída com materiais alternativos. Telhados preparados com telhas de papelão, vindas da Europa, com impermeabilidade total e baixo custo, paredes de isopor e outros materiais não

convencionais chamam a atenção do visitante e são percebidos como soluções para o grave problema do alto custo da moradia popular.

Dentre as muitas opções de turismo em harmonia com o meio ambiente, além da visita à Rebio e aos projetos da Onda Verde, também são procurados pela população e pelos visitantes os passeios, as caminhadas ecológicas e banhos em outros patrimônios naturais da região, como o já citado Parque Municipal de Nova Iguaçu; a Cachoeira do Monjolo, localizada no distrito de Santo Aleixo, em Magé; o Parque Natural Municipal da Taquara, localizado em Duque de Caxias, numa região de Mata Atlântica primária, de grande biodiversidade; a Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha – de responsabilidade do Exército; e a APA São Bento que, além do importante patrimônio histórico já referido, possui uma área verde de grande relevância, pois está situado próximo ao centro urbano de Duque de Caxias. No local, pode ser avistado o jacaré de papo amarelo, ameaçado de extinção, e a Praia de Mauá, situada no fundo da Baía de Guanabara. A Praia de Mauá, no distrito de Magé, possui cerca de 7 km de extensão, caracterizada por uma rica área de mangue e pela existência de várias colônias de pescadores. Dali tem-se uma bela vista do Rio de Janeiro, da Ilha do Governador e da Ilha de Paquetá.

Turismo de aventura

O conceito de turismo de aventura, de acordo com o Ministério do Turismo, está relacionado à prática de atividades recreativas, não competitivas, que envolvem risco calculado, proporcionando sensações diversas.

Dentre as modalidades de turismo de aventura já praticadas na Baixada Fluminense, destacam-se: as caminhadas e os passeios ciclísticos pelos diversos parques e trilhas da região; rapel e tirolesa – praticados na borda externa do extinto vulcão e em outras áreas verdes (a prática também é realizada no meio urbano, com descidas de prédios e viadutos da cidade); e o voo livre nos municípios de Japeri, saltando de asa delta do Pico da Coragem e, em Nova Iguaçu, da Serra do Vulcão, sobrevoando montanhas cobertas pela vegetação de Mata Atlântica primária, sendo praticado nesta também o voo duplo de parapente. O município de Nova Iguaçu sedia ainda etapas do Campeonato Estadual de Asa Delta.

Turismo rural

Em Japeri, a imprensa internacional já descobriu o Japeri Golf Club, o primeiro campo público de golf do Brasil, inaugurado em 2005. No local, são desenvolvidos projetos sociais com o objetivo de promover a inclusão dos jovens da região e formar novos jogadores.

A área rural da Baixada Fluminense oferece opções de turismo e lazer nos diversos sítios e fazendas da região. Seus lagos (muitos com o sistema pesque-pague), rios, cachoeiras, piscinas, piscinas naturais, quadras de futebol, espaços para camping e os passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo oferecidos por essas propriedades são muito disputados por moradores e visitantes, especialmente no verão.

Esse excesso de carga, contudo, causa sérios danos culturais e ambientais. Quando chegados ao limite inviabilizam o próprio turismo, como aconteceu com a famosa Vaquejada do Parque Ana Dantas, em Xerém, que recebia cerca de 100 mil pessoas durante os três dias do evento, realizado há mais de 20 anos. O evento foi proibido pela Justiça Federal por meio de ação do Ministério Público, em 2009, sob a acusação de perturbar a biota (localiza-se a poucos metros da Rebio), além de maus tratos aos animais utilizados no certame.

Essa é uma amostragem que de forma alguma representa a totalidade das opções possíveis de turismo e lazer na Baixada Fluminense. Existem ainda diversas outras práticas muito pouco conhecidas e outros lugares ainda a serem descobertos. Um caminho aberto para os autores dos próximos guias turísticos que, certamente, precisarão de bem mais do que duas páginas para fazer o leitor descobrir o que é que a Baixada tem. Entretanto, para que sejam maximizados os efeitos positivos da atividade turística e minimizados os seus impactos negativos, é fundamental que o turismo seja incluído na agenda política dos municípios e que o seu planejamento, organização e viabilização envolvam, necessariamente, todos os segmentos da sociedade.

Considerações finais

O imaginário social acerca de uma Baixada Fluminense única, pobre e violenta, vem sendo confrontado com uma vontade coletiva de construção de uma nova identidade para a região. Essa vontade coletiva se traduz em ações políticas e culturais afirmativas, dentre as quais o turismo está inserido, buscando mostrar aos moradores e visitantes que é possível uma mudança

no olhar, procurando-se reavivar a sua memória e elevar a autoestima, atrair incentivos e promover o desenvolvimento integral de um povo que ficou estigmatizado durante décadas. Há que se ter, entretanto, a responsabilidade no desenvolvimento da atividade turística na região, de modo que o turismo possa realmente contribuir para a valorização dos bens naturais e culturais e, sobretudo, do maior patrimônio que a Baixada possui: a sua gente.

Solano Trindade, um respeitado poeta que viveu em Duque de Caxias, escreveu na década de 1970 o poema intitulado Epigramas Caxienses: “A cidade onde eu moro/ é como o mundo/ tem criminosos e santos/ há os que exploram/ e há os explorados/ quando o mundo mudar/ a cidade onde eu moro/ mudará também”. O poema teria sido uma boa resposta à piada que me foi contada sobre a Baixada Fluminense pelo então jovem turista no Rio de Janeiro nos idos de 1990. Hoje, um convite para um passeio turístico pela Baixada também lhe cairia muito bem.

Notas

1. ENNE, A. L. S. *Lugar, meu amigo, é a minha Baixada: memória, representações sociais e identidades*. v. 1e 2, RJ, mimeo. Tese de Doutorado: RJ: PPGAS/MN/UFRJ, 2002.
2. *Mesa-redonda de Santiago do Chile*. ICOM, 1972. In: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/ mesa_chile.htm>. Acesso em: 13 set. 2010 e *Declaração de Quebec. Princípios de base de uma nova museologia*, 1984. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>>. Acessos em: out. 2010.
3. KAMP, R. *As belezas da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Summit, 2003.
4. URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.
5. PARENTE, J. I. *Guia do Estado do Rio*: Guia completo com todas as regiões do estado. Rio de Janeiro: Interior Produções, 2003, p. 140.
6. No século XIX e início do século XX não eram raras as referências sobre as belezas da Baixada Fluminense nos guias de viagem e diários dos viajantes estrangeiros que passavam pela região, como o barão George Heinrich von Langsdorff, que, numa carta enviada à Alemanha, assim descreve a Baixada Fluminense: “Meus senhores, estão vendo aquelas montanhas cobertas de florestas virgens e aquele vale encantado com múltiplos matizes, a alternância das cores de folhas e flores? (...) Os senhores perceberam cenas ainda mais belas da natureza. “Oh, céus, onde estou?”, exclamou um dos botânicos. “Cada olhar provoca em mim suspiros de espanto e demonstra a grandeza daquele que tudo criou.” Não lhe parece um país encantado? Meu Deus, que parte maravilhosa é esta do mundo para qual me mudei? Por que ela é aqui tão extravagante na configuração das flores e folhas. Da maioria das árvores basta retirar um broto e cravá-lo na terra, para que este vingue, tornando-se logo uma árvore...” *Apud* IPAHB – Instituto de Pesquisa e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense. *Fragmentos da Memória Histórica da Baixada Fluminense*. São João de Meriti: IPAHB, 2002. VHS (21 min.)

7. Disponível em: <http://visitrio.com.br/regioes/view/14/Baixada_Fluminense>. Acesso em: out. 2010.
8. O dia 30 de abril ficou estabelecido como o Dia da Baixada, em alusão ao dia da inauguração da primeira estrada de ferro do país, em 1854, que tem o seu marco zero na Baixada Fluminense. Como parte das comemorações, são realizados seminários, apresentações de grupos culturais da região, manifestos políticos, dentre outras atividades, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a valorização da região.
9. Apesar da proximidade da Baixada Fluminense com outras regiões turísticas do Estado, especialmente com a Região Metropolitana (Rio de Janeiro e Niterói, conforme a TurisRio), o acesso dos moradores aos bens culturais e naturais dessas outras regiões é bastante restrito. Para muitos adultos, inclusive, é ainda inédito, o que reforça a grande importância social do trabalho do grupo Aventureiros – Nova Iguaçu, que também cria oportunidades para o conhecimento e apreciação do patrimônio local da Baixada.
10. MOLINA, S. *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.
11. A Pousada Refúgio Ecotinguá foi objeto de outro estudo acadêmico realizado por mim juntamente com as alunas Cátia Pereira dos Santos e Suellen Gomes dos Santos Susano de Oliveira. O trabalho foi apresentado no II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (ECOUC), realizado em Itatiaia em 2007 e, em 2008, no Fórum Mundial de Educação, em Nova Iguaçu.
12. IRVING, M. de A. *Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento*. Brasília, v.2, n.1, 1999, p. 140.
13. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) capacidade de carga refere-se à capacidade de desenvolvimento e de utilização pelo visitante que pode ser atingida sem resultar em danos ao meio.
14. Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Turismo – planejamento, gestão e marketing, da Universidade Católica de Brasília, defendido em 2005, sob a orientação da prof^a. dra. Gladis Granemann.
15. Extraído do cordel *Iguassú velha, Maxambomba e Nova Iguaçu*, s/d

RESERVA TÉCNICA DOS ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Carruagens: relíquias de culto à monarquia brasileira

As Carruagens Imperiais do Brasil

Carruagens: relíquias de culto à monarquia brasileira

Aline Montenegro Magalhães*

“O que faz o historiador quando faz história?” Com este questionamento Michel de Certeau inicia sua reflexão sobre a escrita da história, trabalho, por excelência, do historiador.¹ Valho-me dessa mesma pergunta para pensar sobre o que fazia o conservador quando lidava com os diferentes tipos de acervos, a fim de escrever história no Museu Histórico Nacional.

A Reserva Técnica dos Anais é um espaço privilegiado para compreendermos as práticas museológicas que tiveram lugar na instituição em seus primeiros anos de funcionamento e contribuíram para a construção de uma memória nacional calcada nos valores de ordem e civilidade representados pelo regime monárquico, pelas forças armadas, pela igreja católica e pela aristocracia enobrecida. Nesse processo, foi clara a inspiração na historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX, uma vez que o Museu reproduzia e difundia a imagem da nação como representação do Estado Imperial, da qual negros e índios não eram considerados parte integrante.² Segundo José Murilo de Carvalho, nesse projeto de nação não havia povo.³

O artigo de Alfredo Teodoro Rusins⁴ “As carruagens imperiais do Brasil”⁵ faz parte de uma série de trabalhos, publicados nos *Anais* entre 1940 e 1975, que buscavam comprovar cientificamente, através do estudo dos objetos museológicos, a supremacia da monarquia brasileira frente às repúblicas latino-americanas e, até mesmo, frente a algumas monarquias europeias. Visava, assim, cultivar o orgulho patriótico, não a partir do que tínhamos

¹Doutora em História Social pelo PPGHIS/UFRJ. Coordenadora do Centro de Referência do Museu Histórico Nacional.

de diferente das potências do Velho Mundo, das nossas especificidades históricas e culturais, mas com base nos aspectos que nos aproximavam delas.

Por que elogiar o que é de fora com interesse manifesto de menosprezo e indiferença pelo que é nosso? Por que engrandecer títulos por si só já secularmente antigos duma nobreza, cujos descendentes nem bem sabiam de onde lhes vinha o ancestre nobre, quando nossa novel nobreza brasileira em nada ficava a dever àquela. [...] Apesar do conceito quase generalizado de que a nossa Corte foi paupérrima e triste, sem o brilho dos salões nem o esplendor dos centros artísticos que a aproximassem das faustosas Cortes europeias, não deixamos de ter algo de belo, de digno do título que ostentávamos [...] nenhum príncipe ou nobre fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial, saiu daqui constrangido por falta de civilidade ou de ambiente duma verdadeira Corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que, dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas distantes da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante.⁶ [grifo nosso]

Rusins faz questão de sublinhar a herança europeia como marca dessa civilidade que “brotou” e se desenvolveu nos trópicos, apesar da distância e do clima diferenciado. Nessa perspectiva, a emancipação política do Brasil não foi interpretada como uma ruptura em relação à antiga metrópole, mas sim como evolução natural de uma condição colonial para a de um Estado independente. A própria escolha do regime monárquico como forma de governo simbolizava essa continuidade das tradições portuguesas aqui, juntamente com a religião católica decretada como oficial no País. Percebe-se, então, que a história nacional era vista segundo a concepção iluminista de linearidade e progresso,⁷ sendo o período colonial representado como a origem da nação e o imperial seu amadurecimento, consolidação de tradições e valores europeus que deveriam ser tomados como exemplares na construção de um futuro promissor.

Segundo as fontes citadas pelo autor, a Corte brasileira não decepcionava os visitantes estrangeiros. Nessa perspectiva, as carruagens eram apresentadas ao leitor como provas cabais dessas afirmativas, testemunhos vivos de uma realidade idealizada que visava desconstruir as “coisas desfavoráveis ao nosso Império”, devendo ser aceita como verdade absoluta.

As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam o que vimos afirmando. **E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coevos**, descrições feitas nos livros da Mordomia da Casa Imperial, ou daqueles que as viram passar em cortejos solenes e as descrevem nas crônicas da época.⁸ [grifo meu]

Os vestígios da época tratada, como as carruagens e os escritos em forma de crônicas e memórias, eram tomados como capazes de comprovar a verdade anunciada. O caráter científico dessa comprovação é sublinhado na afirmação do autor de que a realidade abordada não se encontrava no campo da imaginação ou da fantasia, podendo ser atingida fidedignamente na coesão dos documentos citados. Nessa perspectiva, Rusins define como parte da função dos museus a reconstituição fiel – na medida em que ele usa a expressão “o mais veridicamente possível” – de eventos pretéritos. Nessa reconstituição, o conservador valoriza o papel desempenhado pelos documentos tridimensionais como testemunhos e possibilidade de acesso às experiências não vividas, mas desejadas, no presente. Reconstituir o passado equivalia à produção de uma narrativa histórica com palavras e objetos, no sentido de substanciar o projeto de memória nacional e, principalmente, fazer justiça aos tempos idos, considerados áureos da nossa formação, por Rusins e outros conservadores, mas depreciados por muitos, a exemplo da historiografia republicana que associava o período imperial ao atraso.⁹ “A História estuda-se, acima de tudo, com espírito de justiça. Pode-se não amar, ou mesmo discordar, porém nunca depreciar ou enaltecer cavilosamente.”¹⁰

Rusins parecia responder àqueles que criticavam o período imperial, acreditando que à História caberia o papel de fazer a justiça, trazendo à baila a verdade. Entretanto, a verdade que procura revelar no estudo sobre as carruagens corresponde ao resultado do que Pierre Nora denominou *história-memória*.¹¹ Afinal, não se trata de uma história crítica, mas uma história a serviço da consolidação de um projeto de sacralização da nação, levado a cabo pelo Estado. Todo o trabalho científico realizado, que deu forma ao artigo, voltou-se para a constituição de laços afetivos entre a população e o Estado, a partir de uma visão positiva sobre o período monárquico.

Nessa perspectiva, o Museu Histórico Nacional se constituiu como lugar de memória e de culto cívico à nação e aos seus heróis, a exemplo da tradi-

ção portuguesa, que misturava “o nacionalismo com a nostalgia da grandeza perdida”, no caso do Brasil, a grandeza do período imperial.¹² As carruagens, assim como os demais itens em exposição, eram suportes para esse culto, tratadas como relíquias. A narrativa histórica produzida por Rusins e outros conservadores contribuía para reafirmar um sentido sagrado ao passado e uma aura aos seus vestígios ali presentes. Deveria instigar os visitantes a imaginarem o pretérito de forma positiva e fazê-los sentir saudade daquela realidade evocada ao contato com o acervo.

No sentido de legitimar as carruagens imperiais como símbolos de riqueza, beleza e civilidade, atribuídas ao período monárquico brasileiro, Rusins faz um histórico dos meios de transporte sobre rodas, de tração animal, desde a sua origem na cidade húngara de Kotcze até sua introdução no Brasil. Enfatiza a “grandeza artística e a riqueza faustosa” de carruagens portuguesas, indicando que as nossas são herdeiras dessas que se sobressaíam frente às de outros países europeus.

As descrições das carruagens são transcritas de documentos, em sua maioria memórias, compiladas e publicadas no “Catálogo do Museu Nacional dos Coches”, de Lisboa. A ênfase em adjetivos fortalecia a ideia de supremacia da Corte portuguesa frente às demais, conforme é possível perceber na descrição da entrada pública do Conde da Ribeira em Paris, em 1715, como embaixador extraordinário da parte de d. João V junto a Luís XIV, após a celebração da paz de Utrecht, feita em cinco coches de gala: “magníficos cavalos”, “belas pinturas” e “bons ornatos”. Em determinado momento dessa descrição, alude-se a um coche prateado, sublinhando a vanguarda portuguesa no que dizia respeito ao estado da arte desse meio de transporte na Europa: “Era a primeira vez que em Paris aparecia um coche prateado, e por isso este causou sensação. [...] No meio da admiração do povo seguiu vagarosamente o cortejo.”¹³ [O grifo é de Rusins]

Da mesma forma que as carruagens portuguesas se sobressaíam na Europa, as brasileiras mantinham esse destaque frente às de outros países europeus. Nessa perspectiva, Rusins cita um estudo de Francisco Marques dos Santos que, ao descrever as carruagens do Brasil que figuraram no cortejo imperial por ocasião da maioridade de d. Pedro II, em 23 de julho de 1840, faz a seguinte afirmação: “Na época, o coche de estado de S. M. Britânica não tinha paralelo com o de d. Pedro II”.¹⁴

O que se pode inferir à leitura do artigo de Rusins é que se tratava de uma escrita da história calcada na compilação e reprodução de documentos voltados para comprovar uma tese. Em meio às descrições e transcrições de escritos de época, tomados como capazes de atestar a afirmação inicial sobre o período imperial brasileiro, não são encontrados questionamentos, interpretações ou críticas. O autor parecia partilhar do princípio de que a história se fazia com documentos que falavam por si, vistos como capazes de reconstituir uma realidade tal qual acontecera. Nesse sentido, em pleno regime republicano, cabia ao Museu “resgatar” o passado imperial como símbolo de um ideal a ser buscado no presente para construção do futuro.

Ao final de seu artigo, Rusins divulga as carruagens que integram o acervo do Museu Histórico Nacional, reproduzindo as descrições publicadas no Catálogo institucional de 1924.¹⁵ Cabia ao leitor visitar a instituição e conferir com os próprios olhos a riqueza e a beleza das carruagens imperiais do Brasil.

Notas

1. CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.
2. Cf: GUIMARÃES, M. L. L. S. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 1, 1988. p. 5-27.
3. CARVALHO, J. M. Brasil: nações imaginadas. In: *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999, p. 234-268.
4. Alfredo Teodoro Rusins (1912-1978) nasceu na Ucrânia e nacionalizou-se brasileiro. Com formação em Direito, Filosofia, Biblioteconomia e Museologia – tendo feito o curso de Museus oferecido no MHN entre 1936 e 1938 – trabalhou como bibliotecário na Biblioteca do Museu Histórico Nacional. Foi o primeiro museólogo a integrar os quadros do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Iphan, onde atuou até seu falecimento. Planejou, organizou e implantou vários museus pelo Brasil, entre os quais o Museu Imperial, em Petrópolis, e o Museu Casa de Vitor Meirelles, em Florianópolis. Cf.: SÁ, I. C. de, e SIQUEIRA, G. K. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro: Unirio, Escola de Museologia, 2007. p. 42-3.
5. RUSINS, A. T. As carruagens imperiais do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 2, 1943, p. 221-239.
6. Id. p. 221-222.
7. Cf: CATROGA, F. Ainda será a história mestra da vida? In: FURTADO FILHO, J. E. e RIOS, K. S. (Orgs). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 9-38, 2008 e KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006.
8. Id. p. 222.
9. Cf.: CARVALHO, J. M. Brasil: nações imaginadas. *Op. cit.* p. 243 e 250.

10. RUSINS, A. T. *Op. cit.* p. 222.
11. NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 11 e 12
12. CATROGA, F. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Ed. NUDOC/Museu do Ceará, 2005. p. 7
13. "Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal" *apud*. RUSINS, A. T.. *Op. cit.* p. 224-225.
14. SANTOS, F. M. *Apud* RUSINS, A. T.. *Op. cit.* p. 233.
15. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Catálogo geral da primeira secção: archeologia e história*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

As Carruagens Imperiais do Brasil

Alfredo Teodoro Rusins*

Com muita facilidade e mesmo com certa leviandade, há quem afirme coisas desfavoráveis ao nosso Império. Para tanto, os depreciadores estabelecem confrontos com os períodos brilhantes da corte duma Maria Teresa da Áustria, dum Luiz XIV, dum Luiz XV de França, duma Isabel da Inglaterra ou dum Médici na Itália. Mas, antes e depois desses surtos de esplendor, aqueles mesmos tronos viram soberanos incultos e grotescos, cortes dissolutas e sanguinárias, nobreza vil e mercenária.

Por que olvidar o reverso da História nos paralelos traçados com os personagens e fatos ocorridos aqui? Por que elogiar o que é de fora, com interesse manifesto de menosprezo e indiferença pelo que é nosso? Por que engrandecer títulos por si só já secularmente antigos duma nobreza, cujos descendentes nem bem sabiam de onde lhes vinha o ancestral nobre, quando nossa novel nobreza brasileira em nada ficava a dever àquela?

Será que só em Cruzadas é que se podia conquistar um título, cujo recibo deveria ser assinado com o sangue do infiel expulso do Santo Sepulcro?...

É difícil atinarmos com a causa do desdém que boa parte dos nossos escritores ainda vota ao Brasil do tempo do Império. Talvez seja a influência da leitura do que visitantes estrangeiros escreveram e ainda continuam escrevendo sobre o Brasil. Ou porque nenhum de seus antepassados mereceu a graça imperial dum título nobiliárquico com o qual bem gostaria de se adornar. Ou então, por má índole...

*Conservador, classe G do Museu Histórico Nacional

Reconstituir nosso passado tal qual fora o mais veridicamente possível, com os documentos que chegaram até nossos dias, resistindo ao clima, à incúria de muitos dos seus possuidores e à indiferença de autoridades competentes para recolherem e zelarem por eles, será a missão dos nossos museus, em plena fase de evolução nos moldes mais aprimorados da época atual.

Apesar do conceito quase generalizado de que a nossa corte foi paupérrima e triste, sem o brilho dos salões, nem o esplendor dos centros artísticos que a aproximassem das faustosas cortes europeias, não deixamos de ter algo de belo, de digno do título que ostentávamos, muitíssimo além do que se poderia esperar de uma corte formada na sua maioria por elementos enobrecidos por mercês dos dois Imperadores, num lapso de 67 anos, quando as cortes da Europa em boa parte remontavam ao tempo das cruzadas, e mesmo anteriormente a elas.

Há uma separação de séculos entre a Europa e nós. Séculos que ilustram brasões d'armas. Séculos que poliram nomes de família.

No entanto, nenhum príncipe ou nobre fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial, saiu daqui constrangido por falta de civilidade ou de ambiente duma verdadeira corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que, dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas distantes da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante.

A História estuda-se, acima de tudo, com espírito de justiça. Pode-se não amar, ou mesmo discordar, porém nunca depreciar ou enaltecer cavilosamente.

As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam o que viemos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coesos, descrições feitas nos livros da Mordomia da Casa Imperial, ou daqueles que a viram passar em cortejos solenes e a descreveram nas crônicas da época.

O nosso Império surge não mais de cor *roxa*, *cinzenta* ou *malva*, como classificam alguns escritores, mas o roxo se transformando em *ouro* e o cinzento em *prata*... Ouro e prata de boa lei, pelos quais se pagou justo preço.

Apresentaremos as Carruagens Imperiais, após ligeiro preâmbulo sobre a sua introdução em Portugal e Dalí no Brasil, dando-as por épocas, cronologicamente, e de acordo com os raros documentos à nossa disposição para um trabalho completo.

1) Da origem da carruagem até sua introdução no Brasil

A cidade húngara de Kotcze, hoje Kitsse, tem a honra do invento do carro que não assentava diretamente sobre o eixo das rodas, mas ficava suspenso sobre molas que amorteciam os solavancos e a trepidação, desagradáveis e incômodos, devido ao péssimo calçamento das ruas e estradas.

Do nome da cidade de origem derivou o nome *coche*:

Num documento italiano de 1426 alude-se a um *carro pendente*, talvez o precursor do sistema; mas, por 1457, aparece num livro de contabilidade do Cardeal Hipólito d'Este a denominação de *carreta ungarasca* ou *carreta da coso* ou *de coze*.¹

A Península Ibérica, mantendo relações amistosas com a Itália e Flandres, por certo não tardou a receber a nova invenção, quase simultaneamente, através das duas.

É interessante notar que, da introdução do uso de carruagens em Portugal e nos demais países, as ruas estreitas e sombrias foram-se alargando, o calçamento das mesmas melhorando, assim como a locomoção social, econômica e sanitária.

Conforme referências dum veneziano que visitara Lisboa em 1581, já nessa época existiam coches em uso na capital dum dos mais extensos impérios coloniais do mundo.

Em 1592, o uso dos coches já estava vulgarizado entre particulares em Lisboa a ponto de uma *ordem régia* proibi-lo no dia da procissão de Corpus Christi por onde ela houvesse de passar, e em 1610 já se encontram, nessa mesma cidade, coches de aluguel com serviço tabelado.

Portugal teve a primazia de possuir os coches mais vistosos e ricos da sua Corte; o que se vê pelas descrições das embaixadas que foram mandadas ao papa Clemente XI, em 1709, 1716 e 1719, e da embaixada a Luiz XIV em 1715, além de outras, entre as quais a do cortejo na cerimônia da troca das princesas, em Caia, na fronteira luso-espanhola, e a do embaixador marquês de Cascais, na sua primeira visita a Paris, em 1695.

A entrada pública do conde da Ribeira em Paris, em 1715, como embaixador extraordinário da parte de d. João V junto a Luís XIV, após a celebração da paz de Utrecht, fê-la ele em cinco coches de gala, cuja descrição damos a seguir:

O primeiro era envidraçado e forrado de veludo verde escuro, com bordados de ouro, em relevo, que representavam figuras alegóricas alusivas à paz de Utrecht.

Em volta do tejadilho havia oito *dragões* da Casa de Bragança, coroados por anjos. No alto, o remate do forro formava uma grande rosa. Era puxado por oito magníficos cavalos negros, da Frísia.

O segundo coche, alusivo a Portugal, era enfeitado com belas pinturas e bons ornatos; num dos quadros a figura da Lusitânia sustentava um medalhão onde estava desenhada a “Magnificência”. Era conduzido por oito cavalos polacos, brancos com malhas negras.

O terceiro, que aludia ao comércio de Portugal no Oriente e que era puxado por oito cavalos alazões tostados, de raça dinamarquesa, era *prateado* e enfeitado com pinturas que representavam meninos a apanhar pérolas, coral e ouro. No quadro grande do fundo, os “Gênios” colhiam folhas de uma palmeira e com elas coroavam os “Portugueses”.

Era a primeira vez que em Paris aparecia um coche prateado, e por isso este causou sensação.

O quarto, igualmente rico, tinha a forma chamada de estufa. Era puxado por oito cavalos ruços de raça alemã.

O quinto, também feito de *estufa*, era puxado por oito cavalos holandeses, de grande elegância e corpulência.

No meio da admiração do povo seguiu vagarosamente o cortejo, gastando no trajeto, que era de uma légua, cinco horas.

Um dos fatos mais importantes desta entrada pública, que muito concorreu para a tornar célebre, foi a ideia que teve o Conde da Ribeira de mandar atirar pelo seu estribeiro, durante o percurso, medalhas de ouro e prata, alusivas e comemorativas da Paz de Utrecht.²

Quando da segunda embaixada de Melo e Castro, conde das Galveias, a Clemente XI, em 1719, escreveram na época:

[...] a (embaixada) do Conde das Galveias foi tão pasmosa, que não a viu Roma mais magnífica; de sorte que o seu generoso espírito impossibilitou aos mais ministros de diversas coroas o fazerem entrada pública; pois se não deu outra alguma naquela Cúria depois desta.³

Seria alongar esta parte se transcrevêssemos a descrição das carruagens usadas pelo embaixador marquês de Cascais em Paris, em 1695, e a

do marquês de Fontes, d. Rodrigo Annes de Sá Almeida Menezes, do papa Clemente XI, em 1716, e outras mais.

Vemos, dos exemplos apresentados, qual foi a grandeza artística e a riqueza faustosa de quem receberíamos, menos de cem anos mais tarde, a herança nobiliárquica e o prolongamento dinástico através da Casa de Bragança.

Ignoramos qualquer descrição documentada, e não houve mesmo – imaginamos – tempo para arrolar tudo na pressa com que se deu a partida do príncipe Regente em 1808, bem como o que ele tornou a levar quando daqui se retirou, salvo referências sobre a sua Biblioteca, coleção de mapas, estampas, gravuras, moedas e medalhas.

Certo, não ficariam em Lisboa as carruagens de uso pessoal do Regente e as que tomavam parte nos cortejos. Encontram-se ainda hoje, mais de 130 anos depois, e procedentes do Paço da Boa Vista, os restos duma carruagem de gala que serviu a d. Maria I, d. João VI e d. Pedro I, conservados no Museu Histórico Nacional.

l) Carruagens imperiais restauradas por ocasião do casamento do imperador d. Pedro com d. Amélia de Leuchtemberg, em 1829.

Francisco Pedro do Amaral, pintor, chefe e diretor das decorações da Casa Imperial no 1º Reinado, pintou as carruagens imperiais por ocasião do casamento de d. Pedro I e d. Amélia, dando no mesmo ano à publicidade um folheto dedicado ao conselheiro Francisco Gomes da Silva, em que as descreve pormenorizadamente. Dele é a descrição que damos a seguir:⁴

1º Coche de S. M. o Imperador:

Considerarei o 1º coche como assento imperial, e por tanto o decorei e adornei com as figuras alegóricas, que julguei mais apropriadas à Majestade e Grandeza de quem o há de ocupar. Assim, no painel da frente tem no centro duas figuras alegóricas, a Glória dos Príncipes, e a Magnificência.

A Glória dos Príncipes com a mão direita firma o cetro imperial, e com a esquerda sustenta a coroa do Imperador.

A Magnificência ampara com a direita uma cornucópia de dentro da qual se divisam sair todas as condecorações dos beneméritos, como são:

medalhas, cordões, fitas, etc. e com a esquerda segura um cartão ovado no qual se representa a planta de um edifício de suntuosa grandeza.

Nos painéis do lado direito e esquerdo vê-se no centro uma Estátua de branco, a qual representa o Gênio do Brasil, sustentando na cabeça a cifra de Pedro I, circulando-a uma capela de flores. Na frente da estátua do Gênio pousa uma pira em chamas, e à roda deste altar da Pátria estão as 19 províncias do Império do Brasil, ligadas umas com as outras por grinaldas de flores. Cada província sustenta em uma mão o escudo com o seu timbre respectivo, e com a outra alça uma coroa de louro em ação de coroar a cifra de Pedro I.

Esta decoração representa a gloriosa aclamação de S. M. I. no sempre memorável dia 12 de outubro de 1822, cuja era está inscrita na pira. Esta aparatosa decoração representa-se num templo, em cujo pavimento alcatifado e matizado de flores pousam quatro perfumadores de ouro. Sobre este pavimento sustentam-se dois corpulentos gênios, sobre cujas cabeças erguem-se duas colunas de cor azulada com estrelas brancas simbolizando a firmeza das províncias. Sobre os capitéis das duas colunas vê-se o timbre de Minerva, deusa da Sabedoria; e mais acima está um gênio de meio-corpo regaçando com uma mão o pavilhão, que cobre o templo, e com a outra coroa a cifra de Pedro I com uma capela de flores. Toda esta decoração é orlada de ornatos cambiantes.

Os dois pequenos painéis, que ornam as portinholas do coche imperial, apresentam a Fama pousada sobre o globo estrelado tocando o seu clarim.

O painel do reverso do coche tem no centro duas figuras alegóricas, Fidelidade e Firmeza de Amor. A Fidelidade tem na mão direita uma Chave de ouro, símbolo do Segredo, e com a esquerda segura por uma fita, o Cão, símbolo da Amizade.

A Firmeza de Amor segura com a direita duas âncoras ligadas, alusivas à Firmeza, e na esquerda um Coração humano com uma fita pendente na qual se lê *Mens est firmíssima*. Todas essas alegorias são sustentadas sobre nuvens, e todos os painéis são guarnecidos de arabescos coloridos, e de grinaldas de flores; o fundo de toda a pintura é em ouro.

2º Coche de respeito de S. M. Imperial:

Toda a pintura deste 2º coche é igualmente feita sobre fundo de ouro, porém os seus ornatos são em ponto maior, tendo no painel da frente e no

reverso as armas do Império sustentadas por duas figuras, que representam a Fama tocando o clarim. Sobrepondo uns pavilhões com a cifra de Pedro I.

Nos painéis dos lados do coche veem-se duas figuras grupadas em cima de um pedestal, estas figuras representam ser de fino mármore branco, e são a História e o Tempo.

A História escreve em uma medalha a cifra de Pedro I, e esta medalha repousa sobre asas do Tempo. No pavimento que sustenta o pedestal das estátuas mencionadas, repousam os quatro principais rios do Império Brasileiro: O Amazonas, o Tocantins, o São Francisco e o Prata.

Os pequenos painéis dos lados do mesmo coche são decorados com a figura de um Dragão que sustenta o Cetro Imperial, símbolo da Casa de Bragança, imperante no Brasil.

3º Coche de S. A. o príncipe imperial:

Sobre o fundo de ouro guarnecido de arabescos cambiantes, tem este coche nos quatro painéis as armas do Império do Brasil sustentadas por uns pequenos gênios, que simbolizam o amor da glória, e nos quatro pequenos painéis outros gênios sustêm uma caçoula. Nas fachadas superiores estão as cifras de d. Pedro I.

4º Coche de respeito de S. A. Imperial:

Tem este coche nos quatro painéis as armas do Império, e sobre elas as cifras de Pedro I. O seu fundo é de ouro com ornatos cambiantes.

5º Coche para Estribeiro de S. M. I.:

Sobre um fundo verde todo esmaltado de flores de ouro e de fochas, tem na parte superior a cifra de Pedro I e nos quatro painéis as armas do Império sustentadas por duas esfinges.

II) As carruagens imperiais existentes durante menoridade de d. Pedro II.

Após a morte de d. Pedro I, vieram de Portugal, como herança para o Imperador e suas irmãs, algumas carruagens, cuja descrição e número em vão procuramos descobrir.

Durante a menoridade de d. Pedro II, encontramos algumas referências sobre a necessidade da compra de carruagens para o imperador-menino, no Parecer da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. II, datado de 1937, em que Francisco Alvares Machado de Vasconcelos faz voto em separado, declarando textualmente:

Não podendo concordar com alguns pontos do Parecer de um dos meus ilustres colegas da comissão de contas do tutor de S. M. o Imperador, e de suas augustas irmãs, passo a apresentar a esta augusta Câmara as reflexões, que me parecem indispensáveis para formar-se um juízo sobre as mesmas contas etc. etc. etc. Continuando, porém, as obras e reparos, por conta do remanescente de alimentos de S. M. I., evidente é que se não poderão comprar com os fundos para isso designados as *carruagens*, baixelas, mobília, joias, alfaias, e outras muitas coisas, que, ou precisam reforma, ou inteiramente faltam, acho por isso da maior necessidade e justiça que se decrete, além dos 200:000\$000 para alimentos, mais a quantia de 50:000\$000 réis para a compra de baixela, mobília, joias, etc., e que no orçamento das despesas gerais a isto se atenda.⁵

Entrando este parecer para a Assembleia Legislativa, esta decidiu atendê-lo, conforme a proposta de Alvares Machado em data de 14 de agosto de 1837.

Já três anos antes, em 1834, encontramos no Livro 78 da Mordomia da Casa Imperial a relação de inúmeras carruagens existentes nas cocheiras imperiais e cuja descrição apresentamos conforme o assentamento naquele inventário dos bens da família imperial.

Coche grande, rico, forrado de veludo carmesim, com galões de ouro e seda; o tejadilho guarnecido todo à roda de franja de ouro com quatro grandes borlas e ligas de ouro e seda na traseira; e oito ricas maçanetas no tejadilho de cima da caixa; a capa da almofada de veludo carmesim com três ordens de galões e franjas de ouro e ricas armas imperiais bordadas nos lados; toda a caixa dourada com ricas pinturas nos painéis; o jogo todo pintado de encarnado e dourado com um tiro a oito, forrado de veludo carmesim; toda a ferragem lavrada e doirada, com nove martinetes de seda e ouro; oito ricos cocares de plumas com franjas de ouro; duas selas guarnecidas de veludo e dois xairéis do mesmo com duas ordens de galões de ouro, avaliado em 30:000\$000.

Coche de respeito a Sua Majestade, forrado de tisso de ouro e seda carmesim, com galões e franjas de ouro no tejadilho; capa da almofada de veludo carmesim; três ordens de franjas e galões de ouro com quatro ricas borlas dos lados; a caixa toda dourada com ricas pinturas nos painéis e o jogo pintado de encarnado com toda a ferragem e talha dourada; um tiro a oito, forrado de veludo carmesim, com toda a ferragem lavrada e dourada, com oito martinetes de ouro e seda; e oito cocares de plumas com franjas de ouro e seda, duas selas guarnecidas de veludo e dois xairéis do mesmo com duas ordens de galões de ouro, avaliado em 22:000\$000.

Coche forrado de veludo escarlata com galões de ouro e seda, e franja de ouro no tejadilho, com quatro borlas e ligas de ouro e seda; a caixa toda dourada e pintada ricamente; o jogo pintado de encarnado e dourado, com um tiro a seis, forrado de veludo carmesim, com seis martinetes de ouro e seda; com sela de veludo e xairol do mesmo, com galão de ouro, avaliado em 18:000\$000.

Coche, guarnecido de veludo escarlata e galões de prata; capa da almofada de veludo com duas ordens de galões de franjas de ouro; a caixa toda dourada e pintada ricamente; oito maçanetas douradas; o jogo pintado de encarnado e dourado, com um tiro a seis, forrado de veludo e ferragem lavrada e dourada com seis martinetes; uma sela guarnecida de veludo e xairol do mesmo com galão de prata, avaliado em 12:000\$000.

Berlinda rica do Estado, grande, guarnecida de veludo verde com galões e franjas de ouro; capa da almofada de veludo com galões, franjas e doze borlas de ouro ricamente ornada, com o seu competente tiro a oito, forrado de veludo verde; ferragem toda dourada, com martinetes e xairéis de galão, avaliada em 24:000\$000.

Carruagem de respeito, caixa escura, jogo azul, todo dourado, com seu tiro a oito, com xairéis de velo e galões de prata, estando tudo em mau estado, avaliada em 4:600\$000.

Carruagem pertencente à Camarista do Estado, grande, caixa e jogo verde dourado, com um tiro a seis, bastante usada, com xairol de veludo e galão de prata, avaliada em 6:000\$000.

Carruagem pertencente à Camarista do Estado, grande, caixa e jogo verde dourado, com um tiro a seis, bastantemente usada, com xairol de veludo e galão de prata, avaliada em 6:000\$000.

Carruagem de flores, caixa dourada, jogo verde dourado, guarnecida de veludo verde e galões de ouro; capa da almofada de veludo com três ordens de galões e franjas de ouro, com seu competente tiro a seis, em bom uso; ferragem lavrada, com xairol de veludo, galões de ouro, avaliada em 5:200\$000.

Carruagem, caixa e jogo azul dourada, com tiro a seis, de ferragem lisa, já bastante usada, avaliada em 6:000\$000.

Segue-se ainda a enumeração de outros tipos de viatura, sem maior importância. Páginas mais adiante encontramos os:

Objetos inventariados em 1839, Imperiais cocheiras.

Carruagem rica, à inglesa, guarnecida de prata, com quatro lanternas de prata, forrada de veludo verde tecido de ouro, guarnecida de galões de ouro lavrado; capa de almofada de veludo bordado de ouro com ricos canutões, pintada de cor de canário e dourada, com um tiro a oito; ferragem de prata, dois selins bordados com estribos de prata, oito freios bridões de ferro acasquinhado com Armas de prata. 75:000\$000.

Dita, à inglesa, de metal amarelo, em tudo igual à de cima, com um tiro a oito, ferragem do mesmo metal, com dois selins ricos. 50:000\$000.

R. de Janeiro em 6 de maio de 1839. Augusto Candido Xer. de Brito. Escr. da Casa Imperial.

O Jornal do Comércio de 24 de outubro de 1838 escreve que, de 1837 a 1838, se fizeram imensas obras no Paço e adquiriram-se também, entre outras coisas, *carruagens* (o grifo é nosso), mobílias, ornamentos de salas, jarras de porcelana e prataria.⁶

As carruagens aí mencionadas seriam as duas últimas inventariadas em 1839? Com toda certeza.

III) As carruagens que figuraram no cortejo imperial por ocasião da maioridade de d. Pedro II, a 23 de julho de 1840.

Francisco Marques dos Santos, na sua conferência sobre d. Pedro II e a preparação da maioridade, publicada em "Estudos Brasileiros", n^{os} 19, 20 e 21, págs. 20-22, alude ao séquito imperial que partiu do Paço de São Cristó-

vão para o Paço do Senado no dia 23 de julho de 1840. No 1º coche vinha o mordomo, no 2º os camaristas, no 3º as princesas e no 4º S. M. e o tutor.

“As duas últimas carruagens eram as mais ricas do Império, a de S. M. era, consoante o modernismo da época, muito bem acabada, de elegância e riqueza dignas do dia. O entalhamento das peças de madeira da caixa de cor de canário repousava sobre oito molas, tinha seis postigos, *toda guarnecida de prata por fora* (o grifo é nosso), com varanda corrida em torno do tejadilho e grandes maçanetas armoriadas. As portas com ricas armas imperiais e dragões nos quatro painéis, quatro grandes lanternas de prata (*idem*) colocadas nos ângulos da mesma caixa. Forrada internamente de veludo verde tecido com fio de ouro, cujo lavor eram as armas imperiais, com remates de franjas e canutões de ouro. O tejadilho por dentro representava o sol, bordado a ponto real, em fio de ouro.

A almofada de veludo verde era guarnecida de franjas e grossos canutões de ouro, tendo aos lados as armas imperiais de prata.

Foi encomendada em Londres e utilizada pela primeira vez a 2 de dezembro de 1837.

Servia nos dias de grande gala, tirada a oito robustos cavalos castanhos murzelos, cobertos de redes, ajaezados com arreios de marroquim verde escuro e arrobos de prata em ornatos nos arneses, freios, bridões e tirantes, cujas peças, por menos que fossem, ostentavam armas imperiais.

Esse coche, designava-o o povo pelo “Carro cor de cana” (foi, no fim do Império, designado por *Monte de Prata* e, como tal, apareceu no catálogo do leilão de objetos do Paço da Boa Vista, em 1890) e seus ornatos pesavam 10.000 onças de prata. Na época, o coche de estado de S. M. Britânica não tinha paralelo com o de d. Pedro II. Só as lanternas importaram em 6:300\$000. Cada jarda de debrum do pano que cobria a boleia custara 25 libras.⁷

IV) As carruagens que tomaram parte no cortejo da entrada simbólica do Imperador na cidade, a 16 de julho de 1841, do Paço de São Cristóvão ao Paço da Cidade.

A descrição que se segue ainda foi tirada da conferência do sr. Marques dos Santos, que consultou os seguintes jornais da época: *O Despertador*,

de 17 de julho de 1841 e o *Jornal do Comércio*, de 16 de julho e de 5 de agosto de 1841.⁸

Carruagem em que no dia da Sagração e Coroação de d. Pedro II vinha o porteiro da Imperial Câmara, o esmoler-mor, o guarda-roupa e o médico da semana.

Para a época, de gosto moderno, dotada de jogo verde com dourados; caixa verde com seis postigos de cristal, forrada de seda branca, com galões da mesma cor; almofada de pano azul-claro, guarnecida de franjas e canutões de lã de diversas cores. Esta carruagem ia puxada por seis cavalos baios com arreios envernizados e ferragem branca.

A segunda carruagem conduzia os veadores do serviço de Suas Altezas Imperiais.

Era de jogo verde com alguns dourados, caixa verde, montada em oito molas, tendo seis postigos, forrada de gorgorão cor de ouro, galões verdes, guarnecida de franjas de lã verde e amarela, armas imperiais douradas aos lados. Ia puxada por seis cavalos pretos zainos, com guarnições de couro envernizado, ferragens lisas.

A terceira carruagem conduzia as damas de serviço das princesas. Era, também, de gosto moderno; o seu jogo todo de talha dourada; a caixa, com seis postigos da mesma cor do jogo, guarnecida por fora de metal dourado e por dentro de gorgorão cor de cinza e galões da mesma cor; almofada de pano azul-claro, igual à pintura do jogo da caixa, guarnecida de franjas e canutões de lã branca; ia puxada a seis cavalos pretos, com guarnições de couro envernizado e ferragem amarela.

A quarta carruagem conduzia o mordomo-mor, camarista da semana.

Era de modelo antigo, com jogo verde, de rica talha dourada; sua caixa, de seis postigos, montada em quatro molas, toda dourada e xadrez, de cor verde; forrada de veludo carmesim, galões de prata e franja do mesmo; almofadas de veludo verde, guarnecidas com galões e franjas de ouro; aos lados, as armas imperiais em metal dourado. Ia puxada por seis cavalos castanhos, guarnecidos com arreios envernizados e ferragem amarela.

A carruagem seguinte conduzia o estribeiro-mor.

Era moderna: servia pela primeira vez; seu jogo era verde e dourado; sua caixa também verde, de seis postigos, montada em oito molas; forrada de gorgorão cor de ouro e galões de seda da mesma cor, guarnecida por fora de metal

amarelo; almofadas de pano verde-salsa, guarnecidas de franja e canutões; guarnecida de arreios envernizados com ferragens de metal amarelo lavrado.

As quinta e sexta carruagens conduziam os ministros e secretários de estado do império, justiça, marinha, guerra, estrangeiros e fazenda.

Eram de modelo mais antigo, porém de muita riqueza, com jogos verdes de extraordinária mão de obra, em talha dourada; as caixas iguais, de pintura finíssima e douradas, tinham seis postigos; firmadas sobre quatro molas, forradas de damasco carmesim, guarnecidas de galão e franjas de ouro, almofadas de veludo verde com galões e franjas de ouro; armas imperiais aos lados, de metal dourado. Iam puxadas a seis cavalos cada uma, guarnecidos com arreios de couro envernizado, ferragem lisa e dourada.

A sétima carruagem, que ia de respeito a SS. AA. II, era de gosto moderníssimo; seu jogo verde-sala todo dourado, caixa da mesma cor, com seis postigos, montada em oito molas, guarnecida da mesma e dragões nos quatro painéis; forrada de gorgorão cor de ouro e rico galão de seda da mesma cor; almofada de pano verde, guarnecida de ricas franjas e canutões de seda verde e amarela, armas imperiais de metal amarelo aos lados. Puxada a oito cavalos ruços pedreses, cobertos com redes brancas, arreios envernizados, ferragem lavrada e dourada.

A oitava carruagem, que conduzia SS. AA. II, era do mais lindo e moderno gosto da época; o seu jogo em construção perfeitíssima, ornada de rica talha; pintura auriverde, a caixa montada em oito molas, seis postigos. Era cor de café, tendo ricas armas imperiais, de pintura finíssima, nas portas dragões nos quatro painéis. Guarnecida de metal amarelo, lavrado por fora, tinha uma varanda corrida do mesmo metal sobre o tejadilho, ricas maçanetas de coroas nos quatro cantos; forrada por dentro de veludo verde, tecido com fio de ouro, guarnecida com galões de seda e ouro, sendo o seu lavor as armas imperiais; o tejadilho por dentro era bordado a ponto real com fio de ouro, representando o sol; franjas e canutões de ouro; almofada de veludo verde, ricamente guarnecida e bordada a fio de ouro, com franjas e grossos canutões do mesmo. Puxada a oito cavalos castanhos escuros, cobertos de redes brancas, guarnecidos com arreios de marroquim verde-escuro, de apuradíssima mão de obra, todos pespontados e bordados a fio branco; sua ferragem era de lavrado riquíssimo e dourado.

A nona carruagem, que ia de respeito a S. M. o imperador, era igual à que ia de respeito a SS. AA. Era puxada por oito cavalos baios douradinhos,

caudas e crinas pretas, cobertos de redes brancas, guarnecidos com arreios em tudo iguais aos da primeira carruagem de respeito.

A décima carruagem conduzia Sua Majestade o imperador; era a mais linda e mais moderna, aberta de talha ricamente dourada, a pintura cor de cana madura, ou cor de canário, como também se dizia; a caixa da mesma cor, fixada sobre oito molas, tinha seis postigos; guarnecida de fina prata por fora, com varanda corrida em torno do tejadilho, grandes maçanetas de coroas, tudo em prata; as portas com ricas armas imperiais e dragões nos quatro painéis; quatro grandes lanternas de prata, colocadas nos ângulos da caixa; o forro interno de veludo verde tecido a fio de ouro, guarnecido de galão em fio de seda e de ouro, cujo lavor eram as armas imperiais, rematadas de franjas e canutões de ouro. O tejadilho, por dentro, bordado a ponto real com fio de ouro, representava o sol. O assento era uma almofada de veludo verde guarnecida de franjas e grossos canutões de ouro, tendo aos lados as armas imperiais de prata.

La essa carruagem puxada por oito soberbos cavalos, cobertos de redes brancas, guarnecidos de arreios em marroquim verde-escuro pespontado a fio branco.

Sua ferragem era de prata de onze dinheiros: uma só fivela, por menor que fosse, não deixava de ter a coroa imperial. Essas guarnições de prata eram de peso tal que não podiam ser colocadas em qualquer cavalo.

V) As carruagens imperiais vendidas nos leilões do Paço de São Cristóvão e Paço da Cidade, em 1890.⁹

Em São Cristóvão

Nº do lote	Descrição
• 61 1	coche dourado e esculpado do tempo de d. Pedro I.
• 62 1	dito, idem, idem.
• 63 1	carruagem.
• 67 1	carruagem, <i>Monte de ouro</i> .
• 69 1	coche antigo, dourado e esculpado.
• 70 1	dito, idem, idem.
• 88 1	carruagem.
• 89 1	dito.
• 90 1	dito, de porta.
• 91 1	dito.

- 92 1 dito.
- 93 1 dito.
- 94 1 dito.
- 104 1 rica carruagem, *Monte de prata*, guarnecida de prata (peça importante).
- 105 1 carruagem dourada e esculpura.
- 109 1 carruagem dourada e esculpura.

Paço da Cidade (Rua D. Manuel nº 1)

- | <i>Nº do lote</i> | <i>Descrição</i> |
|-------------------|--|
| • 1 1 | rica carruagem de gala com lanternas de cristal com guarnições de bronze e brasão. |
| • 3 1 | carruagem com lanternas de cristal. |
| • 4 1 | superior carruagem estofada com lanternas de cristal e brasão. |
| • 5 1 | dito, idem, idem, idem. |
| • 6 1 | dito, idem, idem, idem. |
| • 8 1 | rica carruagem com lanternas de cristal. |
| • 12 1 | rico coche estofado com guarnições de bronze. |

Não incluímos nesta relação as numerosas caleças, meias-caleças, coupés, vis-à-vis, vitórias, landaus, seges, tálburis, etc.

No Museu Histórico Nacional encontram-se algumas dessas carruagens, bem como no Castelo D'Eu, na França, de onde serão trazidas para o Brasil assim que isto se torne possível, doadas pelo príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança ao Museu Imperial.

As carruagens que se acham no Museu Histórico são as seguintes, conforme o Catálogo de 1924, organizado pelo diretor Gustavo Barroso:

- Coche de gala da Casa Imperial durante o reinado de d. Pedro II. Era de uso do imperador. Procedência: oferta do sr. Carlos de Araujo Silva ao Museu Nacional em 1915. Transferido ao Museu Histórico Nacional em 1923.
- Coche de gala da Casa Imperial durante o reinado de d. Pedro II. Era de uso da imperatriz. Procedência: a mesma do precedente.
- Coche do serviço diário de d. Pedro II, transportou pela última vez os membros da Família Imperial, de S. Cristóvão para o Paço da Cidade, a 15 de novembro de 1889. Procedência: aquisição do Museu Histórico Nacional.

- Restos dum carro de gala que serviu a d. João VI e a dom Pedro I. Procedência: Paço Imperial da Quinta da Boa Vista.

Bibliografia

Catálogo do Museu Nacional dos Coches. Lisboa, 1928.

GUSTAVO BARROSO: - Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional, Rio, 1924.

Relação dos leilões do Paço de São Cristóvão, Paço da Cidade e Fazenda de Sta. Cruz, em 1890. In: Anuário do Museu Imperial, 1940.

Livro 78 da Mordomia da Casa Imperial (Manuscrito – 1834).

MARQUES DOS SANTOS, Francisco – Dom Pedro II e a preparação da maioridade, conferência, in: Estudos Brasileiros, ns. 19, 20 e 21. Ano III, v. 7, jul-dez 1941.

ALVARES MACHADO DE VASCONCELOS, Francisco – Voto separado e Projeto para o parecer da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. II. (Paço da Câmara dos Deputados, 14 de agosto de 1837).

AMARAL, Francisco Pedro do. – Explicação Alegórica da Decoração dos Coches de Estado de S. M. I. O Senhor d. Pedro Primeiro (Oferecida ao Ilmo. Senhor Francisco Gomes da Silva, etc. etc. etc. Rio de Janeiro. Na tipografia de R. Ogier, Rua da Quitanda, n. 63. – 1829) In: Publicações do Arquivo Nacional v. XVII. Rio, 1917.

Notas

1. “La Carroza”, por Luigi Belloni, p. 23, citado por Luciano Freire no *Proêmio do Catálogo do Museu Nacional dos Coches*, Lisboa, 1928. Apostilas das aulas de Técnica de Museus (2º ano) dadas pelo professor Gustavo Barroso.
2. Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal, por d. Antonio Caetano de Sousa, in: *Apêndice do Catálogo do Museu Nacional dos Coches*, Lisboa, 1928. Grifo nosso.
3. Elogio fúnebre e histórico do Mui Alto, Poderoso, Augusto, Pio e Fidelíssimo R. de Portugal d. João V, por Francisco Xavier da Silva, in: *Apêndice do Catálogo do Museu Nacional dos Coches*, Lisboa, 1928.
4. Cf. Publicações do Arquivo Nacional, v. XIII, p. 243-48.
5. *Op. cit.* p. 129 e seguintes. Grifo nosso.
6. Cf. Estudos Brasileiros, ano II, v. 7 nos 19, 20 e 21. Jul-dez 1941, p. 21.
7. *Op. cit.*, Idem.
8. *Op. cit.*, p. 44-53.
9. Cf. *Anuário do Museu Imperial*, v. 1, 1940.



Beco dos Tambores

Portaria do Museu Histórico Nacional, c. 1940

Este volume dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, de número 42, foi composto e impresso na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2010, 510^o do Descobrimento do Brasil, 188^o da Independência, 121^a da Proclamação da República, 88^o da criação do Museu Histórico Nacional e 70^o do lançamento do Volume 1 dos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

Este livro foi produzido nas
oficinas da Imos Gráfica e Editora na
cidade do Rio de Janeiro

ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES

Os Anais do Museu Histórico Nacional recomenda aos seus colaboradores que enviem seus artigos dentro das seguintes normas:

1. Em cd com texto digitado em programa Word para Windows ou pelo correio eletrônico, em modo anexado (*attached*), para o endereço eletrônico mhncerlub@gmail.com;
2. Caso tenha imagens, estas deverão estar com resolução de pelo menos 300 DPIs e deverão ser enviadas em arquivo JPEG, separadas do arquivo de texto. As imagens deverão conter créditos, legendas e autorização de uso, caso necessário;
3. As notas deverão estar ao final do texto, constando todas as informações editoriais conforme orientação da ABNT;
4. Resumo do artigo com, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract*;
5. 5 palavras-chaves, *key-words*;
6. Notícia biográfica do autor que indique – se for o caso – onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações;
7. Os textos deverão ter no mínimo 10 (dez) e no máximo 25 (vinte e cinco) laudas, com entrelinhas duplo, espaçamento 0 pt, fonte Times New Roman, tamanho 12 e configuração da página padrão.

A equipe editorial dos Anais do MHN se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas explicitadas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestões de alteração parcial, ou se foi recusado. Os autores receberão três exemplares do número que contiver sua colaboração. A equipe editorial não devolverá os originais dos textos recusados.

Os trabalhos, com o devido endereço postal, telefone, fax e endereço eletrônico do autor poderão ser dirigidos ao Centro de Referência Luso-Brasileira - Cerlub através do correio eletrônico: mhncerlub@gmail.com

Os artigos também poderão ser entregues ou enviados ao Centro de Referência Luso-Brasileira do Museu Histórico Nacional, cujo endereço postal é Praça Marechal Âncora, s.n. Cep 20.021-200, Rio de Janeiro-RJ.

Idiomas aceitos: português.

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL
